ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)



AGRONEGÓCIO

Agendas Socioeconômicas

EDITORA

AGRONEGÓCIO

Agendas Socioeconômicas

AGRONEGÓCIO

Agendas Socioeconômicas

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se47 SENHORAS, Elói Martins (organizador).

Agronegócio: Agendas Socioeconômicas. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 407 p.

Serie: Administração. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-998359-9-5
https://doi.org/10.5281/zenodo.7472747

1 - Administração. 2 - Agronegócio. 3 - Brasil. 4 - Economia.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Administração. IV - Série

CDD–658

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 9

CAPÍTULO 1 |
A Contribuição do Brasil na Cop21: O Agronegócio do Futuro 13

CAPÍTULO 2 |
Migração Internacional e Agronegócio: Estudo de Caso nos Frigoríficos Brasileiros 47

CAPÍTULO 3 |
(Des)Envolvimento Regional e o Espaço do Agronegócio no
Tocantins: Crescimento Econômico sem Distribuição de Renda 97

CAPÍTULO 4 |
O Agronegócio e a Região do Oeste Baiano:
Padrão de Ocupação, Dinâmica Fundiária e Relações Rural-Urbana 147

CAPÍTULO 5 |
Os Impactos Sociais do Crescimento do
Agronegócio em Luís Eduardo Magalhães (BA) 185

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
Agronegócio Canavieiro e Produção de Biocombustível em Frutal-MG: Territorialização e Impactos Sociais na Zona Urbana 209

CAPÍTULO 7 |
Desafios de Expansão das Cooperativas de Crédito em Financiamentos Rurais: Um Estudo de Caso na Microrregião de Ribeirão Preto 245

CAPÍTULO 8 |
Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar: Promoción de la Agricultura Familiar o Agronegocio en Brasil? 277

CAPÍTULO 9 |
Reflexões sobre o Agronegócio e a Exposição à Pandemia da Covid-19 nas Terras Indígenas Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul 325

CAPÍTULO 10 |
As Estratégias das Parcerias na Educação e Consenso/Conflito Ambiental no Campo do Agronegócio 359

SOBRE OS AUTORES | 395

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A caracterização do agronegócio brasileiro como uma força de longa duração na formação socioespacial do país demonstra que desde o período colonial até o período contemporâneo ele demonstra ter ocupado um papel central na estruturação dos ciclos de produção e acumulação, com amplas repercussões nas dinâmicas socioeconômicas.

O objetivo deste livro, intitulado "Agronegócio: Agendas Socioeconômicas", é apresentar uma leitura multidisciplinar amplamente acessível para o potencial público leitor, composto, tanto, por interessados ávidos por novas informações e conhecimentos, quanto, por acadêmicos e especialistas atuantes na temática.

A composição de vinte e quatro profissionais envolvidos na construção desta obra demonstra uma tessitura científica internacional que somente foi possível em função do trabalho colaborativo de uma comunidade epistêmica do agronegócio que foi articulado em diferentes instituições de pesquisa e de ensino superior desde o Brasil até a França.

Organizado em dez capítulos, o presente o presente livro reúne um conjunto de pesquisas e seus respectivos pesquisadores em uma troca de ideias e experiências, fornecendo subsídios relevantes para se apreender uma panorâmica visualização do agronegócio brasileiro, das suas dinâmicas e de seus impactos no período contemporâneo.

A confluência de um paradigma eclético de teorias e marcos conceituais com um recorte metodológico dedutivo possibilitou uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios que foi funcional para se

analisar o complexo do agronegócio dentro e fora da porteira, em suas relações produtivas e nos seus impactos socioeconômicos.

Em função dos resultados das pesquisas apresentadas nos capítulos deste livro, surgem instigantes discussões sobre temas específicos da realidade do agronegócio brasileiro, beneficiadas por uma coletiva construção do conhecimento e uma rigorosa abordagem teórica-metodológica de natureza multidisciplinar que favorecem a ampliação da fronteiriça conhecimento.

Comprometida com a democratização do conhecimento, a presente obra busca fugir da rigidez de jargões tecno-científicos por meio de uma abordagem direta e fundamentada na riqueza analítica de estudos de caso, razão pela qual é indicada a um amplo público de potenciais leitores desde acadêmicos em formação até profissionais atuantes na área.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(organizador)

CAPÍTULO 1

O Ensino Médio em Tempo Integral:
Um Desafio para as Políticas Públicas

A CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL NA COP21: O AGRONEGÓCIO DO FUTURO[1]

Catherine Aubertin
Livia Maria Kalil de Jesus

A vigésima primeira Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Paris em dezembro de 2015, marcou um ponto de inflexão na construção da questão climática.

Inicialmente, durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992, a questão climática havia sido tratada como uma questão de poluição, uma externalidade econômica, avaliada em termos de acumulação de gases de efeito estufa (GEE) medidos em CO2 equivalente.

Um acordo multilateral sob os auspícios da Organização das Nações Unidas deveria determinar um limite de emissões desejável, buscando dividir entre os países desenvolvidos esforços para reduzir as emissões (mitigação), que através do estabelecimento de um mercado internacional de carbono, poderiam ter sido alcançados com menor custo (AUBERTIN *et al.*, 2015).

Este quadro foi desafiado na COP de Bali em 2007, com o surgimento do tema da "adaptação às alterações climáticas" e da "dívida climática", bandeiras sustentadas pelos países em

[1] Uma versão deste capítulo foi publicada em: AUBERTIN, C.; JESUS, L. M. K. "A contribuição do Brasil na COP21: o agronegócio do futuro". *Revista Terceira Margem Amazônia*, vol. 6, n. 16, 2021.

desenvolvimento. Já em 2009, em Copenhague, ele foi finalmente superado.

Os países em desenvolvimento, alguns dos quais se tornaram os principais emissores de carbono, rejeitaram a prorrogação do protocolo de Kyoto (que os afetaria a partir de 2012) e alegaram que não aceitariam a arbitragem política ditada pela UNFCCC. Negociar um acordo global coercitivo não poderia ser o único objetivo da Convenção.

Para passar de uma problemática de "partilha de encargos" a uma questão de "acesso equitativo ao desenvolvimento de baixo carbono", a lógica decrescente deu lugar a uma lógica ascendente e cada país se comprometeu na ocasião da COP de Lima, em dezembro de 2014, a produzir uma "pretendida contribuição nacionalmente determinada" (Intended Nationally Determined Contribution, INDC - na sigla em inglês), indicando a sua estratégia frente às alterações climáticas, de acordo com suas prioridades nacionais e seus meios.

Estas contribuições nacionais se fundam sobre três princípios: a ambição (destinam-se a ir além das expectativas atuais dos Estados com um horizonte em 2020); a diferenciação (elas são examinadas levando em conta as circunstâncias nacionais de cada país); e enfim, a transparência (e tornam públicas através do site da UNFCCC assim que recebidas pelo secretariado). Em maio de 2016, 162 contribuições, representando 190 partes da Convenção, já haviam sido divulgadas, o que representa um êxito considerável.

Aparentemente, um novo regime climático internacional pós-Kyoto começa a se formar. Este se apoia sobre as contribuições de todos os Estados, rompendo com um sistema multilateral que repartia direitos de emissões de gás de efeito estufa a serem negociados em um mercado internacional de carbono.

Assim, a questão climática foi integrada às estratégias de adaptação às consequências do aquecimento global, ou seja, na

escolha de um modelo de desenvolvimento incluindo suas dimensões política, econômica e social.

Apesar disso, a soma de todas as contribuições nacionais buscando reduzir as emissões de gases do efeito estufa ainda implicou em um aumento da temperatura global em mais de 3,5°C, mesmo que levando em consideração a disponibilidade de fundos para promover as estratégias de mitigação e adaptação.

Desta forma, os compromissos firmados ainda não são suficientes e estão longe de atingir o objetivo fixado pelo acordo de Paris adotado durante a COP21, sendo ele de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C até 2100, ampliando os esforços para limitá-lo a 1,5°C.

Diferentes grupos de trabalho internacionais, internos à UNFCCC, dentro do projeto MILES da Comissão Europeia (INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND INTERNATIONAL RELATIONS, 2015), ou nacionais, como o Grupo interdisciplinar sobre as contribuições nacionais (GICN), coordenado por Segolène Royale (Ministra do Meio Ambiente francesa) ou ainda o Observatório do Clima no Brasil, estudam essas contribuições prevendo suas consequências sobre as emissões de gases futuras e sobre o objetivo de temperatura planetária com a finalidade de informar aos negociadores das trajetórias nefastas que poderiam se revelar irremediáveis para o clima.

Nossa abordagem vai em outra direção e está mais próxima da sociologia política. Optamos por compreender a dimensão política e cultural das contribuições, para mostrar como, a partir do caso do Brasil, elas podem refletir a cultura política dos países em questão. De fato, as contribuições são relativamente livres em suas formas, permitindo a cada país apresentar a sua estratégia em um documento curto (3 páginas para a Rússia, 5 páginas para os Estados Unidos e Europa, 10 páginas para o Brasil, 38 páginas para a Índia

etc.) oferecendo a possibilidade de se decifrar nos textos as "personalidades" desses países, no sentido de compreender a sua situação econômica e seu potencial energético, questões territoriais e de desenvolvimento, e também de avaliar seu desejo de aparecer e se posicionar na arena internacional de modo a afirmar sua identidade e soberania.

Nós buscamos então estudar as contribuições como marcadores de uma cultura política nacional aplicada à luz da nova problemática sob a qual se apresenta o aquecimento global. Segundo Rosanvallon (2004), uma cultura política é constituída por um conjunto de traços de diferenciação que não se reduzem às diferenças institucionais, mas são também a afirmação de valores e de matrizes de comportamento.

As contribuições podem assim ser interpretadas como a expressão de uma cultura política que não podem ser dissociadas dos outros fenômenos político-culturais próprios à uma sociedade: "Todo sistema político aparece ligado a um sistema de valores e de representações, noutras palavras a uma cultura, característica de uma sociedade específica" (CUCHE, 2001).

Esse conjunto de valores, crenças e estratégias, permitem que os governantes deem sentido às suas ações através de uma referência ao passado, à história, e à memória coletiva, mas também à projeção de um futuro que legitima as expectativas e valoriza as escolhas de desenvolvimento (BRAUD, 2008). A contribuição do Brasil, neste caso, é exemplar.

Para analisar a contribuição brasileira, esclarecer os objetivos apresentados e confrontá-los aos fatos empíricos e em valores de viabilidade, nós nos apoiamos sobre um trabalho de campo no Brasil e sobre nosso conhecimento das políticas públicas ambientais (biodiversidade, mudanças climáticas, agroecologia).

Durante a COP21, nós também tivemos acesso aos documentos oficiais apresentados pela delegação brasileira, nós observamos diferentes eventos organizados pela embaixada do Brasil e pelos representantes do agronegócio ligados à "Coalizão" (quadro 2) e também realizamos entrevistas informais. Este trabalho foi realizado dentro do projeto ClimaCOP, pesquisa colaborativa que visa propor uma cartografia dos diferentes espaços sociais da COP21 (as negociações internacionais, as empresas, a sociedade civil, as mídias) com seus atores específicos e seus discursos em tensão.

Trata-se então de demonstrar como esses "climatizam" seus discursos, ou seja, redefinem suas ações em termos climáticos buscando uma integração com as questões científicas, ambientais, econômicas e políticas (FOYER; MORENA, 2015). Essa "climatização" seria assim própria a cada país, de acordo com sua cultura política.

Quadro 1 - Atualizações da NDC brasileira

Em 8 de dezembro de 2020, o Brasil apresentou a atualização de sua NDC às Nações Unidas. O novo documento não apresenta inflexão particular no tom adotado anteriormente e nossa análise, baseada na NDC de 2015, permanece relevante. O governo de Jair Bolsonaro apresentou compromissos para reduzir as emissões brasileiras em 37% até 2025. Isto representa uma queda na ambição se comparado ao compromisso assumido em 2015, já qu'a linha de base utilizada para calcular as emissões foi alterada, violando assim o princípio de não regressão do Artigo 4.3 do Acordo de Paris. Além disso, para alcançar a neutralidade de carbono até 2060, o governo brasileiro está apostando principalmente em mecanismos de mercado de carbono previstos no artigo 6 do Acordo de Paris, do qual espera receber 10 bilhões por ano. Desta forma, o país pretende se tornar o principal player no mercado de compensação voluntária de carbono.

Fonte: Elaboração própria.

A CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA: O BRASIL SOBE AO PALCO

Antes de analisar os objetivos do Brasil e como o país pretende alcançá-los, podemos constatar o desejo do mesmo em, não somente, reafirmar a sua soberania, mas também a sua dupla postura de quem está fazendo seu dever de casa e de líder no palco internacional.

Isto começou com uma atenção particular à sua comunicação. O Brasil escolheu não apenas publicar a sua contribuição no site da convenção, ele escolheu lhe dar mais audiência. Assim, no dia 27 de setembro de 2015, em Nova York, a então presidente Dilma Rousseff leu a contribuição na ocasião da conferência das Nações Unidas sobre a Agenda 2030 sobre as metas de sustentabilidade.

Deste modo, o Brasil se colocou como o primeiro país emergente a adotar metas absolutas de redução de emissões para toda a sua economia. Sua contribuição não está relacionada com os pedidos de apoio financeiro internacional, ao contrário de muitos países do Sul como Índia, Arábia Saudita, Senegal.

O Brasil não poderia celebrar suas virtudes ecológicas, como fez a Índia, cuja contribuição comporta uma citação dos Vedas sublinhando o caráter harmonioso de suas relações tradicionais com a natureza, contando também com o reforço de citações de Gandhi e referências à yoga.

País de colonização recente, no qual a marcha para o Oeste se efetuou contra a floresta e as populações indígenas, era difícil para o mesmo dissertar sobre a Mãe Natureza. Além disso, a contribuição brasileira se restringe apenas à questão da redução de gases de efeito estufa e não aborda diretamente a questão da adaptação – por

exemplo, como as populações podem se prevenir dos impactos das mudanças climáticas? No entanto, um Plano Nacional de Adaptação está com consulta pública em andamento.

O Brasil deseja mostrar que já é uma economia de baixo carbono. Ele lista os seus pontos fortes: o programa de biocombustíveis "de maior sucesso mundial"; "Os resultados mais impressionantes na redução do desmatamento" (82% na Amazônia entre 2004 e 2014); uma matriz energética já composta por 40% de energias renováveis sendo "3 vezes superior à média mundial, e 4 vezes maior do que a da OCDE".

Além disso, o país se apresenta como independente dos preceitos da Convenção, salientando que os meios utilizados para alcançar sua meta de redução já fazem parte das suas políticas: a Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009), o Plano Nacional da agricultura de baixo carbono (Plano ABC relacionado a PNMC por decreto de 2010 (BRASIL, 2012)), o Sistema Nacional de unidades de conservação (BRASIL, 2010b), o Código florestal (reformado em 2012), o Plano Nacional de Segurança em Água (PNSH, 2014).

Ele reafirma suas reservas a respeito dos mecanismos de mercado, juntando-se à postura de recusa do Presidente Lula de vender os direitos sobre a floresta amazônica para compensar a poluição industrial do Norte.

Assim, ele disse não reconhecer qualquer transação que ocorre no seu território sem autorização e fora da convenção do Protocolo de Kyoto e do acordo de Paris. Isso explicita a tensão entre o governo federal e os estados da Amazônia quanto à multiplicação de projetos de REDD locais provenientes de mercados voluntários sem controle fiscal e nenhuma metodologia unificada.

A estratégia nacional ENREDD+, como a lei nacional sobre o REDD+, ainda estão pendentes enquanto a maioria dos estados

amazônicos já promulgaram suas próprias leis sobre o REDD+ muitas vezes associadas a uma Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Finalmente, uma página inteira é dedicada a uma crítica da escolha da UNFCCC para adotar a medida GWP (Potencial de Aquecimento Global) para estimar as emissões. De qualquer modo, as emissões expostas na contribuição foram recalculadas em GTP (Potencial Temperatura Global), o que reduziu o aquecimento causado pelo metano da pecuária, o que, sem surpresa, faz com que seus esforços pareçam ainda maiores.

Membro do G77 + China, um país em desenvolvimento, com 15,5 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, incluindo 6.2 milhões em extrema pobreza, o Brasil nunca deixa de rememorar « o principio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e das capacidades respectivas, considerando os contextos nacionais diversos".

Isto revela sua intenção de transmitir seu modelo de desenvolvimento se oference para apoiar as iniciativas dos paises do Sul, especialmente os lusofonos. O Brasil descreve sua contribuição como "claramente muito ambiciosa", permitindo-lhe assim cobrar esforços mais contundentes da parte dos paises desenvolvidos:

> Os esforços de mitigação do Brasil são do tipo, escopo e escala equivalentes aos INDCs dos países desenvolvidos ostensivamente responsáveis pela mudança climática. Diante do exposto, e com base nas ferramentas disponíveis, é evidente que a INDC do Brasil, embora consistente com suas circunstâncias e capacidades nacionais, é muito mais ambiciosa do que o que corresponderia à responsabilidade relativa marginal do Brasil ao aumento da temperatura média global (BRAZIL, 2015).

Em resumo, na leitura da contribuição, entende-se que o Brasil acredita que já fez mais do que sua parte.

OS SEUS OBJETIVOS SÃO AMBICIOSOS?

O objetivo é reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), comparando ao ano de 2005, em 37% até 2025 (ou seja, atingir 1.300 MtCO2e) e em 43% até 2030 (1200 MtCO2), quantificada em relação a uma situação real de referência, e não em relação a uma situação hipotética.

Em 2030, as emissões por unidade de PIB seriam reduzidas em 75% e as emissões per capita atingiram 5,4 tCO2e, o nível mais baixo do G20, seguindo os padrões do IPCC para um aumento da temperatura média mantida abaixo de 2°C. É por isso que a contribuição do Brasil foi qualificada de ambiciosa, por ele mesmo e por diversos observadores.

No entanto, a maioria das metas anunciadas já figuravam em planos e programas governamentais, e em sua maioria, já foram atingidas. O Brasil continua assim em sua trajetória de dependência, sem inflexão real em suas escolhas de desenvolvimento.

O país foi responsável por 6% das emissões globais de GEE durante picos de desmatamento na Amazônia nos anos de 1995 e de 2004; já em 2012, ele emitiu apenas 3,8%. A contribuição insiste no fato que o Brasil conseguiu reduzir em 41% suas emissões entre 2005 e 2012 ao passo que seu PIB cresceu 32% e 23 milhões de brasileiros deixaram a pobreza.

Esta é uma dissociação notável entre crescimento e emissões de carbono. Os resultados representam um sucesso do qual o Brasil continua a se vangloriar. No entanto, pode-se questionar atualmente

a margem de manobra que o país possui para continuar a reduzir suas emissões.

Após esta redução de 41% entre 2005 e 2012, uma diminuição de 43% entre 2005 e 2030 (o que corresponde a emissões de 1,2 Gt de CO2, ou seja, o nível de emissões em 2012) pode ser considerado sem ambição. Isso deve ser relativizado.

Não será fácil para o Brasil conter as emissões de gases de efeito estufa em um contexto de aumento da população. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), prevê uma população de 230 milhões de brasileiros 2040. Isto, associado ao crescimento do PIB - previsão de 1,9% ao ano durante o período - e também ao crescimento da renda per capita, representa um desafio. A redução de 41% das emissões foi sobretudo alcançada graças à queda acentuada no desmatamento da Amazônia, que passou de uma área anual desmatada de 19,014 km2 em 2005 para 4.571 km2 em 2012 (INPE, 2015).

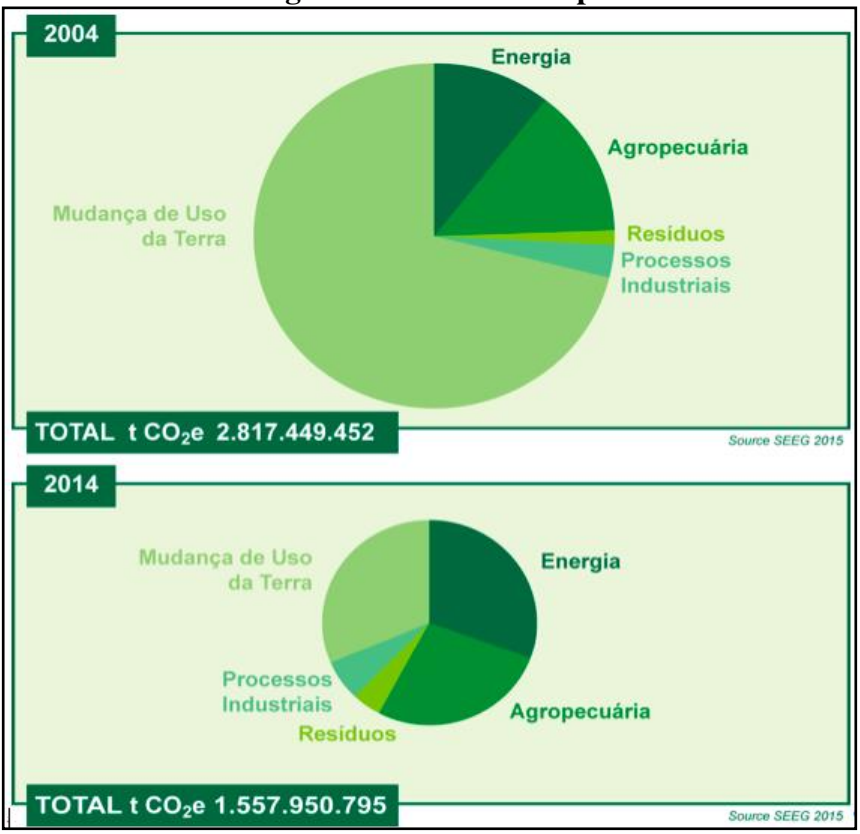
Podemos dizer assim que os líderes brasileiros atravessaram um período próspero. Se a luta contra o desmatamento, em grande parte, iniciada em 2004, deu os seus frutos na Amazônia, apesar de algumas retomadas localizadas, será muito mais difícil lutar contra o desmatamento no Cerrado mas especialmente reduzir suas emissões em outros setores como por exemplo o de energia.

A luta contra o desmatamento na Amazônia foi a forma mais politicamente aceitável e o meio mais espetacular para reduzir as emissões. Em 2004, as mudanças no uso dos solos e das florestas representavam 77% das emissões de CO2, e 67% das emissões de todos os gases de efeito estufa expressa em CO2 (BRASIL, 2010a).

Agora, a maioria das emissões de gases de efeito estufa do Brasil não vêm do desmatamento, que representa atualmente um pouco mais de um terço das emissões. Hoje, elas são majoritariamente provenientes de setores como a energia (30,7%

através de transportes públicos e consumo de combustíveis fósseis), e agricultura e pecuária (26,8%).

Gráfico 1 - Divisão das emissões de gases de efeito estufa por setores[2]



Fonte: SOUCE SEEG (2015)

[2] O gráfico 1 foi elaborado a partir de dados brutos do sistema de estimação das emissões de gases de efeito estufa do Observatório do Clima (SISTEMA DE ESTIMATIVA DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA, 2015). De 2004 a 2014, às emissões totais do Brasil diminuíram 48%. As emissões ligadas ao desmatamento caíram 67%, enquanto as emissões ligadas à energia aumentaram 58%, e aquelas ligadas à agricultura e pecuária cresceram 8%.

Estes dois setores representavam em 2014 mais de 57% das emissões (SISTEMA DE ESTIMATIVA DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA, 2015). Constatamos então que a queda do desmatamento mascarou o aumento das emissões nos outros setores como mostra o gráfico 1.

AS PROPOSTAS QUE JÁ ATINGEM OS SEUS LIMITES

A contribuição inclui "informações adicionais", indicando como alcançar os objetivos que foram divididos em seis setores: biocombustíveis, terras e florestas, energia, agricultura, indústria e transportes. Os dois últimos setores foram tratados superficialmente, sem detalhes e sem quantificação. A tabela n°1 resume suas metas ao horizonte de 2030 (BRAZIL, 2015).

Quadro 2 - Metas para 2030

Redução de 37% dos GEE (base 2005) em 2025, e 43% em 2030 Mudança no uso dos solos: - Reforçar a aplicação do código florestal - Zero desmatamento ilegal - Compensação das emissões de GEE devido ao desmatamento legal - Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares - Recuperar 15 milhões de pastos degradados - Atingir 5 milhões de hectares em agro-silvo-pastoris - 18% de agrocarburantes na matriz energética Energia: - 45% de energias renováveis - De 28% a 33% de energias renováveis (fora hidráulica) na matriz energética - 66% de hidráulico e 23% de eólica, solar e biomassa na oferta de energia - 10% de ganho em eficiência.

Fonte: Elaboração própria.

Desmatamento ilegal zero e desmatamento legal compensado

O objetivo de "zero desmatamento ilegal" já pertence à política florestal brasileira. A consecução deste objetivo para 2030 pode parecer modesta. No entanto, desde 2012, o desmatamento da floresta amazônica está crescendo novamente, principalmente devido à continuação da política de grandes obras como, por exemplo, as barragens hidrelétricas de Belo Monte, no Estado do Pará, de Jirau e de Santo Antônio, no estado de Rondônia e do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém.

Em outubro de 2014, o Brasil recusou-se a participar da Declaração de Nova Iorque sobre florestas que sustentava o objetivo de "desmatamento zero", pois, segundo o mesmo, deve-se primeiro distinguir o que é desmatamento legal e o que é desmatamento ilegal. Aqui entendemos seus motivos.

A compensação das emissões de CO2 devido à remoção legal de vegetação, ou seja, "desmatamento zero" em 2030, pode ser interpretada à luz do Código Florestal (e sua efetiva aplicação configura como um objetivo na INDC). Um estudo recente estima que a plena utilização das possibilidades de desmatamento legais oferecidas pelo Código Florestal (RAJÃO; SOARES-FILHO, 2015) permitiria a estabilização da taxa atual de desmatamento nos biomas brasileiros e poderia até atingir 198 000 km2 em 2030.

De onde viriam as compensações referentes a esses desmatamentos legais? A contribuição não é muito explícita. Podemos supor que viriam da restauração e do reflorestamento dos 12 milhões de hectares anunciados. Porém, esses 12 milhões de hectares correspondem à faixa inferior das estimativas das superfícies devastadas (avaliadas entre 12 e 24 milhões de hectares) que devem ser restauradas como parte do Código Florestal.

CÓDIGO FLORESTAL INSUFICIENTE PARA ASSEGURAR A CONSERVAÇÃO

O Código Florestal permite que os proprietários de terras desmatem a sua propriedade dentro dos limites de 20% de sua área na Amazônia (80% deve permanecer na vegetação original em "reserva legal") e de 80% no Cerrado (20% deve permanecer reserva legal). Aqueles que têm uma dívida ambiental, isto é, quem desmatou ilegalmente, acima do percentual permitido, devem regularizar a sua situação.

Pequenos agricultores, com menos de quatro módulos fiscais, não estão sujeitos a esta exigência. O programa de regularização oferece várias soluções: a restauração in situ, compra ou arrendamento de terra dedicada à conservação, pagamento de um fundo, doação de terras localizadas em unidades de conservação públicas em espera de regularização fundiária, ou ainda, a compra de títulos em um sistema comercial (aquele que desmatou pode se beneficiar da "sobra" daquele que conservou além do obrigatório através da negociação de Cotas de Reserva Ambiental (CRA)

O Código Florestal de fato possibilita a negociação de certificados transferíveis de cotas de reserva ambiental, que são títulos nominativos correspondentes a uma autolimitação do direito de uso, uma servidão ambiental que representa uma área de um hectare de vegetação natural dedicada à conservação.

Porém, esses títulos não oferecem a garantia de conservação das superfícies naturais por duas razões. Primeiro, estes títulos podem vir, ironicamente, de áreas já protegidas. Na verdade, muitas propriedades privadas se encontram em unidades de conservação, pois o pagamento das desapropriações não foi realizado por falta de fundos.

Trata-se então de regularizar a situação possibilitando que os proprietários quitem suas dívidas ambientais através da aquisição de CRAs, que permitem o financiamento dessa compensação. Estes títulos também podem ser provenientes de reservas legais de pequenos proprietários que respeitaram as percentagens de desmatamento autorizadas e podem portanto emitir CRAs de sua reserva legal preservada. Em ambos os casos, os CRAs emitidos não correspondem a um aumento em áreas protegidas. Segundo, teme-se que a oferta de CRAs seja muito abundante fazendo com que a compensação do desmatamento seja uma operação muito barata.

Rajão e Soares-Filho (2015), estimam que a oferta de CRA seria 28 vezes maior do que a demanda na Amazônia e 22 vezes maior no Cerrado. Os "bancos" de trocas de CRA que estão sendo criados, como BVRio e Biofílica testemunham a dificuldade de unir a oferta dos vendedores aos pedidos dos compradores.

Assim, nos encontramos em uma situação onde os proprietários podem continuar a desmatar suas propriedades enquanto aqueles que deveriam compensar suas clareiras ilegais poderão recorrer à compra de títulos baratos. Isso deixa claro que apenas a aplicação do Código Florestal não efetiva a luta contra o desmatamento.

Cerrado: primeira vítima do desmatamento legal

A contribuição brasileira ignora o papel importante do Cerrado como emissor de gases de efeito estufa devido ao seu alto índice de desmatamento. A então ministra da Agricultura, Katia Abreu, e os membros da bancada ruralista, estimulam a expansão agrícola no Cerrado, especialmente na área de MATOPIBA na

fronteira do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde já se pode observar um crescimento do desmatamento.

Podemos interpretar esta meta como uma licença para desmatar o Cerrado ao máximo do que se é permitido pelo Código Florestal (ou seja, 80% da propriedade) 400.000 km2 (dos quais 110 000 km2 já foram reconhecidos como propícios ao cultivo de soja) ficariam assim susceptíveis a serem desmatados legalmente.

Enquanto a opinião pública internacional está preocupada especialmente com a floresta amazônica, é importante lembrar a pressão que sofre o Cerrado. Se a Amazônia Legal abrange quase 4 milhões de km2, dos quais 18% da floresta original já foi desmatado, o Cerrado, cuja área representa metade da Amazônia (2.000.000 km2), foi desmatado em 49% (IBGE, 2012). Desde 2010, o número de km2 desmatados a cada ano no Cerrado é maior do que o da Amazônia.

A agricultura de baixo carbono

A agricultura e a pecuária respondem agora por 26,8% das emissões do Brasil. Ao mesmo passo que, o setor poderia proporcionar sumidouros de carbono que absorvem as emissões excedentes.

De fato, é deste setor que se espera os resultados mais tangíveis. Se o Plano ABC, implementado desde 2012, levanta algumas dúvidas sobre sua viabilidade no campo, a promessa de um agronegócio do futuro pode deixar os seus leitores perplexos.

O Plano ABC

Recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e converter 5 milhões de hectares em sistemas agrossilvipastoris são os objetivos apresentados na contribuição brasileira para 2030 (Quadro 1). Estes objetivos já haviam sido incluídos no Plano para a consolidação de uma economia de baixo carbono na agricultura (Plano ABC) instrumento usado pelo governo brasileiro como parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima para 2020.

Só o objetivo de sistemas agrosilvipastoris foi revisto em alta, passando de 4 milhões a 5 milhões de hectares, já a superfície de recuperação de pastagem continuou idêntica. O plano visa garantir a melhoria contínua das práticas agrícolas para reduzir significativamente as emissões do setor agropecuário. Ele define seis objetivos e ressalta o potencial de mitigação (Quadro 3).

Quadro 3 - Objetivos para 2020 do plano ABC

Processos tecnológicos	Objetivos para 2020	Potencial de mitigação (milhão tCO2e)
Recuperação de pastagens degradadas	+15 milhões ha	83 a 104
Integração agricultura-pecuária-floresta (ILPF)	+ 4 milhões ha	18 a 22
Semidireto	+8 milhões de ha	16 a 20
Fixação biológica de ozônio	+5,5 milhões de ha	10
Floresta plantadas	+3 milhões ha	-
Tratamento de efluentes da pecuária	+4,4 milhões de m3	6,9
Total	-	133,9 a 162,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2012).

Um orçamento de 197 bilhões de reais foi considerado necessário para o período de 2010 a 2020. Destes 197 bilhões, 157 tinham vindo de um programa de crédito fornecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras, como o Banco do Brasil. Porém, na realidade parece ser diferente.

Embora os recursos para financiamento da agricultura tenham crescido, o montante gasto em tecnologias de baixo carbono foi de apenas 1,6% do total do financiamento (IMAFLORA, 2015a). Entre 2010 e 2015, o montante total dos empréstimos contratados no âmbito do programa ABC foi de apenas 11,15 bilhões, o que demonstra, de acordo com o relatório do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, uma demanda fraca (FGV-EAESP, 2014).

Isto poderia ser explicado, em particular, pela burocracia excessiva, a falta de apoio aos agricultores, ou pelo fracasso de agentes financeiros a propor projetos adequados aos pequenos agricultores (IMAFLORA, 2015a). No entanto, o programa não parece ter sido mais bem-sucedido junto aos grandes agricultores.

De acordo com um estudo realizado pela Embrapa e apresentado na COP 21 em Paris, dos 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, 5 milhões já foram recuperados. Entretanto, dos 4 milhões de hectares para a ILPF, somente 1 milhão de hectares foram realizados.

O escopo do Plano continua limitado e atrasado para atingir os objetivos até 2020. Isso explicaria o fato do adiamento para 2030? Se outros objetivos do plano atingiram uma taxa de sucesso mais elevada, especialmente o plantio direto com 64% de realização, no entanto, estes números demonstram um cumprimento bastante tímido do total das metas.

Também é possível identificar uma concentração de recursos financeiros para a recuperação de pastagens degradadas (tab. 1), pois em 2014, 6,5 bilhões de reais em crédito disponibilizados, 5,5 foram concedidos pelo Banco do Brasil. Deste montante, 68% foi utilizado para a recuperação de pastagens e 11% para a implantação do ILPF (FGV-EAESP, 2014).

Entre as técnicas de recuperação das pastagens, as rotações de milho e soja exigem grandes propriedades adaptadas para a utilização de equipamentos agrícolas de grande porte. Técnicas que seriam adequadas à agricultura familiar não fazem parte do plano ABC. Nós reencontramos assim a dualidade característica da agricultura brasileira que pode vir a ser um obstáculo à realização dos objetivos de mitigação previstos para a agricultura e a pecuária.

Desta forma, em uma continuidade implacável, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela agricultura familiar, se viu relegado à implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que não merece, por causa da sua pequena escala, aparecer na contribuição nacional. É o Ministério da Agricultura (MAPA), que se ocupa dos projetos do agronegócio do futuro.

O agronegócio do futuro

A delegação brasileira na COP21 foi uma das maiores contando com 850 participantes, da qual uma grande parte representava o setor do agronegócio. Isso demonstra uma ampla mobilização do setor cuja atividade representa atualmente 23% do PIB do Brasil e 25% dos empregos do país, direta ou indiretamente ligados ao setor (BRASIL, 2016). Essa participação supõe uma vontade de defender os interesses do agronegócio, mas também uma

necessidade de renovar a sua imagem internacional (MOREIRA, 2015).

Em um Brasil em recessão, a exportação de produtos agrícolas é vista como essencial para a manutenção do crescimento econômico tão desejado. Hoje, as exportações dos produtos agrícolas, florestais e agroalimentares correspondem a 46% do total. Deste modo, assistimos a uma "reprimarização" da economia brasileira, ou seja, uma estratégia que promove a produção e a exportação de matérias-primas em detrimento do desenvolvimento da indústria e dos serviços.

Reforçando essa visão, o Ministério da Agricultura estabeleceu uma meta de aumentar as exportações brasileiras de 7% a 10% do comércio internacional de produtos agrícolas e alimentares, de 10% a 22% para a União Europeia e de 18% a 23% para a China.

Para isto, o Brasil pode contar com a disponibilidade de suas reservas de água (as primeiras do mundo) e de terra arável (segundas, logo atrás do Sudão) que correspondem a 80 milhões de hectares (BRASIL, 2016). Vimos os limites do Código Florestal em matéria de proteção ambiental. Podemos então nos perguntar como agronegócio pretende aumentar sua produção para atender à demanda comercial e econômica, sem expandir áreas de cultivo sobre os ecossistemas naturais, especialmente no Cerrado.

Representantes do lobby agrícola no Congresso Nacional, os ruralistas, são cada vez mais numerosos, cerca de 250, e ocupam cargos importantes no governo. A ministra da Agricultura no momento da COP21, Kátia Abreu é ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), sindicato dos grandes fazendeiros.

Pelos seus discursos feitos no Congresso, mas também pela sua coluna regular na *Folha de São Paulo*, ela ganhou o prêmio

"Motosserra de Ouro" concedido pelo Greenpeace em 2010. Apoiada pelo lobby ruralista, ela defende todas as causas que buscam incentivar uma maior produção e o aumento da área agrícola, como: a extensão de estradas na Amazônia, a expansão das monoculturas, a adoção intensiva de sementes geneticamente modificadas, expansão sobre áreas protegidas e terras indígenas, que são consideradas como bloqueios para a expansão da produção agrícola.

Esta política é ilustrada pela proposta de emenda constitucional PEC 215, que propõe alterar a Constituição para transferir ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação das terras indígenas, terras quilombolas e unidades de conservação.

Atualmente, apenas o Poder Executivo, apoiado por seus órgãos técnicos, pode decidir sobre essas demarcações. Hoje, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 12,2% do território brasileiro é reservada para os territórios indígenas cuja maioria está localizada na Amazônia. No entanto, 45% da população indígena não está em território amazônico.

Assim, no estado de Mato Grosso do Sul conflitos extremamente violentos surgem entre fazendeiros e indígenas que se encontram em uma situação de extrema dificuldade. Entre 2003 e 2014, 309 índios foram assassinados de acordo com o relatório sobre a violência contra os povos indígenas no Brasil (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2014).

A forte participação do setor do agronegócio na COP21 revelou uma forte contradição entre o discurso apresentado para a comunidade internacional e a realidade nacional. Os eventos organizados tanto na embaixada do Brasil quanto no Le Bourget, assim como os eventos apresentados pela Coalizão Brasil clima, florestas e agricultura (quadro 2) colocam o setor em cena de modo a ressaltar seus pontos fortes.

O agronegócio brasileiro teria então incorporado em seu discurso, e talvez até mesmo em algumas de suas práticas, as críticas socioambientais as quais recebeu, a fim de reconstruir a sua imagem internacional manchada por uma má reputação devido suas práticas (DEMEULENAERE; CASTRO, 2015).

Quadro 4 - A Coalizão
Brasil pelo Clima, florestas e agricultura

Formada em dezembro de 2014, essa coalizão é composta por uma diversidade de atores. Ela reúne empresas de horizontes muito diversos (Natura, Fibria, Carrefour, Cargill e Monsanto) assim como associações, uniões e empresas do agronegócio (SRB, UNICA, Abag, Amaggi), totalizando 120 organizações no total. Os *side events* organizados pela Coalizão, ou aqueles onde seus representantes participaram, serviram de espaço para afirmar seus bons resultados tanto econômicos como ecológicos e também para exibir sua aliança. Nós podemos identificar duas grandes linhas: defesa e promoção do novo Código Florestal; e o reconhecimento dos esforços realizados pelo agronegócio pela implementação de uma agricultura tecnológica "intensiva e sustentável" que dá ao Brasil os trunfos para vir a ser um líder internacional. Consultar: http://coalizaobr.com.br/2016/ (consultado dia 19 de março de 2017).

Fonte: COALIZAOBR.

Os benefícios apresentados são confusos: sucesso na luta contra o desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa, o novo Código Florestal, um clima que permite várias colheitas por ano, água abundante, tecnologia de ponta desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), uma reatividade empresarial (o agricultor sabe o quê, onde e quando plantar para melhores resultados), uma energia a partir de fontes limpas, como a energia hidrelétrica ou de biocombustíveis; e,

finalmente, enormes reservas de terra livre e uma população que aceitaria e apoiaria o agronegócio para a sua produção de riqueza.

Se fala então de uma "revolução no agronegócio" que buscaria abandonar as técnicas convencionais consideradas muito exigentes em recursos naturais para adotar novas práticas fundadas em uma suposta "intensificação sustentável".

A questão central continua sendo o de assegurar o aumento da produção para alimentar uma população mundial em crescimento. Para isso, a produção deste "agronegócio do futuro" deveria ser reconhecida pelos mercados internacionais (para obter os melhores preços para os seus produtos) de maneira a financiar os custos dessa "intensificação ecológica" (estimada em 100 bilhões de dólares ao longo de 20 anos).

A contribuição brasileira se apresenta majoritariamente como uma "agricultura do futuro", perfeitamente alinhada com o discurso transmitido na COP21 sobre a *Climate Smart Agriculture*, particularmente sobre a capacidade dos solos agrícolas de armazenar carbono.

Dadas as dificuldades na redução das emissões, é preciso encontrar uma solução em possíveis sumidouros de carbono para chegar nas "emissões líquidas zero" presentes no Acordo de Paris.

Ficou claro assim que o foco mudou das florestas para a agricultura que teria um papel central nas tecnologias de captura e armazenamento de carbono nos solos (como o projeto 4/1000 apresentado pelo governo francês).

Com a recuperação de pastagens degradadas e integração agrosilvopastoris, o Observatório do Clima estima que as emissões do setor agrícola brasileiro poderão ser reduzidas em 50% graças ao sequestro de carbono pelo solo (SISTEMA DE ESTIMATIVA DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA, 2015).

É neste contexto agrícola que convém analisar o objetivo de aumentar para 18% a quantidade de biocombustíveis representados na matriz energética. Este objetivo supõe um alto investimento em inovação, como por exemplo, a alta tecnologia das usinas de etanol de segunda geração das quais é esperado uma produtividade três vezes superior, com um consumo inferior de água, menos impacto nos solos e com custos de produção competitivos frente ao preço elevado do barril de petróleo (aproximadamente 49 dólares).

O BNDES já financiou duas usinas (existem apenas 5 no mundo). A Coalizão estima que para que o etanol substitua 10% do consumo mundial de gasolina, seriam suficientes 7 milhões de hectares, enquanto a produção de etanol de primeira geração demandaria 25 milhões (MOREIRA, 2015).

Aqui, é claro que é a visão da alta tecnologia que é apresentada, ignorando os custos sociais e o destino dos trabalhadores da cana nas explorações agrícolas não mecanizadas.

A energia e outros setores

Diante da afirmação do poder do agronegócio na luta contra o efeito estufa, as metas do setor de energia parecem tímidos. Por exemplo, se encontramos na contribuição brasileira uma vontade expressada em termos vagos para melhorar a eficiência energética nos sectores da indústria e dos transportes, não encontramos nenhuma referência ao setor da habitação e, de maneira geral, a um programa global de gestão de energia.

No entanto, vimos (figura 1) que o principal problema das emissões de gases de efeito de estufa no Brasil é agora da responsabilidade do setor de energia (responsável por 30,7% das emissões).

As emissões aumentaram em 35% entre 2005 e 2012. E esse ritimo continua. Em 2014, o aumento foi de 6%, apesar do fraco crescimento econômico. O consumo energético dos transportes, principal fonte no setor, é 60% maior do que a média dos demais países chamados de emergentes (BRICS).

No entanto, a contribuição permanece vaga, sem oferecer maiores detalhes sobre possiveis medidas para melhorar a infraestrutura e o transporte público urbano. Nós também não encontramos nenhum quesitonamento sobre as atuais politicas que favorece o transporte individual privado, apoiando a indústria automotiva, os subsídios aos motores a diesel e à gasolina, assim como a isenção de impostos sobre carros.

Assim, pode-se questionar se as medidas da contribuição serão suficientes para barrar essa tendência ascendente. Quanto aos outros objetivos, a meta de 45% de energias renováveis na matriz energética foi alcançada em 2004 e esta porcentagem é mantida desde então. O desafio está em aumentar o uso de fontes de energia não fósseis advindas de fontes distintas da hidrelétrica, que hoje representa 2/3 da oferta energética brasileira.

A preocupação de esclarecer que o esforço será focado em energias renováveis "outra que a hidráulica" não esconde que a continuação da política de grandes barragens será imprescindível para atender às necessidades da população. Para isso, a participação da energia hidrelétrica na matriz energética continuará a girar em torno de 66%.

O uso maciço das energias renováveis entra em contradição com o Plano Decenal de Energia (PDE, 2015-2024), que prevê que 70% dos investimentos no setor se concentrarão em combustíveis fósseis (gás, o gás de xisto, óleo...). Ele também coexiste com a continuação dos leilões de blocos para a exploração do petróleo e do gás, especialmente perto de unidades de conservação e terras

indígenas da Amazônia, com impactos conhecidos sobre o desmatamento.

Note que não se toca na contribuição sobre o uso da energia nuclear, enquanto uma terceira parcela do complexo nuclear de Angra dos Reis está programado e que a construção de mais 4 outras usinas estão sendo consideradas.

Também não se fala na exploração das reservas de petróleo em águas profundas (pré-sal) que ainda tem provocado grandes esperanças e gerado conflito para a distribuição de royalties prevista para os Estados litorâneos e os do interior. A exploração do petróleo foi finalizada?

O acordo de Paris, para ser mantido, exige que 80% das reservas de energia fósseis permaneçam intactas, ou que a queda do preço do petróleo faça com que os custos de produção não sejam compensados, por exemplo um barril custando 40 dólares.

CONCLUSÃO

O estudo da contribuição brasileira nos permitiu dar conta, além dos objetivos simples de redução das emissões de gases de efeito estufa, também da imagem que o país pretende passar na cena internacional. Nós testamos essa afirmação identitária fundada na cultura política do Brasil, frente às situações concretas.

O exercício das contribuições nacionais (INDC) deveria permitir aos países de se juntarem na luta global contra as alterações climáticas, avaliado principalmente em termos esforços de redução de emissões de GEEs. No entanto, ainda é cedo para avaliar os esforços do instrumento no seio das negociações climáticas e para saber se as contribuições serão a base do novo regime climático.

De qualquer forma, o total das reduções anunciadas conduzirá a um limiar amplamente superior ao de 2°C de aquecimento. A soma dos financiamentos solicitados também continua inferior aos 100 bilhões de dólares prometidos para o Fundo Verde para o clima. O sucesso do acordo de Paris se medirá na possibilidade de aumentar os objetivos nacionais no que diz respeito às reduções das emissões e dos financiamentos que serão desbloqueados para os atingir.

Entretanto, poderíamos ter esperado encontrar nas contribuições o início de uma discussão sobre padrões de produção e consumo, ou pelo menos o embrião de uma política de transição de energética.

Mas o Brasil, permanece em uma lógica simples de descarbonização, sem alterar sua trajetória de dependência, sem uma mudança real em sua política. Se este é o caso da maioria dos países, não é o caso da China e da Índia que devem achar energias de substituição ao carvão do qual elas dependem.

Do fato do crescimento demográfico e de sua urbanização, a Índia deverá tomar as medidas mais radicais para ter sucesso na luta mundial contra a mudança climática, "construir um país novo em 2030" como foi dito na sua contribuição (AUBERTIN; BENABOU, 2015).

A contribuição do Brasil se inscreve na cultura política de um modelo de desenvolvimento centralizado, que repousa sobre a extensão do agronegócio, sobre as monoculturas de exportação e larga escala (soja e cana de açúcar), intensificando a pressão sobre as terras indígenas e sobre as unidades de conservação e prosseguindo a realização de grandes infraestruturas causadoras de fortes impactos socioambientais, como a barragem de Belo Monte.

A Política climática não foi uma oportunidade de desafiar o modelo de desenvolvimento desigual gerado por uma economia a

velocidades múltiplas, de promover a agricultura em pequena escala, de acabar com a destruição do ecossistema do Cerrado e repensar sistemas de transporte que favoreçam o transporte coletivo.

Por sustentar sua imagem de ator das lutas contra as alterações climáticas, o Brasil foi beneficiado por um período de redução do desmatamento na Amazônia. Ele aposta hoje no agronegócio do futuro, altamente técnico, e sobre o desenvolvimento de energias renováveis.

Levantamos várias questões quanto ao realismo desta contribuição, sobretudo desde a publicação do terceiro inventário das emissões entregue à secretaria da UNFCCC que exigiria, para que o Brasil mantenha seus engajamentos, uma redução nas emissões de 2020 acima dos 37% anunciados.

O país realmente tem a possibilidade de controlar suas emissões e de multiplicar as energias renováveis em tão pouco tempo para responder à demanda crescente de energia? Por isso, ele deverá empreender uma reflexão sobre a matriz energética e habilitar programas multisetoriais que não encontramos na contribuição.

O desafio será, após sair da recessão e da crise política, o de abandonar um modelo econômico fundado nas exportações de matérias primas para restabelecer a ligação com um desenvolvimento mais diversificado e socialmente mais equilibrado.

A recente mudança de governo e os turbilhões políticos que acompanham o Brasil nos últimos meses, ilustram as dificuldades de mudar essa cultura política.

REFERÊNCIAS

AUBERTIN, C. “Deforestation control policies in Brazil:

sovereignty versus the market". **Forests, Trees and Livelihoods**, vol. 24, n. 3, 2015.

AUBERTIN, C.; BENABOU, S. **Staging political cultures**. Analysis of India's and Brazil's INDCs. Communication au Workshop international organisé dans la cadre de la COP 21 par l'UMR PALOC (IRD/MNHN) et l'Université John Hopkins *Climate Change and its Challenges to the Scholarly Habitus.* Paris: Muséum National D'Histoire Naturelle, 2015.

AUBERTIN, C. *et al*. "Les enjeux de la conférence de Paris: penser autrement la question climatique". **Natures, Sciences, Sociétés**, vol. 23, 2015.

BRASIL. **Agronegócio brasileiro**: perspectivas. Brasília: Ministério da Agricultura Agropecuária e Abastecimento, 2016.

BRASIL. **Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura**: Plano ABC. Brasília: Ministério da Agricultura Agropecuária e Abastecimento, 2012.

BRASIL. **Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010a.

BRASIL. **Lei n. 9.985, 18 de julho de 2000**. Brasília: Planalto, 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18/05/2022.

BRASIL. **Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18/05/2022.

BRAUD, P. **Sociologie politique**. Paris: LGDJ, 2008.

BRAZIL. "Towards achieving the objective of the United National Framework Convention on Climate Change". **Intended Nationally Determined Contribution** [2015]. Disponível em: <www.unfccc.int>. Acesso em: 18/05/2022.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. "Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2014". **CIMI** [2014]. Disponível em: <www.rosalux.org.br>. Acesso em: 01/09/2020.

CUCHE, D. **La notion de culture dans les Sciences sociales**. Paris: La Découverte, 2001.

DEMEULENAERE, E. ; CASTRO, M. "Modèles de verdissement de l'agriculture et acteurs en compétition à Rio+20". *In* : FOYER, J. **Regards croisés sur Rio+20** : La modernisation écologique à l'épreuve. Paris: Editions CNRS, 2015.

FOYER, J.; MORENA, E. "Une recherche collaborative pour analyser la conférence Paris Climat 2015: le projet ClimaCOP". **Natures, Sciences, Société***,* vol. 23, 2015.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **SDC apresenta resultados do Plano ABC**. São Paulo: FGV, 2014b.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatistica. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Brasília: IBGE, 2012.

IDDRI - Institute for Sustainable Development and International Relations. **Beyond the numbers**: understanding the transformation induced by INDCs. Paris: MILES Project Consortium, 2015.

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. **Análise da evolução das emissões de GEE no Brasil (1990-2012)**: setor agropecuário. São Paulo: IMAFLORA, 2014.

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. **Documento de análise**: evolução dos gases de efeito estufa no Brasil (1970-2013) setor da Agropecuária. São Paulo: IMAFLORA, 2015a.

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. "Financiamento agrícola para a redução das emissões na agropecuária brasileira responde à 1,6% dos recursos totais". **Blog IMAFLORA** [2015b]. Disponível em: <www.imaflora.blogspot.fr>. Acesso em: 01/11/2020.

INPE - Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais. "Projeto PRODES: monitoramento da Floresta Amazônica brasileira por satélite". **INPE** [2015]. Disponível em: <www.meioambiente.am.gov.br>. Acesso em: 01/11/2020.

MOREIRA, A. "Europa vê agronegócio brasileiro como vilão ambiental". **Valor Econômico** [09/12/2015]. Disponível em: <www.valor.com.br>. Acesso em: 13/09/2022.

RAJÃO, R.; SOARES-FILHO, B. "Policies undermine Brazil's GHG goals". **Science**, vol. 350, 2015.

ROSANVALLON, P. **Le modèle politique français**: la société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours. Paris: Seuil, 2004.

SIRKIS, A. *et al*. "Moving the Trillions a debate on positive pricing of mitigation actions". **Brasil no Clima** [2016]. Disponível em: <www.centrobrasilnoclima.org>. Acesso em: 24/06/2022.

SEEG - Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa. "Emissões totais". **Plataforma SEEG** [2015]. Disponível em: <www.plataforma.seeg.eco.br>. Acesso em: 24/09/2022.

CAPÍTULO 2

Migração Internacional e Agronegócio:
Estudo de Caso nos Frigoríficos Brasileiros

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E AGRONEGÓCIO: ESTUDO DE CASO NOS FRIGORÍFICOS BRASILEIROS

Natália Belmonte Demétrio
Rosana Baeninger

A pandemia de Covid-19 produziu um novo ciclo de valorização das commodities, caracterizado pelo aumento dos preços de grãos, carnes e minério de ferro (JANK, 2021; BINI; PINATTI, 2021).

Na agroindústria da carne, setor cujo crescimento atingiu recordes históricos em 2020, Jank (2021), associa a surpreendente expansão das exportações brasileiras aos pacotes de socorro implementados pelas principais economias do mundo, à rápida recuperação chinesa e aos impactos das sucessivas epidemias de Peste Suína Africana que, desde 2018, dizimou quase metade do rebanho de porcos na China.

Nesse país, a escassez da produção doméstica de carne atingiu seu pico em meio à pandemia, fazendo "com que a China varresse o mercado mundial", com o Brasil ocupando "espaço de destaque nessa demanda emergencial" (JANK, 2021).

Diferente do verificado no surto expansionista do agronegócio ocorrido na primeira década do século XXI – no qual a bonança comercial advinda dos superávits primários sustentou políticas de redistribuição de renda em vários países latino-americanos (SVAMPA, 2015) –, o momento atual se distingue pela "adequação das políticas nacionais ao movimento de expansão da economia global", com proliferação das modificações legislativas e das formas de atuação do Estado que expressam a inserção passiva e

subordinada do Brasil na economia globalizada (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p. 39).

Ademais, o domínio crescente das multinacionais na regulação da economia brasileira ampliou os espaços transnacionais de circulação de capitais, mercadorias e pessoas (SASSEN, 1998), consolidando a migração internacional como parte da reestruturação produtiva trazida pela globalização da atividade agropecuária.

Sobretudo no setor de frigoríficos, concentrado no Centro-Sul do Brasil, em áreas de avançado processo de envelhecimento populacional, a insalubridade do trabalho no abate de animais potencializou as redes de contratação de imigrantes internacionais: primeiro, de haitianos ingressos no país pelo Acre, logo após o terremoto de 2010 que devastou o Haiti (MAGALHÃES, 2017); depois, de venezuelanos concentrados em Roraima, combalidos por uma crise político-econômica que, especialmente a partir de 2016, já provocou a saída de quase seis milhões de pessoas da Venezuela (PLATAFORMA R4V, 2022).

Além desses grupos, a agroindústria da carne emprega nacionais de outros 40 países, em relação aos quais vale destacar também a participação histórica de paraguaios e, mais recentemente, de senegaleses e bengaleses, fazendo dos frigoríficos o segmento de maior concentração de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal brasileiro (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

De fato, a inserção de diferentes grupos de imigrantes internacionais no setor de abate de animais no Brasil dialoga com o processo de internacionalização do setor. As origens desse fenômeno remontam ao protagonismo da migração paraguaia e à expansão dos frigoríficos brasileiros em âmbito regional, sobretudo no contexto do MERCOSUL, ainda no século XX (GALERA, 2011; CÉSAR, 2016).

Até 2010, os paraguaios constituíam o principal grupo de imigrantes internacionais com atuação nesse segmento, concentrados principalmente nas regiões de fronteira do Mato Grosso do Sul e do Paraná com o Paraguai (BAENINGER; GOMES; DEMÉTRIO, 2020).

Já no começo do século XXI, a presença de novas nacionalidades nesse nicho de trabalho migrante expressa a centralidade crescente do Brasil no mercado global de carnes, com aumento das exportações para os países árabes.

É nesse contexto que surge uma "burocracia halal" especializada na contratação de imigrantes mulçumanos nas unidades de abate assim certificadas. Segundo Silva (2013), a entrada privilegiada de senegaleses, bengaleses e ganeses nesse segmento, nesse momento histórico, reflete o atributo religioso e humanitário representado por esses migrantes.

Por um lado, o fato de serem mulçumanos abre portas para a carne brasileira nesse mercado halal. Por outro lado, a condição de solicitantes de refúgio lhes possibilita acessar o mercado de trabalho formal – um pré-requisito na obtenção dessa certificação – ao mesmo tempo em que os empurra para uma situação forçada de provisoriedade, utilizada como justificativa para celebração de contratos temporários marcados pela superexploração (SILVA, 2013).

Em anos recentes, a consolidação do Brasil como o principal produtor de carnes do mundo não apenas cria novas lógicas de recrutamento, como também amplia a lista de países que passam a compor o nicho. A inserção de haitianos e venezuelanos, em especial, tanto extrapola a questão religiosa quanto reitera o discurso humanitário como "aparato coercitivo de execução da mobilidade do trabalho em crise" (SILVA, 2013b, p. 27).

Nesse contexto, o humanitarismo transcende a figura jurídica da solicitação de refúgio, contemplando também beneficiários de acolhida humanitária, refugiados reconhecidos e outros dispositivos jurídicos que garantem a permanência do migrante no país. Paralelamente, ONGs e instituições religiosas passaram a mediar o encontro entre empregadores e trabalhadores (BICUDO, 2021), impulsionando a migração interna da migração internacional (BAENINGER, 2018).

No caso da migração haitiana e venezuelana, há particularidades que garantem o protagonismo dessa população nesse setor. Em ambos os fluxos, a forte atuação do Estado brasileiro – seja através da criação de dispositivos jurídicos específicos para regularização dessas migrações, seja por meio da articulação de uma política organizada de distribuição desses migrantes no território – impulsionou a emergência de um nicho étnico (WALDINGER, 2005). Esse fenômeno abre uma ampla agenda de pesquisa sobre a dimensão digerida desses processos migratórios (BAENINGER, 2018) e o papel do recrutamento humanitário (BICUDO, 2021) na facilitação dessa forma de inserção laboral.

À luz dessas considerações, o trabalho tem por objetivo analisar a evolução dos vínculos empregatícios de trabalhadores nacionais e não nacionais nos frigoríficos brasileiros, com destaque para as condições de vida e trabalho de imigrantes internacionais inseridos nesse setor.

Com base nos registros administrativos do Ministério da Economia e nas informações produzidas no âmbito da Pesquisa *Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil* (FERNANDES; BAENINGER, 2020), o artigo analisa a posição do Brasil no mercado global da carne vis-à-vis à precariedade do trabalho no abate de animais.

Dividido em quatro partes principais, além dessa introdução, o texto inicia-se pela discussão das contradições e ambiguidades que marcam o avanço do agronegócio no Brasil, no século XXI. Em seguida, apresenta-se a centralidade da migração internacional na produção da população excedente e necessária (RENNER; PATARRA, 1980) à acumulação de capital nos frigoríficos, com destaque para o papel do Estado, das Organizações não Governamentais e dos organismos internacionais no processo de arregimentação de trabalhadores nesse setor.

Finalmente, apresenta-se as potencialidades das fontes de informação utilizadas e os principais achados de pesquisa obtidos a partir da análise desses levantamentos. A título de considerações finais, o artigo retoma a relação entre a formalização do trabalho e as conexões transnacionais que reconfiguram a agroindústria da carne no Brasil, combinando redes internas e internacionais de recrutamento de trabalhadores, nas quais a sobreposição de solidariedades orgânicas e organizacionais (SANTOS, 2002), colocam novas questões para o entendimento das condições de vida e de trabalho dessa população.

OS DOIS "BOOMS" DO AGRONEGÓCIO NO SÉCULO XXI E A REDEFINIÇÃO DO CONSENSO DE COMMODITIES NO BRASIL

A primeira década do século XXI marca a surpreendente valorização de diversas commodities, rompendo com quase vinte anos de estagnação nos preços dessas mercadorias (PRATES; MARÇAL, 2008). Inicialmente, tal recuperação foi associada às perdas de safras decorrentes das mudanças climática. Contudo, mesmo equacionados os problemas de oferta, a demanda de países do Sul Global, particularmente da China, alavancou as cotações de

vários alimentos e matérias-primas nas principais bolsas de valores do mundo.

Em paralelo, a queda na taxa básica de juros dos EUA "estimulou investimentos alternativos aos títulos do tesouro norte-americano, notadamente em derivativos relacionados a commodities", cujo consumo encontrava-se em plena expansão (SESSA; SIMONATO; DOMINGUES, 2015).

É desde essa perspectiva que o *boom* das commodities desse período deve ser interpretado como parte das estratégias de mitigação dos efeitos da crise de superacumulação nos países centrais, com o capital excedente em determinados territórios sendo redirecionados para outras regiões do planeta através de um emaranhado de conexões financeiras (HARVEY, 2004).

Na condição de um dos maiores produtores de commodities do mundo, a América Latina assumiu posição de destaque no processo de financeirização dos mercados de commodities (BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016), com importantes desdobramentos políticos, econômicos e sociais nesse continente.

Na visão de Svampa (2015), essa inserção global redefiniu - ao mesmo tempo que fortaleceu - a agenda neoliberal colocada pelo Consenso de Washington nos anos 1990.

Por um lado, o pacto político denominado pela autora de "Consenso de Commodities" reforçou a inserção dependente dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, corroborando a ideia de que não há alternativas para o desenvolvimento da região fora da produção de matérias-primas voltada para os mercados globais (SVAMPA, 2015).

Por outro lado, esse enquadramento global coexistiu com governos que questionaram a ortodoxia das reformas estruturais vigentes na região até então. Na contramão da agenda colocada pelo

Consenso de Washington, o Consenso de Commodities aparece associado ao um Estado proativo, regulador de uma série de políticas direcionadas às populações de baixa renda (SVAMPA, 2015).

Todavia, sem produzir mudanças profundas, os Estados membros desse acordo agiram em estreita associação com as multinacionais, ampliando o poder desses atores internamente (SVAMPA, 2015).

Dessa forma, ao promover a desregulamentação dos mercados, o Consenso de Commodities reforçou a criação de uma bolha especulativa em torno da produção de bens primários, com as estruturas governamentais e de crédito de seus países cada vez mais imersas em uma teia de valorização financeira da qual passaram a ser reféns (HARVEY, 2004).

Particularmente no Brasil, a existência de amplos fundos territoriais – extensas áreas com poucas 'rugosidades' (SANTOS, 2002) e grande potencial de valorização futura – representou uma vantagem comparativa do país na nova ordem internacional, "envolvendo a economia brasileira pesadamente nos circuitos de acumulação financeira" (MORAES, 2002, p. 142).

A agroindústria da carne foi um dos setores que mais recebeu investimentos, seja em função do consumo mundial crescente, seja por conta das amplas vantagens competitivas compartilhas por esse segmento no Brasil, como estrutura fundiária concentrada, áreas propícias para expansão da pecuária (majoritamente no cerrado e na Amazônia), densa malha de frigoríficos dispersa em grande parte do território nacional e uma consolidada cadeia de integração grãos-carne (ESPÍNDOLA, 2012; MAMIGONIAN, 1976; CÔRREA, 2012).

Ainda que o setor de frigoríficos no país tenha se formado na base de capitais estrangeiros, no começo do século XX (MAMIGONIAN, 1976; CÔRREA, 2012), as políticas públicas

direcionadas à produção de carne, entre 1930 e 1980, promoveram a nacionalização desse segmento, consolidando inúmeros mecanismos de proteção do mercado interno (MAMIGONIAN, 1972; ESPÍNDOLA, 2012).

No auge dos planos nacionais de desenvolvimento dos anos 1970, a pecuária industrial nacional atingiu grande capacidade de inovação tecnológica, combinando aumento de produtividade com o controle estatal das exportações e defesa do consumo doméstico (MAMIGONIAN, 1972; ESPÍNDOLA, 2012).

Os anos 1990 e 2000 marcaram o afastamento do Estado na gestão desse segmento, a especulação financeira sobre seus preços, bem como a entrada e a constituição das grandes transnacionais que passaram a atuar de forma oligopólica na agroindústria da carne no Brasil (CÔRREA, 2012).

Sob o comando desses grupos, a crescente produção nacional de carne contrasta-se com o paulatino desabastecimento do mercado interno, evidente principalmente a partir de 2019/2020, diante da abrupta valorização do dólar e do aumento repentino da demanda internacional (JANK, 2021; BINI; PINATTI, 2021).

É nesse contexto que os mecanismos de desencaixe (GIDDENS, 1991) produzidos pela globalização da produção saltam aos olhos nesse setor, aprofundando a ruptura na estrutura de funcionamento desse mercado com o resto da economia nacional (SASSEN, 1988).

Se nos primeiros anos do século XXI, os efeitos deletérios para o consumo doméstico advindos dessa dinâmica produtiva foram amortecidos pelo aumento da renda interna e pela valorização do real, desde 2014, o declínio na cotação dos preços de algumas commodities desorganizou as contas públicas e reascendeu o ideário neoliberal de controle fiscal (BREDOW; LELIS; CUNHA, 2016).

Retoma-se, assim, a era dos ajustes estruturais, alterando o Consenso de Commodities (SVAMPA, 2015) anteriormente acordado. De acordo com Pompeu (2021), apesar das sucessivas gestões petistas terem aprofundado o pacto de economia política com o agronegócio, esses governos também protagonizaram alianças com outros setores da sociedade.

Essa coalização de poder é reconfigurada a partir de 2017, momento no qual diversas nucleações do agronegócio passaram a se constituir como principal força de sustentação dos presidentes que se sucederam desde então (POMPEU, 2021).

Na carta de pleitos *O futuro é agro – 2018-2030*, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, juntamente com o Conselho das Entidades do Setor Agropecuário, defendeu "grandes reformas, como a previdenciária e a tributária", além do "congelamento de despesas do governo federal" (POMPEU, 2021, p. 318).

Através "do idioma da segurança jurídica", esse documento destacou a "importância de um marco regulatório para facilitar reintegrações de posses", pediu a "revogação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais", atacou a Fundação Nacional do Índio, requereu a aprovação da reforma trabalhista rural e estimulou "um novo marco de licenciamento ambiental", com a proposição de cotas de desmatamento (POMPEU, 2021, p. 318-319).

Essa agenda, endossada pelo então presidente Michel Temer, foi radicalizada no governo de Jair Bolsonaro, cujo extremismo chegou inclusive a provocar contestações e dissidências dentro de sua própria base de apoio (POMPEU, 2021).

A despeito das disputas e clivagens programáticas defendidas por diferentes nucleações do agronegócio (POMPEU, 2021), o fato é que a terceira década do século XXI aponta para a "inclusão ainda

mais marginal de contingentes expressivos de trabalhadores", com profundos "rearranjos territoriais" nas principais regiões produtivas do agronegócio no Brasil (THOMAZ JUNIOR, 2020).

Além do desmonte das estruturadas estatais de fiscalização e controle, Krein e Gimenez (2018, p. 13) analisam a reforma trabalhista de 2017 como um divisor de águas na ampliação do poder e da "liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho".

Essa e várias outras alterações normativas – como a Lei 13.429 de 2017 (Lei da Terceirização Irrestrita), a Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos), a Emenda Constitucional nº 103 (reforma da previdência) e Lei 13.874 (Lei da Liberdade Econômica) (FERREIRA; BENTO; THOMAZ JUNIOR, 2021), representam a "adequação das políticas nacionais ao movimento de expansão da economia global", garantindo a competitividade do agronegócio brasileiro via rebaixamento de seus custos de produção (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p. 39).

A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NOS FRIGORÍFICOS BRASILEIROS E A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Além das questões mencionadas acima, a migração internacional também tem se despontado como um fenômeno relevante na compreensão da dinâmica de acumulação de capital em determinados segmentos do agronegócio, em especial dos frigoríficos.

As pesquisas desenvolvidas por Magalhães (2017, p. 192), por exemplo, indicam as mais amplas possibilidades de extração de mais-valia entre haitianos, seduzidos por propostas de emprego

“com promessa de alojamento ‘gratuito’” em unidades de abate de animais do Oeste de Santa Catarina.

Na visão do autor, o desconhecimento da legislação brasileira, somado às dificuldades com o português e a urgência de se encontrar um trabalho favoreceram diversas estratégias de superexploração entre essa população.

Agier (2006), por sua vez, associa a questão humanitária envolvendo determinados grupos migrantes à “simétrica do biopoder” que despolitiza esses sujeitos, recrudescendo suas formas de dominação. Para Standing (2015), migrantes internacionais representam o protótipo do precariado mundial, uma reserva de trabalho flutuante e flexível, mais suscetível a aceitar os empregos mais penosos à sua saúde e à sua reprodução social.

Ao tratar das condições de saúde dos trabalhadores nas unidades de abate de animais no Mato Grosso, entre 2000 e 2005, ou seja, antes da entrada maciça de imigrantes no setor, Vasconcelos, Pignatti e Pignati (2009), já identificavam alta rotatividade do emprego nos frigoríficos, diminuição dos salários médios nessas ocupações (apesar do aumento da escolaridade dos trabalhadores) e aumento dos acidentes de trabalho.

Além das lesões causadas pelo manuseio de facas, somam-se os agravos por esforços repetitivos e os problemas de saúde associados ao trabalho nas câmeras frias (VASCONCELOS; PIGNATTI; PIGNATI, 2009).

A pandemia de Covid-19 trouxe ainda mais um risco à saúde desse trabalhador: a contaminação em massa dentro dos frigoríficos, seja pela proximidade dos funcionários ao longo das esteiras de produção, seja pela falta de ventilação nesses ambientes. É justamente nesse contexto de insalubridade e precariedade das relações de trabalho que as migrações dirigidas (BAENINGER, 2018) ganham destaque.

A despeito das inúmeras contradições e formas de resistência que marcam o processo de constituição de um sistema que prioriza a contratação de "não brasileiros pela possibilidade de sub-remuneração" (MAGALHÃES, 2017, p. 198), esse movimento tem impulsionado mecanismos cada vez mais sofisticados de funcionamento.

Particularmente no caso da migração haitiana e venezuelana, a criação de dispositivos jurídicos específicos para regularização migratória, todos eles associados à questão humanitária (AGIER, 2006), bem como a articulação de uma política organizada de distribuição desses imigrantes em território nacional, fortalece o debate sobre a dimensão dirigida desses fluxos (BAENINGER, 2018).

Originalmente, essa proposição teórica remonta à política do Estado brasileiro, em diálogo com organismos internacionais, para inserção de imigrantes técnico-qualificados em São Paulo, entre 1950/1960 (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013).

Ao revisar esse arcabouço conceitual, Baeninger (2018, p. 138) utiliza a perspectiva das "migrações dirigidas para o entendimento da política de interiorização da migração venezuelana".

Essa releitura fundamenta-se tanto na presença do Estado na governança desse fluxo, quanto pela atuação de ONGs e Organizações Internacionais na 'drenagem' dessa migração para o Centro-Sul do país, onde se concentram as ofertas de emprego e o processo de envelhecimento demográfico é mais acelerado (CCGE, 2008).

Desde essa abordagem, o olhar das migrações dirigidas permite avançar na dinâmica das migrações internas das migrações transnacionais de refúgio no país, tanto na fronteira, como fora dela (BAENINGER, 2018).

Tal como discutido pela autora, a migração venezuelana desponta-se como fenômeno emblemático das migrações dirigidas contemporâneas no Brasil (BAENINGER, 2018). Sem dúvidas, a força-tarefa montada pelo governo federal, em Roraima, para organizar o intenso fluxo de nacionais da Venezuela, constitui uma particularidade dessa migração.

Estruturada em 2018, pelo Decreto Federal nº9.285/2018 (posteriormente complementado pelos decretos 9.286/2018 e 9.970/2019), a Operação Acolhida agrega os esforços de nove ministérios, da ONU e de centenas de entidades da sociedade civil. Suas ações dividem-se em três eixos principais:

(1) Ordenamento de fronteira, momento no qual se faz a regularização migratória, atendimento médico e fiscalização sanitária;

(2) Acolhimento;

(3) Interiorização (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

Com um guichê instalado dentro dessa operação, a JBS – uma das maiores indústrias alimentícias do mundo, proprietária de mais de 70 marcas, dentre as quais estão a Seara, Swift, Friboi, Rezende, Delícia e Doriana – passou a ser uma das principais impulsionadoras do Programa Nacional de Interiorização, através da modalidade ‘vaga sinalizada de emprego’.

Essa migração dirigida (BAENINGER, 2018) já ofereceu deslocamento assistido a quase 83 mil venezuelanos, dos quais 8 mil com vaga sinalizada de emprego em municípios como Dourados/MS, Chapecó/SC, Caxias do Sul/RS e São Miguel do Oeste/SC, todos com grandes frigoríficos.

De fato, os ganhos logísticos da Operação Acolhida a diferencia do recrutamento de haitianos para o trabalho nos frigoríficos, processo no qual os empresários foram ao encontro desses migrantes, contratando-os em grupos menores, dispersos em território nacional (BICUDO, 2021; MAGALHÃES, 2017).

No entanto, a migração haitiana também pode ser analisada sob prisma da migração dirigida (BAENINGER, 2018), haja vista a forte presença do Estado (seja no Haiti, através da Minustah, seja no Brasil) e a proliferação de ONGs que já influenciavam na redistribuição interna dessa população (MAGALHÃES, 2017; BICUDO, 2021; JESUS, 2021).

Ainda que as conotações geopolíticas com a Venezuela tenham atraído a atenção de inúmeras organizações internacionais, a rota amazônica (SILVA, 2015) e o recrutamento de imigrantes na fronteira norte foi originalmente estruturado com a migração haitiana, entrelaçando a atuação do Estado e da sociedade civil na governança desse fluxo (MÁRMORA, 2010; MAGALHÃES, 2017; BICUDO, 2021; JESUS, 2021).

O conjunto dessas observações faz da perspectiva teórica das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018) e do recrutamento humanitário (BICUDO, 2021) um caminho de investigação profícuo no entendimento dos nichos de trabalho migrante (WALDINGER, 2005) no âmbito das migrações transnacionais de refúgio Sul-Sul (BAENINGER, 2016).

Acompanhando os diferentes momentos da globalização dos frigoríficos brasileiros, tal processo não se enquadra nas perspectivas teóricas sobre inserção laboral de imigrantes internacionais no Norte Global. Em primeiro lugar, esse fenômeno precisa ser compreendido à luz das especificidades do mercado de trabalho brasileiro, estruturado a partir da de uma oferta abundante de mão-de-obra que puxa para baixo o valor do salário mínimo (OLIVEIRA, 2003), e da

grave e generalizada violação dos direitos humanos na origem desses fluxos.

Na rota das migrações transnacionais de refúgio (BAENINGER, 2017), o Brasil surge como o país possível, mas não o desejado, e a fronteira amazônica como local onde se inicia o recrutamento de parte importante dessa população.

Com apoio de atores estatais e paraestatais (AMAR, 2020), essa contratação não assume um formato estritamente empresarial, "mas se dá dentro de um quadro de 'ação social', com forte apelo humanitário (BICUDO, 2020, p. 65; SILVA, 2013), assumindo os contornos de uma migração dirigida que explicita os novos rumos da migração internacional no território brasileiro (BAENINGER, 2018).

Em segundo lugar, esse nicho não reproduz as especializações laborais características do mercado global de trabalho migrante, com redes de recrutamento que se iniciam nos países de origem (GUARNIZO, SMITH, 1998).

Também a abordagem da exportação organizada de trabalhadores (SASSEN, 2010), dos nichos étnicos, dos enclaves étnicos e dos sistemas de treinamento que moldam essa forma de inserção laboral (BAILEY; WALDINGER, 1991) não são suficientes para pensar modos de recrutamento que dialogam com as migrações transnacionais de refúgio Sul-Sul (BAENINGER, 2017).

A concentração de migrantes internacionais nos frigoríficos tampouco distingue-se pelas redes de subcontratação e terceirização que incidem na informalidade do trabalho, uma característica comum a muitos nichos de trabalho migrante (SASSEN, 2010).

Abre-se, assim, uma ampla agenda de investigação que, no rol dos estudos sobre os "focos setoriais de trabalho precário" (OIT, 2017, p. 14), marque as particularidades dos frigoríficos, seja pela

formalização desse trabalho, seja por dinamizar canais de contratação que combinam a presença de atores paraestatais (AMAR, 2020) e das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018).

Às ações do Estado, de organizações internacionais e ONGs, somam-se as redes de solidariedade construídas pelas próprias comunidades migrantes, impulsionando a emergência de um nicho étnico no setor dos frigoríficos.

Por nicho étnico, Waldinger (2005), identifica a concentração de determinado grupo social em uma atividade laboral específica como sendo resultado da inserção prévia de seus membros, os quais atuam como verdadeiros agentes intermediadores de contratação.

Nessa linha, o fato da inserção laboral de imigrantes internacionais se dar de modo altamente especializada em um pequeno número de indústrias ou negócios guarda relações com as vantagens competitivas associadas aos laços étnicos, que mobiliza informações, capitais e uma rede de suporte tecida no interior do próprio grupo (WALDINGER, 2005).

Sobretudo em setores marcados por alta rotatividade, tal como nos frigoríficos, com vagas de emprego sempre abertas, essas redes interpessoais de recrutamento de trabalhadores são de importância fundamental (WALDINGER, 2005).

Segundo o autor, o controle social dentro da própria rede seleciona as pessoas mais disciplinadas ao trabalho oferecido, potencializando os ganhos advindos por essa via de recrutamento.

Assim, as migrações dirigidas para o trabalho nos frigoríficos mesclam solidariedades orgânicas e organizacionais (SANTOS, 2002), tecidas pelo Estado brasileiro em ação conjunta com ONGs, organizações internacionais e os próprios imigrantes, facilitando formas específicas de inserção laboral.

IMIGRANTES INTERNACIONAIS NOS FRIGORÍFICOS DO BRASIL: O QUE DIZEM OS REGISTROS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL?

A inserção laboral de imigrantes internacionais nos frigoríficos brasileiros tem nos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência Social uma importante fonte de informação.

Em primeiro lugar, os indicadores construídos a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) permitem visualizar a evolução dos vínculos empregatícios formais na agroindústria da carne, apontando a participação crescente de imigrantes internacionais (sobretudo haitianos e venezuelanos) e o descolamento cada vez maior entre a dinâmica desse segmento com o resto do mercado de trabalho brasileiro.

Em segundo lugar, as estimativas do Cadastro Geral de Empregados e Desligamentos (CAGED) corroboram a oscilação desse mercado de trabalho, reforçando a influência da demanda internacional nas admissões e demissões do setor.

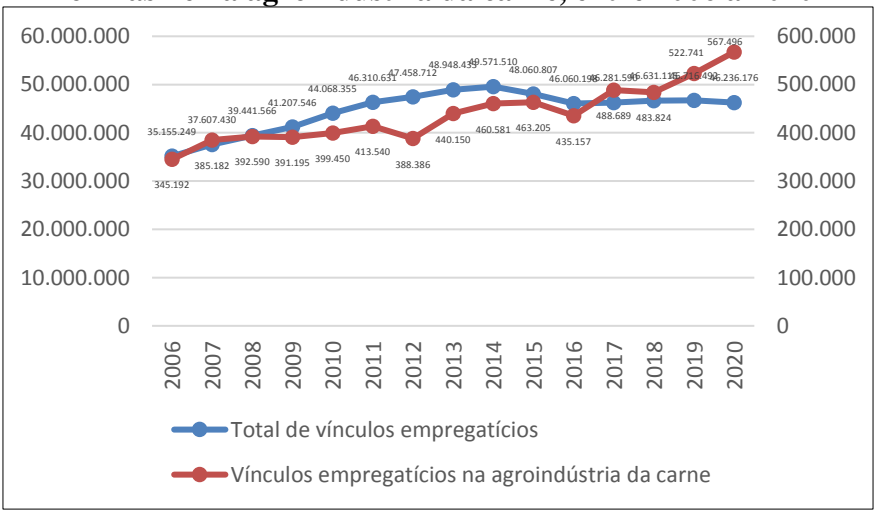
Começando pelas informações da RAIS, fica evidente a ruptura (SASSEN, 1988) na dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho da agroindústria da carne, com tendência de crescimento que, desde 2016, contrasta-se com a estagnação dos vínculos empregatícios formais para o conjunto do Brasil (Gráfico 1).

Esse desencaixe (GIDDENS, 1991) conduz à formação de ilhas de prosperidade (PACHECO, 1998) ou de enclaves produtivos (BRANDÃO, 2007) especializadas no atendimento das demandas internacionais, onde a emergência de novas formas de desigualdade

rompe com os processos anteriores de organização econômica (SASSEN, 1988).

Nesse cenário, enquanto o mercado de trabalho brasileiro patina para recuperar os empregos perdidos pela crise de 2014, os frigoríficos abriram mais de 132 mil novos postos de trabalho entre 2016 e 2020 (cerca de 75% dos empregos criados no período) (Gráfico 1), combinando a elevação da produção de carnes no país com o desabastecimento doméstico (SALES, 2021).

Gráfico 1 - Evolução do total dos vínculos empregatícios no Brasil e na agroindústria da carne, entre 2006 a 2020[3]



Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Ainda que a contratação de nacionais para trabalho na agroindústria da carne tenha aumentado ao longo da série histórica apresentada no Gráfico 2, passando de 345.086 em 2006, para

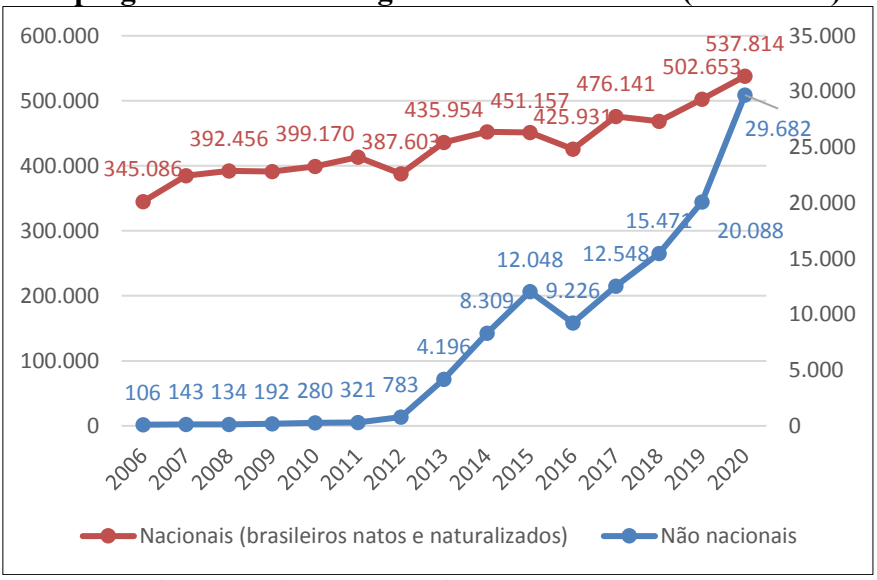
[3] Todos os gráficos foram gerados considerando os vínculos ativos em 31/12 do ano de referência.

537.814 em 2020, o crescimento de vínculos empregatícios entre imigrantes internacionais saiu de meros 106 registros para quase 30 mil.

A contratação de não nacionais segue a ritmo acelerado principalmente a partir de 2016, ano de aguda recessão desse segmento no país, em função da drástica redução da demanda interna e internacional (MARAYAMA, 2015).

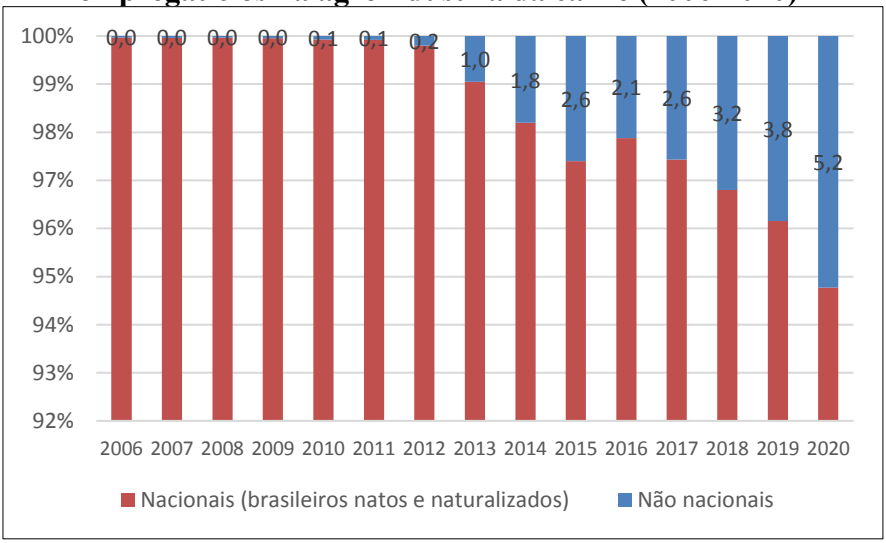
Assim, a recuperação do setor não apenas se pautou no consumo internacional (JANK, 2021), como também dependeu da superexploração do trabalho imigrante, cuja participação relativa passou de 0,1%, em 2011, para mais de 5%, em 2020 (Gráfico 3).

Gráfico 2 - Evolução dos vínculos empregatícios ativos na agroindústria da carne (2006-2020)



Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Gráfico 3 - Proporção de vínculos empregatícios na agroindústria da carne (2006-2020)



Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

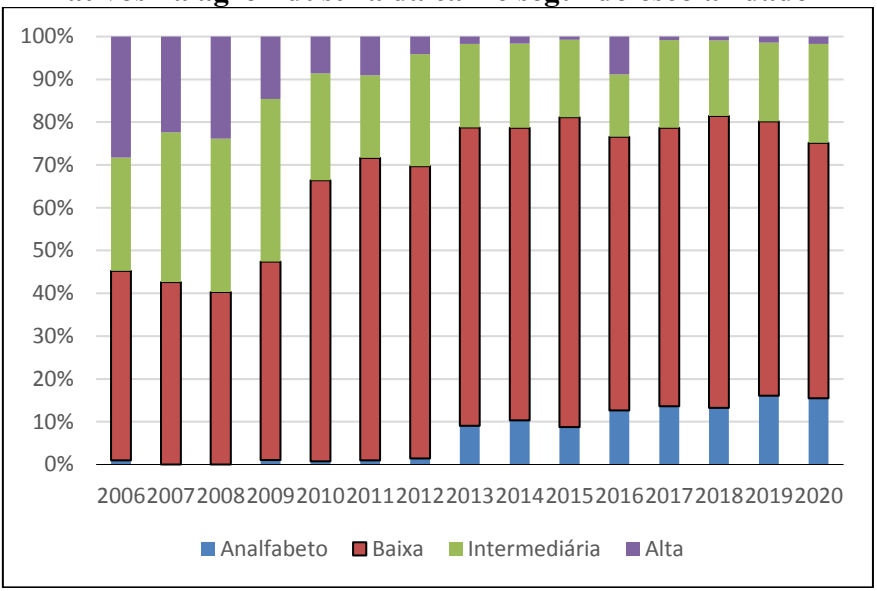
A maior contratação de imigrantes, mesmo em um contexto de altas taxas de desemprego, coloca novas questões para o entendimento das migrações internacionais e dos espaços produtivos que integram o modelo agribusiness de produção no país (GRÁS; HERNANDEZ, 2012).

Para Sassen (1988), o estabelecimento de dinâmicas de produção globalizadas desloca o foco dos estudos migratórios nos clássicos fatores de atração e expulsão para iluminar as ligações e conexões estabelecidas no âmbito dessas cadeias globais de valor.

Inicialmente, essas redes mobilizavam trabalhadores com maior escolaridade e renda, como apontam os Gráficos 4 e 5. Todavia, os últimos anos marcam a drástica mudança de perfil de imigrantes internacionais inseridos no setor.

Junto à redução da participação relativa dos vínculos empregatícios com superior completo (de quase 30% em 2006, para 1,5% em 2020) e renda acima de cinco salários mínimos (de 32% para 0,06%), verifica-se aumento da proporção de empregados analfabetos (1% para 15,5%) e que ganham até um ou dois salários mínimos: 0,9% para 5,4% e 40% para 84%, respectivamente (Gráficos 4 e 5).

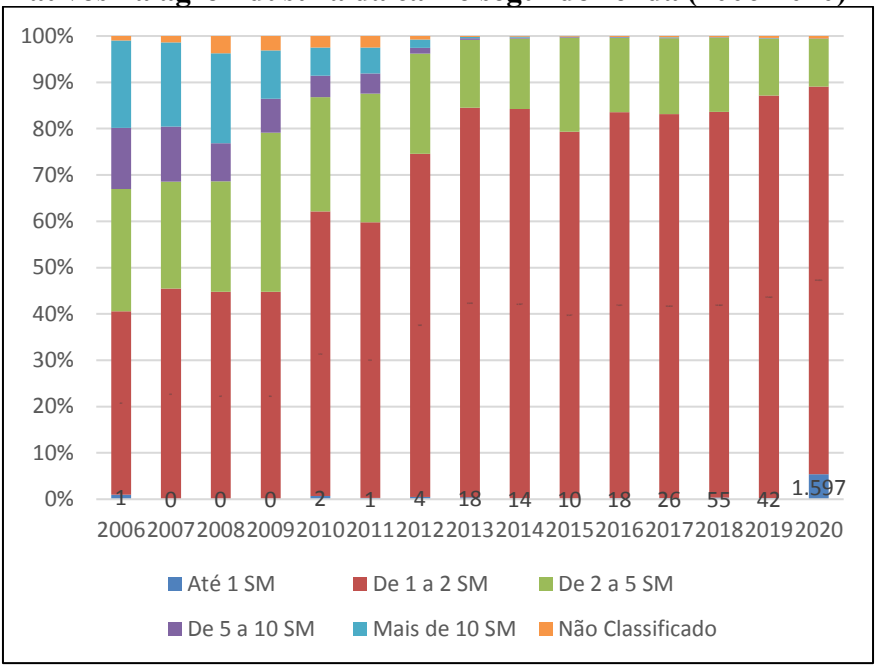
Gráfico 4 - Evolução de vínculos empregatícios ativos na agroindústria da carne segundo escolaridade



Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Nota: baixa (ensino fundamental incompleto, completo e ensino médio incompleto), intermediária (ensino médio completo e superior incompleto) e alta (ensino superior completo, mestrado e doutorado).

Gráfico 5 - Evolução de vínculos empregatícios ativos na agroindústria da carne segundo renda (2006-2020)



Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Dialogando com essas transformações, o percentual de imigrantes internacionais em cargos de direção, ocupados como profissionais das ciências e das artes, como técnicos de nível médio ou nos serviços administrativos diminui de 40%, em 2006, para 3%, em 2020 (Gráfico 6).

Ao mesmo tempo, a proporção de trabalhadores da produção de bens e serviços industriais subiu de 45% para 93% nesse mesmo período, corroborando a intensa reconfiguração na hierarquia ocupacional na inserção laboral dessa população, nesse segmento.

Gráfico 6 - Evolução de vínculos empregatícios de não nacionais na indústria da carne segundo ocupação (2006-2020)



Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.
Nota: ¹Essa categoria compreende os trabalhadores da indústria que desempenham trabalhados "artesanais" (Grupo 7). ²Essa categoria compreende os trabalhadores da indústria em linhas de produção, que exercem trabalhos "parcelados" (Grupo 8).

Essas evidencias empíricas reforçam a presença de imigrantes internacionais nos frigoríficos como processo que tanto

expressa a reestruturação produtiva da atividade agropecuária (SASSEN, 1998; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), quanto reflete as dinâmicas específicas das migrações Sul-Sul, caracterizadas pela menor seletividade e temporalidade de seus fluxos (PHELPS, 2011).

Seja em função do fechamento das fronteiras do Norte Global, seja devido aos avanços da política migratória brasileira (ASSIS, 2018), o Brasil insere-se "no caminho dos periféricos na periferia" (BAENINGER, 2016, p. 13 *apud* BASSO, 2003) como "*país possível e não o país desejado*; possível, em especial, pela imigração documentada" (BAENINGER, 2018, p. 136).

A possibilidade de documentação, por sua vez, representa uma dimensão fundamental das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018), constituindo-se como pré-condição para inserção nos frigoríficos.

Ainda que as migrações Sul-Sul sejam as protagonistas na composição da força-de-trabalho imigrante nesse segmento, as informações da Tabela 1 iluminam a presença das migrações envolvendo o Norte Global, em especial de portugueses, franceses e americanos.

Dentre as nacionalidades do Sul Global, sobressaem os países nos quais o olhar das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018) é relevante para a compreensão de seus fluxos: haitianos, cujos vínculos empregatícios passaram de zero em 2006, para 22.078 em 2020, constituindo a principal nacionalidade inserida nesse setor (75% de todos os registros de imigrantes na agroindústria da carne refere-se a nacionais desse país); e venezuelanos, grupo que passa a compor esse segmento somente em 2015 e, já em 2020, registra quase 5.000 vínculos (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução de vínculos empregatícios ativos na agroindústria da carne, segundo nacionalidade (2006-2020)

Nacionalidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasileira	345.073	385.028	392.442	390.982	399.139	413.182	387.561	435.857	452.115	451.035	425.782	475.934	468.094	501.890	536.777
Naturalidade Brasileira	13	11	14	21	31	37	42	97	157	122	149	207	259	763	1.037
Nacionais	**345.086**	**385.039**	**392.456**	**391.003**	**399.170**	**413.219**	**387.603**	**435.954**	**452.272**	**451.157**	**425.931**	**476.141**	**468.353**	**502.653**	**537.814**
Haitiano	0	0	0	0	0	0	321	2.260	4.702	7.259	5.425	8.431	11.201	15.696	22.078
Venezuelano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	13	91	1.712	4.924
Paraguaia	27	41	39	50	67	75	180	262	446	529	584	631	679	717	779
Argentina	8	11	10	12	15	15	21	68	127	93	87	89	91	101	113
Cubano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	73	103
Uruguaia	12	22	22	23	18	18	28	34	30	28	23	38	34	33	29
Boliviana	4	4	5	3	6	6	9	20	18	18	17	20	21	22	31
Colombiano	0	0	0	0	0	3	4	11	5	13	11	13	14	20	59
Peruano	0	0	0	0	0	1	2	6	8	9	11	14	16	14	21
Chilena	3	4	4	4	5	4	7	9	12	12	10	12	12	9	9
Equatoriano	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1	1	1	0	1
Outras Latino-Americanas	1	4	4	3	5	4	2	161	400	532	423	554	662	9	6
América Latina e Caribe	55	86	84	95	116	126	574	2.831	5.750	8.498	6.596	9.816	12.822	18.406	28.153
Senegalesa	0	0	0	0	0	0	0	0	37	242	423	355	286	590	583
Ganesa	0	0	0	0	0	0	0	0	111	302	172	140	72	94	112
Sul-Africano	0	0	0	0	0	1	74	1	2	9	6	7	9	70	26
Angolano	0	0	0	0	0	3	3	16	3	4	2	8	15	17	18
Marroquino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	12
Guine Bissau (Guineense)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	10
Congolês	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	4	11	12	10	9
Outros Africanos	0	0	0	0	0	9	41	298	804	1.032	827	1.047	1.099	349	278

África	0	0	0	0	0	13	118	315	959	1.592	1.434	1.568	1.493	1.158	1.048
Norte-Americana	0	1	1	1	1	2	2	1	1	3	3	3	3	7	5
Canadense	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
América do Norte	0	1	1	1	1	3	2	1	1	3	3	3	3	7	5
Bengalesa	0	0	0	0	0	0	0	0	46	57	53	42	29	341	309
Paquistanês	0	0	0	0	0	0	0	54	93	117	48	62	22	21	9
Japonesa	3	2	0	0	0	0	1	1	2	3	3	6	7	5	5
Sírio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1
Indiano	0	0	0	0	0	2	2	23	29	8	4	3	2	1	2
Chinesa	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2
Outras Asiáticas	0	0	1	1	1	16	22	447	556	515	249	174	72	35	24
Ásia	5	2	1	2	1	18	25	525	726	700	357	288	133	407	352
Francesa	0	2	1	0	0	1	0	6	5	10	8	8	9	15	21
Portuguesa	12	13	12	12	10	12	9	11	18	16	10	10	12	15	13
Alemã	4	7	6	4	3	2	4	3	2	3	3	3	2	3	1
Espanhola	1	3	4	3	3	1	5	4	7	6	4	2	2	3	2
Italiana	6	7	6	5	6	5	5	8	3	3	4	5	4	3	6
Belga	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1
Britânica	4	3	4	3	3	4	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Russo	0	0	0	0	0	0	0	6	5	3	0	0	0	0	0
Outros Europeus	0	0	0	0	0	2	1	3	6	2	1	4	3	5	7
Europa	28	36	34	27	25	28	25	42	48	43	31	33	33	45	51
Outras Nacionalidades	18	18	14	67	137	133	39	482	825	1.212	805	840	987	65	73
Não nacionais	**106**	**143**	**134**	**192**	**280**	**321**	**783**	**4.196**	**8.309**	**12.048**	**9.226**	**12.548**	**15.471**	**20.088**	**29.682**
Total	**345.192**	**385.182**	**392.590**	**391.195**	**399.450**	**413.540**	**388.386**	**440.150**	**460.581**	**463.205**	**435.157**	**488.689**	**483.824**	**522.741**	**567.496**

Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Os indicadores da Tabela 1 mostram, ainda, outras nacionalidades do Sul Global com presença crescente no setor, dentre os quais se destacam os senegaleses e bengaleses. A análise desses fluxos - embora não se encaixe nas perspectivas teóricas das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018) - também é importante para o entendimento das migrações internacionais associada aos frigoríficos, na medida em que expressa a 'burocracia halal', formada por empreiteiras que comandam a contratação de mão-de-obra qualificada para 'a sangria'" nas unidades de abate assim certificadas (SILVA, 2013).

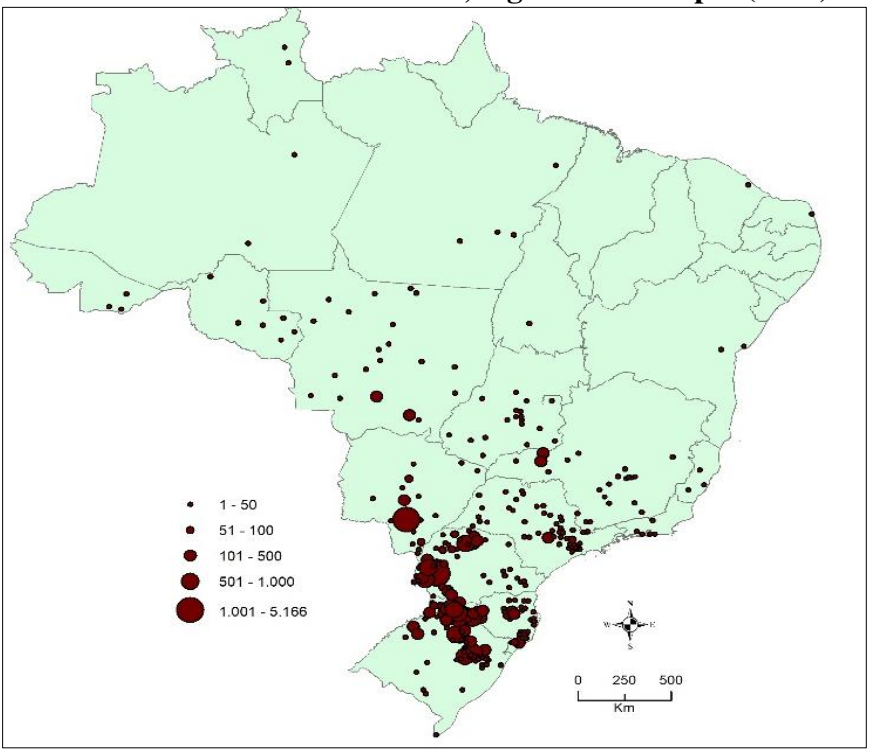
Como exemplo de uma das mais importantes empreiteiras com atuação no setor, Silva (2013, p. 13) cita o "Grupo de Abate Halal, sediado em São Bernardo do Campo, formado por empresários oriundos da comunidade sírio-libanesa radicada no Brasil desde o final do século XIX".

É sobretudo no âmbito dessa rede que ocorre o recrutamento de senegaleses e bengaleses para o trabalho nos frigoríficos (SILVA, 2013).

Ainda que a participação do Estado brasileiro e de ONGs seja importante no oferecimento de documentação provisória (a maioria dessa população regulariza-se via solicitação de refúgio) e na promoção da acolhida humanitária, o protagonismo na mediação para o trabalho recai sobre essa "burocracia halal" (SILVA, 2013).

Também vale destacar a importância crescente de nacionais dos países do Mercosul na composição de nicho, especialmente de paraguaios (Tabela 1). Até 2011, Paraguai representava o principal país de origem desses imigrantes. A inserção laboral dessa população, nesse segmento, tem sido marcada por constantes violações dos direitos trabalhistas, com recorrentes denúncias envolvendo condições degradantes de trabalho.

Mapa 1 - Vínculos empregatícios na indústria da carne de trabalhadores não nacionais, segundo município (2020)

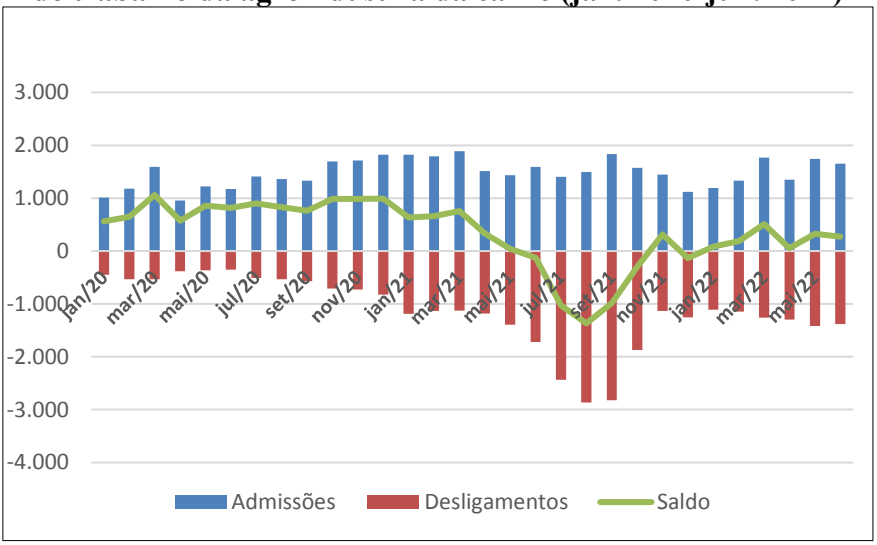


Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

No tocante à distribuição espacial desses vínculos empregatícios, é nítida a concentração de imigrantes nos estados do Sul, particularmente em Santa Catarina (Mapa 1), região que combina uma forte inserção global pela ação dos frigoríficos com um acelerado processo de envelhecimento populacional (CCGE, 2008; ESPÍNDOLA, 2012). Chapecó/SC, Cascavel/PR e Dourados/MS estão entre os municípios que mais concentram trabalhadores não nacionais nos frigoríficos (Mapa 1), assumindo

também posição de destaque nas localidades de destino da interiorização de venezuelanos idealizada pela Operação Acolhida (PLATAFORMA R4V, 2022).

Gráfico 7 - Imigrantes admitidos e desligados no mercado de trabalho da agroindústria da carne (jan. 2020-jun. 2022)



Fonte: MTPS/RAIS; NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.
Nota: Nessa tabulação estão incluídos os brasileiros naturalizados

Finalmente, as estimativas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) corroboram as oscilações na movimentação do emprego no setor de frigoríficos (Gráfico 7).

O salto nas contratações ao longo de 2020, especialmente a partir de março, momento em que a China reabre seu comércio internacional, paralisado entre os meses de janeiro e fevereiro por conta da pandemia, contrasta-se com a forte retração do emprego no setor entre junho e outubro de 2021, quando a demanda chinesa por carne brasileira diminui drasticamente (JANK, 2021).

Nesse contexto, em plena crise econômica e sanitária, 16.468 imigrantes internacionais foram contratados nesse setor e 6.486 foram demitidos, perfazendo um saldo positivo de quase 10 mil novos postos de trabalhos apenas para imigrantes, em 2020 (Gráfico 7).

Em 2021, esse setor fecha o ano com um saldo negativo em 1.200 postos de trabalho para não-nacionais, tendência revertida ao longo do primeiro semestre de 2022, mas sem representar o mesmo *boom* anterior (Gráfico 7).

Verifica-se, portanto, que a movimentação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal dos frigoríficos no Brasil acompanha a dinâmica das exportações de carne brasileira, em especial as vendas para a China (BENITES, 2021).

Vale ressaltar que a Embrapa sinalizava desde 2020 os impactos que os vultuosos investimentos chineses em políticas de segurança alimentar teriam para o Brasil, reiterando o caráter emergencial e transitório desse *boom* do setor (GUARALDO, 2020; SEIXAS, 2020).

São essas instabilidades e conexões que alimentarão a participação de imigrantes internacionais, fazendo da demanda global uma dimensão fundamental na composição da população necessária e/ou excedente a ser mobilizada por esses capitais (RENNER; PATARRA, 1980).

A PESQUISA IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Capitaneada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), esse levantamento de campo *on line* contou com a

cooperação de 15 universidade, 11 instituições da sociedade civil, Ministério Público do trabalho e 22 migrantes mediadores (FERNANDES; BAENINGER, 2020).

Através dessa ampla rede, a pesquisa alcançou 2.475 participantes, de 60 nacionalidades diferentes, residentes em 23 unidades federativas do Brasil. Vale ressaltar que a investigação não possui caráter amostral e seus resultados advém de respostas espontâneas vindas diretamente de imigrantes que preencheram o questionário disponibilizado na internet entre 12 maio e 6 julho de 2020 (FERNANDES; BAENINGER, 2020).

Tabela 2 - Imigrantes internacionais participantes da pesquisa, ocupados como magarefes, por nacionalidade (2020)

Nacionalidade	Total
Haiti	27
Senegal	3
Venezuela	19
Em branco/Não respondeu	1
Total	50

Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

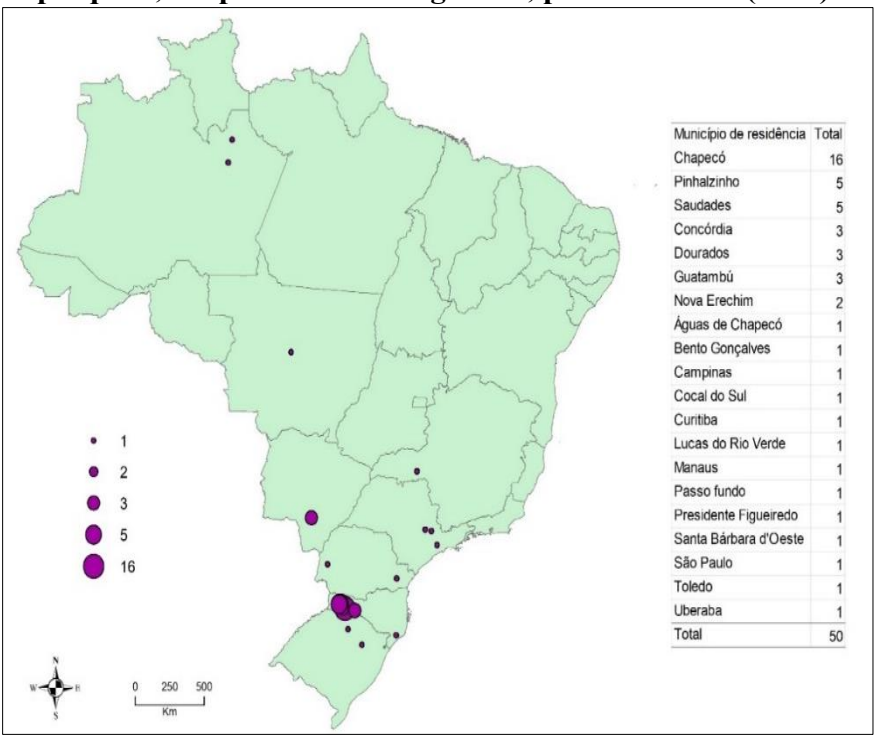
Do total de respondentes, 45 declararam trabalhar como magarefes e afins antes do começo da pandemia de Covid-19, enquanto 5 outras pessoas começaram a trabalhar em tal ocupação depois do início da crise sanitária.

Nesse universo de 50 pessoas, 27 eram do Haiti, 19 da Venezuela e 3 do Senegal (Tabela 2). Reitera-se, portanto, o peso das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018) e da 'burocracia halal' (SILVA, 2013) para o trabalho nos frigoríficos.

O Mapa 2 reforça, ainda, a centralidade da Região Sul no circuito espacial produtivo dos frigoríficos no Brasil, em especial os

municípios do oeste de Santa Catarina, como Chapecó, Pinhalzinho, Saudades e Concórdia. Quase 60% dos respondentes ocupados como magarefes residiam em tais localidades.

Mapa 2 - Imigrantes participantes da pesquisa, ocupados como magarefes, por residência (2020)



Município de residência	Total
Chapecó	16
Pinhalzinho	5
Saudades	5
Concórdia	3
Dourados	3
Guatambú	3
Nova Erechim	2
Águas de Chapecó	1
Bento Gonçalves	1
Campinas	1
Cocal do Sul	1
Curitiba	1
Lucas do Rio Verde	1
Manaus	1
Passo fundo	1
Presidente Figueiredo	1
Santa Bárbara d'Oeste	1
São Paulo	1
Toledo	1
Uberaba	1
Total	50

Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

As Tabelas 3 e 4 corroboram os altos níveis de formalização dessa forma de inserção laboral. Considerando todos os participantes

da pesquisa no período anterior à pandemia, somente 22% (550 de 2.475) declararam trabalhar com carteira assinada.

Entre os magarefes, esse percentual foi de quase 87%. Ademais, das 27 pessoas que conseguiram emprego formal após o início da pandemia de Covid-19, 5 exerciam essa profissão.

Tabela 3 - Total de imigrantes participantes da pesquisa, segundo condição no trabalho (2020)

Condição no trabalho	Antes da pandemia	%	Depois do começo da pandemia	%
Trabalhava como autônomo (microempresa, pessoa jurídica ou MEI)	98	3,96	2	0,08
Trabalhava com carteira assinada	550	22,22	27	1,09
Trabalhava sem carteira assinada	393	15,88	24	0,97
Trabalha como Voluntário	19	0,77	2	0,08
Autônomo informal	70	2,83	1	0,04
Bolsista ou estagiário	12	0,48	1	0,04
Servidor Público	3	0,12		0,00
Contrato Temporário	1	0,04	3	0,12
Outro	1	0,04		0,00
Em branco/Não respondeu/Não se aplica	1.328	53,66	2.415	97,58
Total	2.475	100,00	2.475	100,00

Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

Tabela 4 - Imigrantes participantes da pesquisa, ocupados como magarefes e afins, segundo condição no trabalho (2020)

Condição no trabalho	Antes da pandemia	%	Depois do início da pandemia	%
Trabalho com carteira assinada	39	86,67	5	100,0
Trabalho sem carteira assinada	4	8,89		
Autônomo informal	1	2,22		
Não respondeu	1	2,22		
Total	45	100,00	5	

Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

Os indicadores da Tabela 5 reafirmam o maior risco de adoecimento por Covid-19 entre esse grupo, no começo da pandemia. Se 5,8% dos participantes da pesquisa confirmaram ter testado positivo (ou alguém da família) para a Covid-19, entre os magarefes, essa proporção chega a ser o dobro (12%).

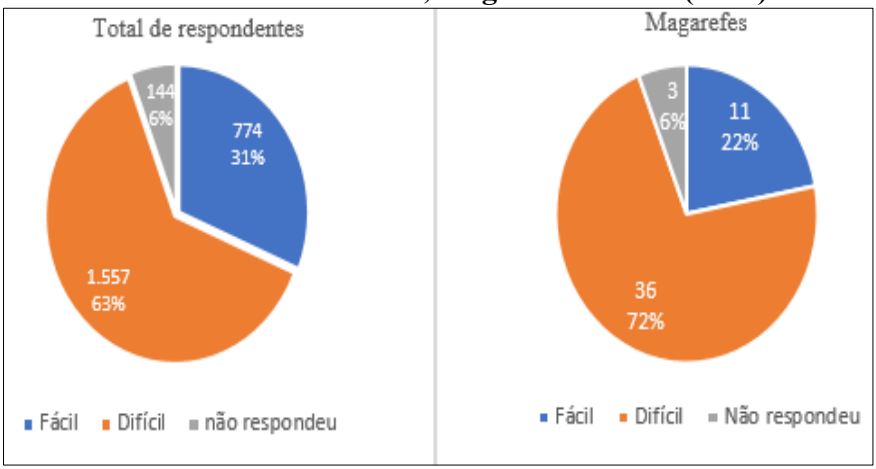
Tabela 5 - Imigrantes participantes da pesquisa que testaram positivo para a COVID-19 (2020)

Participantes	Testou positivo para a Covid-19	Total	%
Ocupados como magarefes	6	50	12,0
Todos os participantes da pesquisa	144	2.475	5,8

Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

As dificuldades em lidar com as restrições impostas pelo isolamento social também são relativamente maiores entre os respondentes com essa ocupação: 36 dos 50 magarefes participantes da pesquisa não julgaram fácil seguir as recomendações de distanciamento para enfrentamento da pandemia (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Grau de dificuldade em lidar com o isolamento social, magarefes e afins (2020)



Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

Com relação à documentação, no momento de realização da pesquisa – ou seja, entre maio e junho de 2020 – apenas 13 respondentes (0,5% do total) declararam estar em situação irregular (Tabela 6).

Entre os magarefes, ninguém se encontrava em tal situação. Mais da metade desse grupo (62%) já possuía, inclusive, autorização de residência temporária ou permanente: índice superior aos 51% registrado para o conjunto dos participantes.

Tabela 6 - Status migratório dos imigrantes participantes da pesquisa, total e ocupados como magarefes e afins (2020)

Status Migratório	Total de respondentes	%	Magarefes	%
Estou com um visto de turista de 90 dias que recebi ao entrar no Brasil	37	1,5		
Estou com um visto humanitário recebido em meu país ou ao entrar no Brasil	255	10,3	1	2,0
Já tenho uma autorização de residência temporária ou permanente.	1.263	51,0	31	62,0
Fiz uma solicitação de refúgio ao entrar no Brasil e aguardo a resposta do Ministério da Justiça	300	12,1	6	12,0
Tenho o status de refugiado	510	20,6	9	18,0
Solicitação de autorização de permanência ou refúgio durante a pandemia	7	0,3		
Fronteiriço	1	0,0		
Irregular	13	0,5		
Naturalizado Brasileiro	19	0,8		
Em branco/Não respondeu	64	2,6	3	6,0
Não se aplica	6	0,2		
Total	2.475	100,0	50	100,0

Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

Em se tratando da situação de moradia e dos arranjos domiciliares sobressaem, por um lado, os maiores percentuais de magarefes que vivem em imóvel alugado com outras pessoas que não companheiro/cônjuge/filho (24% para o total de respondentes e 26% entre esses trabalhadores) ou que moram em casas de familiares e amigos (11% para o total e 16% para os magarefes).

Por outro lado, também é maior a proporção desses trabalhadores residindo em casas próprias ou alugadas para o convívio restrito da família (Tabela 7).

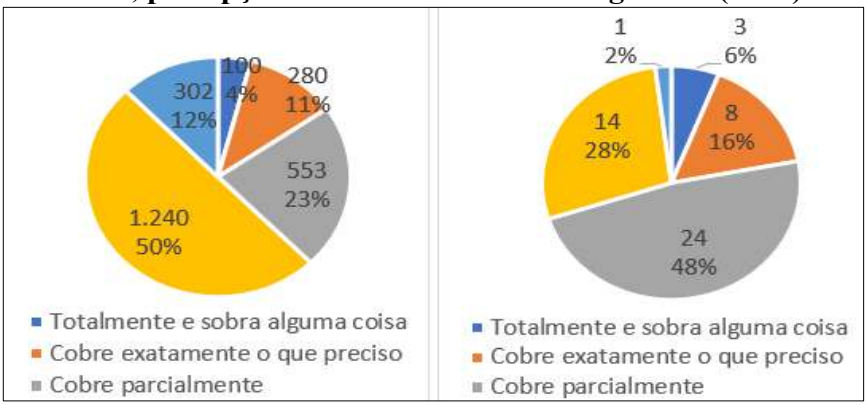
Tabela 7 - Pesquisa - total e ocupados como magarefes e afins, moradia e arranjo domiciliar dos imigrantes (2020)

Qual a sua situação de moradia no momento atual?	Total de participantes da pesquisa	%	Magarefes	%
Vivo sozinho/a (ou com o companheiro/ cônjuge/filhos) em casa/apto alugados	1.055	42,6	22	44,0
Vivo sozinho/a (ou com o companheiro/ cônjuge/filhos) em casa /apto próprios	89	3,6	4	8,0
Vivo em casa/apto de familiares/amigos	257	10,4	8	16,0
Vivo em casa de acolhimento gratuita	56	2,3		
Vivo em pensão ou hotel	59	2,4	1	2,0
Vivo com uma ou mais pessoas, partilho casa/apto alugados	598	24,2	13	26,0
Vivo com uma ou mais pessoas, partilho um quarto alugado, numa residência particular	157	6,3	2	4,0
Vivo em casa /apartamento fornecidos pelo empregador	148	6,0		
Abrigo da Prefeitura	7	0,3		
Em branco/Não respondeu	47	1,9		
Não se aplica	2	0,1		
Total	2.475	100,0	50	100,0

Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

No que diz respeito às percepções de rendimento e às remessas, verifica-se que metade dos respondentes da pesquisa declararam possuir renda inferior aos seus gastos e que não enviam remessas (Gráficos 9 e 10). Entre os magarefes, esses percentuais são significativamente menores: 28% e 8%, respectivamente.

Gráfico 9 - Pesquisa, ocupados como magarefes e afins, percepções de rendimento dos imigrantes (2020)



Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

Gráfico 10 – Pesquisa, total e ocupados como magarefes e afins - segundo envio de remessas de imigrantes (2020)



Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

Para concluir essa análise, é interessante pontuar os menores percentuais de magarefes que pretendem retornar ao seu país de

origem (4%, ante os 5,5% do total) ou que manifestaram interesse de permanecer no Brasil (70% e 77% total). Nesse sentido, entre esse grupo, o desejo de ir para outro país parece significativamente maior (Tabela 8).

Tabela 8 – Pesquisa, total e ocupados como magarefes e afins, segundo planos migratórios dos imigrantes (2020)

Considerando a situação que você vive hoje, o que você pretende fazer no futuro?	Magarefes	%	Total de participantes da pesquisa	%
Regressar imediatamente ao seu país de origem	2	4,0	136	5,5
Permanecer no Brasil	35	70,0	1.903	76,9
Ir embora, imediatamente, para outro país	3	6,0	74	3,0
Regressar ao seu país de origem satisfeita algumas condições			7	0,3
Permanecer no Brasil satisfeita algumas condições			7	0,3
Ir embora para outro país satisfeitas algumas condições			1	0,0
Não ficar no Brasil			1	0,0
Não sabe			45	1,8
Prefiro não responder	1	2,0	299	12,1
Não se aplica	9	18,0	2	0,1
Total	50	100,0	2.475	100,0

Fonte: GIPE; GEDEP/PUCMINAS; NEPO/UNICAMP (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das informações apresentadas reforçam o emprego de imigrantes internacionais nos frigoríficos como parte das estratégias para aumentar a competitividade da carne brasileira. Em um cenário de crise econômica global, é essa população –

protótipo da acumulação flexível – que engrossará as fileiras do precariado (STANDING, 2015), mesmo diante dos altos níveis de desemprego nos países de destino.

O encontro entre empregadores e trabalhadores demanda, no entanto, inúmeras mediações e estratégias (BICUDO, 2021). Particularmente no caso dos frigoríficos, as articulações envolvendo Estado, organizações internacionais e entidades da sociedade civil adquirem importância fundamental.

Por um lado, as intervenções do Estado criam dispositivos jurídicos que facilitam o acesso à documentação, pressuposto para a formalização do trabalho exigida em vários circuitos transnacionais de produção e consumo. Por outro lado, a atuação dos organismos internacionais e ONGs colaboram com a criação de canais específicos de recrutamento, marcados pela tutela e pelo controle (AGIER, 2006).

Nesse sentido, a perspectiva das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018) desponta-se como paradigma promissor de análise, marcando as particularidades que esse fenômeno assume nas migrações Sul-Sul.

A essas redes organizacionais (SANTOS, 2002) somam-se as conexões estabelecidas pelos próprios imigrantes que, apesar de facilitar a inserção laboral especializada (WALDINGER, 2005), também criam espaços de solidariedade, contestação e resistência (MAGALHÃES, 2017).

A produção global torna-se, assim, um motor de novas formas de recrutamento, repleto de contradições e desafios que reconfiguram as dinâmicas do trabalho formal (BAENINGER, 2021).

Se a garantia de salário fechado facilita a organização financeira das famílias e o acesso a moradia, mesmo que às custas

da saúde do trabalhador, tal como indica a *Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil* (FERNANDES; BAENINGER, 2020), também alimenta as remessas e os laços transnacionais que reforçam o Brasil como um país de trânsito.

Ainda que essa população entre no mercado de trabalho pela "porta da frente", com vínculo empregatício formal e garantia de direitos trabalhistas (CUTTI, 2013, p. 6), não alcança "um trabalho e uma vida de estabilidade" (STANDING, 2014, p. 13).

Dispõe de um "rendimento seguro", mas também de uma "consciência de classe traduzida num fortíssimo sentimento de privação relativa e de frustação quanto ao seu estatuto" (STANDING, 2014, p.15). O trabalho formal deixa de significar estabilidade e passa, cada vez mais, a se nutrir das formas flexíveis que alimenta o precariado migrante (BAENINGER, 2022; STANDING, 2015).

REFERÊNCIAS

AGIER, M. "Refugiados diante da nova ordem mundial". **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, vol. 18, n. 2, 2006.

AMAR, P. **O Arquipélago da Segurança**: estados de segurança humana, políticas de sexualidade e o fim do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.

ASSIS, G. O. "Nova Lei de Migração no Brasil: Avanços e Desafios". *In*: BAENINGER, R. *et al*. (orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

BAENINGER, R. "Migração Transnacional: Elementos Teóricos para o Debate". *In*: BAENINGER, R. *et al*. (orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAENINGER, R. "Cenários das Migrações Internacionais no Brasil". *In*: BERQUÓ, E. (org.) **Demografia na Unicamp**: um olhar sobre a produção do Nepo. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

BAENINGER, R. "Migrações internacionais: elementos teóricos do Observatório das Migrações em São Paulo". *In*: CUNHA, M. F.; MARCONDES, G. S. (orgs.). **Questões demográficas contemporâneas**: olhares multidisciplinares. São Leopoldo: Editora Oikos, 2022.

BAENINGER, R. "Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul". *In*: BAENINGER, R.; CANALES, A. (coords.). **Migrações fronteiriças**. Campinas: UNICAMP, 2018.

BAENINGER, R.; GOMES, R. A.; DEMÉTRIO, N. B. (coords.). **População e cidades**: espaços regionais da agricultura globalizada - trabalhadores rurais e imigrantes internacionais no agronegócio em São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

BAILEY, T.; WALDINGER, R. "Primary, Secondary, and Enclave Labor Markets: A Training Systems Approach". **Amerian Sociological Review**, vol. 56, n. 4, 1991.

BENITES, A. "Bloqueio da China à carne brasileira põe em risco 10 bilhões de reais neste ano". **El País** [29/10/2021]. Disponível em: <www.brasil.elpais.com>. Acesso em: 31/10/2021.

BICUDO, M. V. G. C. C. **Mobilização do "trabalho imigrante" em São Paulo**: estudo sobre intermediação e usos do trabalho (Dissertação de Mestrado em Sociologia). São Paulo: USP, 2021.

BINI, D. L. C.; PINATTI, E. “Preços Agropecuários Sobem 1,09% em abril/2021: alta de 35,47% no acumulado em 12 meses”. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, vol. 16, n. 5, 2021.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BREDOW, S. M. S.; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. “O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014”. **Economia e Sociedade**, vol. 25, n. 3, 2016.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Imigração e refúgio no Brasil**: Retratos da década de 2010. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2021.

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Populações e políticas sociais no Brasil**: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

CÉSAR, G. R. C. “Integração Produtiva Paraguai-Brasil: Novos passos no relacionamento bilateral”. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 22, 2016.

CÔRREA, D. S. **Fusões e Aquisições nos Segmentos Carne Bovina, Óleo de Soja e Sucroalcooleiro** (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2012.

CUTTI, D. “Apresentação”. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 73, 2013.

DEMÉTRIO, N. B. "Migração internacional nos frigoríficos do Brasil: notas para uma agenda de pesquisa". **Anais do XII Encontro Nacional sobre Migrações**. Belo Horizonte: ABEP, 2021.

ESPÍNDOLA, C. J. "Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil". **Geosul**, vol. 27, n. 53, 2012.

FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (coords.). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil**: Resultados de Pesquisa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

FERREIRA, G. V. N.; BENTO, F. S.; THOMAZ JUNIOR, A. "As redes de degradação e precarização do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) ". **Revista Pegada**, vol. 22, n. 1, 2021.

GALERA, M. M. **A inserção dos frigoríficos exportadores de Mato Grosso do Sul no mercado global** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Dourados: UFGD, 2011.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GRAS, C.; HERNÁNEZ, V. **El agro como negocio**: producción, sociedad y territorios em la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2012.

GUARALDO, M. C. "Em busca de segurança alimentar, China se prepara para a fase pós- Covid- 19 e pode influenciar o agronegócio brasileiro". **Embrapa Notícias** [2020]. Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: 16/06/2020.

HARVEY, D. “The New Imperialism: Acumulation by Dispossessiona”. **Socialist Register** [2004]. Disponível em: <www.socialistregister.com>. Acesso em: 15/10/2021.

JANK, M. S. “Estamos em um novo Boom Agropecuário? ” **Revista Veja Online** [2021]. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 18/07/2021.

JESUS, A. D. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul** (Tese de Doutorado em Geografia). Dourados: UFGD, 2020.

KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M. “Prefácio”. *In*: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti (Tese de Doutorado em Demografia). Campinas: UNICAMP, 2017.

MAMIGONIAN, A. “Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário”. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 51, 1976.

MARAYAMA, A. “Crise econômica no país chega aos frigoríficos e falta até carne de boi”. **G1** [2015]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso 30/10/2021.

MÁRMORA, L. “Modelos de Governabilidad Migratoria. La perspectiva política en América del Sur”. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, n. 35, 2010.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Inserção Laboral de Migrantes Internacionais**: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo. Brasília: OIT, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

PHELPS, E. D. "South-South Migration: Why it´s bigger than we think, and why we should care". **The Migrationist** [2014]. Disponível em: <www.themigrationist.net>. Acesso em: 23/09/2021.

PLATAFORMA R4V. "Plataforma de coordenação interagencial para refugiados y migrantes de Venezuela". **Plataforma R4V** [2022]. Disponível em: <www.r4v.info>. Acesso em: 19/09/2022.

POMPEU, C. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

PRATES, D.; MARÇAL, E.F. "O Papel do Ciclo de Preços das Commodities no Desempenho Recente das Exportações Brasileiras". **Revista Análise Econômica**, n.49, 2018.

RENNER, C. R; PATARRA, N. L. "Migrações". *In*: SANTOS, J. L. F.; LEYY, M. S. F.; SZMRECSÂNYI, T. (orgs.). **Dinâmica da População**. São Paulo: T. A. Queiróz Editora, 1980.

SALES, V. "Alta no preço da carne obriga famílias a consumirem mais legumes e ovos". **UOL** [02/09/2021]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 30/10/2021.

SALLES, M. D.; PAIVA, O. D.; BASTOS, S. R. "Profissão e destino dos imigrantes italianos entrados em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial". *In*: BAENINGER, R.; DEDECCA, C. (orgs.). **Processos Migratórios no Estado de São Paulo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. "Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista". *In*: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre. Editora Artmed, 2010.

SEIXAS, M. A. **China Pós-Covid-19**: Um Alerta ao Agronegócio Brasileiro. Brasília: Embrapa, 2020.

SESSA, C. B.; SIMONATO, T. C.; DOMINGUES, E. P. "O Ciclo das Commodities e Crescimento Regional Desigual no Brasil: uma aplicação de Equilíbrio Geral Computável (EGC)". **Blucher Engineering Proceedings**, vol. 4, n. 2, 2017.

SILVA, R. C. **Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira** (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2013.

SILVA, A. S. “Fronteira Amazônica: Passagem Obrigatória para Haitianos? ” **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 44, 2015.

GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. “The Locations of Transnationalism”. *In*: SMITH, M. P.; GUARNIZO, L. E. (eds.). **Transnationalism from Below**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

STANDING; G. “O precariado e a luta de classes”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 103, 2014.

SVAMPA, M. “The “Commodities Consensus” and Valuation Languages in Latin America”. **Alternautas**, vol. 2, n. 1, 2015.

THOMAZ JUNIOR, A. “O pior está porvírus: em defesa da classe trabalhadora para além da pandemia da COVID-19”. **Portal Eletrônico da UNESP** [2020]. Disponível em: <www.unesp.br>. Acesso em: 16/06/2020.

VASCONCELOS; M. C.; PIGNATTI, M. G.; PIGNATI, W. A. “Emprego e Acidentes de Trabalho na Indústria Frigorífica em Áreas de Expansão do Agronegócio, Mato Grosso, Brasil”. **Revista Saúde e Sociedade**, vol. 18, n. 4, 2009.

WALDINGER, R. “Networks and niches: The continuing significance of ethnic connections”. *In*: LOURY, G.; MODOOD, T.; TELES, S. (eds.). **Ethnicity, Social Mobility, and Public Policy**: Comparing the USA and UK. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CAPÍTULO 3

(Des)Envolvimento Regional
e o Espaço do Agronegócio no Tocantins:
Crescimento Econômico sem Distribuição de Renda

(DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL E O ESPAÇO DO AGRONEGÓCIO NO TOCANTINS: CRESCIMENTO ECONÔMICO SEM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA[4]

Roberto Souza Santos

As noções de desenvolvimento regional trabalhadas na área do conhecimento das ciências humanas dedicadas as abordagens de cunho regional em uma interpretação positivista, estão muito preocupadas em destacar os aspectos do progresso, da prosperidade das atividades econômicas em determinada região ou localidade.

Entretanto, é fácil constatar que esta abordagem sobre desenvolvimento regional não procura de forma explícita destacar as contradições sociais geradas pela economia de mercado nas regiões. Na verdade, este desenvolvimento regional é um (des)envolvimento regional ou o não envolvimento para as classes e segmentos sociais como camponeses, trabalhadores, indígenas, ribeirinhos e quilombolas no progresso gerado nas regiões.

Vale salientar que no caso dos indígenas, não é muito interessante para eles, a sua integração ao mundo moderno. É a partir desta interpretação teórica que o uso do termo (des)envolvimento regional é trabalhado no texto.

O objetivo do texto é demonstrar e analisar os indicadores sociais dos municípios tocantinenses de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional no período de 1991 a 2010 onde atua o agronegócio. A questão central

[4] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: SOUZA SANTOS, R. "(Des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda na Revista". *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, vol. 10, p. 3-35, 2020.

dessa pesquisa foi comparar o crescimento econômico com os indicadores sociais dos municípios analisados impactados pelo agronegócio e observar o desempenho dos indicadores sociais no período estudado.

O delineamento destes objetivos da pesquisa tem como finalidade orientar o encaminhamento da pesquisa teórica e empírica para a elaboração do artigo. Foi a partir destes objetivos que a elaboração e organização dos argumentos teóricos e empíricos do texto foram executados.

O artigo é resultado de pesquisas teóricas e empíricas. A discussão teórico-metodológica procedeu-se de duas formas: um debate teórico a partir da interpretação do referencial bibliográfico utilizado e trabalhado e das experiências e pesquisas de campo durante a execução dos projetos.

A abordagem dialética orientou os procedimentos metodológicos da pesquisa, cuja análise valeu-se de aspectos materiais e sociais, partindo da premissa de que a realidade só é compreendida em direção à totalidade.

Para realização da pesquisa empírica foram escolhidos de forma estratégica os municípios de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Porto Nacional e Pedro Afonso que foram selecionados pelo capital do agronegócio como espaço estratégico para a sua reprodução.

As razões estratégicas para a definição destes municípios para o universo da pesquisa empírica, baseou-se no fato em que tais municípios são os espaços que mais se destacaram na atividade econômica do agronegócio nos últimos anos. Portanto, é perfeitamente compreensível que estes municípios representam os recortes espaciais com maior possibilidade de qualificar empiricamente os objetivos da pesquisa.

Em um primeiro momento foi realizado uma revisão bibliográfica sobre a temática proposta da pesquisa. A busca de documentos comprobatórios possibilitou a análise crítica e coerente sobre o (des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins.

Este procedimento teórico-metodológico abriu espaço para o direcionamento e execução do trabalho de campo. A segunda tarefa para elaboração do artigo foi o levantamento de dados estatísticos. Por meio de análise dos dados estatísticos levantados nos bancos de dados da Secretaria de Planejamento do Tocantins e do Atlas de Desenvolvimento Humano– PNUD possibilitou direcionamento da pesquisa empírica.

A partir do levantamento e análise dos dados estatísticos foi possível observar a evolução e as tendências do desenvolvimento humano nos municípios analisados. Outra etapa foi a execução dos objetivos propostos na pesquisa. Após a execução destes procedimentos metodológicos, procedeu-se a compilação, organização das ideias e interpretação dos dados e informações teóricas e empíricas disponíveis na literatura adotada.

O termo (des)envolvimento no texto refere a concepção positivista que significa dominação do homem e da natureza. A ideia de *desenvolvimento* sintetiza o projeto civilizatório, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social – democrata e socialista.

Para Porto-Gonçalves (2011), *desenvolvimento* é o nome síntese da ideia de *dominação* da *natureza*, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria.

> A ideia de desenvolvimento está associada à modernidade – ser moderno é ser desenvolvido, é

> estar em desenvolvimento – e, também aqui, se olvida de que a modernidade é incompreensível sem a colonialidade (PORTO; GONÇALVES, 2011, p. 64).

Para o referido autor:

> [...] *dês*-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) a natureza como, também, separálos entre si, individualizando – os. [...] *dês-envolver,* envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista (p. 81).
>
> Quanto mais *atividades segundas* ampliem as necessidades de todos e quanto mais concentrada e desigualdade distribuídas espacialmente essas demandas – vide as diferentes pegadas ecológicas - mais exigem que as *atividades primeiras* as elas se subordinem e, com isso, estabelecem aquilo que A. Giddens chamou de desencaixe, que melhor seria chamar de dês - envolvimento, implicando uma geografia do mundo moderno, (e, sabemos, colonial) que tenha *povos e lugares primeiros* aos quais se impõe viver em função dos *povos e lugares segundos*, posto que estes não vivem e não ser pelo dês-envolvimento dos primeiros, na medida que tem que garantir que a matéria - energia necessária venha desses outros lugares. O atual desencaixe, para voltar e usar a expressão de Giddens, entre os lugares que detêm a diversidade biológica e cultural atualiza o histórico e desigual padrão de territorialidades que se aguçam nesse período de globalização neoliberal (PORTO; GONÇALVES, 2011, p. 279, destaque nosso).

A lógica do (des)envolvimento no plano da cultura e da vida social dos diversos povos considerados não modernos acontece, quando o modo de produção capitalista impõe a sua racionalidade econômica a partir do modelo de (des)envolver. Ou seja, o projeto capitalista moderno ao (des)envolver os povos ao mundo capitalista, destrói a cultura dos povos (não modernos).

Para Porto-Gonçalves "[...] dês-envolve os diferentes *habitats*, os diferentes ecossistemas, os mais diferentes povos, culturas e regiões" (2011, p. 85). (Des)envolver é tirar o envolvimento, a autonomia e a sustentabilidade da cultura dos diversos povos e, sobretudo, compromete os seus territórios. É incorporar as diversas culturas à cultura Ocidental a partir da destruição das outras culturas.

A formação da fronteira capitalista, necessariamente, passa por essa lógica de (des)envolver a cultura e os territórios das comunidades indígenas, ribeirinhos, camponeses. O modo de produção capitalista ao se (des)envolver os sujeitos sociais, individualiza-os.

Segundo Bellingieri (2017), as Teorias do Desenvolvimento Regional são de inspiração Keynesiana, inseridas na análise macroeconômica, e trazem como elemento comum a existência de uma atividade econômica como líder no dinamismo do crescimento.

Trata-se do paradigma de *cima para baixo*, baseado numa força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento. Segundo o referido autor, são quatro os principais modelos de desenvolvimento regional.

Um modelo é o da Teoria da Base de Exportação que se refere aos níveis de produção e de emprego de uma região que dependem de suas atividades exportadoras, as quais dependem, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região. Como é o caso dos municípios analisados no texto.

O outro modelo é o de Causação Circular Cumulativa, que tem em Gunnar Myrdal seu principal autor, refere-se à ideia de ciclo vicioso (ou virtuoso) para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual, um fator negativo (ou positivo) é, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores negativos (ou positivos).

Por exemplo, a instalação de uma nova indústria ou a intensificação de uma determinada atividade econômica em uma determinada região causará aumento da renda e da demanda local que, por sua vez, provocará aumento da renda e da demanda nas demais atividades, configurando-se um processo de causação circular cumulativa.

Um terceiro modelo é o de Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, de Albert Hirschman, que aborda como o desenvolvimento econômico pode ser transmitido de uma região (ou país) para outra. Segundo esta teoria, o desenvolvimento dá-se pela capacidade de investir, que depende dos setores mais modernos da economia e do empreendedorismo local.

O quarto modelo é o dos Polos de Crescimento, baseado em François Perroux e Jacques R. Boudeville, que refere a formação de um polo que surge a partir de uma indústria motriz, que se desenvolve mais rápido do que as outras indústrias da região. Sua taxa de crescimento é mais elevada do que a taxa média de crescimento da economia nacional.

Esta indústria motriz funciona como agente do dinamismo econômico regional, atraindo outras indústrias, criando aglomeração populacional e estimulando a criação de atividades primárias e terciárias na região de seu entorno.

Estas noções teóricas de modelo de desenvolvimento dizem respeito ao crescimento econômico e à prosperidade da economia de

mercado. Estes postulados teóricos dizem respeito a um espaço econômico que se limita às questões de fluxo, é um espaço euclidiano como afirma Lipietz (1988). Para este autor, a concepção dos economistas de espaço diz respeito aos espaços matemáticos, extremamente abstratos.

Trata-se de forma geral de espaços euclidianos. O espaço econômico se apresenta então como um conjunto discreto de pontos, com uma "distância" entres eles. O espaço euclidiano representa duas formas de uma mesma percepção empirista de um espaço homogêneo, no qual se desenvolvem os fatos econômicos. A noção de espaço na Geografia deve ir além da descrição mensurável. Além do mais, o espaço social não é homogêneo e sim desigual e complexo.

Em um primeiro tópico, o texto aborda teoricamente sobre a noção de frente de expansão e frente pioneira. Neste tópico, é trabalhado as políticas territoriais de (des)envolvimento no processo de formação da frente pioneira e da fronteira capitalista no Tocantins. Em um segundo tópico o texto aborda sobre a importância dos programas de investimentos e eixos de (des)envolvimento regional na formação da fronteira capitalista no Tocantins.

No terceiro tópico, é analisado o processo de construção e formação do espaço do Tocantins da fronteira pioneira ao espaço estratégico do agronegócio. No quarto tópico, o texto procura caracterizar os municípios analisados e considerados estratégicos pelo agronegócio para a produção de *commodities*.

No quinto tópico, o texto aborda sobre a relação da atividade econômica do agronegócio e (des)envolvimento regional e humano. O último tópico, o autor procura fazer uma reflexão sobre o tema debatido e analisado.

PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS E EIXOS DE (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL

Durante o regime militar no período de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou uma série de estratégias governamentais voltadas à integração nacional e a extração de recursos naturais. Estas estratégias proporcionaram a exploração desenfreada de minérios na Amazônia e a associação entre a burguesia nacional, o Estado e grupos estrangeiros. Como explica Oliveira (1991, p. 29):

> Nessa estratégia, coube lugar de destaque para a geopolítica da integração nacional, onde o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – era visto sob o ângulo de estratégias diversas: o Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de "desenvolvimento do Nordeste" via industrialização e da ocupação, via "Operação Amazônia", da região Norte do país. Muitos foram os planos para a consecução desses objetivos.

Nesse período, o governo brasileiro propagava um ideal nacionalista de defesa à integração nacional com o intuito de proteger o Brasil de invasão de países estrangeiros, especialmente aqueles que fazem fronteira com a Amazônia.

A política de "Integrar para não Entregar", na verdade, encobria intenções contrárias a isso, pois o governo brasileiro executou através da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), um dos maiores projetos de ocupação e exploração de recursos minerais que já ocorreu na

Amazônia, inclusive por grupos estrangeiros que emprestaram capital ao Brasil.

Os juros foram pagos com minérios, principalmente ferro e manganês. Para Oliveira (1991), é nesse momento em que a lógica do grande monopólio estrangeiro se torna mais nítida: emprestam-se dólares do exterior e, para efetuar o pagamento do juro, são exportados os recursos minerais.

Além da exploração de minérios na região Amazônica, existia também outra situação conflituosa a ser levantada: a migração para a Amazônia de outras regiões brasileiras. Durante o governo do Marechal Castelo Branco, o Estado apontou uma solução para os refugiados da seca nordestina: estimular a migração dessa população para o imenso "vazio demográfico" que representava a Amazônia, uma terra de abundantes recursos naturais. Entretanto, quando o migrante chegou a Amazônia só encontrou dificuldades e problemas com os aventureiros e grileiros.

A partir do projeto de integração nacional, com o financiamento do capital estrangeiro, iniciam-se obras de infraestrutura, como a abertura de estradas, a exemplo da rodovia Transamazônica e Belém-Brasília, cujo objetivo era possibilitar o acesso da população nordestina e empresários agropecuaristas ao interior da Amazônia.

O governo brasileiro tinha o objetivo de colocar em prática a exploração econômica da Região Norte e estimulou não só a extração de recursos minerais, como também de madeira, além da expansão da atividade agropecuária em áreas de terra firme.

Enquanto era financiado pelo capital estrangeiro, o Estado dava como garantia a apropriação desse território, um investimento sem riscos para os empresários que desejassem avançar nessa frente pioneira de ocupação.

> É evidente que esta sempre foi a lógica do processo de expansão e reprodução do capitalismo, até aí nenhuma novidade. Entretanto, camuflar a entrega das riquezas minerais, sobretudo da Amazônia, à aliança capital nacional/internacional sob o signo de um falso nacionalismo faz uma diferença muito grande (OLIVEIRA, 1991, p. 34).

Oliveira enfatiza que o governo brasileiro estimulou a exploração da Amazônia de forma predatória e camuflada pelo capital. Para a implementação da estratégia de integração e ocupação do interior do Brasil foram criados os programas como POLOCENTRO e POLAMAZÔNIA, na década de 1970.

Esses programas tinham dois objetivos principais: possibilitar o acesso aos recursos naturais por grandes grupos econômicos e reordenar os fluxos migratórios que partiam anteriormente do Nordeste para o sudeste, em direção à Amazônia.

Segundo Oliveira (1991), à região do cerrado competia a ocupação de agropecuaristas vindos do Sul, onde as terras estavam com alto preço, e à Amazônia, os nordestinos que sofriam com as condições adversas de clima, do solo e da concentração fundiária na Região Nordeste.

O POLAMAZÔNIA foi criado em 1974, com o objetivo de promover a exploração da Amazônia pelas atividades agropecuárias, agroindustriais e florestais nas regiões de XinguAraguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó, com a finalidade de explorar minérios e madeira.

> Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de

> transportes ou de construção de estradas investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos (KOHLHEPP, 2002, p. 06).

Os objetivos do POLAMAZÔNIA não obtiveram o êxito esperado, excetuando-se os investidores estrangeiros que em muito se beneficiaram com a exploração e exportação de minérios brasileiros, mas as obras de construção das estradas que cruzam o Brasil, no sentido Nordeste/Norte, em sua maioria não foram concluídas, a exemplo da rodovia Transamazônica.

O POLOCENTRO foi criado em 1975, cuja proposta estava voltada a exploração do cerrado, principalmente o goiano e o mato-grossense. Ele objetivava a ocupação do cerrado pela soja, a fim de diminuir as tensões existentes no sul do Brasil, onde era muito cultivada.

As metas a serem alcançadas pelo POLOCENTRO tiveram melhor êxito para o capital. Entretanto, a partir da implantação deste programa, a soja entre outras monoculturas de grãos está comprometendo a biodiversidade do cerrado, e expulsando a população camponesa de suas terras, através do processo de concentração de terras pelos grandes latifúndios.

No final da década de 1970 foi criado outro Programa Nacional de Desenvolvimento, o POLONOROESTE. Esse programa teve como objetivo a colonização agrícola de terras em Rondônia e Mato Grosso, através do financiamento do Banco Mundial e, procurou, além da abertura/pavimentação das rodovias, alimentar programas de colonização em Rondônia e de (des)envolvimento e regularização fundiária em Mato Grosso. A regularização fundiária teve o objetivo de legalizar as terras griladas.

Além dos programas citados, o cerrado Brasileiro foi alvo de outro programa de cooperação entre o Brasil e o Japão, conhecido como PRODECER. O objetivo desse programa implementado no final da década de 1970, era a produção de *commodities* para o mercado estrangeiro.

Foi implantado em três fases: a primeira no estado de Minas Gerais, a seguinte em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, e a última, na década de 1990 atingiu o Tocantins e o Maranhão.

Dentro do projeto de integração nacional pensado por Vargas e concretizado no governo de Juscelino Kubitschek, foi construída a rodovia BR-153, conhecida como Belém-Brasília, que cruza o estado do Tocantins de norte a sul como podemos observar no Mapa nº 01 a seguir.

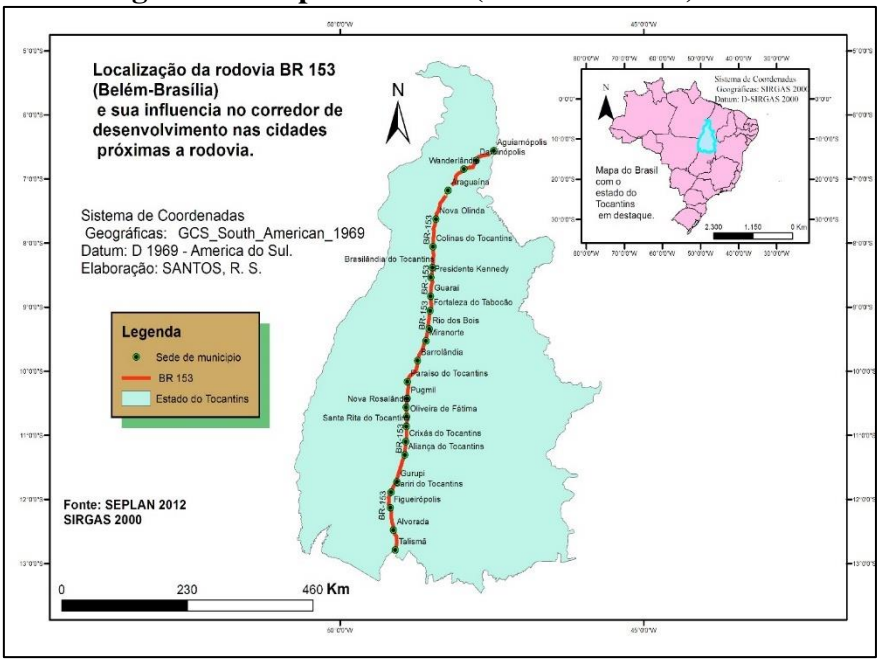
O mapa demonstra a importância da rodovia no processo de urbanização por onde ela passa. O objetivo dessa rodovia era integrar o Meio-Norte ao Centro-Sul do Brasil, tornando-a a principal via de escoamento da produção e acesso aos estados do Tocantins e Goiás.

Como ressalta Souza (2002, p. 353),

> [...] através da política desenvolvimentista, a expansão rodoviária era vista como uma forma de integrar geográfica e economicamente as várias regiões do país.

Os programas de (des)envolvimento para a Amazônia tinha um discurso que o progresso e o (des)envolvimento iria chegar na Amazônia, mas isso não ocorreu como o previsto.

Figura 1 – Mapa BR – 153 (Belém-Brasília)



Fonte: Elaboração própria.

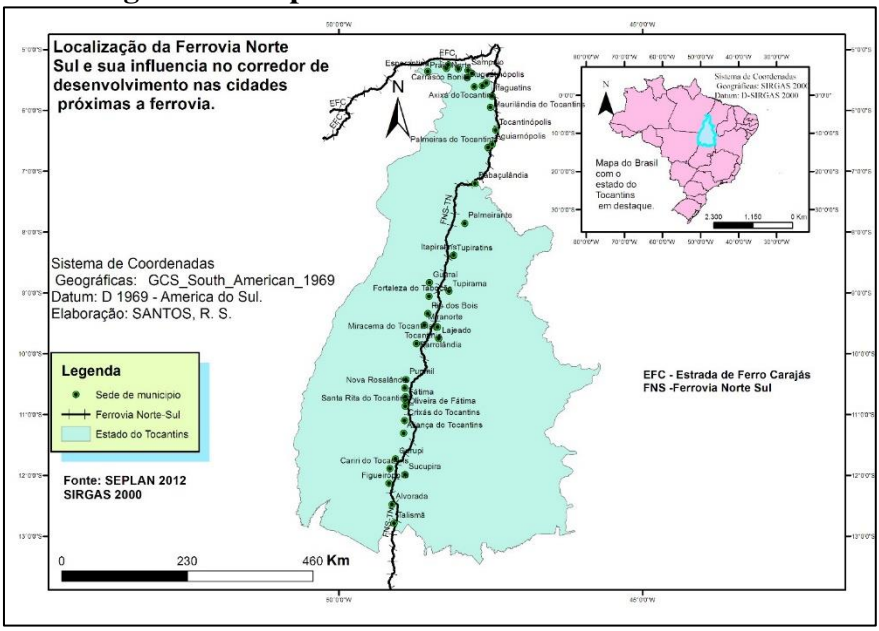
Na Amazônia, além da perda de uma parte significativa da Floresta Amazônica, pelo desmatamento, queimadas e pela ocupação desordenada, a população ainda permanece no isolamento, a exemplo, dos pequenos aglomerados urbanos que se formaram a partir da abertura de estradas como a Transamazônica, ainda inacabada.

No cerrado tocantinense, a construção da rodovia BR-153, a principal via de escoamento da produção agrícola, não foi capaz de integrar todo o estado ao restante do Brasil, a exemplo da região do Jalapão. Como ressalta Lira (2011, p. 152):

> Concluímos que, nem a hidrovia do Tocantins e muito menos a Belém-Brasília, foram suficientes para fazer a integração da região. A hidrovia esbarrou na sazonalidade da navegação, a Belém-Brasília deslocou o eixo um pouco para a esquerda, sem se integrar à região.

Outro eixo de integração nacional é a ferrovia Norte-Sul, que tem como objetivo escoar a produção do cerrado para o Porto de Itaqui no Maranhão. Santos (2013), ressalta que o principal objetivo da ferrovia é a ampliação das atividades do agronegócio. Será mais uma via de escoamento da produção de grãos para o mercado externo.

Figura 2 – Mapa Ferrovia Norte-Sul no Tocantins



Fonte: Elaboração própria.

A ferrovia Norte-Sul se estende pelo país da Região Sul a Região Norte, e no Tocantins, está paralela a rodovia Belém-Brasília no Tocantins. A ferrovia em toda a sua extensão tem vários pátios multimodais como o de Porto Nacional/Palmas, Aguiarnópolis, Araguaína, Colinas, Guaraí e Gurupi, como ilustra o Mapa nº 2.

Em outras palavras, podemos afirmar que a ferrovia Norte Sul constitui um eixo de (des)envolvimento para estimular o crescimento e (des)envolvimento regional no país.

No Tocantins esta ferrovia favoreceu a ampliação da atividade econômica do agronegócio. Pelo mapa 02, ainda é possível observar a influência da ferrovia no processo de urbanização da região. Lembrando que várias cidades que ficam nas imediações da ferrovia já existiam antes de sua implantação.

> Entre os objetivos da criação dessa ferrovia, está presente o estímulo ao desenvolvimento econômico e integração territorial da malha viária intermodal nacional. Ampliar o escoamento de matéria-prima para os portos do Norte brasileiro e fomentar o desenvolvimento regional. O agronegócio será uma das atividades econômicas que se beneficiará de forma significativa no quesito de transporte e escoamento de grãos para a exportação (SANTOS, 2013, p. 146).

Para o referido autor, a geografia dos transportes na fronteira sudeste da Amazônia ficará mais completa com a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, também referida como Leste-Oeste. A sua construção está nos planos do governo federal.

Ela passará pelos estados da Bahia e do Tocantins, ligando as cidades de Ilhéus (BA) e Figueirópolis (TO). Nesse trecho é onde ela se conectará com a Ferrovia Norte-Sul. Essa conexão elevará a

logística no sudeste da Amazônia de forma satisfatória para o crescimento econômico da região.

DA FRONTEIRA AO ESPAÇO ESTRATÉGICO DO AGRONEGÓCIO NO TOCANTINS

A fronteira pioneira trata-se de um primeiro momento da construção da espacialidade capitalista no país, a partir da penetração do projeto da modernidade nos diversos recortes espaciais interioranos. O objetivo foi criar condições para a reprodução capitalista no interior do país.

Com isso, criar as condições necessárias para o povoamento e ocupação humana em terras consideradas não ocupadas pelo homem branco na Amazônia. Entretanto, até hoje há esse processo de ocupação do espaço amazônico. Na Amazônia de maneira geral, podemos dizer que no século XXI há espaços que representam ainda a frente pioneira conforme o conceito do sociólogo José de Souza Martins, mas já tem espaços que a fronteira capitalista (agrícola mecanizada e tecnológica - agronegócio).

Esta fronteira capitalista presente na Amazônia e no Tocantins se estabelece e se constrói dentro de uma lógica capitalista em que busca espaços que dispõem de condições favoráveis para sua reprodução. Os agentes econômicos em um processo de territorialização no espaço geográfico, procuram selecionar espaços que têm uma logística territorial que favoreça a busca de mais-valia como afirma o cientista social Karl Marx.

No caso do agronegócio, a escolha destes espaços vai desde as características do solo, do clima até as condições que os programas de políticas públicas de investimentos podem proporcionar para o seu progresso econômico. Estes espaços

seletivos que não são contínuos, mas articulados globalmente dentro do mercado representam os espaços que podemos denominá-los de espaços estratégicos do agronegócio no Tocantins, que veremos a seguir.

As políticas de (des)envolvimento e de investimento mais importante do governo federal de Getúlio Vargas com a Marcha para o Oeste no século XX foi fundamental para a ocupação econômica da Amazônia. Depois no governo Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas, a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília permitiu a ocupação econômica da Amazônia com a abertura de vias rodoviárias para a região.

No governo militar, as políticas de (des)envolvimento regional teve impacto direto na região com os programas de Polecentro, Polamazonia, Prodecer etc. Estas políticas e programas de (des)envolvimento se resumiram em estratégias para a ocupação humana e econômica da Amazônia.

Tais estratégias foram e são os condicionamentos para a instalação da atividade econômica do agronegócio na Amazônia. A atividade do agronegócio aliada à tecnologia, "adaptou-se" muito bem a topografia da região.

No Tocantins, o agronegócio chegou em alguns pontos estratégicos do seu espaço. O agronegócio adentrou as fronteiras do Tocantins, no início da década de 2000, com o intuito de explorar o cerrado e (des)envolver economicamente a região central do país, motivado pela generosidade do Estado brasileiro com a políticas de incentivos fiscais.

Basicamente, podemos identificar três frentes de modernização da agricultura no Tocantins, a partir do sistema de investimentos públicos e privados destinados à expansão de áreas agrícolas no cerrado. A primeira pode ser convencionada de frente de investimentos privado que compreende a região de Formoso,

Lagoa da Confusão na Bacia do Araguaia. No fim da década de 1970, o município de Formoso do Araguaia e a região do Médio Araguaia, desenvolveram a produção de grãos nas áreas de várzea e ipucas, destacando-se o arroz e a soja.

A segunda, a região do PRODECER III no município de Pedro Afonso, é considerada como frentes de investimentos dirigidos, isto é, são áreas determinadas por políticas públicas, oferecendo uma série de incentivos e concessões por parte dos governos federal e estadual, que tem como principal objetivo promover políticas de desenvolvimento regional baseadas na criação de novos projetos agropecuários, novas demandas de consumo e circulação de novas mercadorias.

É um modelo de desenvolvimento regional que parte de uma lógica de inserção da produção agrícola regional ao sistema de *comodities* internacionais e coloca a economia do Tocantins sob os ditames da economia global. Este modelo de (des)envolvimento implantado pelas políticas públicas de investimentos juntamente com o capital interno e externo, implica em outras condicionalidades territoriais. Dentre as quais, podemos citar a de territorializar "novas" relações de produção globais e desterritorializar "velhas" relações de produção local desencadeando impactos territoriais na região.

A terceira frente caracteriza-se pela iniciativa dos empresários baseada na grande lavoura de soja com sua logística territorial que vem se estabelecendo no estado, como resultado do avanço da fronteira agrícola no município baiano de Mimoso, atual Eduardo Magalhães e nos municípios tocantinenses de Santa Rosa, Natividade, Silvanópolis e Mateiros no sudeste do Jalapão.

Os projetos de incentivo à produção no cerrado tocantinense, tornaram-o uma região atrativa ao capital do agronegócio. Os empresários advindos do sul do país encontraram no Tocantins, uma

excelente oportunidade de expandir seus negócios, através da aquisição de terras a preços baixos, a existência de infraestrutura, quer seja pelas rodovias estaduais ou federais, que cruzam o estado, ou pela ferrovia Norte-Sul, e principalmente pelas propostas de financiamentos para o setor do agronegócio pelo poder público.

Em resumo, a formação do capitalismo do agronegócio no Tocantins, necessariamente, passou por estes condicionamentos históricos. Historicamente, o processo de ocupação econômica das terras do Tocantins tem se intensificado desde a criação da política de *Marcha para o Oeste* instituída nos anos de 1930.

Os eixos de penetração para o progresso do capitalismo na região como o rio Tocantins, em um primeiro momento e posteriormente, com a construção da rodovia BR-153 e da ferrovia Norte Sul são fatores que contribuíram de forma direta para o avanço da atividade econômica do agronegócio no estado do Tocantins.

No caso da rodovia, alterou, em grande parte, em um sentido "espontâneo" das frentes de expansão e a direção de ocupação demográfica e econômica do Tocantins, para a margem esquerda do rio Tocantins.

Os programas de política de desenvolvimento regional como a SUDAM, Programa de Integração Nacional, POLAMAZONIA, POLOCENTRO, PRODECER III (em Pedro Afonso-TO), POLONOROESTE, o Programa Avança Brasil e o Programa de Aceleração para o Crescimento-PAC, também são fatores que contribuíram diretamente para a formação do processo histórico do espaço agrário do Tocantins e, consequentemente, do capitalismo do agronegócio do Tocantins.

Segundo Lima (2014), a própria história da criação do Tocantins está calcada em acordos políticos das elites locais para a manutenção do latifúndio, para a permanência dos privilégios de classe e do avanço capitalista no campo. As terras baratas e políticas

de incentivo à agricultura moderna para apropriar dos cerrados e a Amazônia tocantinense, são condicionantes históricos que proporcionaram para o desencadeamento do processo de avanço do capitalismo baseado na atividade econômica do agronegócio.

O processo de urbanização no Tocantins avança a partir da década de 1990, após a criação do estado, reorganizando o espaço para a expansão do capital na fronteira do agronegócio nas décadas posteriores. Com os avanços tecnológicos e os incentivos político-econômicos e tecnológicos somados a sua localização e as condições físico-climáticas fizeram do cerrado, uma área de interesse do agronegócio.

A partir desse fato, é visível a mudança sofrida pela paisagem: a situação conflituosa e contraditória dos camponeses no campo que migraram para pequenos centros urbanos, e a ampliação de grandes latifúndios com seus "mares" de plantações de soja, entre outros grãos, etc., que passaram a dominar o cerrado.

O financiamento do governo brasileiro incentivou os produtores a investirem em tecnologias como a correção da acidez do solo, o emprego de máquinas, a utilização de adubos e sementes melhoradas e a irrigação do solo, para aumentar o potencial produtivo do cerrado. Além disso, investiu em projetos de infraestrutura, como a construção de rodovias, ferrovia, hidrovias e hidroelétrica.

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS PELO AGRONEGÓCIO

Uma das principais características do modo de produção capitalista é a seleção do lugar. Os incentivos fiscais, os projetos de infraestrutura e os financiamentos oferecidos pelo Estado têm

representado um importante atrativo ao capital nacional e internacional. E é o fluxo do capital que define que áreas serão "luminosas" e quais serão "opacas", como define Santos (1999, p. 304):

> Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há outros espaços. Há os espaços do mandar e os espaços do obedecer. Todavia, essa racionalidade sistêmica, não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem zonas onde ela é menor e, mesmo, inexistente onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica.

Para Santos (1999), atualmente, existem e as "regiões do fazer" e "regiões do mandar" e destaca que naquelas onde o sistema de objetos e o sistema de ações são mais densos, aí está o centro do poder. Naquelas outras áreas onde os sistemas de objetos e o sistema de ações são menos complexos e menos inteligentes, aí está a sede da dependência, a incapacidade de dirigir a si mesmo.

De acordo com a afirmação de Santos (1999), a ciência e a tecnologia não geografiza de forma homogênea no espaço. Este processo constrói os espaços do "mandar" (os centros do poder) e os espaços do "obedecer" (espaços da periferia). Os espaços estratégicos de nossa análise pode ser um exemplo do espaço do obedecer na periferia.

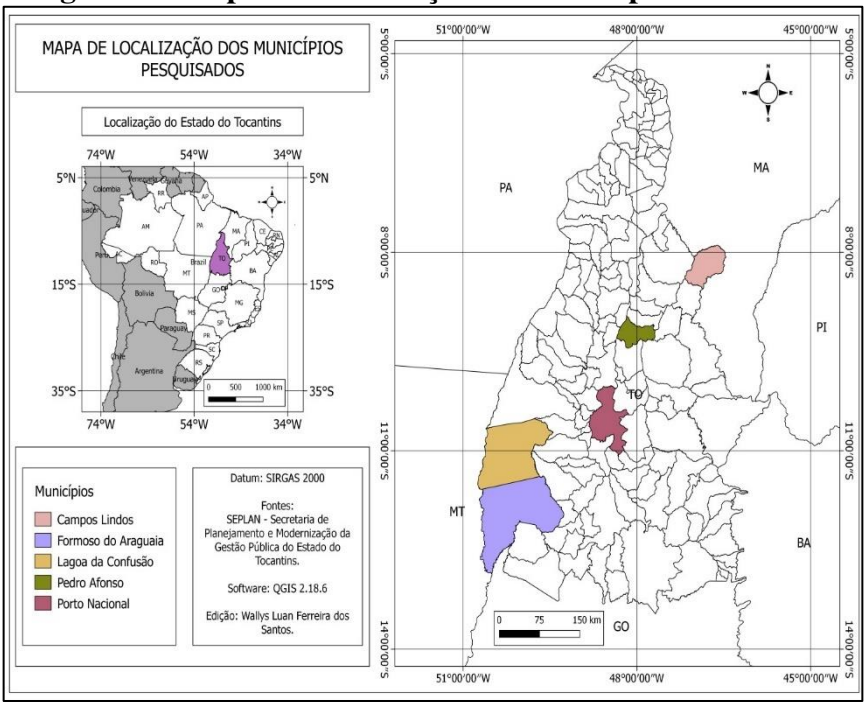
Na verdade, os condicionamentos das políticas de (des)envolvimento regional juntamente com os avanços tecnológicos constituem os fatores que propiciaram a criação dos espaços estratégicos na Amazônia e no Tocantins para a atividade do agronegócio no cerrado. Em Tocantins existe um interesse do

governo estadual em definir onde se instalarão a atividade econômica do agronegócio nos municípios.

Isso é reforçado pelo discurso de (des)envolvimento propagado pelo Estado e pelos promotores do agronegócio que enfatizam a ideia de que a atividade econômica do agronegócio traz a prosperidade e crescimento econômico e cria melhores condições sociais.

A exemplo desses municípios, temos Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Porto Nacional e Pedro Afonso que examinaremos a seguir.

Figura 3 – Mapa da Localização dos municípios analisados



Fonte: SEPLAN (2000).

A figura 3 ilustra a localização dos municípios analisados. O município de Campos Lindos uma das áreas estratégicas do agronegócio está localizado a 491 km da capital Palmas, na microrregião do Jalapão, possui uma área de 3.240,18 km^2 e uma população de 8.139 habitantes, segundo o IBGE (2010).

Foi instalado no início da década de 1990, desmembrado do município de Goiatins. A base de sua economia é a atividade agropecuária, destacando-se a produção de soja. Sua criação teve como objetivo de servir à produção agropecuária, devido à potencialidade de seus solos.

O município é um exemplo de expansão da produção agrícola a partir da década de 1990. A região onde foi instalado o município foi escolhida pela "vocação" de seus solos à produção de grãos, tendo destaque a soja, muito procurada pelo mercado internacional.

Formoso do Araguaia é remanescente de um povoado que surgiu no final da década de 1940, sendo desmembrado do município de Cristalândia em 1963. O município conta com uma área de 13.423,38 km^2 e uma população de aproximadamente 18.427 habitantes, segundo o censo de IBGE (2010).

É um município que o agronegócio está presente. Em 1979, o município foi contemplado pelo Projeto Rio Formoso de agricultura irrigada que é a sua principal atividade econômica. Ao governo de Goiás competiu à elaboração de estudos sobre a região, o apoio técnico e o financiamento do projeto, o que atraiu investidores de outras regiões.

Para Barbosa (1996), para implantação do projeto, o governo desapropriou uma área e criou 3 cooperativas: Coopergran, Cooperformoso e Cooperjava. As terras foram desapropriadas de proprietários particulares, o que não enquadrou em terras devolutas da União. Estas terras desapropriadas foram repassadas as cooperativas, na forma de arrendamento. Segundo Barbosa (1996, p.

10), foi um arredamento muito generoso que uma saca de arroz pagaria por um ano.

As cooperativas tiveram a renda da terra sem imobilizar capital. Com a divisão do estado de Goiás, em que criou o estado do Tocantins, a União absorveu as dívidas das cooperativas. O projeto beneficiou diretamente alguns empresários, amigos e parentes do governador Ary Valadão. Em contrapartida, o projeto não incorporou o camponês da região.

O povoado que deu origem ao município de Lagoa da Confusão teve início em 1941, mas somente em 1991 foi desmembrado do município de Cristalândia. Sua população é de aproximadamente de 10.210 habitantes que ocupam uma área de 10.564,67 km^2, de acordo com o censo de IBGE (2010).

Sua principal atividade econômica é a agropecuária, destacando-se a produção de arroz e a criação de bovinos. Devido a essa atividade, o município de Lagoa da Confusão está entre os onze maiores PIB's do estado do Tocantins (SEPLAN, 2013).

A região de Lagoa da Confusão pelo fato de compor a região do médio Araguaia teve a sua produção voltada também à produção de grãos de forma irrigada. As áreas de várzeas e ipucas no entorno da Ilha do Bananal são um grande atrativo à produção de grãos e ao desenvolvimento da pecuária. Atualmente, há o projeto PRODOESTE voltado para a produção agrícola irrigada com o objetivo de estimular o agronegócio no município.

No Vale do Javaés, o PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins se propôs beneficiar 14 municípios da região sudoeste, através da construção de barragens de acumulação de água da chuva e de elevações para controle de nível dos rios Formoso, Xavante, Dueré, Urubu, Pium e Riozinho.

O benefício deste projeto segundo se apresenta, é também irrigar as áreas cultivadas no período de seca. Está previsto um empréstimo para investimentos no PRODOESTE da Secretaria do Tesouro Nacional com empréstimo junto ao BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) para investimentos o projeto.

O PRODOESTE está orçado em US$ 165 milhões e a maior parte desse valor, 60% será financiado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento. A contrapartida para a execução do projeto ficará a cargo do governo do Tocantins, que poderá fazer parcerias com o governo federal, através do Ministério da Integração Nacional ou outras entidades financeiras.

As principais obras a serem realizadas, serão a construção de uma barragem de acumulação no Rio Pium e quatro barragens elevatórias de nível nos rios Pium e Riozinho, construção e melhorias das estradas vicinais.

A elaboração do Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins (PRODOESTE) reflete a intenção do governo do estado em incentivar o (des)envolvimento de um polo de produção hidro-agrícola e agroindustrial na região, em função do potencial dos solos, da disponibilidade de recursos hídricos e da prática da agricultura irrigada.

O município de Pedro Afonso abrange uma área de 2.010,90 km^2, com uma população de aproximadamente 11.539 habitantes (IBGE, 2010). É um dos municípios mais antigos do estado do Tocantins, seu povoamento data de 1845, elevado à condição de distrito em 1875, e emancipado em 1938.

Em 2010, o município teve um grande destaque quanto à produção agropecuária, dando destaque à soja, à cana-de-açúcar e ao arroz (SEPLAN, 2013). É o município onde o governo federal implantou o PRODECER III. O PRODECER representa a terceira fase que em meados da década de 1990, os municípios de Pedro

Afonso (TO) e Balsas (MA) foram beneficiados pelo financiamento dos custos operacionais para a produção de grãos, principalmente a soja.

Este programa abriu espaço para o agronegócio. Pelo fato de ter sido incorporado pela terceira fase do programa nipo-brasileiro, denominado PRODECER III, o município de Pedro Afonso se tornou atrativo à produção de grãos. Em uma área de 40 mil hectares é a continuação da frente de expansão da agricultura moderna no cerrado, iniciada pelos governos militares no cerrado mineiro, capitalizada pelo JICA, uma empresa de capital nipo/brasileiro.

O PRODECER foi um dos projetos da política nacional de (des)envolvimento, voltado diretamente ao (des)envolvimento regional do cerrado, que proporcionou resultados positivos à aristocracia do agronegócio.

Projetado para desenvolver o potencial agrícola do cerrado, esse programa, sob a supervisão de parceiros japoneses, selecionou as áreas, os tipos de lavouras e técnicas que seriam empregadas, e o perfil dos colonos que ocupariam as terras com maior potencial para a produção.

O financiamento do PRODECER permitiu aos colonos subsidiarem a sua produção em larga escala para o mercado estrangeiro. A partir da implantação deste projeto houve um crescimento significativo na ocupação e cultivo de soja e cana-de-açúcar no município de Pedro Afonso.

Atualmente, a produção agropecuária é o carro-chefe do município com destaque a produção de cana de açúcar. Com a implantação deste projeto, as terras do município de Pedro Afonso vão aparecer nas políticas de planejamento e (des)envolvimento como área de avanço tecnológico na agricultura, isto significa dizer que as áreas destinadas à monocultura da soja, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais

internacionais e nacionais com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento regional.

Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010), a população de Porto Nacional era de 49.146 habitantes. A sua área é de 4.449,92 km^2 e está localizado na região central do estado do Tocantins. A ocupação da região que hoje é Porto Nacional é datada de 1722, no período de exploração do ouro em Goiás.

A partir do surgimento do porto comercial que aconteceram os primeiros passos da comunidade rumo às áreas administrativas, intelectual, cultural e religiosa. Com essa estrutura, a evolução administrativa do lugar foi dinamizada.

Em 1831, ano em que D. Pedro I abdicou ao trono, o julgado de Porto Real foi elevado a Porto Imperial. Após a contagem evolutiva de trinta anos da instalação de Porto Imperial, em 1861, por determinação de Resolução Provincial, nasceu Porto Nacional, importante polo cultural, político, econômico e social do então Norte Goiano, hoje estado do Tocantins (IBGE, 2010).

A ferrovia Norte-Sul que cruza o estado do Tocantins tem uma plataforma no município de Porto Nacional. A sua localização no centro do estado e o acesso à ferrovia fez do município um polo atrativo para o agronegócio, que vem avançando pelo estado de Goiás para a Amazônia. Em Porto Nacional já tem várias empresas do agronegócio, entre as quais, podemos destacar a Bunge, Granol Indústria Comércio e Exportação S/A e Pioneer sementes.

AGRONEGÓCIO E (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL E HUMANO

O processo histórico de ocupação das terras tocantinenses levou ao (des)envolvimento do agronegócio de forma acelerada.

Esse movimento faz parte de uma frente de expansão que avançou pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Bahia, e que possui uma inclinação para a tomada de outras regiões, principalmente com o plantio da soja.

O (des)envolvimento do agronegócio na região é resultado das ações políticas do Estado que oferece as condições para que o capital se instale. É ele quem promove toda a infraestrutura necessária para que se expanda, mesmo com o sério comprometimento dos recursos naturais e os impactos nos territórios das comunidades tradicionais.

A partir da chegada do capital do agronegócio ao Tocantins, é possível constatar que as condições econômica e social da população, não é proporcional ao crescimento econômico criado pelo agronegócio.

Ainda é possível observar que boa parte da população camponesa expulsa do campo para os pequenos centros urbanos, teve uma perda significativa quanto à qualidade de vida social e econômica. Pois, no mínimo, ficaram sem acesso à terra que produzia a renda necessária ao provimento de suas despesas e demandas.

Assim, é importante compreender em que medida o discurso do "Progresso e Desenvolvimento" propagado pelo Estado e pelo capital, é falacioso, e até que ponto há de fato uma melhoria de qualidade de vida, social e econômica da população dos municípios impactados diretamente pelas ações do agronegócio.

O discurso mais propagado desde o período da ditadura militar no Brasil é o da chegada do "desenvolvimento e do progresso". Como se todos os impactos negativos pudessem ser ignorados em detrimento dos benefícios advindos dos setores que movem a economia. Estas questões serão discutidas a seguir.

É possível observar que o PIB per capita dos municípios de Campos Lindos, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional têm crescido nos últimos anos, devido à produção de soja, entre outros grãos. Como pode-se observar no Quadro 1, que em um período de 12 anos, o PIB per capta destes municípios mais que triplicou, destacando-se Campos Lindos, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Porto Nacional por apresentarem os aumentos mais expressivos no período entre 2002 e 2014.

Inclusive, o PIB per capita dos municípios de campos lindos, lagoa da confusão e de Pedro Afonso ultrapassam os PIB per capita do Tocantins e do Brasil, no período analisado. Vale lembrar que o PIB per capta municipal representa uma média da produção anual e não significa exatamente uma distribuição de renda na vida real de cada habitante do município.

Quadro 1 – PIB per capita de Tocantins (2002-2014)

Municípios	PIB per capita (R$)	PIB per capita (R$)	PIB per capita (R$)
	2002	2008	2014
Campos Lindos	6.131	16.137	34.868
Formoso do Araguaia	5.695	8.659	17.304
Lagoa da Confusão	6.854	16.268	36.542
Pedro Afonso	6.551	13.235	55.240
Porto Nacional	4.369	8.608	21.618
Tocantins	4.344	9.461	17.495
Brasil	8.440	16.400	28.500

Fonte: SEPLAN-TO (2015).

A produção agropecuária é uma das principais atividades econômicas do estado do Tocantins. Ela está presente em todos os municípios do estado, seja na produção de grãos ou na criação de gado. Nos municípios escolhidos pelo agronegócio são desenvolvidas as duas atividades, que juntas contribuem para a elevação do índice do PIB estadual.

Quadro 2 – Produto Interno Bruto a preços correntes, classificação, valor adicionado (va) por setor, e impostos

Municípios	Agropecuária (1000 R$)	Impostos (1000 R$)	PIB (1000 R$)	Classificação PIB estadual
Campos Lindos	68.589	14.930	161.233	17ª
Formoso do Araguaia	68.198	13.257	214.558	12ª
Lagoa da Confusão	78.124	8.794	170.220	16ª
Pedro Afonso	43.755	17.311	175.468	15ª
Porto Nacional	35.286	71.935	550.115	05ª
Tocantins	1.739.792	1.595.634	16.404.816	-

Fonte: IBGE/SEPLAN-TO (2010).

No Quadro 2, podemos visualizar o rendimento obtido com a atividade agropecuária (grãos e criação de gado), a arrecadação em impostos sobre essas atividades e outras como indústria e comércio, o PIB municipal e a classificação do PIB estadual dos municípios analisados.

Entre os municípios analisados, Porto Nacional apresenta a melhor classificação do PIB ao nível estadual em 2010, ocupando a 5ª posição. Nos municípios de Campos Lindos, Formoso do

Araguaia e Lagoa da Confusão a atividade agropecuária representa um valor considerável para compor o valor do Produto Interno Bruto.

O que demonstra a força dessa atividade no estado do Tocantins, onde a atividade industrial ainda é incipiente. No ranking estadual, Porto Nacional e Formoso do Araguaia são os primeiros colocados na classificação do PIB municipal entre os municípios listados para o ano de 2010, conforme ilustra o Quadro 02.

Outros índices que podem e devem ser observados, dizem respeito ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Os municípios de Pedro Afonso e Porto Nacional são os que possuem o melhor IDH dentre os cinco analisados para o ano de 2010 (Quadro 03), e estão entre os dez melhores no ranking estadual, sendo superados apenas pelos municípios de Palmas, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína e Guaraí.

O município de Campos Lindos possui o segundo pior índice de IDH no ranking estadual (138º) ficando à frente apenas do município de Recursolândia em um total de 139 municípios.

A colocação de Campos Lindos na posição 138ª no ranking estadual é uma tese que deixa evidente que o agronegócio não possibilitou a elevação dos indicadores sociais no município e, não foi capaz de superar o ranking dos 137 municípios do estado.

Observando o Quadro 3, podemos perceber que o município de Campos Lindos teve a maior taxa de crescimento do IDH na ordem de 58,60% entre 2000 e 2010. Entretanto, com esse aumento não foi capaz de acompanhar os demais municípios.

No que diz respeito aos dados referentes ao nível nacional (Brasil) e do Tocantins tiveram taxa de crescimento em percentual do IDH, menor do que as taxas dos municípios de Pedro Afonso e Campos Lindos no período analisado.

Quadro 3 – População, IDH, taxa de crescimento e ranking estadual (2010)

Municípios	Popul. censo	IDH	IDH	Taxa de crescimento (%) do IDH	Ranking
	2010	2000	2010	2010	(2010)
Porto Nacional	49.146	0,562	0,740	31,67	6º (Ranking estadual)
Pedro Afonso	11.539	0,546	0,732	34,07	7ª (Ranking estadual
Formoso do Araguaia	18.427	0,507	0,670	32,15	34ª (Ranking estadual
Lagoa da Confusão	10.210	0,479	0,627	30,90	82ª (Ranking estadual
Campos Lindos	8.139	0,343	0,544	58,60	138ª (Ranking estadual
Tocantins	1.383.453	0,525	0,699	33,14%	14ª (Ranking dentro da federação)
Brasil	190.747.855	0,612,	0,727	28,24%	73ª (ranking entre 169 países)

Fonte: PNUD (2013).

É importante analisar o quão, contraditória é a realidade socioeconômica desses municípios. Campos Lindos possui o segundo pior IDH (138ª) e ocupa a 12ª posição no ranking do PIB agropecuário estadual (Quadro 2). Lagoa da Confusão está em 82º lugar em IDH e possui o 16º maior PIB agropecuário do estado do Tocantins, à frente de Formoso do Araguaia que está na 34ª colocação no IDH, e em décimo segundo no PIB agropecuário, conforme ilustra o Quadro 2.

Dos cinco municípios estudados, apenas Porto Nacional e Pedro Afonso não apresentam uma grande disparidade entre suas

posições no IDH e no PIB agropecuário estaduais. No quesito IDH educação, Campos Lindos teve um aumento significativo, passou de 0,126 para 0,377 no período de 2000 e 2010, conforme ilustram os Quadros 4 e 5.

Quadro 4 – IDH municipal e seus componentes (2000)

Municípios, UF e Brasil	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH renda
Porto Nacional	0,406	0,708	0,619
Pedro Afonso	0,376	0,730	0,592
Formoso do Araguaia	0,326	0,669	0,599
Lagoa da Confusão	0,281	0,659	0,595
Campos Lindos	0,126	0,607	0,527
Tocantins	0,348	0,688	0,605
Brasil	0,456	0,692	0,727

Fonte: PNUD (2013).

No Quadro 04, podemos perceber que o município de Campos Lindos tem o pior desempenho dos indicadores sociais entre os municípios analisados, tanto no IDH educação, longevidade e renda para o ano de 2000 como para o ano de 2010, conforme podemos visualizar nos quadros 4 e 5. Lembrando que o município de Campos Lindos é um dos maiores exportadores de *commodities* agrícola do estado.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, os municípios de Porto Nacional e Pedro Afonso estão na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Na faixa entre 0,6 e 0,699 de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) estão Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. E na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo está o município de Campos Lindos (IDHM entre 0,5 e 0,599). Isto significa dizer que o avanço

do agronegócio nestes municípios não trouxe benefícios para toda a população. Os menores índices indicam um nível maior de pobreza de grande parte da população.

Quadro 5 - IDH municipal e seus componentes (2010)

Municípios, UF, Brasil	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda
Porto Nacional	0,701	0,826	0,699
Pedro Afonso	0,664	0,846	0,699
Formoso do Araguaia	0,587	0,801	0,640
Lagoa da Confusão	0,496	0,787	0,630
Campos Lindos	0,377	0,738	0,578
Tocantins	0,624	0,793	0,690
Brasil	0,637	0,739	0,816

Fonte: PNUD (2013).

Observando o Quadro 06, podemos perceber que só o município de Campos Lindos aumentou o percentual dos ocupados com rendimentos até 2 salários mínimos entre 2000 e 2010. Os outros municípios acompanham a dinâmica nacional, isto é, tiveram uma diminuição desse percentual entre 2000 e 2010.

No quesito de percentual dos ocupados sem rendimento com 18 anos ou mais, o município de Lagoa da Confusão tinha maior percentual em 2000, cerca de 18,17% e caiu para 5,15% em 2010. Campos Lindos apresentou o maior percentual neste quesito cerca de 23,36% no ano de 2010.

Porto Nacional pelo contrário dos outros municípios, aumentou o percentual de 4,76% para 5,87% no período de 2000 a 2010. De uma maneira geral, houve uma queda do percentual dos ocupados sem rendimento dos municípios acompanhando a dinâmica estadual e nacional no período de 2000 a 2010.

Quadro 6 – Percentual dos ocupados sem rendimento e dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos

Municípios	Ano de 2000	Ano de 2010	Ano de 2000	Ano de 2010
	% dos ocupados sem rendimento 18 anos ou mais	% dos ocupados sem rendimento 18 anos ou mais	% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos 18 anos ou mais	% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos 18 anos ou mais
Brasil	6,15	5,58	72,48	69,56
Tocantins	10,85	8,84	83,69	73,94
Campos Lindos	-	23,36	85,72	88,16
Formoso do Araguaia	10,38	8,92	83,93	79,85
Lagoa da Confusão	18,17	5,15	86,15	80,7
Pedro Afonso	6,80	4,34	83,80	66,91
Porto Nacional	4,76	5,87	80,38	73,33

Fonte: PNUD (2013).

No que diz respeito ao índice de Gini que representa a desigualdade social, o município de Campos Lindos tem o maior índice do que os demais municípios listados, inclusive maiores do que o estadual e nacional entre 2000 e 2010, conforme ilustra o Quadro 7.

No período de 1991 a 2010, os municípios de Campos Lindos e Lagoa da Confusão aumentaram o índice de desigualdade social, indo na contramão dos demais, inclusive para o patamar estadual e nacional. Pedro Afonso detém o menor índice de Gini para o ano de 2010, conforme demonstra o Quadro 07. Dentre os municípios listados, Campos Lindos apresenta maior desigualdade social.

Quadro 7 – Índice de Gini

Municípios	Ano de 1991	Ano de 2000	Ano de 2010
Brasil	0,63	0,64	0,60
Tocantins	0,63	0,65	0,60
Campos Lindos	0,56	0,70	0,67
Formoso do Araguaia	0,56	0,61	0,52
Lagoa da Confusão	0,49	0,66	0,51
Pedro Afonso	0,57	0,59	0,50
Porto Nacional	0,58	0,60	0,54

Fonte: PNUD (2013).

Observando do Quadro 8, podemos perceber que os municípios de Campo Lindos (27,27%) e Pedro Afonso (29,80%) detêm o menor percentual no quesito grau de formalização dos ocupados para o ano de 2000.

Isso significa dizer que estes municípios têm maior percentual de ocupados não formalizados. O município de Lagoa da Confusão na contramão dos demais municípios e dos patamares estadual e nacional no período de 2000 a 2010, o grau de formalização dos ocupados diminuiu de 34,38% em 2000, para 34,17 em 2010.

No quesito de percentual dos ocupados com ensino médio completo, os municípios de Campos Lindos (24,62%) e Lagoa da Confusão (31,44%) tem o menor patamar entre os municípios listados, inclusive, para o patamar estadual e nacional para o ano de 2010. Os municípios de Pedro Afonso (52,79%) e Porto Nacional

(49,74%) detêm o maior percentual dentre os municípios listados, superando inclusive, o estadual e nacional para o ano de 2010.

Quadro 8 – Grau de formalização dos ocupados 18 anos ou mais e percentual dos ocupados com médio completo 18 anos

Municípios	2000	2010	2000	2010
	Grau de formalização de ocupados	Grau de formalização de ocupados	% de ocupados	% de ocupados
Brasil	51,63	59,32	30,84	44,91
Tocantins	35,60	47,16	23,19	45,29
Campos Lindos	27,27	30,60	11,71	24,62
Formoso do Araguaia	30,53	42,50	19,21	38,03
Lagoa da Confusão	34,38	34,17	18,38	31,44
Pedro Afonso	29,80	57,59	21,84	52,79
Porto Nacional	44,32	47,91	27,38	49,74

Fonte: PNUD (2013).

Observando o Quadro 9, percebe-se que os municípios listados e o patamar estadual e nacional no quesito de taxa de desocupação com 18 anos ou mais tiveram uma diminuição considerável no período de 2000 a 2010. O município de Campos Lindos reduziu drasticamente, de 55,98% para 16,69% no período de 2000 a 2010.

Entretanto, continua com percentual muito elevado se comparado com os demais municípios e com o nível estadual e nacional. Dentre as unidades espaciais analisadas, neste quesito, o

município de Campos Lindos tem a maior taxa de desocupação, situação que é questionável para um município agroexportador de *commodities*.

Quadro 9 – Taxa de desocupação 18 anos ou mais

Municípios	Ano de 2000	Ano de 2010
Brasil	13,82	7,29
Tocantins	12,53	6,90
Campos Lindos	55,98	16,69
Formoso do Araguaia	13,24	8,21
Lagoa da Confusão	16,14	4,09
Pedro Afonso	13,31	6,07
Porto Nacional	14,40	6,17

Fonte: PNUD (2013).

Analisando o Quadro 10, constata-se que o percentual de extremamente pobres, dentre os municípios analisados, Campos Lindos é o que tem maior índice da ordem de 33,22% em 1991, de 43,05% em 2000 e de 31,11% em 2010, inclusive acima dos patamares estadual e nacional.

Os municípios de Lagoa da Confusão (7,39%), Pedro Afonso (4,10%) e Porto Nacional (4,03%) detêm o menor percentual de extremamente pobres no conjunto analisados. Pedro Afonso e Porto Nacional têm percentuais abaixo do patamar estadual e nacional para o ano de 2010. Neste quesito, estes dois municípios estão em uma posição razoável, conforme demonstra o Quadro 10.

Quadro 10 – Percentual de extremamente pobres

Municípios	Ano de 1991	Ano de 2000	Ano de 2010
Brasil	18,64	12,48	6,62
Tocantins	31,86	22,28	10,21
Campos Lindos	33,29	43,05	31,11
Formoso do Araguaia	32,42	21,11	12,31
Lagoa da Confusão	30,89	23,77	7,39
Pedro Afonso	20,43	15,49	4,10
Porto Nacional	19,94	15,44	4,03

Fonte: PNUD (2013).

Conforme sinaliza o Quadro 11, os municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão ainda apresentam um percentual de pobres relativamente elevados para o ano de 2010. Os municípios de Pedro Afonso e Porto Nacional detêm o menor percentual de pobres para o ano de 2010, inclusive com menor percentual do que o estadual e nacional.

Observando o Quadro 11, percebemos que os percentuais de pobres em todos os municípios listados e nos níveis estadual e nacional tenderam a cair no período de 1991 e 2010. Essa tendência sinaliza um avanço dos indicadores sociais nas unidades espaciais listadas. Entretanto, o percentual de pobres de Campos Lindos ainda continua muito alto por volta de 51,98% em 2010.

O município tocantinense de Ponte Alta do Tocantins ainda não foi impactado pelas atividades do agronegócio, mas está na faixa de desenvolvimento médio (entre 0,6 e 0,699), índice superior ao de

Campos Lindos, (exportador de commodities) o que induz a pensar que o crescimento da atividade econômica do agronegócio e o crescimento do IDH não são proporcionais.

Quadro 11 – Percentual de pobres

Municípios	Ano de 1991	Ano de 2000	Ano de 2010
Brasil	38,16	27,90	15,20
Tocantins	59,08	45,18	22,15
Campos Lindos	72,98	62,43	51,98
Formoso do Araguaia	56,26	45,01	22,09
Lagoa da Confusão	65,85	48,46	24,83
Pedro Afonso	46,64	41,92	12,59
Porto Nacional	43,94	37,54	13,79

Fonte: PNUD (2013).

Segundo o Atlas de 2013, o índice que mais cresceu em termos absolutos foi o da educação, seguida pela longevidade e pela renda. Isso se deve a uma política do governo federal de elevar o conceito da educação brasileira, a partir da inclusão das crianças nas escolas, e atualmente, nas idades corretas.

Outro fator que pode ter influenciado esse resultado foi o aumento da população urbana, o que possibilita a inclusão de crianças nos estabelecimentos de ensino. E também o auxílio financeiro, denominado de bolsa família, que exige que os beneficiários estejam matriculados nas redes municipais ou estaduais de ensino.

A partir dos dados sobre o percentual de pobres e ricos na última década de 2010, é possível comprovar o quão desproporcional é a distribuição de renda nos municípios analisados. É nítida a concentração de renda em uma parcela pequena da população, em detrimento de uma maioria com índices de pobreza alarmantes, a exemplo de Campos Lindos.

É perceptível que os índices de crescimento econômico, como o PIB, não são proporcionais aos índices as condições econômicas e sociais da população, o que comprova que o discurso de desenvolvimento propagado pelo Estado e pelos promotores do agronegócio é questionável. De maneira geral, o crescimento econômico não significa distribuição de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central desse estudo foi comparar o crescimento econômico com os indicadores sociais dos municípios analisados, impactados pela chegada das atividades do agronegócio no Tocantins e observar o desempenho dos indicadores sociais no período estudado. Foi possível constatar que ainda existem índices de pobreza, apesar da produção de riquezas. Entretanto, é importante salientar que os índices apontados pelo Atlas de 2013 do

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) baseiam-se em dados quantitativos e específicos, que apontam um crescimento relativo aos índices estaduais, representando um valor aproximado – uma média.

Para compreender a dinâmica do agronegócio e as relações que ele estabelece com o Estado e com a comunidade local, foi necessário fazer um retrospecto histórico do Brasil, desde a década de 1930 até o ano de 2010. Entender como a ocupação do cerrado

tocantinense é o resultado de políticas públicas voltadas ao (des)envolvimento regional e à integração do Brasil, a partir da ocupação do cerrado e da Amazônia.

Os impactos negativos provenientes do agronegócio são de grandes proporções. A grande concentração de terras para a produção de monoculturas como a soja acaba apropriando dos espaços produtivos dos pequenos proprietários de terras. Por outro lado, esses camponeses não dispõem de recursos financeiros para investir em tecnologia para produzir em maior escala e concorrer com o grande produtor.

Os cursos d'água são por vezes contaminados pelos agrotóxicos utilizados nas plantações, e em áreas de plantio de cana-de-açúcar, por exemplo, o ar fica bastante comprometido devido às queimadas dos canaviais. Esses são exemplos de alguns impactos que levam a população camponesa, em muitas situações, a venderem suas propriedades e migrarem para aglomerados urbanos.

Nos municípios do agronegócio há um número crescente de pessoas que migram de outras cidades, ou até mesmo do campo, em busca dos benefícios propagados pelos produtores do agronegócio e do crescimento da economia, em consequência, aumenta-se a demanda por serviços de saúde, educação, moradias. Perante a esse cenário, os gestores nos municípios precisam equacionar essas novas demandas. O que se percebe é que os gestores não têm uma posição política responsável perante a essas demandas.

Desde os governos militares até a retomada da democracia política, o que se pode observar é um conjunto de estratégias, planos e metas que se resumem em uma única finalidade: elevar o (des)envolvimento regional em uma perspectiva economicista e servir ao capital nacional e estrangeiro.

Os programas de integração nacional e os eixos de integração construídos na Amazônia e no cerrado brasileiro tiveram

o propósito de promover o (des)envolvimento regional e econômico, mas as condições sociais de suas populações ficaram apenas no discurso.

O alvo foi a exploração dos recursos naturais para proporcionar o enriquecimento de uma pequena camada da sociedade composta por grandes empresários brasileiros e estrangeiros. Por outro lado, a população do interior do Brasil ainda está no isolamento geográfico, econômico e social.

O diálogo com os autores que discutem a ocupação do cerrado a partir do PND e seus projetos de desenvolvimento como o POLAMAZÔNIA, PRODECER, POLONOROESTE, entre outros, possibilitou constatar que o Estado é quem possibilita a exploração dos territórios. Suas ações estão voltadas em primeira instância à economia, ao capital nacional e estrangeiro, em detrimento das questões sociais e ambientais, que precisam ser consideradas.

O PRODECER, assim como o POLOCENTRO e o POLAMAZÔNIA estiveram voltados principalmente ao crescimento econômico. Os prejuízos ambientais e sociais não foram motivo de preocupação para o governo brasileiro que investiu maciçamente para que a produção agropecuária avançasse pelo cerrado e pela Amazônia. A filosofia destes programas primeiros é criar riquezas, para depois se pensar em distribuir a riqueza e amenizar as desigualdades regionais.

Em relação ao crescimento do agronegócio no Tocantins, é possível afirmar que há um crescimento econômico significativo dos municípios analisados. Entretanto, o crescimento econômico não é capaz de reduzir os índices de pobreza e de concentração de renda e acentua o processo de exclusão social.

Dessa forma, é necessário que o Estado garanta as condições sociais e econômicas da sociedade. Ele como agente regulador deve garantir uma melhor distribuição de renda, possibilitando que as

pessoas sejam assistidas em seus direitos e tenham qualidade de vida, e não expropriadas de seus espaços, dos territórios que habitam.

Os conceitos teóricos de desenvolvimento estão associados a uma interpretação positivista em que procura entender as nações e regiões levando em conta que a formação destes espaços, necessariamente, passa por estágios diferentes. É a dialética de país desenvolvido, país subdesenvolvido, país em desenvolvimento, ou ainda, países emergentes.

É uma visão unilateral, ou seja, é como se fosse necessário que todas as nações e regiões do planeta adotassem este modelo de forma unilateral. É a ideia de ocidentalização do mundo. É uma ideia que os países ricos impõem aos países periféricos através das políticas bilaterais de desenvolvimento e planejamento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Y. M. **Conflitos sociais na fronteira Amazônica**: O projeto Rio Formoso. Campinas: Editora Papirus, 1996.

BELLINGIERI, J. C. "Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica". **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 37, 2017.

CALAÇA, M. "A territorialização do capital no Cerrado: uma abordagem metodológica". *In*: SANTOS, R. *et al*. (org.). **Território e Diversidade Territorial do Cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Editora Kelps, 2013.

GIRALDIN, O. "Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins". *In*: GIRALDIN,

O. (org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Censo Demográfico - 2010". **IBGE** [2010]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/09/2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Produção Agrícola Municipal". **IBGE** [2010]. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23/09/2022.

KOHLHEPP, G. "Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia Brasileira". **Revista Estudos Avançados**, vol. 16, n. 45, 2002.

LIMA, D. A. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Campinas: UNICAMP, 2014.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Editora Nobel, 1988.

LIRA, E. R. **A gênese de Palmas**: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Editora Kelps, 2011.

MARTINS, J. S. "O tempo da fronteira**.** Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira". **Revista Tempo Social**, vol. 8, n. 1, 1996.

MARTINS, J. S. **Fronteiras**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MONBEIG, P. **Pionnies et Panteurs de São Paulo**. Paris: Armand Colin, 1952.

NOGUEIRA, C. E. “Fronteiras e frentes pioneiras: aproximações teóricas”. **Revista Geonorte**, vol. 7, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar**: Políticas públicas para a Amazônia. Campinas: Editora Papirus, 1991.

PARENTE. T. G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PIRES, M. O. “Programas agrícolas na ocupação do Cerrado”. **Revista Sociedade e Cultura**, vol. 3, n. 1, 2000.

PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. “Atlas do desenvolvimento humano no Brasil”. **PNUD** [2013]. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 23/09/2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

RODRIGUES, D. B.; CABRAL, J. P. C. “O projeto Rio Formoso e a chegada da reprodução ampliada do capital na região do Médio Araguaia*:* 1980-2012”. *In*: SANTOS, R. *et al*. (orgs.). **Território e diversidade territorial do cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Editora Kelps, 2013.

RODRIGUES, W.; VASCONCELOS, S. J.; BARBIERO, A. K. “Análise da efetividade socioeconômica do Prodecer III no município de Pedro Afonso, Tocantins”. **Revista Pesquisa Agropecuária Tropical**, vol. 39, n. 4, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da USP, 1978.

SANTOS, R. S. "Eixos de desenvolvimento regional no Tocantins". *In*: SANTOS, R. *et al*. (orgs.). **Território e diversidade territorial do cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Editora Kelps, 2013.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Tocantins. "Perfil socioeconômico dos municípios do estado do Tocantins (2010/2013/2014)". **SEPLAN** [2013]. Disponível em: <www.seplan.to.gov.br>. Acesso em: 23/09/2022.

SILVA, I.; VINHAL, M. C. **À sombra da estrada**: a Belém-Brasília e a fundação da cidade de Colinas-1960/1965. Colinas: Prefeitura Municipal de Colinas, 2008.

SILVA, O. B. **Breve história do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, 1996.

SOUZA, S. M. "Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) – 19581975". *In*: GIRALDIN, O. (org). **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Edidora da UFG, 2002.

VINHAL, M. C. B. **Colinas do Tocantins**: desenvolvimento e transformações ambientais (Dissertação de Mestrado Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Manaus: UFAM, 2009.

CAPÍTULO 4

O Agronegócio e a Região do Oeste Baiano: Padrão de Ocupação, Dinâmica Fundiária e Relações Rural-Urbana

O AGRONEGÓCIO E A REGIÃO DO OESTE BAIANO: PADRÃO DE OCUPAÇÃO, DINÂMICA FUNDIÁRIA E RELAÇÕES RURAL-URBANA

Márcia da Silva Pedreira

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas por mudanças na divisão territorial do trabalho agrícola no Brasil. Ressalta-se neste processo a consolidação da região Centro-Oeste como principal *lócus* da dinâmica de produção agropecuária moderna, ao lado da emergência de sub-regiões no Nordeste, que, em decorrência da difusão de atividades agrícolas, ganham um novo status na divisão interregional do trabalho do país.

É nesse contexto de transformação do Centro-oeste e Nordeste, que a região do Oeste Baiano emerge enquanto *lócus* de expansão do agronegócio, capitaneado pelo cultivo da soja, associado ao fluxo migratório de "sulistas" e à implementação de conjunto de políticas públicas na área de infraestrutura e voltadas para a viabilização técnica e econômica da produção agrícola nos cerrados.

Este trabalho busca investigar como a dinâmica do agronegócio vem transformando a região do Oeste da Bahia. Em função das características e especificidades da região, a análise privilegiou os seguintes aspectos: histórico da ocupação regional; caracterização da evolução do padrão fundiário e a análise dos rebatimentos do agronegócio sobre o espaço urbano.

Considera-se que a difusão do agronegócio segue as lógicas industrial e financeira. No primeiro caso, a produção agrícola moderna encontra-se subordinada à indústria a montante

(fornecimento de insumos, máquinas, defensivos, sementes) e à jusante (agroindústria compradora e processadora da produção agrícola). No segundo caso, a lógica financeira ocorre mediante o processo de valorização fundiária, resultante da intensificação do mercado de terras.

Por outro lado, a expansão da agricultura moderna na região dos cerrados baianos implica na intensificação das relações entre campo e cidade, que se expressa tanto pelas novas demandas relacionadas às atividades produtivas agrícolas e agroindustriais (insumos, maquinários, fertilizantes, armazenamento e transporte, serviços técnicos e financeiros) como pelas demandas de reprodução e consumo da população. Como consequência, observam-se novas estruturas de ocupação da população e a redefinição da rede urbana municipal.

O trabalho baseou-se em fontes secundárias e primárias. No primeiro caso, foram utilizadas fontes documentais e estatísticas produzidas por órgãos governamentais — Federal e Estadual —, universidades (academia) e instituições de caráter setorial, entre outros. A pesquisa de campo envolveu técnicas de observação e entrevistas abertas e semiestruturadas junto aos principais agentes e/ou conhecedores da região.

Dada a extensão e complexidade do espaço regional, o trabalho de campo focalizou três municípios: Barreiras, São Desidério e Luis Eduardo Magalhães, selecionados pela importância no que se refere a produção agropecuária, em particular de grãos (soja, algodão, milho e café) e pela concentração de atividades e serviços ligados ao agronegócio. Barreiras e Luís Eduardo destacam-se ainda pela posição estratégica intra e interregional, como pelo papel ocupado no contexto das relações econômicas e políticas ao nível local, estadual e nacional.

O texto está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução. A primeira faz uma caracterização histórica do padrão de ocupação regional e analisa da *evolução e dinâmica de apropriação do espaço fundiário. A segunda seção aborda, no seu primeiro item*, o marco analítico sobre as interações entre o agronegócio e processos de reestruturação urbana e espacial e, no segundo item, focaliza o caso da região dos cerrados baianos, examinando as transformações na organização espacial e urbana impulsionadas pela difusão do agronegócio. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais questões abordadas

O OESTE DA BAHIA: PADRÃO DE OCUPAÇÃO E DINÂMICA FUNDIÁRIA

Fases e faces da ocupação regional

A região do oeste baiano, definida aqui, enquanto espaço de expansão do agronegócio brasileiro, fazia parte, até meados do século XX, da imensa região do Além São Francisco, que se caracterizava, por uma ocupação lenta e rarefeita. A pecuária extensiva, a lavoura de algodão arbóreo, a agricultura de subsistência e o extrativismo vegetal constituíam a base da economia. O Rio São Francisco e seus afluentes, rios Grande, Preto e Corrente, tiveram um papel fundamental em seu povoamento, pois eram os únicos meios de transporte de pessoas e mercadorias.

A partir dos anos 1960 e 1970 esse padrão de ocupação foi se alterando, em função da realização de investimentos públicos e privados, ligados muito mais a aspectos da dinâmica estadual e nacional, do que a um suposto desenvolvimento endógeno e progressivo da região Entre estes investimentos destacam-se os

projetos de colonização e irrigação na região a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e a interligação física da região via rede rodoviária, a exemplo da a implantação das BRs 242/020 (ligando Salvador a Brasília) e 020/135 (Brasília-Piauí), sendo Barreiras ponto de convergência das rodovias aludidas(SANTOS FILHO; FERNANDES; ALMEIDA, 1998).

Esse sistema viário, além de ter proporcionado a integração física da região interligando-a ao norte e centro-sul do Brasil, tornou-a uma área potencial a futuras inversões e à expansão agrícola. Por outro lado, a implantação da rede viária terrestre implicou na perda do papel hegemônico ocupado pelo rio São Francisco e seus afluentes na dinâmica de povoamento e de desenvolvimento regional.

A centralidade da região de vale e de suas cidades portuárias foi substituída pela dinâmica econômica de áreas de gerais e das cidades situadas ao longo das rodovias, com efeitos significativos sobre o modo de vida da região. Conforme salienta Haesbaert (1997) os lentos ritmos definidos pelo império das águas foram substituídos pelo império "desterritorializador" do asfalto.

Mas, foi, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990 que a região vivenciou transformações significativas na sua estrutura produtiva e urbana, no bojo do avanço e a consolidação da produção agropecuária moderna em direção a Região do Cerrado. Nesse contexto, o oeste baiano emergiu como região de expansão do agronegócio, capitaneado pelo cultivo da soja, associado ao fluxo migratório de sulistas e à implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas para a viabilização técnica e econômica da produção agrícola nos cerrados.

Como resultado, a região impulsionou a redefinição do estado da Bahia no contexto da produção agrícola nacional, em

especial da soja, ampliando sua participação da produção nacional de 1% em 1990 para cerca de 5% em 2015. Em termos estaduais, o oeste baiano transformou-se no maior polo produtor de grãos do estado, em grande parte, direcionados para a exportação.

Em 2013, a riqueza regional produzida respondeu por 7,0% do produto interno bruto da Bahia e por 33,5% do valor agregado da agropecuária baiana. No âmbito local, o grau de especialização regional fez com que tal produção representasse, no mesmo ano, 94,0% de todo o valor da produção agrícola gerado nessa região (PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2017).

Essa nova inserção da economia regional vincula-se, por sua vez, a um novo padrão de fundiário e à reestruturação do espaço urbano, que tem como uma das principais características a ampliação e intensificação das novas relações urbanas e rurais.

Estrutura Fundiária e Mercado de Terras

O processo de ocupação econômica e de integração da região oeste ao circuito agronegócio nacional, analisado no item anterior, encontra-se, sob o ponto de vista local, intimamente associado ao perfil e à evolução do padrão fundiário na região, na medida em que a estrutura agrária regional foi o grande "palco" sobre o qual se desenvolveu o processo de modernização capitalista nos cerrados baianos.

Entende-se, que, a estrutura fundiária e o desenvolvimento do mercado de terras na região, ao tempo em que se constituem sustentáculos fundamentais para a mudança nas formas de produção e propriedade da região, expressam os mecanismos de expansão do agronegócio no país.

Sob o ponto de vista fundiário, os dados compilados e documentos pesquisados apontam para duas características gerais. A primeira refere-se à substancial incorporação de terras, própria do movimento expansão de fronteira agrícola. Conforme dados do censo agropecuário, a microrregião Chapadão do Rio Grande incorporou entre 1970 e 1985 cerca de 3,3 milhões de hectares representando 30% do total anexado pelo estado da Bahia no período.

Considerando apenas os municípios de Barreiras e São Desidério, a expansão foi de 1,13 milhões, ou seja, 34% do total incorporado na Microrregião. O grande movimento de expansão ocorreu na década 1970, quando foram abertos e apropriados 976 mil hectares nesses municípios, representando 37,7% do total incorporado na microrregião (Tabela 1).

Esses dados sugerem que a expansão da moderna produção de grãos ocorrida a partir anos 1980 foi precedida por um intenso processo de mobilização e apropriação fundiária associado, posteriormente, ao movimento de loteamentos e vendas de terras, protagonizado por agentes locais e extra-locais. Essa fase da ocupação regional marca o momento inicial de expansão do agronegócio na região, expresso pela formação e o desenvolvimento de mercado de terras na região.

A segunda característica diz respeito ao elevado grau de concentração de terras da região, que se acentua ao longo do tempo, embora apresente arrefecimento no período de 1985 a 1996. De fato, conforme ilustra a tabela 2, o índice de Gini da microrregião de Chapadão Rio Grande/Barreiras sai de 0,82 em 1970 para 0,944 em 1975, atinge o ápice em 1980 com 0,958, situando-se em 0,89 no ano de 1996.

Tabela 1- Variação no número e área total estabelecimentos, região Oeste e municípios selecionados[5]

Discriminação	Variação Total	
	Est.	Área
	1970-1985	
MRH Chap. Alto Rio Grande	8.453	3.350.250
Barreiras	582	436.655
São Desiderio	1.356	696.824
Total Municípios Selecionados	1.938	1.133.479
	1970-1980	
MRH Chap. Alto Rio Grande	4.117	2.591.042
Barreiras	177	456.371
São Desiderio	920	520.552
Total Municípios Selecionados	1.097	976.923
	1980-1996	
MRH Chap. Alto Rio Grande/ Barreiras *	4.336	759.208
Barreiras	405	(19.716)
São Desiderio	436	176.272
Total Municípios Selecionados	841	156.556
	1996 -2006	
MRH Chap. Alto Rio Grande/Barreiras*	3104	(90.634)
Barreiras	171	(213.455)
São Desiderio	127	47.373
Luís Eduardo Magalhães	342	253.338
Total Municípios Selecionados	640	87.256

Fonte: IBGE.

[5] (*) Para Anos 1970 a 1985 – índices referem-se à microrregião Chapadões do Alto Rio Grande, composta por 12 municípios: Angical, Baianópolis, Barreiras, Brejolândia, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita, já os anos de 1996 e 2006, os dados consideram a Microrregião Barreiras, abrangendo sete municípios: Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério.

Tabela 2 - Índice de Gini de Concentração de Terra, Bahia, Região Oeste e municípios selecionados (1970-1996)

Índice de Gini	1970	1975	1980	1985	1996
Bahia	0,754	0,767	0,784	0,801	0,795
Micro Chapadões do Alto Rio Grande / Barreiras*	0,820	0,944	0,958	0,953	0,890
Barreiras – BA	0,809	0,847	0,936	0,886	0,793
São Desidério - BA	0,863	0,944	0,958	0,953	0,893

Fonte: IBGE.

Se os números apontam para movimento de incorporação e concentração fundiária, documentos e relatos de pesquisa de campo revelam que a dinâmica do mercado de terras nesse período foi marcada por um esquema de apropriação ilegal de terras devolutas do Estado e por conflitos.

Santos (2007), salienta que a legislação sobre o uso e a posse da terra e a escrituração precária nos cartórios regionais facilitaram a grilagem, tendo por consequência o acirramento de conflitos pela terra, entre pequenos produtores já instalados na Região e os novos ocupantes.

Muitas das propriedades loteadas, desmembradas e/ou adquiridas por terceiros via recibos ou promessas de compra e venda, passaram por processos de regularização fundiária viabilizados pelo Estado, pré-condição para a obtenção de financiamentos agrícolas de bancos oficiais.

As considerações acima são corroboradas pelos relatos de campo:

> Essas terras foram muito de grilagem [...]. Aqui, havia algumas escrituras que tinham umas fronteiras assim, uns limites que parecem piada: onde a vista alcança, o pé de baraúna, a pedra, até onde o justo for. Essas terras, quase todas, era por volta de mil réis... era mil-réis réis ou cruzeiro, coisa assim, não era em medidas concretas [...]. Os mil réis de terra que foram transformados duzentos mil hectares, poderiam ter sido transformados em 10 hectares, 5 hectares, entendeu? Foi de acordo com os interesses do próprio poder judiciário, dos bons advogados. Enfim, foi uma bagunça na questão do assentamento da agricultura em larga escala, da agricultura, do agronegócio aqui na região. Então as pessoas fizeram as cercas e começaram a avançar, até achar alguém que falasse "daqui prá frente é meu". Isso aconteceu também, com a chegada dos gaúchos. Eles também foram chegando e se apropriando. Compravam o documento e iam cercando, cercando, e acabaram cercando terras aí inimagináveis. Depois foram vendendo [...]. Foi um processo meio mal feito, houve muita confusão, muito conflito pelas terras, muita gente morreu, muita gente pagou com a própria vida, muita gente deixou, foram "embora", expulsos da terra [...]. Foi muita seqüela em relação a isso, mas no momento de concretização, essa leva de imigrantes da nova fronteira agrícola, que era o oeste baiano, ela foi completamente atípica, porque as terras aqui eram devolutas e o próprio Estado, em função do interesse até mesmo de regularizar essa região, de povoá-la, acabou chancelando todas essas terras [...] (HISTORIADOR, maio/2008)[6].
>
> A grilagem na região foi muito violenta. [...]. Esta passagem da história, dos anos 80 e 90 é muito camuflada. Isso continua acontecendo na região, com o mesmo sistema: regulariza um pequeno sítio no cartório e se usa o documento para configurar uma

6 Dados de entrevista. Pesquisa de campo, maio/2008.

> escritura de uma área enorme. Houve muita conivência dos cartórios. [...]. Muitos produtores não observam as exigências ambientais e como o banco exige a comprovação da reserva legal para fazer o empréstimo, os produtores conseguem documentos falsos e declaram reservas que não existem, em áreas que não são deles, isso articulado com corretores e cartórios (TÉCNICO DE ONG, 2007)[7].

Embora a tendência marcante seja de concentração, a evolução da estrutura fundiária aponta diferenciações ao longo do tempo que merecem ser destacadas. A análise do ritmo de crescimento das áreas estabelecimentos agrícolas, segundo estratos, associada à evolução de sua participação no conjunto dos estabelecimentos revela nuances importantes sobre os diferentes momentos da dinâmica fundiária.

Entre 1970 e 1980, o somatório da participação dos estabelecimentos dos estratos entre 10.000 e 100.000 ha e 100.000 a mais na área ocupada na microrregião Chapadões do Alto Rio Grande sai de 18,3% para 44% e do conjunto dos municípios selecionados (Barreiras, São Desidério,) evolui de 8,7% para 64%. Já no período pós 1980 (1980/1985 e 1985/96) verifica-se um arrefecimento na representatividade desses estratos, ao tempo em que se observa um incremento na participação dos estratos situados nas faixas de 1.000 a 5.000 ha e 5.000 a 10.000 ha, que até então vinham diminuindo sua participação percentual na área total.

De fato, no período de 1970 – 1980, a participação conjunta de Barreiras e São Desiderio na área ocupada pelos estabelecimentos entre 1000 e 5000 hectares e 5.000 a 10.000 hectares sofre uma queda de 18% para 14,5% e de 15,6% para 7,10%, respectivamente. Já em 1996, os índices se elevam para 36%, no caso do estrato de

7 Dados de entrevista. Pesquisa de campo, janeiro/2007.

1.000 a 5.000 ha, e para 17% no estrato de 5.000 a 10.000 ha. (Tabela 3).

As diferenciações no ritmo de expansão entre os estratos por período, assinaladas acima, apontam para uma demarcação temporal na dinâmica de mercado fundiário em três grandes fases. No primeiro momento, com seu auge entre 1975 e 1980, a tônica é dada pela constituição de estoque de terras, materializada pela incorporação e apropriação de novas áreas e concentração de terras.

Na segunda fase entre 1980 e 1985, desencadeia-se um movimento, no qual as terras, anteriormente estocadas, estão sendo subdivididas e negociadas para colocação em produção, com um aumento em número de estabelecimentos e área em todos os estratos abaixo de 10.000 ha.

E uma terceira fase, a partir de 1985 aponta para uma reconcentração das terras a partir da fusão de estabelecimentos (que pode se referir à compra de áreas por vizinhos, bastante mencionada em entrevistas), com uma diminuição absoluta do número de estabelecimentos abaixo de 500 ha, embora com uma manutenção da área total ocupada por eles, e com um aumento numérico em todos os estratos acima de 500 ha.

Esta reconcentração não se reflete no índice de Gini porque ocorre uma diminuição dos extremos, redução da área média nos estratos acima 10 mil ha e aumento da área média nos estratos abaixo de 100 ha.

O processo de apropriação e concentração fundiária é acompanhado pela transformação de regime de posse e exploração das terras. Como resultado, observa-se uma redução ou mesmo aniquilamento de formas tradicionais de uso e cessão da terra, a exemplo do uso coletivo das áreas de gerais para pastagens por pequenos criadores, da meação, entre outros.

Tabela 3 – Participação do número e área dos estabelecimentos Região Oeste e municípios selecionados (1970-1996)

ITEM	Menos de 100 ha		100 a menos de 500 ha		500 a menos de 1.000ha		1.000 a menos de 5.000 ha		5.000 a menos de 10.000		10.000 a menos 100.000 há		100.000 há ou mais	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	%Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Ano: 1970														
Chapadões do Alto Rio Grande	91,9	23,1	6,3	20,6	1,0	10,6	0,7	22,3	0,1	5	0	18,3	0	0
Barreiras	91,3	24,6	6,6	28,3	1,2	14,9	0,9	25,2	0,1	7,1	0	0	0	0
São Desidério	97,9	28,1	1,5	8,9	0,3	7,5	0,1	8,9	0,1	26,5	0,1	20,1	0	0
Municípios da Pesquisa	94,9	26,1	3,8	19,8	0,7	11,7	0,5	18,1	0,1	15,6	0	8,7	0	0
Ano: 1975														
Chapadões do Alto Rio Grande	87,1	14	9,6	17	1,6	9,2	1,4	23,3	0,2	9,3	0,1	21,8	0	5,5
Barreiras	88,4	15,6	7,8	20,4	2,1	15,9	1,6	32,7	0,1	5	0,1	10,3	0	0
São Desidério	96,2	10,4	2,8	6,1	0,4	3,2	0,3	8,3	0,1	7,7	0,1	8,1	0,1	56,2
Municípios da Pesquisa	92,9	12,4	4,9	11,5	1,1	8	0,9	17,5	0,1	6,7	0,1	8,9	0	35
Ano: 1980														
Chapadões do Alto Rio Grande	84	8	11	12,3	2,2	7,2	1,9	20,4	0,2	7,8	0,3	32,5	0	11,8
Barreiras	81	2,8	12	6,7	3	5,1	3,1	19,7	0,4	7,4	0,3	25,4	0,1	32,8
São Desidério	92	5	5,2	5	1,1	3,1	1,1	9,7	0,2	6,8	0,3	26,6	0,1	43,8
Municípios da Pesquisa	87,9	3,9	7,8	5,8	1,8	4,1	1,8	14,5	0,3	7,1	0,3	26,1	0,1	38,6
Ano: 1985														
Chapadões do Alto Rio Grande	85,2	7,8	10	11,1	2,1	6,9	2,2	23	0,3	8,7	0,3	26,3	0	16,3
Barreiras	81,1	4,4	8,6	7,9	4,1	10,1	5,3	35,9	0,5	11,9	0,3	29,8	0	0
São Desidério	88,9	4,2	6	6,5	1,7	8	2,9	13,5	0,2	35,4	0,3	16,2	0	16,2
Municípios da Pesquisa	85,8	4,3	7,1	7	2,7	8,7	3,8	21,6	0,3	26,9	0,3	21,1	0	10,3
Ano- 1996														
MRH Barreiras	78,5	3,8	11	7	3,9	7,5	5,9	34,4	0,7	14,5	0,4	22,5	0	10,3
Barreiras	69,7	3,7	12	8,8	7	12,4	10	52,6	0,7	13,1	0,3	9,3	0	-
São Desidério	80	2,1	6,1	2,8	3,4	4,7	8,1	34,3	1,4	20,1	1	36	0	-
Municípios da Pesquisa	74,8	2,4	9,1	4,6	5,2	6,8	9,2	36	1	14,6	0,7	21	0	0

Fonte: IBGE.

Como observa Haesbaert (1997), os regimes de exploração, vigentes até então, baseavam-se em laços com a terra muito mais intuitivos e "a-legais" do que formas e legais. A formalização do domínio da terra via legalização fundiária e a modernização agrícola desencadearam um processo de desterritorialização dos antigos posseiros e pequenos produtores que viviam nos "gerais".

O desenvolvimento do mercado de terras na região se reflete no movimento de valorização das terras, seja, em função da especulação, seja devido a fatores econômicos e produtivos (incorporação de nutrientes, localização, crescimento da demanda de terras). O processo de valorização acompanha a dinâmica e as fases do padrão de ocupação regional e de expansão do agronegócio.

No primeiro momento de ocupação, a disponibilidade e o baixo valor das terras constituíram um dos principais vetores da ocupação regional. Essa ocupação foi movida tanto por propósitos especulativos como produtivos e, levada a cabo, em grande parte, pela migração de agricultores provenientes do sul. No primeiro caso, a aquisição de grande quantidade destinava-se fundamentalmente para a criação de loteamentos e posterior venda das terras.

Já no segundo caso, o móvel da ocupação insere-se no contexto de estratégia de reprodução e diversificação econômica dos produtores sulistas. Ressalta-se, entretanto, que, em ambos os casos, a perspectiva de ganho financeiro proveniente da valorização fundiária é parte integrante da estratégia de ocupação.

Já na fase posterior, particularmente a partir dos anos 1990, quando a região deixa de ser um imenso território de reserva e passa a constituir-se em polo produtor de grãos, desencadeia-se um novo processo de valorização de terras. Conforme relata um informante:

> As terras do cerrado, nós imaginávamos ter somente os nativos, ter somente os ribeirinhos, era somente

> terra, somente areia. E essa areia não era produtiva. É por isso que a inserção dos gaúchos, eles trouxeram desenvolvimento: trouxeram adubo, tecnologia, trouxeram a agricultura mecanizada, tudo. E em função disso as terras hoje ganharam uma valorização. Um preço, nós diríamos, estratosférico. Se pegarmos o valor de uma terra que produzia em Roda Velha, que é um dos maiores campos produtivos da região, praticamente não valia nada. Hoje você tem terra que vale aí R$ 20.000,00 o hectare. Chegando aí a cinco mil sacos de soja. (Historiador, maio/2008).

Matéria publicada na folha de São Paulo de 15/06/2008 trazia como título "Agronegócio atrai R$ 1,5 bi ao oeste da Bahia" e subtítulo "empresas estrangeiras já têm 20% da área plantada e disputam mercado com grandes produtores nacional".

Essa mesma fonte, em matéria do dia 19/07/2008, registra que a alta das *commodities*, a procura por alimentos e escassez de áreas agricultáveis e, mais recentemente a condição de *investiment grade* obtida pelo Brasil estão atraindo investimentos internacionais e aquecendo os preços das terras brasileiras. As maiores altas ocorrem em áreas destinados a grãos, a exemplo do oeste baiano.

Assim, em consonância com Santos Filho *et al.* (1988), a expansão da agricultura moderna na região dos cerrados baianos encontra-se subordinada às lógicas industrial e financeira. A lógica industrial se dá na medida em que a produção agrícola moderna se realiza de forma articulada à indústria a montante (fornecimento de insumos, máquinas, defensivos, sementes) e à jusante (agroindustriais compradoras e processadora da produção agrícola). No segundo caso, a lógica financeira ocorre mediante o processo de valorização fundiária, resultante da intensificação do mercado de terras.

Embora haja uma demarcação de temporal nas principais características do mercado fundiário, trata-se de um processo dinâmico, no qual a incorporação de novas áreas (ainda que em menor grau, dado o próprio fechamento da fronteira), as fusões e/ou redivisões de propriedades estão sempre presentes.

Em síntese, podemos sugerir que há três grandes fases na dinâmica do mercado fundiário na região oeste. A década 70 surge como marco inicial do processo de demarcação e oligopolização fundiária, no qual a grilagem campeou no espaço agrário. O segundo momento, década de 1980, notabiliza-se pela chegada de migrantes "sulistas".

Nesta fase, a ocupação e demarcação das terras se dão por meio da denominada violência não criminalizada, como a regularização fraudulenta das terras e o desvio de água. Por fim, a partir dos anos 1990 começa a haver um processo de fusão de propriedades e reconcentração fundiária.

Este processo parece acentuar-se a partir de 2000, conforme relatos colhidos em campo e em artigos da mídia impressa, quando a região passa vivenciar uma intensificação do processo de concentração fundiária, sob o comando de grandes capitais, de origem nacional e internacionais, que vem adquirindo grandes extensões de terra, muitos delas pertencentes a médios produtores, que se encontram endividados.

As diferentes fases e características do processo de ocupação revelam o caráter multifacetado do agronegócio, o qual abarca um leque diferenciado de atores e de formas de propriedades e produção.

Neste contexto, podem ser encontrados agentes envolvidos nos negócios imobiliários (pessoas jurídicas e físicas, inclusive produtores), cooperativas, produtores rurais de diferentes portes e nível de organização, grandes empresas rurais e industriais (a

montante e jusante da produção agrícola), bancos, Estado, entre outros.

De qualquer forma, independentemente das diferentes posições econômicas e sociais, são esses agentes, expressões do denominado "agronegócio", que passam a exercer o comando das relações fundiárias e produtivas da região.

O AGRONEGÓCIO E NOVA DINÂMICA URBANA DO OESTE BAIANO

As novas relações rural-urbana: marco analítico

A expansão do agronegócio, em especial da soja, tem levado a uma nova territorialização da produção agrícola no país, gerando expressivos impactos sobre diversos espaços agrícolas e urbanos, os quais têm sido reorganizados com o objetivo de tornarem-se funcionais à realização do agronegócio que se expande no interior, em especial nas áreas de cerrado.

Segundo Elias (2012) e Frederico (2011), tal reorganização espacial traz como consequência um fortalecimento da urbanização e cria processos de reestruturação urbana e regional, resultando na formação ou consolidação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPA), as quais correspondem a vastos territórios produtivos do agronegócio globalizado, composto por espaços agrícolas e urbanos. Nessas regiões encontram-se os focos dinâmicos da economia agrária moderna, e é dentro delas que estão difundidos diversos ramos do agronegócio mundial.

No interior das RPAs perpassam parte do circuito de produção do agronegócio. Isso acontece porque as atividades

agrícolas e agroindústrias desenvolvidas nessas regiões são comandadas por grandes empresas multinacionais e nacionais que operam em escala mundial.

Nesse sentido, a realização das atividades do agronegócio acontece, ao mesmo tempo, dentro de uma ordem global e local, pois as regiões produtoras estão intimamente conectadas aos centros de decisão e consumo em nível internacional.

É possível perceber essa dinâmica através dos fluxos gerados pela atividade de cultivo de soja, no qual uma parte de seus insumos é oriunda de locais distantes das RPAs (em outros estados do país ou mesmo em outros países), como é o caso da obtenção de maquinários agrícolas, fertilizantes e sementes específicas, e outra parte originária da própria localidade ou de cidades vizinhas, como a contratação de mão de obra e algumas prestações de serviços.

Além disso, a fase de processamento, que geralmente se inicia dentro das próprias fazendas, pode se estender até mesmo para outros países, e a distribuição se espraia por diversas outras territorialidades que abrangem desde locais vizinhos à plantação até regiões consumidoras internacionais.

No contexto local, a agropecuária moderna liderada pelo agronegócio caracteriza-se pela criação de novas demandas sobre as cidades das regiões de difusão do agronegócio (RPA), principalmente aquelas relacionadas com as atividades produtivas. Em função dessas novas demanda, observa-se o incremento dos setores de comércio e serviços especializados para a agropecuária e para as demandas pessoais nos espaços urbanizados da região, localizados próximos às áreas de cultivo.

Destacam-se ainda, as demandas relacionadas com os aportes técnicos de mão de obra, de serviços contábeis e financeiros, jurídicos e outros necessários. A consequência direta dessa dinâmica é a expansão da economia urbana, visto que parte do circuito global

do agronegócio se realiza dentro dessas cidades. Elas se tornam fundamentais para que esse circuito se realize.

À medida que se torna mais complexa a reestruturação produtiva da agropecuária, e consequentemente mais complexa a formação de agroindústrias (com fluxos de produção cada vez mais globalizados), intensificam-se as relações entre o campo e a área urbana. Esses dois espaços passam a compartilhar com maior intensidade um fluxo material e de informações, tornando-os mais próximos e complementares.

A consequência direta dessa dinâmica é a expansão das áreas urbanizadas. Reconhecendo essa relação entre o urbano e a produção agroindustrial, Elias (2012; 2016) propõe uma nova categoria de análise do urbano, a qual denomina "Cidades do Agronegócio", centros urbanos atrelados às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes, "nos quais, se dá a gestão local ou regional do agronegócio globalizado", ou seja, é um centro urbano que organiza esse espaço, com funções urbanas diretamente vinculadas a essa atividade.

Elias (2012; 2016) destaca ainda que não basta a cidade estar inserida em uma Região de Produção Agrícola (RPA) para ser classificada como uma cidade do agronegócio, o que a caracterizaria e a distinguiria de outro espaço urbano seria justamente uma hegemonia das funções inerentes às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas.

Quando se analisa as cidades vinculadas ao agronegócio, particularmente à produção da soja, identificam-se duas tipologias relacionadas à existência das cidades, com características que as distingue dos estágios anteriores ou posteriores à expansão da fronteira agrícolas nas regiões analisadas.

No primeiro grupo estão as cidades situadas em municípios existentes antes da expansão da fronteira agrícola. Com localização

privilegiada, a função desempenhada por essas cidades ao longo das sucessivas divisões territoriais do trabalho as tornaram importantes centros regionais, onde as funções urbanas se superpõem às demandas da agricultura moderna.

No segundo grupo estão as cidades em municípios criados depois da expansão da fronteira agrícola. Essas cidades já surgem com o predomínio da população urbana e suas mais importantes funções estão direcionadas às redes agroindustriais.

A compreensão desse marco teórico traz subsídios interpretativos para a análise do processo de redefinição espaço e das cidades do Oeste Baiano, pois estas estão se desenvolvendo em um contexto de expansão do agronegócio de soja que vem ocorrendo no país.

Na região do oeste da Bahia, o crescimento do agronegócio tem gerado grande dinamismo econômico, e isso tem estimulado o crescimento e adensamento da oferta de serviços em algumas cidades. A expansão da sojicultora aporta elementos que possibilitam a compreensão da relação entre as atividades do campo moderno e a dinâmica e função das cidades.

Acredita-se que, além de revelar a lógica de desenvolvimento e funcionamento das chamadas "cidades do agronegócio", o caso do oeste baiano traz a luz elementos e especificidades inerentes à dinâmica local, revelando a complexidade e as diferenciações espaciais que envolvem o avanço do agronegócio.

O agronegócio e nova dinâmica urbana do Oeste baiano

Baseado na literatura apresentada na seção anterior, o caso de cerrados baianos que abrigam atividades do agronegócio, o

processo de reorganização do espaço urbano se expressa, entre outros aspectos, pelo:

1) Rápido crescimento demográfico, em particular da população urbana;
2) Surgimento de aglomerações urbanas e redefinição da rede urbana e municipal;
3) Construção de novos espaços de poder na esfera municipal;
4) Ampliação e intensificação de atividades econômicas e ocupações urbanas.

Tabela 4 - Taxa de Crescimento média anual da população, Oeste Baiano (1970-2010)

Região/Municípios	Taxa de Crescimento anual (%)		
	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Baianópolis	3,33	-1,4	1,29
Barreiras	7,58	4	0,42
Côcos	-0,45	1,08	0,3
Correntina	-2,03	0,98	0,22
Formosa do Rio Preto	2,28	1,91	2,11
Jaborandi		-1,41	-1,36
Luís Eduardo Magalhães			
Riachão das Neves	0,8	0,87	0,01
São Desidério	2,19	0,02	3,82
Total Região	3,5	2,11	2,71
Bahia	1,95	1,09	0,69

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (1970;1980;1991;2010).
Nota: Dado para Luís Eduardo Magalhães não disponível, tendo em vista que a criação o município foi em 2000.

Considerando os censos demográficos de 1980 a 2010 (tabela 4), a população total da região apresentou crescimento acima da média estadual. Sendo que entre 1980 e 1991, a taxa média

geométrica anual alcança o valor de 3,5% frente a estadual de 1,95%. Entre 2000 e 2010 a região manteve dinamismo com taxa de 2,71% vis-à-vis a 0,69% do estado. Em todo o período, o crescimento populacional é liderado pela população urbana.

Tabela 5 - Taxa de urbanização municípios região Oeste baiano, (1980; 1991; 2000; 2010)

Delimitação Espacial	Grau de Urbanização (%)			
	1980	1991	2000	2010
Baianópolis	13,1	16,7	22,4	25,1
Barreiras	74,4	76,5	87,8	90
Formosa do Rio Preto	30,8	36,5	51,3	60,6
Luís Eduardo Magalhães	-	-	-	91,3
Riachão das Neves	32,2	44	46,8	49
São Desidério		29,2	37,5	31,2
Coribe	22,9	31,1	36,5	47,2
Correntina	13	30,8	37,1	40,3
Jaborandi	-	14,4	19,7	33,9
Total Região	33,8	50,1	63,1	70
Bahia	49,4	59,1	67	72,1

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (1970;1980;1991;2010).

O crescimento demográfico, particularmente o urbano, não se dá de forma homogênea. Concentra-se em algumas cidades, particularmente em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, município criado em 2000, a partir de Barreiras. Esses municípios concentraram em 2010, mais 70% da população urbana da região (IBGE, Censo Demográfico, 2010).

Conforme estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), que analisa a região de influência das cidades, Barreiras está classificada como capital regional – nível imediatamente inferior ao metropolitano – e se vincula à rede imediata de Brasília e de Salvador.

Em função dessa centralidade, Barreiras passou por transformações urbanas diversificando suas atividades e funções decorrentes do processo de modernização agrícola da região.

Paralelamente ao desenvolvimento do papel centralizador de Barreiras surgem novos núcleos urbanos, estruturados a partir da implantação de serviços produtivos de apoio à agricultura e da instalação de complexos técnicos das cooperativas e grandes empresas. Entre estes núcleos urbanos, destaca-se Mimoso do Oeste, que se transforma em distrito de Barreiras e posteriormente no município de Luís Eduardo Magalhães (LEM).

Diferentemente de Barreiras, que se adaptou às novas demandas, Luís Eduardo Magalhães surgiu do agronegócio. Localizado na BR-020, o município cresceu a partir de um posto de gasolina (Posto Mimoso do Oeste) e de um loteamento privado, que foi paulatinamente ocupado por um complexo de atividades e serviços voltados ao desenvolvimento do negócio agrícola. O dinamismo da cidade fica patente pelo crescimento da população, que saiu de 10 mil habitantes, em 2000, para cerca de 60 mil em 2010 (ELIAS, 2016).

Para Elias (2007; 2016), Luís Eduardo Magalhães constitui exemplo emblemático de município criado como resultado das novas formas de uso do território brasileiro inerentes à expansão do agronegócio globalizado.

Já, segundo Haesbaert (1997), a criação de LEM expressa a construção territorial da identidade sulista no Nordeste envolvendo a disputa cultural entre gaúchos e nordestinos (baianos). Por outro lado, a criação e fortalecimento, de espaços de controle e representação de interesses dos segmentos do agronegócio constituem características importantes da atuação do agronegócio na região.

Destacam-se nessa direção a eleição em 2009 e reeleição 2012 de um empresário do agronegócio para prefeitura de LEM. A Associação de Irrigantes da Bahia (AIBA) representa outra expressão regional de exercício de poder corporativo do agronegócio. A entidade que congrega os produtores rurais do agronegócio regional exerce forte influência na economia, na política e sociedade local.

Pode-se considerar que Barreiras e Luís Eduardo Magalhães constituem um bipolo urbano e exercem a centralidade urbana da "RPA" nos cerrados baianos. Barreiras desempenha papéis clássicos de uma cidade de porte médio, concentrando a maior parte do comércio e de serviços voltados às demandas da população.

Luís Eduardo Magalhães configura-se no que Elias (2012; 2016) destaca como centralidade emergente. Apresenta hegemonia das funções de atendimento das demandas do agronegócio sobre as demais funções exercidas pela cidade e se sobressai na região pelo oferecimento dos mais modernos produtos e serviços demandados pelas atividades agrícolas e agroindustriais.

Destaca-se, por exemplo, por possuir revendedores autorizados das maiores fabricantes de máquinas agrícolas que atuam no Brasil e instalações de grandes agroindústrias, a exemplo da Bunge. Outra faceta desta especialização funcional de LEM se expressa por abrigar a Bahia Farm Show**,** feira de tecnologia agrícola e negócios que ocorre anualmente desde 2004.

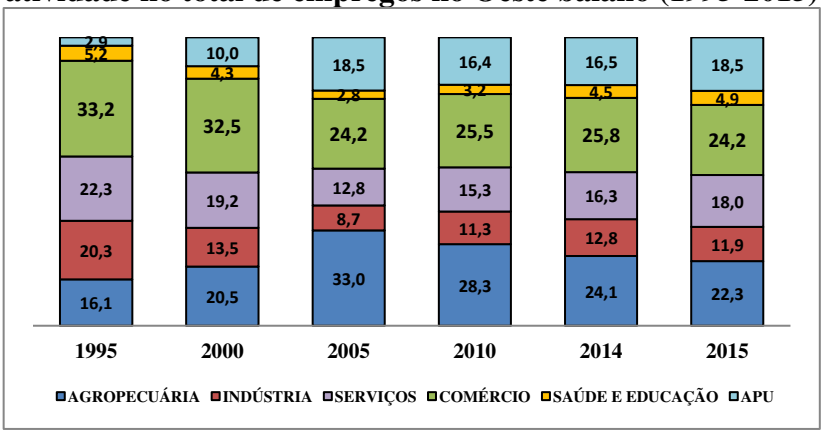
Com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2016a) percebe-se que as transformações no padrão produtivo agrícola regional, capitaneado pelo agronegócio da soja, se espraia na estrutura ocupacional da força de trabalho, redefinindo seu perfil empregatício ao tempo em que releva as novas relações entre campo e cidade.

De fato, os dados da RAIS (BRASIL, 2016a), relativos aos vínculos ocupacionais analisados, segundo segmentos de atividades, mostram que, embora o setor agropecuário mantenha importância na participação da estrutura ocupacional, houve um declínio no período mais recente.

Entre 1995 e 2005, enquanto o segmento agropecuário expandiu sua ocupação em 752%, os setores de comércio e serviços registraram um crescimento de 137% e 203%, respectivamente. Já no período de 2005 a 2015, a ocupação na agropecuária cresceu apenas 2%, frente a 23% do comércio e 51% dos serviços.

Como resultado, o setor agropecuário elevou sua participação de 16% para 33% no período de 2000 a 2005, caindo para 22% em 2015.

Gráfico 1 - Participação (%) dos setores de atividade no total de empregos no Oeste baiano (1995-2015)



Fonte: BRASIL (2016a).

Essa trajetória aponta que, a despeito da importância da atividade agrícola, em especial na sua fase inicial da ocupação, a

tendência é de perda relativa desse setor na força de trabalho global e o aumento do emprego no comércio, serviços e indústria (atividades eminentemente urbanas).

O desenvolvimento do agronegócio demanda bens e serviços necessários às suas atividades de produção e processamento agrícola, cuja natureza é urbana. Nas cidades se localizam as casas de comércio de insumos, de implementos agrícolas, fertilizantes, os escritórios de assistência técnica, consultoria contábil, serviços técnicos especializados, serviços públicos etc.

As cidades e núcleos urbanos são também fundamentais na organização do mercado de trabalho, assim como na reprodução da força de trabalho. Por outro lado, na medida em que o desenvolvimento da atividade agrícola é essencialmente poupador de mão de obra, o emprego urbano torna-se importante para absorver o trabalhador.

Assim, observa-se a dinamização das atividades vinculadas à indústria, ao comércio e aos serviços, que se intensifica a partir da segunda metade dos anos 2000. Destacam-se, nesse âmbito, os segmentos produtores e comercializadores de insumos (adubos, fertilizantes, defensivos e sementes), processadores de grãos, beneficiadores de algodão e serviços de assessoria agronômica, contábil e imobiliária.

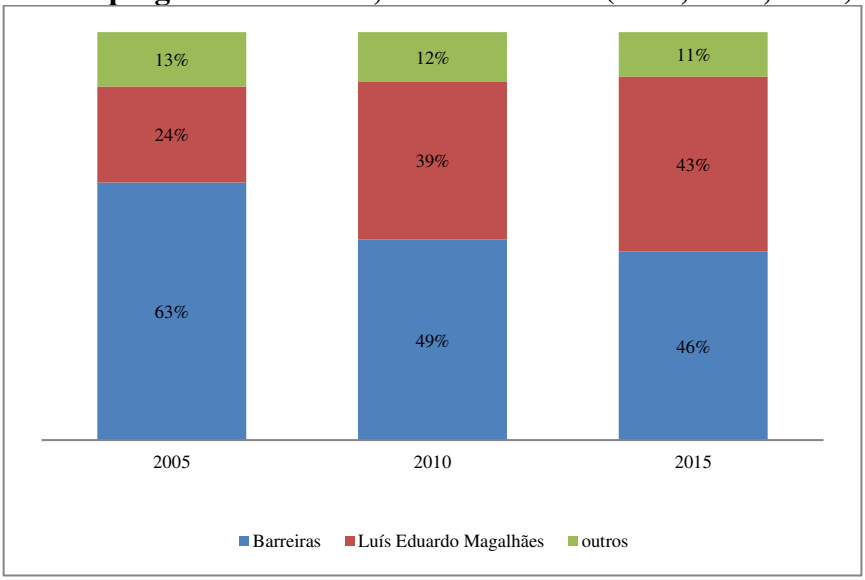
Como resultado, vê-se a contínua ampliação do setor de serviços no conjunto da estrutura de ocupação, cuja participação evoluiu de 12,8%, em 2005, para 15,3%, em 2010, alcançando 18% em 2015. Considerando-se o crescimento vigoroso das ocupações em atividades urbanas, coloca-se uma questão: como vem se estruturando o espaço urbano na região para atender à dinâmica de desenvolvimento do agronegócio?

Ainda com base nos dados da RAIS (BRASIL, 2016a), observa-se que os municípios de Barreiras e Luís Eduardo

Magalhães assumem o papel de polos no que tange à oferta de bens e serviços (indústria, comércio e serviços em geral), concentrando mais de 85% dos vínculos empregatícios.

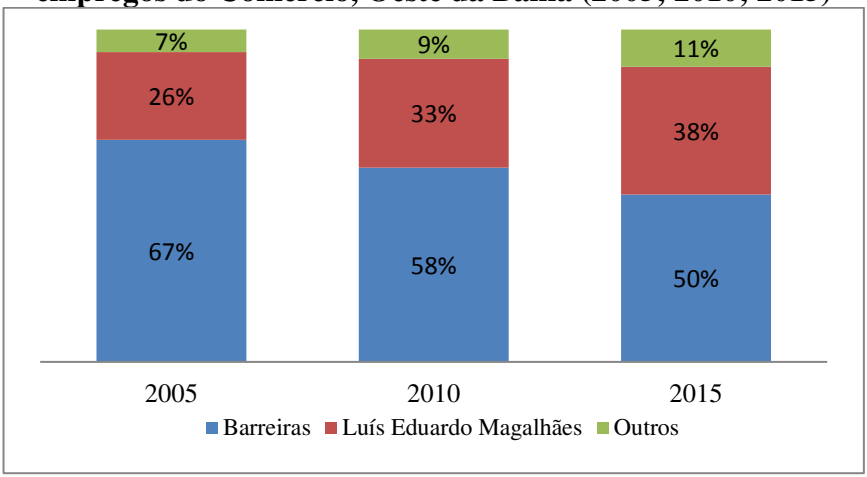
Entretanto, cabe salientar a predominância de Barreiras em praticamente todos os segmentos, à exceção do industrial e agropecuário. No caso de Luís Eduardo Magalhães, chama a atenção o crescimento das ocupações na indústria e serviços, associados às demandas do agronegócio. De fato, a participação deste município na estrutura ocupacional da indústria regional se elevou de 24% para 43% entre 2005 e 2015, e nos serviços, de 25% para 36%.

Gráfico 2 - Importância dos municípios no total dos empregos da indústria, Oeste da Bahia (2005; 2010; 2015)



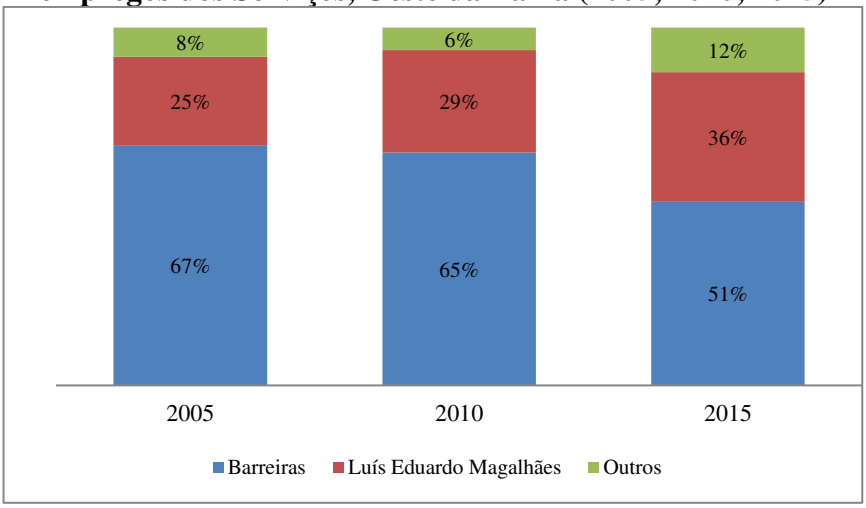
Fonte: BRASIL (2016a).

Gráfico 3 Importância dos municípios no total dos empregos do Comércio, Oeste da Bahia (2005; 2010; 2015)



Fonte: BRASIL (2016a).

Gráfico 3 Importância dos municípios no total dos empregos dos Serviços, Oeste da Bahia (2005; 2010; 2015)



Fonte: BRASIL (2016a).

Além de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, que concentram respectivamente 49% e 22% da população urbana regional, cabe salientar o aumento do grau de urbanização, entre 1991 e 2010, em Formosa do Rio Preto (36% para 60%) e em Correntina (30% para 40%).

Esse incremento da urbanização se dá em paralelo a expansão da soja. Em Correntina a área com soja sai de 75.000 ha em 1990 para 101.00 ha em 2010 e em Formosa do Rio Preto de 38.000 ha para 360.000 ha no mesmo período. Em 2015, a participação conjunta desses municípios na área total de soja na região alcançou 38% frente a 21% de LEM e Barreiras.

Reforça-se assim, a inter-relação entre a expansão do cultivo e a urbanização. Já São Desidério que abarcou 31% da produção soja no mesmo ano, manteve seu grau de urbanização em torno de 30%. Fato que pode ser atribuído à sua proximidade com Barreiras, cidade com melhor infraestrutura urbana, fazendo com que muitas famílias trabalhem e produzam em São Desidério, mas fixem residência em Barreiras.

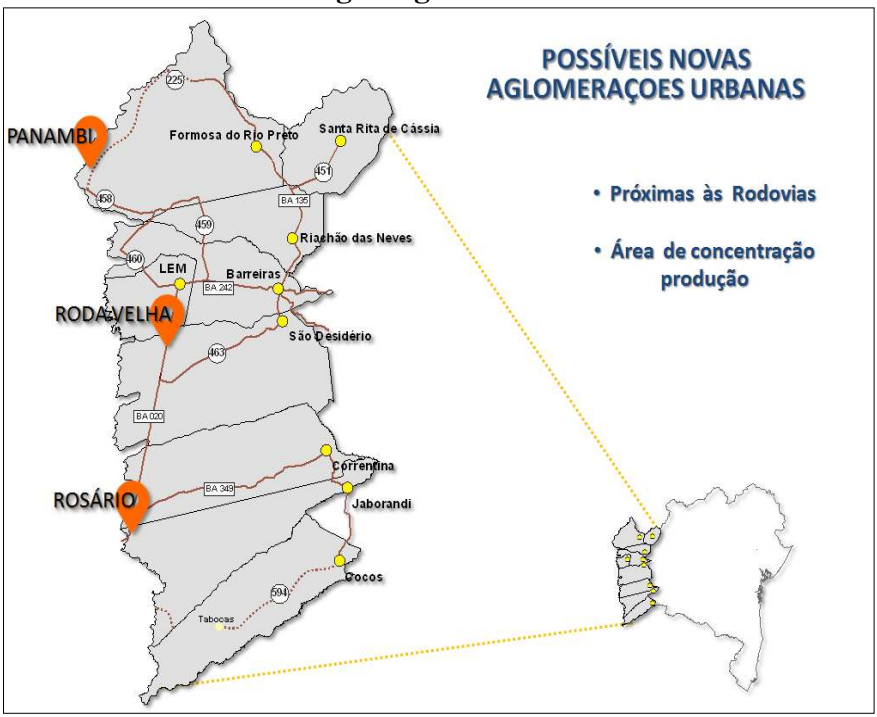
Acrescenta-se também que as áreas plantadas neste município estão próximas a Luís Eduardo Magalhães, que cumpre o papel de apoio às necessidades e demandas das unidades agrícolas situadas em São Desidério.

Além do incremento do grau de urbanização, verifica-se a emergência, próximas às rodovias, de novas nucleações nos citados municípios (Rosário/Correntina e Panambi/Formosa do Rio Preto), apontando para o potencial dinamismo de atividades ligadas aos setores de comércio e serviços nesses espaços (Figura 1).

O aumento, entre 2005 e 2015, de 8,2% para 17,8% na participação desses munícipios no total dos vínculos empregatícios nos segmentos de serviços e comércio da região reforçam essa tendência (Tabela 6).

Ou seja, embora, na atual configuração espacial, as cidades de Barreiras e LEM apresentem-se como polos aglutinadores de atividades urbanas (industrial, comercial e serviços) da região, a expansão agrícola em bases modernas no sentido norte (Formosa do Rio Preto) e ao sul (Correntina) pode gerar novos espaços urbanizados e possíveis desmembramentos municipais, ampliando e diferenciando a rede urbana regional.

Figura 1 – Novas aglomerações urbanas do agronegócio no Oeste baiano



Fonte: BAHIA (2017).

Tabela 6 – Participação dos municípios do Oeste baiano nos vínculos empregatícios, setores comércio e serviços (2005-2015)

Municípios	2005			2015		
	Indústria	Comércio	Serviços	Indústria	Comércio	Serviços
Barreiras	60,60	66,30	65,00	46,10	49,50	48,80
Correntina	1,70	3,50	3,30	0,80	4,70	9,30
Formosa do Rio Preto	0,80	0,80	0,60	1,70	2,20	1,60
Luis Eduardo Magalhães	24,20	26,30	26,80	45,30	37,70	36,10
São Desiderio	7,50	2,10	3,40	5,00	3,30	3,20
Outros	5,20	1,00	0,90	1,10	2,60	1,00
Total Região	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: BRASIL (2016a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base a região do Oeste baiano, o presente trabalho buscou identificar e analisar as transformações no padrão de ocupação fundiária e no espaço urbano regional provocado pelo processo de expansão do agronegócio.

Entende-se que as transformações espaciais constituem expressões significativas da teia de relações econômicas e sociais que envolvem agronegócio.

Entre as expressões da dinâmica da expansão do agronegócio no Oeste destacam-se:

a) O intenso processo de apropriação e concentração fundaria que é acompanhado pela lógica de valoração produtiva e financeira/especulativa;

b) Intensificação das relações entre campo e cidade, que se expressa tanto pelas novas demandas relacionadas às atividades produtivas agrícolas e agroindustriais (insumos, maquinários, fertilizantes, armazenamento e transporte, serviços técnicos e financeiros) como pelas demandas de reprodução e consumo da população.

Em outros termos, a organização socioespacial da região passa a ser pautada por redes agroindustriais que participam dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação da produção moderna de grãos, principalmente da soja.

Neste sentido, os dados e análises realizadas revelaram que o desenvolvimento da agricultura moderna na região promoveu uma redefinição da sua configuração espacial, expressa, entre outros aspectos, pelo incremento da taxa de urbanização e à reconfiguração da rede urbana, com emergência novas cidades e aglomerações urbanas cujas funcionalidades se assentam nas demandas produtivas do agronegócio e da população.

O espaço urbano ganha um novo *status*, assumindo um papel de articulador da oferta e da demanda associada à agricultura moderna. As cidades passam a abrigar um conjunto de atividades indispensáveis à reprodução da atividade agrícola e dos segmentos agroindustriais, além de serviços relacionados ao agronegócio.

Destacam-se neste contexto, o comércio de equipamentos, insumos agropecuários, serviços de armazenamento, beneficiamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos agrícola, serviços de assessoria técnica, serviços financeiros, entre outros.

As interações entre o agronegócio e a dinâmica urbana encontram-se presentes no mercado de trabalho, com o crescimento

de ocupações de natureza urbana, em especial nas áreas de comércio e serviços.

Ressalta-se, entretanto, que o desenvolvimento destas atividades não se dá de forma homogênea. Ele se concentra em determinadas cidades. No caso de Oeste baiano, destacam-se duas cidades, sendo uma já existente e que já ocupava papel de centro regional - Barreiras- e a outra - Luís Eduardo Magalhães - surgida no próprio processo de expansão do agronegócio na região, denominada por isso de "cidade do agronegócio" (ELIAS, 2016).

O desenvolvimento destas cidades se dá em função de sua localização – ao longo das rodovias e próximas aos centros de produção agrícola. Acrescenta-se ainda, que Luís Eduardo Magalhães, além de sua estruturação ter sido consolidada a partir dos estímulos do desenvolvimento concentrado do agronegócio em seus limites municipais, seu surgimento, enquanto município, deve-se também a uma estratégia política de criação de espaço de controle e representação de interesses dos segmentos do agronegócio além de uma construção territorial da identidade sulista no Nordeste.

Por fim, identificou-se uma expansão do cultivo da soja em direção ao norte (Formosa do Rio Preto) e ao sul (Correntina) da região do Oeste baiano, áreas, portanto, mais distantes dos polos urbanos já consolidados. Essa expansão tem estimulado a emergência de novas aglomerações urbanas nos municípios citados, a exemplo de Panambi em Formosa do Rio Preto e de Rosário no município de Correntina.

Essa evidência aponta para um possível processo de diferenciação na rede urbana regional, através da criação e/ou fortalecimento de áreas urbanas dentro dos municípios, voltadas para atender às novas demandas específicas do agronegócio local, o qual atualmente tende a se expandir e se tornar cada vez mais complexo e integrado ao mercado globalizado.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Cidades do agronegócio no Oeste Baiano**. Salvador: SEI, 2017.

BARBOSA, M. Z.; ASSUMPÇÃO, R. "Ocupação territorial da produção e da agroindústria da soja no Brasil, nas décadas de 80 e 90". **Revista de Informações Econômicas**, vol. 31, n. 11, 2001.

BRASIL. **Projeção do agronegócio Brasil – 2015/2016 a 2025/2026**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2016b. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 23/09/2022.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais - 2016**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2016a. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 23/09/2022.

ELIAS, D. "Agricultura e produção dos espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas". *In*: SPOSITO, M. E. (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

ELIAS, D. "Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil". *In*: BÜHLER, E. A.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. (orgs.). **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**: abordagens a partir da América do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ELIAS, D. "Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil". **Scripta Nova**, vol. 1, 2006.

ELIAS, D. “Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional do Brasil”. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

FOLHA DE S. PAULO. “Agronegócio atrai R$ 1,5 bi ao oeste da Bahia”. **Folha de São Paulo** [15/06/2008]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23/09/2022.

FREDERICO, S. “As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira”. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 1, n. 33, 2011.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: Editora da UFF, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Banco De Dados Agregados: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA”. **IBGE** [2017]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20/08/2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários**: Rio de Janeiro 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos**: Rio de Janeiro 1970, 1980, 1981, 2000, 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PEDREIRA, M. S. **Novas Frentes de Expansão do Complexo Agroindustrial**: uma análise do cerrado baiano (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1994.

SANTOS FILHO, M.; FERNANDES, A.; ALMEIDA, P. H. "A modernização do campo nos Cerrados Baianos". **Revista Espaço e Debates**, n. 25, 1998.

SANTOS, C. C. M. **Oeste da Bahia**: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 2007.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de janeiro: Editora Zahar, 1993

CAPÍTULO 5

Os Impactos Sociais do Crescimento do Agronegócio em Luís Eduardo Magalhães (BA)

OS IMPACTOS SOCIAIS DO CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA)

Ricardo Barboza Alves

Cecília Mitie Ifuki Mendes

Augusto Hauber Gameiro

O presente capítulo compreende a análise das relações da expansão da atividade agrícola produtora de grãos, especialmente a soja, na circunscrição do município de Luís Eduardo Magalhães, no estado da Bahia. O principal foco do estudo será compreender as consequentes transformações espaciais no desenvolvimento urbano da cidade, especialmente, no que se refere às questões sociais derivadas do impacto provocado pela efervescente e crescente produção nuclear da soja.

As atividades agrícolas sempre estiveram presentes na formação espacial do território brasileiro de uma forma consubstanciada nas propriedades agrícolas de algum produto nuclear (commodities como açúcar, café, algodão, laranja, cacau dentre outros).

Este estudo visa compreender o impacto como a expansão capitalista que encontrou no cerrado nordestino da Bahia uma nova fronteira agrícola condizente aos interesses produtivos da soja. Tal fato, proporcionou um ambiente dinâmico e florescente com a possibilidade de novos fluxos econômicos e atividades comerciais, sendo assim, o município passa a atrair um grande fluxo de migrantes, o que fez a área urbana crescer exponencialmente e de forma acentuada nos últimos anos.

Apesar deste ambiente propício para o crescimento econômico, o crescimento do agronegócio no município aconteceu às custas de desmatamento intenso do Cerrado e desigualdade social (WIDMARK, 2020).

Analisaremos o recorte temporal de 2000 a 2020, pois é o momento da emancipação do município e que ocorre uma exacerbada expansão dos habitantes decorrentes dos auspícios derivado da grande produção agrícola do município, quando a cidade assumiu por meio de uma estratégia de marketing o slogan "a capital do agronegócio baiano", impulsionado pelo produto nuclear que é a soja.

Esse fenômeno produtivo da soja trouxe enormes recursos para o município na forma da arrecadação de impostos e, principalmente na alocação de negócios comerciais relacionados a suprir as necessidades de maquinário, produtos agrícolas e outros insumos necessários para o principal sistema produtivo do município.

Não obstante este crescimento acarretou uma série de transformações impactantes na área do município como o aumento da insegurança alimentar dos habitantes da região, a dificuldade no acesso à terra, o aumento de práticas como a grilagem de terras, o aumento da emigração para as cidades, além de impactos ambientais, principalmente em relação a biodiversidade e os recursos hídricos, em que este último já acarreta consequências de dificuldade de acesso a água pela população (LOPES; LIMA; REIS, 2021).

Sabe-se que a arquitetura da área urbana é uma construção humana que envolve aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, o município passou por um processo de reconstrução devido à dinamização provocada pelos novos agentes presentes na área urbana com o surgimento de novos prédios, condomínios, casas e áreas comerciais entre outros.

Esse florescimento modernista teve impulso pela sucessão de possibilidades derivadas da chegada de novos habitantes que buscam essa terra de oportunidades como o intuito de melhorar sua posição material e conseguir uma parte da fortuna proveniente da produção da soja, o que provoca um grande processo de modernidade e alteração do espaço urbano.

Apesar dessa modernidade com o crescimento da área urbana com sua nova arquitetura hodierna, fica a questão nodal em relação ao impacto social desse crescimento acentuado dos habitantes e das atividades do município.

Assim, visa-se analisar como a riqueza advinda da produção da soja é organizada para planejar uma melhor organização e distribuição das necessidades sociais dos habitantes que buscam o município. Destarte, vamos nos preocupar em compreender como a cidade trabalha e planeja o desenvolvimento social dos atributos necessários para uma vida adequada e digna aos habitantes do município.

METODOLOGIA

Foram analisados dados referentes à cidade de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos seguintes portais: Produção Agrícola Municipal (PAM), Censo Agropecuário 2006 e 2017, Censo Demográfico 2010, dados do Anuário de Emprego Formal da Bahia do ano de 2018 e dados do Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb).

Na produção agrícola municipal foram consideradas as culturas de algodão, milho (1ª e 2ª safras) e soja, no período de 2001

a 2019, nos quesitos produtividade, área plantada, quantidade produzida e valor da produção agrícola.

No Censo Agropecuário foram levantados dados referentes a características do produtor rural de lavouras temporárias do município, como sua condição legal em relação às terras, número de estabelecimentos agropecuários para cultivo de lavouras temporárias, sua dependência em relação a atividade e local da residência.

No Censo Demográfico 2010, foram levantados dados sobre a composição populacional do munícipio e sua distribuição em zona rural e urbana, quantidade de trabalhadores por seção de atividade, além de indicadores de desenvolvimento, como Produto Interno Bruto per capita, média salarial dos habitantes e índice de desenvolvimento humano.

Para fins de comparação, os dados obtidos foram comparados com os dados estaduais no mesmo período. A análise dos dados foi realizada por médias, porcentagens e agrupamento dos dados em gráficos e tabelas, para isso, utilizou-se o programa Power BI Desktop® (2021), Microsoft. Os valores de salário, PIB e gastos da educação foram deflacionados para dezembro de 2020, utilizando o indicador IGP-DI, FGV.

Para analisar os dados usaremos os referenciais teóricos e metodológicos da longa duração de Fernand Braudel em uma perspectiva dialética com o intuito de analisar o hemisfério da produção, suas implicações na esfera da circulação e as repercussões na área do município (BRAUDEL, 2007), pois essa temporalidade braudeliana permite compreender as leis de mudanças fundamentada em fatos concretos com a disposição de compreender a realidade dos movimentos de construção e reconstrução das relações no espaço urbano (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002), onde visamos analisar a formação do espaço urbano como instância social

intimamente associado a materialidade e as ações dos homens (SANTOS, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gênese de formação da área do município de Luís Eduardo Magalhães está intimamente ligada ao deslocamento da produção de soja na área do Cerrado nordestino baiano por meio da expansão capitalista do agronegócio. A origem da ocupação espacial do futuro município começou ao redor do posto de gasolina Mimoso, em 1982, instalado em uma área estratégica na rodovia BR 020 no Km 90.

A excelente posição estratégica do posto em relação ao cultivo da soja atraiu uma grande movimentação de veículos, o que provocou uma ampliação dos serviços prestados pelo posto que ampliou a estrutura com novas áreas de comércio com o intuito de atender os novos clientes (SANTOS; RIOS, 2008).

Assim, essa área transformou rapidamente em um ponto de atração de uma onda migratória de pessoas oriundas da região sulina, especialmente gaúchos que criaram o loteamento Rancho Grande. Em 1996, a dinâmica da rápida expansão capitalista da soja com suas transformações do meio espacial geográfico provocou o crescimento da população para 10.000 habitantes, o que ocasionou o surgimento do povoado de Mimoso do Oeste (SANTOS; RIOS, 2008).

Segundo Mazoyer e Roudart (2010), os seres humanos executam alterações nos ecossistemas naturais originais por meio da busca da implantação de culturas exógenas, no qual transformam essas novas áreas em ecossistemas artificiais sobre o cuidado dos novos habitantes.

Essa dinâmica de modificação com ampla dinamização espacial da área ocupada provocou uma pressão dos habitantes do

povoado de Mimoso do Oeste que foi elevado a condição de distrito em 1997, por meio do projeto de Lei Nº 034 de 08 de outubro (Santos Filho; Rios, 2008).

No entanto, o processo da emancipação da área como município ocorreu por meio da Lei Nº 7.619 de 30 de março de 2000, o que tornou Luís Eduardo Magalhães o mais novo município da Bahia (SANTOS; RIOS, 2008).

Geograficamente a área do município se localiza na região Oeste da Bahia dentro do bioma Cerrado, onde faz parte da bacia hidrográfica do Rio das Ondas em que constitui parte da bacia do rio Grande – principal afluente do Rio São Francisco.

A formação geológica da bacia consolidou no final do Cretáceo (+/- 65 milhões de anos) com a predominância da Formação Urucuia, constituída por arenitos finos e médios com propensão a tornar-se mais argilosos na base.

O clima da bacia é o Tropical de Savana que apresenta uma sazonalidade bem definida em duas estações, o verão bem chuvoso de outubro a março e o inverno seco de abril a setembro (ALMEIDA; LATUF; SANTOS, 2016). A área territorial do município de Luís Eduardo Magalhães abarca 4.036,094 km², localizado na latitude 12º 5’ 58” Sul e na longitude 45º 47’ 54” Oeste.

Em 2010, possuía uma população de 60.015 habitantes com densidade demográfica de 15,25 hab./km², na qual 54.881 dos habitantes viviam na zona urbana e 5.224 na zona rural. Para 2020, a projeção é que a população do município atingiria 90.162 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que mostra a forte atração de pessoas para viverem no local devido à expressiva produção do agronegócio, especialmente da produção agrícola da soja.

Em 2019, a maior cultura do munícipio tanto em área plantada, quantidade produzida e valor da produção foi a soja, seguida pela cultura do algodão em faturamento e a do milho em produção (Tabela 1). Este domínio da soja no munícipio se deve ao fato da localização do mesmo, na região denominada MATOPIBA, que corresponde aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (LIMA *et al*., 2019).

Tabela 1 - Estatísticas das produções agrícolas de Algodão, Milho e Soja em Luís Eduardo Magalhães-BA (2019)

	Algodão	**Milho**	**Soja**
Área Plantada (hectares)	18.991	18.800	177.610
Produção (Toneladas)	94.955	121.230	678.200
Produtividade (Kg/ha)	5.000	6.448	3.818
Valor da produção (Mil Reais)	R$ 243.085,00	R$ 60.979,00	R$ 773.148,00

Fonte: IBGE (2021).

Esta região tem o seu desenvolvimento para agricultura associado ao desmatamento do Cerrado, já que a legislação ambiental vigente para esse bioma é menos restritiva quando comparada ao bioma Amazônico. O código florestal brasileiro permite um uso para agricultura de 65-80% em propriedades localizadas no Cerrado, comparado a 20% nas propriedades amazônicas (RAUSCH *et al*., 2019).

Além disso, a partir de 2006 os produtores de soja na região amazônica têm que respeitar a Moratória da Soja. Tal moratória estabelece que a soja produzida em zonas de desflorestamento é

impedida de ser comercializada, adquirir financiamentos públicos e registro ambiental rural (CAR) (GIBBS *et al*., 2015).

Ao observar a evolução da área plantada das três culturas no período de 2001 a 2019, percebe-se a grande expansão da área produtiva da soja e a prevalência como a principal atividade do município desde sua emancipação.

Em 2001, havia cerca de 140 mil hectares de soja plantados e em 2019 esta área foi de aproximadamente 180 mil hectares (Figura 1). A cultura do milho teve grande contribuição no período de 2001 a 2004, mas perdeu espaço para as outras culturas nos anos subsequentes, provavelmente devido ao seu menor valor de mercado quando comparado à soja e ao algodão.

Em 2001, a área plantada de soja do município representava 22% do total das áreas desta leguminosa no estado da Bahia, em 2019 este número reduziu para 11%. O milho de Luís Eduardo Magalhães, em 2001 representava 5% do total da área do cultivo desta forrageira no estado da Bahia, em 2019 este valor reduziu para 3%. O algodão sofreu uma variação menor, em 2001 era 7% e em 2019 6%.

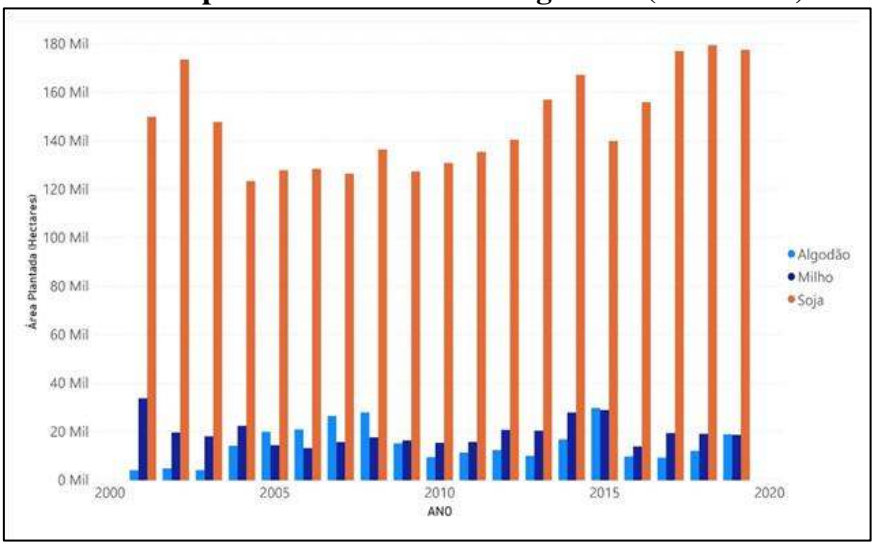
Isto se deve a expansão do agronegócio no estado da Bahia, principalmente em outros municípios da região Oeste. Essa mudança da área ocupada pela soja ocorre por causa das relações assimétricas do capitalismo e o grande poder de inovação tecnológica do agronegócio que passa a buscar outras áreas de produção com o intuito de aumentar sua capacidade de lucro dentro da ótica da "eficiência adaptativa" em que os agentes econômicos se adaptam rapidamente as mudanças relativas ao agronegócio (PORTES, 2017).

A mudança no uso da terra derivada da expansão da atividade do agronegócio também tem acarretado em aumento da insegurança alimentar dos habitantes da região, já que antes da expansão da soja

várias famílias produziam alimentos em suas propriedades e usufruíam de frutos e sementes de plantas e a caça de animais oriundos do Cerrado (LOPES; LIMA; REIS, 2021).

E consequentemente, com a ampliação da área cultivada da soja, essas atividades perderam espaço e foram engolidas pelas grandes propriedades monocultoras de soja.

Gráfico 1 - Série Histórica da área plantada no munícipio de Luís Eduardo Magalhães (2001-2019)

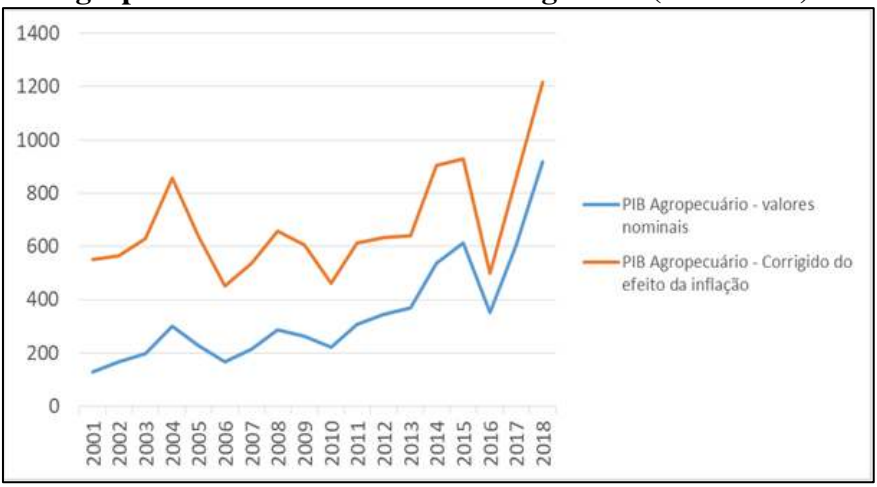


Fonte: IBGE (2021).

Em relação ao aspecto econômico, a região denominada MATOPIBA é caracterizada pela concentração de renda, onde 0,5 % dos empreendimentos concentram 80% de toda a renda gerada na produção agrícola, o que acarreta em aumento da desigualdade social

em áreas que já são conhecidas por serem carentes de recursos (WILDMARCK, 2020).

Gráfico 2 - Evolução do PIB do setor agropecuário em Luís Eduardo Magalhães (2001-2018)



Fonte: IBGE (2021).

Ao observar especificamente Luís Eduardo Magalhães, em 2017/2018 a cidade estava entre os 10 maiores em relação ao PIB Agropecuários do Estado, o que representou, em valores corrigidos para dezembro de 2020, de R$ 853,37 milhões em 2017 e de R$ 1.216,74 milhões em 2018, ou seja, um aumento de 70,14% entre os anos.

Interessante ressaltar que entre os 10 municípios com maior percentual no PIB Agropecuário da Bahia, sete estão localizados na região oeste do Estado (MATOPIBA). O município também está entre os 10 maiores PIB no setor de serviços, com 1,9% de aumento entre os anos de 2001 a 2019.

Em 2017, o PIB per capita passou de R$ 57,44 milhões para R$ 72,967 milhões, em valores nominais, o que representou o 6º maior do Estado. O Gráfico 2 demonstra o desenvolvimento do PIB Agropecuário do município dos anos de 2001 a 2018, em valores nominais e valores deflacionados para dezembro de 2020, pelo IGPDI, FGV.

Percebe-se pelos dados econômicos que o desempenho do município está intimamente ligado à expansão do agronegócio pelo Cerrado nordestino, especialmente a soja, no qual proporcionou uma grande capacidade de arrecadação de impostos e ainda trouxe uma expansão e modificação da área espacial do município.

Isso transformou o município em polo de atração de imigrantes, o que provocou um processo de urbanização acelerada que trouxe uma série de externalidades que precisam ser administradas no núcleo da área da cidade. Segundo estudo conduzido por Windmarck (2020), concluiu-se que houve um crescimento dos indicadores econômicos dos municípios da região do Cerrado de MATOPIBA, mas acrescido de aumento da desigualdade de renda.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,716 considerado alto pelos padrões analisados dentro deste índice, que leva em consideração a média da educação, saúde e renda. Assim, vamos buscar compreender os impactos disparados pelos recursos advindos da alta produtividade do agronegócio em relação aos padrões de vida dos habitantes. Pois, a cidade é um constructo transformador baseado em cortes e rupturas, onde adicionam tensões, irrompem as trocas e misturam sempiternamente a vida das pessoas (BRAUDEL, 1995).

Em 2017 o município era o segundo maior da região da Bacia do Rio Grande no quesito número de estoque de empregos formais, atrás apenas do munícipio de Barreiras. Sendo que havia 21.208

postos de emprego formal no estoque, sendo que destes, 3.035 eram destinados ao setor agropecuário.

Os maiores estoques de emprego formal foram observados nos setores de comércio e serviços, com 6.218 e 5.498 vagas respectivamente. A Tabela 2 demonstra o emprego formal no ano de 2017 divididos por rendimento médio e estoque de empregos por nível de instrução dos trabalhadores.

Tabela 2 - Estoque do emprego por instrução e rendimento em Luís Eduardo Magalhães (31/12/2017)

Nível de Instrução	Estoque do emprego	Rendimento médio
Sem instrução	94	R$ 1.419,35
Até o 5° incompleto	614	R$ 1.842,79
5° completo, fundamental	1.394	R$ 1.842,73
Fundamental completo	1.947	R$ 1.735,48
Médio incompleto	1.463	R$ 1.577,55
Médio completo	11.365	R$ 1.782,54
Superior incompleto	610	R$ 2.557,94
Superior completo	3.069	R$ 4.452,35

Fonte: BAHIA (2018).

Dentro do setor agropecuário, em 2017 o rendimento médio dos trabalhadores foi de R$ 2.114,10, que quando corrigido para dezembro de 2020 corresponde a um valor de R$ 3.000,66. E o município contava com 343 estabelecimentos agropecuários, o que representa 12,21% dos estabelecimentos do município.

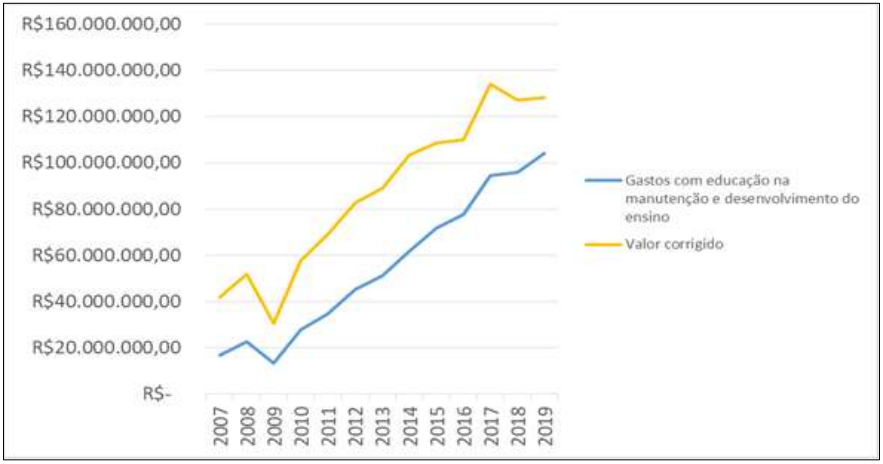
Em 2009, o rendimento médio dos trabalhadores era de R$ 1.019,37, este valor corrigido para dezembro de 2020 (IGP-DI, FGV) corresponde a um valor de R$ 2.364,63. Quando se compara os valores corrigidos em um período de 8 anos o rendimento médio do trabalhador teve um aumento de R$ 636,02. Outros estudos sobre

a região demonstraram que esta oferta de emprego não é suprida pelos moradores que saíram da zona rural da região do MATOPIBA.

Tal fato ocorre porque muitos desses moradores deslocados não possuem estudo e qualificação para preencher as vagas, o que ocasiona sua marginalização ou alocação em empregos com baixa remuneração, o que agrava a crise social da região.

Além disso o sistema de cultivo da soja na região é altamente tecnificado, empregando poucas pessoas no setor, e as vagas abertas, por exigirem experiências com a cultura e maquinários próprios não abrange a população local (LOPES; LIMA; REIS, 2021).

Gráfico 3 - Evolução do índice de desenvolvimento da educação básica no município de Luís Eduardo Magalhães



Fonte: INPE (2021).

Em termos de evolução da educação no município o Gráfico 3 demonstra o índice de desenvolvimento da educação no período de 2005 a 2017. A meta do governo federal para este índice é atingir valores observados da média dos países da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ODCE), ou seja, um valor numérico de 6,0 em 2022.

Em 2017 o município teve o índice de 5,5 para os anos iniciais e 4,8 para os anos finais. Observa-se um crescimento do indicador no período avaliado, indicando melhorias no sistema educacional básico público do município.

Esta melhoria nos indicadores da educação básica está alinhada aos maiores investimentos em educação observados no município. Em 2007 os gastos neste setor, em valores deflacionados, foram de aproximadamente R$ 42 milhões, e em 2019 aproximadamente R$ 128 milhões, um crescimento superior a 300% (Gráfico 4).

Percebe-se um grande esforço do poder público municipal no investimento da educação, pois a educação é um investimento no capital humano que representa um gasto de recursos para aumentar a produtividade no futuro (MANKIW, 2013).

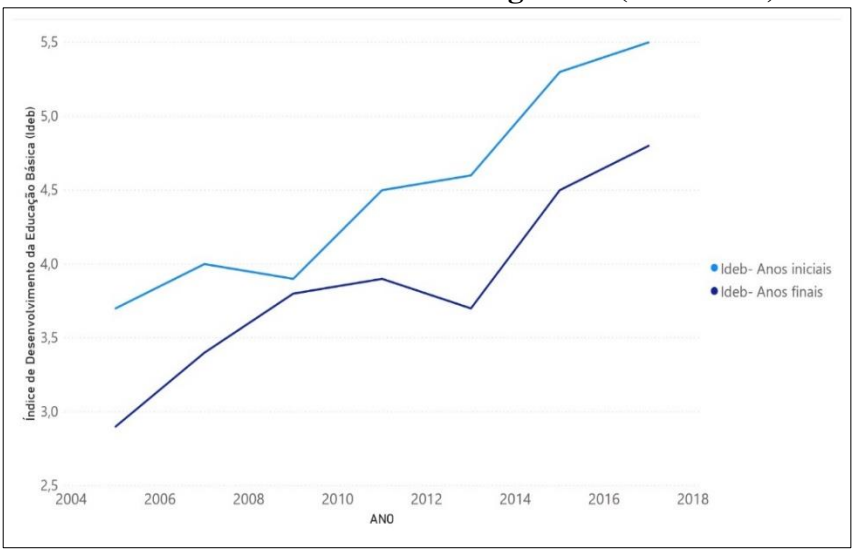
Todavia, apesar dos amplos investimentos destinados à educação especialmente na área da educação básica, o município apresentava 14.228 habitantes sem instrução e fundamental incompleto, em 2010 (IBGE), o que apresenta um grande desafio ao governo municipal produzir políticas públicas que visem diminuir esse quadro relativo a esse déficit educacional.

Cabe ressaltar que procuramos dados atualizados sobre o avanço do processo educacional do município, no entanto não encontramos. Tal fato, não permite analisar os esforços do município para efetivar uma educação que promova o acesso ao processo social da educação desse grupo sem instrução e fundamental incompleto dentro da perspectiva de valorização das pessoas desse grupo.

Deve-se ressaltar que a educação é um direito constitucional previsto na Constituição de 1988, cuja responsabilidade deve ser

executada pelo gestor público com o intuito de promover a inserção das pessoas dentro da órbita da cidadania.

Gráfico 4 - Gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino em Luís Eduardo Magalhães (2007-2019)

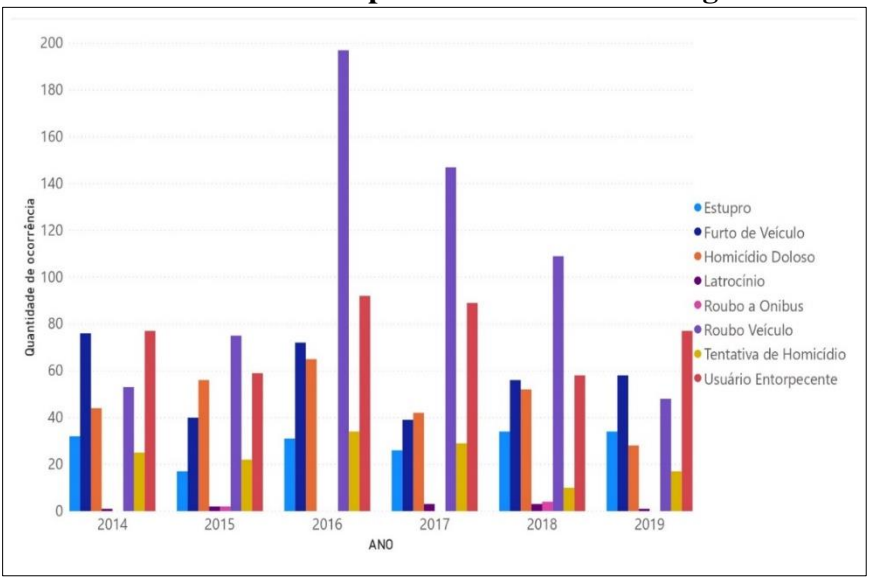


Fonte: BAHIA (2018).

Na questão da segurança pública do munícipio, as maiores ocorrências são de furto e roubo de veículos, homicídio doloso, estupro e uso de drogas (Gráfico 5). Observa-se uma leve redução na quantidade de ocorrências no período de 2014 a 2019, de 308 ocorrências para 263.

Mas a participação do município nas ocorrências registradas dentre todos os munícipios da região (Regional Barreiras) aumentou consideravelmente no período, sendo em 2007 de 28% e em 2019 45% (Gráfico 6).

Gráfico 5 - Quantidade de ocorrências no período de 2014 a 2019 no município de Luís Eduardo Magalhães



Fonte: BAHIA (2021).

Para Santos (2013), o processo de especialização de uma região ligada ao consumo produtivo da ordem capitalista produz reflexos diretos e indiretos na área do município, onde o núcleo urbano busca adaptações e reformas em prol de reorganizar-se e recriar-se para suprir as necessidades da atividade proeminente na esfera do município.

Por consequência, o município de Luís Eduardo Magalhães teve um grande crescimento populacional desde sua emancipação, atingindo uma população estimada de 90.162 habitantes para o ano de 2020, segundo o IBGE, em consequência da expansão do agronegócio na esfera do município.

Este crescimento rápido e desordenado do município, associado aos crescentes incentivos ao desenvolvimento do agronegócio na região acarretaram impactos ambientais significativos. Em estudo conduzido por Santos e Souza (2013), analisando dados de agosto de 2009 a julho de 2021, as maiores ocorrências ambientais urbanas registradas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente foram esgoto e transbordo de fossas, poluição sonora e poluição do solo/lixo.

Em que 54% dos registros estavam relacionados à falta de saneamento básico na cidade, como esgoto a céu aberto, transbordo de fossas, que ocasionam além do odor desagradável um grande risco a saúde da população. Em relação a poluição do solo/lixo, os autores ressaltam que a coleta pública de lixo foi alvo de 85 reclamações (7%), sendo a quarta classe mais reclamada no período do estudo. Isto demostra que além do problema de esgoto a céu aberto, transbordo de fossas, há também ineficiência da coleta pública do lixo, o que também gera um grande risco a saúde da população.

No que se refere ao desmatamento, avaliações conduzidas na bacia do Rio das Ondas (abrangência dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), demonstram que até o ano de 2014 o Cerrado foi alvo de desmatamento na ordem de 2.705,2 km2, representando 48,5% da bacia convertida para atividades agrícolas e pecuárias neste ano, sendo que no período de 1984 a 2014 a bacia teve um incremento em área desmatada de 811%.

A conversão do Cerrado para o cultivo da soja na região do MATOPIBA acarretou em mudanças hidrológicas significativas e já estudadas pela comunidade científica (LOPES; LIMA; REIS, 2021; POUSA et al., 2019). Há um decréscimo da infiltração de água no solo em monoculturas de soja (OLIVEIRA *et al*., 2014). A mecanização intensa também impacta na infiltração de água no solo (CARVALHO *et al*., 2009). O cultivo da soja aumenta o uso da água

verde presente no ecossistema, reduzindo assim a quantidade de água disponível no solo (FLACH *et al*., 2020).

Além das mudanças hidrológicas, há um aumento da temperatura média na região do MATOPIBA, as chuvas se tornaram mais esparsas e rios antes abundantes começaram a reduzir seu aporte de água, onde alguns já se tornaram intermitentes (LOPES; LIMA; REIS, 2021). Além do desmatamento, observou-se também a implantação da agricultura irrigada com sistema de irrigação do tipo pivô central, sendo que em 2014 foram totalizados 190 pivôs centrais na bacia do rio (ALMEIDA; LATUF; SANTOS, 2016).

Os impactos ambientais tanto urbanos quanto rurais no município acarretam risco à saúde humana, perda de biodiversidade, poluição do solo e águas superficiais e profundas, aumento da competição por água, aumento das emissões de gases do efeito estufa e alterações nos regimes de chuvas e temperatura (ADEDIRE, 2002).

Em Luís Eduardo Magalhães ocorreu um grande impulso econômico oriundo da expansão do agronegócio, especialmente a soja. Isso, transformou o município em um núcleo de atração populacional, o que provocou uma série de externalidades positivas quanto negativas na órbita do município devido ao aumento vertiginoso da população. Atualmente, o grande desafio do município é buscar políticas públicas adequadas para compatibilizar o sistema produtivo com o desenvolvimento humano e social dos habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da expansão do agronegócio na região de MATOPIBA provocou um grande surto de expansão da produção

nuclear da soja e, como consequência disparou uma série de externalidades positivas e negativas na região, o que transformou a região em um polo de atração de imigrantes em busca de melhorarem sua posição material por meio das atividades surgidas para atender o sistema produtivo do agronegócio.

Tal dinamização provocou o fenômeno de formação urbana da cidade de Luís Eduardo Magalhães que surgiu em um ponto estratégico do sistema produtivo da agricultura moderna da soja. Todavia, o município teve um crescimento vertiginoso populacional, no qual trouxe uma série de problemas de ordem social dentro da esfera dos habitantes citadinos.

Apesar da ampla arrecadação de impostos do município, há a ocorrência de vários problemas sociais e ambientais como falta de saneamento básico, aumento da violência, grande número de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, destruição acentuada da área do Cerrado, dentre outros.

Desta forma, percebe-se que o governo do município de Luís Eduardo Magalhães possui uma estratégia conduzida pela valorização econômica voltada ao agronegócio, o que provoca grandes desigualdades sociais que se expressam significativamente na teia urbana do município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S.; LATUF, M. O.; SANTOS, P. S. “Análise do desmatamento na bacia do rio de ondas no período de 1984 a 2014, Oeste da Bahia”. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 38, n. 1, 2016.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**:

séculos XV-XVIII. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CARVALHO, J. *et al*. "Carbon sequestration in agricultural soils in the Cerrado region of the Brazilian Amazon". **Soil and Tillage Research**, vol. 103, n. 2, 2009.

FLACH, R. *et al*. "The effects of cropping intensity and cropland expansion of Brazilian soybean production on green water flows". **Environmental Research Communications**, vol. 2, n. 7, 2020.

GIBBS, H. K. *et al*. "Brazil's Soy Moratorium". **Science**, vol. 347, n. 6220, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Censo Agropecuário". **IBGE** [2017]. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/09/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Censo Demográfico". **IBGE** [2021]. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/09/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Pesquisa Agrícola Municipal". **IBGE** [2017]. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/09/2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2018.

LIMA, M. *et al*. "Demystifying sustainable soy in Brazil". **Land Use Policy**, vol. 82, 2019.

LOPES, G. R.; LIMA, M. G. B.; REIS, T. N. P. "Maldevelopment revisited: Inclusiveness and social impacts of soy expansion over Brazil's Cerrado in Matopiba". **World Development**, vol. 139, 2021.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

MAZOYER, M., ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

OLIVEIRA, P. *et al*. "Trends in water balance components across the Brazilian Cerrado". **Water Resources Research**, vol. 50, n. 9, 2014.

PORTES, J. **50 ideias de capitalismo que você precisa conhecer**. São Paulo: Editora Planeta, 2017.

POUSA, R. *et al*. "Climate change and intense irrigation growth in Western Bahia, Brazil: The urgent need for hydroclimatic monitoring". **Water**, vol. 11, n. 5, 2019.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

RAUSCH, L. L. *et al*. "Soy expansion in Brazil's Cerrado". **Conservation Letters**, vol. 12, 2019.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da USP, 2013.

SEI/BA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da

Bahia. “Anuário Emprego Formal”. **Portal da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia** [2018]. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 10/09/2021.

SESP/BA - Secretaria De Segurança Pública Da Bahia. “Estatísticas de informações criminais”. **Portal da Secretaria de Segurança Pública da Bahia** [2021]. Disponível em: <www.ssp.ba.gov.br>. Acesso em: 10//09/2021.

TCMBA - Tribunal De Contas Dos Municípios Do Estado Da Bahia. “Município Luís Eduardo Magalhães”. **Portal Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia** [2021]. Disponível em: <www.tcm.ba.gov.br>. Acesso em: 10/09/2021.

WIDMARCK, J. J. A. “Em busca do desenvolvimento territorial rural do Matopiba: uma análise do Cerrado”. **Economia Ensaios**, vol. 32, n. 2, 2020.

CAPÍTULO 6

Agronegócio Canavieiro e
Produção de Biocombustível em Frutal-MG:
Territorialização e Impactos Sociais na Zona Urbana

AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL EM FRUTAL-MG: TERRITORIALIZAÇÃO E IMPACTOS SOCIAIS NA ZONA URBANA

Rozaine Aparecida Fontes Tomaz

Alexandre Walmott Borges

Osania Emerenciano Ferreira

A população mundial aumentou significativamente nos séculos XIX, XX e XXI e consequentemente houve grande crescimento da produção agrícola, da exploração e utilização dos recursos naturais e do desenvolvimento urbano.

Deste modo, tratar da temática dos biocombustíveis e das transformações advindas dessa atividade é de suma importância, em virtude dos possíveis impactos causados pelo homem na natureza, da crise dos combustíveis fósseis e da alta demanda por energias e alimentos, especialmente fontes de energia renovável, a exemplo dos biocombustíveis.

Assim, propôs a descrever os resultados do agronegócio canavieiro no município de Frutal-MG, pelo fato da presença de duas usinas de cana-de-açúcar de grande porte – a Usina Frutal (Bunge) e a Usina Cerradão, com representatividades significativas para o contexto regional e nacional.

Além da introdução de capitais estrangeiros no setor sucroenergético, destaca-se a facilidade para a apropriação do território pelo privilegiado entroncamento da malha rodoviária do município – um dos maiores entroncamentos rodoviários do Brasil Central – o qual liga regiões e cidades importantes de todo o país, tornando-se bastante atrativo para investidores.

Frutal se encontra a 600km de Brasília, 400km de Goiânia, 180km de Uberlândia, 600km de Belo Horizonte e 500km de São Paulo, e, "somente neste raio de abrangência, consegue alcançar aproximadamente 20 milhões de habitantes" (IBGE, 2010).

O município de Frutal localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a oeste do Estado de Minas Gerais. O nome da cidade está ligado ao seu histórico relacionado à abundância de frutas e, o setor agrícola sempre exerceu um papel fundamental na economia local, bem como o pecuário, os quais são elementos base da estrutura econômica do município, produzindo matérias primas e gerando alimentos para o consumo.

Assim, a inserção de Frutal na cadeia produtiva canavieira resulta, portanto, de um conjunto de fatores, bem como a sua proximidade com o estado de São Paulo, principal produtor de cana-de-açúcar do país, que, tornaram o município atrativo ao investimento do agronegócio canavieiro. Percebe-se, portanto, que a territorialização do agronegócio canavieiro foi cuidadosamente articulada no município de Frutal.

Tendo em vista que município de Frutal recebeu robustos investimentos da agroindústria canavieira a partir do ano de 2005, com a dinâmica de territorialização das usinas instaladas na zona rural do município.

O objetivo principal deste trabalho consistiu, portanto, em verificar como a territorialização da Usina Frutal (grupo Bunge) e da Usina Cerradão (grupos Queiroz de Queiroz e Pitangueiras) no município de Frutal-MG contribuíram para as transformações socioespaciais que ocorreram dentro do território urbano de Frutal, sejam nos setores de habitação, educacional, comércio, instalação de indústrias e de prestação de serviços em geral, entre outros.

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, partindo da hipótese que existe uma relação dinâmica entre a instalação das duas

usinas sucroenergéticas supracitadas e as transformações ocorridas no território de Frutal-MG após a implantação delas.

O caminho metodológico da pesquisa constitui-se dos seguintes passos:

a) Pesquisa teórica;

b) Pesquisa documental;

c) Pesquisa de campo (entrevistas, registros fotográficos);

d) Organização, sistematização e análise das informações.

A fim de descrever os resultados do agronegócio canavieiro na cidade de Frutal, contextualizando com o panorama mundial e nacional dos biocombustíveis.

Para entender a percepção da população, que vive no município em apreço, a respeito das transformações ocorridas após a territorialização das usinas, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas para diferentes sujeitos como representantes políticos e/ou secretários municipais, gerentes de setor ou proprietários das usinas do agronegócio canavieiro de Frutal, proprietários e/ou gerentes de comércios voltados para as atividades agrícolas e população residente no município.

Foram analisados os dados obtidos por representantes dos setores de habitação, educacional, instalação de indústrias e segmento de prestação de serviços em geral. Foram consultadas também sítios de órgãos governamentais, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministérios: da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; de Minas e Energia; do Desenvolvimento Agrário (MDA), CONAB, Agência Nacional de

Petróleo (ANP), empresas de Assistência Técnica do Setor sucroenergéticos e Secretarias municipais. Além disso, foram observadas as legislações nacionais, estaduais e municipais que regulam o agronegócio canavieiro, com especial atenção à Lei 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Primeiramente busca-se apresentar dados na literatura disponível sobre a temática que possibilitem constatar e demonstrar as transformações ocorridas nos espaços urbanos em virtude da expansão do setor de produção, exploração e industrialização da cana-de-açúcar desde a formação do Brasil até os dias atuais.

Decorrentes das indústrias sucroenergéticas que vem se destacando na produção de biocombustíveis derivados da cana. Para, em seguida, compreender se tais transformações se deram na zona urbana de Frutal-MG, após a instalação das agroindústrias de cana-de-açúcar no município, local escolhido como objeto de estudo desta pesquisa.

A seguir, apresenta-se um panorama energético mundial atual e as perspectivas para o setor, com especial destaque para o contexto brasileiro e das políticas nacionais voltadas para a expansão da exploração do setor sucroenergético e as ações de preservação do meio ambiente. Busca-se fazer um apanhado geral do desenvolvimento da indústria açucareira e as transformações territoriais decorrentes da expansão dessa cultura.

Na seção seguinte buscou apresentar a implementação das duas Usinas do setor sucroenergético, Bunge e Cerradão, e as consequentes modificações no território urbano de Frutal-MG. Para tal, faz-se uma contextualização histórica do município e apresenta dados relevantes sobre as referidas usinas.

Na última seção apresenta-se os resultados da pesquisa. As transformações socioespaciais que o território urbano de Frutal

sofreu com a expansão do agronegócio canavieiro, bem como os resultados da pesquisa com a população escolhida do município. Ainda, um panorama da evolução da territorialização urbana de Frutal.

Por fim, discute-se os dados, a fim de mostrar as modificações no território urbano de Frutal e apresentar algumas percepções após a chegada e expansão do setor sucroenergético no município.

EXPLORAÇÃO DO TERRITÓRIO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR

As transformações ocorridas pela ocupação do território para o agronegócio canavieiro, de acordo com os estudos do geógrafo Robert Sack (1980), indicam que as relações de controle e acesso aos espaços, sejam elas em escala local ou mundial, definem o que venha a ser território, uma vez que as relações de domínio e de territorialidade ocorrem por meio de motivações de indivíduos.

Desse modo, o autor conceitua a territorialidade como uma ferramenta geográfica de controle social, por ser ela um dos meios de controle de uma determinada área e estar intimamente relacionada à relação existente entre espaço, sociedade e tempo.

Ao se voltar o foco para questões inerentes à ocupação do território pelo agronegócio, faz-se necessário compreender que a relação que o agronegócio estabelece com o território difere da forma que um camponês se organiza. E, no que tange à paisagem, esta se distingue do ponto de vista das diversas dimensões presentes no território.

Para Fernandes (2008, p. 285-286):

> Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões de vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadorias, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses.

Portanto, a organização do território dos camponeses e do agronegócio se diferem, sobretudo, no que diz respeito às relações sociais estabelecidas, as quais não se restringem apenas à convivência entre indivíduos de um mesmo grupo, pois são percebidas também nas relações de conflitos e/ou tensões por diferentes grupos.

No processo de construção de territórios, de acordo com Raffestin (1993, p. 144), o território se relaciona com um espaço,

onde se projetou um trabalho que, consequentemente, revela relações marcadas pelo poder. Para o autor, o espaço seria a "prisão original" e o território seria "a prisão que os homens constroem para si".

Ainda, a territorialidade adquire um valor particular, refletindo a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, os quais vivem em um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, ou seja, relações de poder, presentes na interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

Desde o período colonial até a segunda metade do século XVIII, o agronegócio canavieiro foi a principal atividade econômica brasileira, e nas últimas décadas, a expressiva expansão deste setor ocorreu juntamente com uma forte mecanização em todas as fases de produção, quais sejam: preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita. No Brasil, ocorre a produção simultânea de açúcar e etanol, denominada de Modelo Brasileiro (SANTOS, 2010).

Segundo Priore (2016), a primeira impressão que os descobridores portugueses tiveram da nova terra, mais tarde chamada Brasil, foi que, além de ser graciosa, poderia ser muito útil para a exploração agrícola. Apresentava uma grande capa verde - as matas, o sol dourava a pele dos habitantes nativos que aqui viviam - um esplendor, ou seja:

> Ao olharem a imensidão desconhecida, os viajantes nelas projetavam informações que circulavam no Ocidente cristão. Sonhavam sonhos de riquezas, como as que sabiam existir nas Índias Orientais: pedras preciosas, sedas, madeiras raras, chá, sal e especiarias (PRIORE, 2016, p. 16).

No ano de 1522, em São Vicente, iniciou-se o plantio da cana-de-açúcar trazida da Ilha da Madeira por Martin Afonso de Souza e, de lá, Duarte Coelho Pereira levou a planta para Pernambuco. Em 1532, a sociedade brasileira já se encontrava organizada econômica e civilmente.

O rumo da colonização portuguesa em São Vicente e Pernambuco mudara do mercantil para o agrícola. Uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição, tal como apregoa Freyre (2005, p. 65).

Assim, a sociedade colonial patriarcal no Brasil desenvolveu-se em meio às grandes plantações de cana-de-açúcar, de onde surgem, então, as Casas Grandes e Senzalas, mais tarde chamadas de Engenho.

A agroindústria da cana-de-açúcar, no Brasil, teve início, portanto, com a colonização portuguesa e, no ano de 1549, Pernambuco contava com trinta engenhos-banguê (movidos a tração humana), a Bahia possuía dezoito e São Vicente dois.

A prosperidade estava presente na rotina da lavoura da cana-de-açúcar e meio século depois, houve o crescimento dos engenhos, muitos deles passaram a ser movidos por animais, totalizando cerca de 256, em toda a colônia (Educa Mais Brasil Website).

Segundo Dinardo-Miranda (2008), a lavoura canavieira foi o berço de importantes simbolismos e identidades; diversas manifestações culturais e ainda hoje permeiam as relações de diversos grupos sociais, sendo que essas construções sociais, mediadas pela cultura da cana-de-açúcar, manifestam-se geograficamente, ou seja, elas se materializam no território.

Entre os séculos XVI e XVII, período em que ocorreu o ciclo da cana-de-açúcar, o Brasil se transformou no maior produtor de

açúcar. A produção de açúcar que se valeu de mão de obra escrava até a segunda metade do século XIX, estabelece novas relações de trabalho e produção, passando do escravismo ao assalariamento (MARIN, 2014).

Shimada (2013, p. 3) destaca que a partir de 1870, o governo imperial brasileiro liberou subsídios para construção de engenhos centrais e ferrovias, promovendo a modernização açucareira.

As inovações tecnológicas mostram a dinâmica da economia capitalista, contribuindo assim com o fechamento de inúmeros engenhos e a sua substituição pelas usinas, ocasionando um novo ordenamento no espaço agrário e consequentemente uma reestruturação de produção e trabalho.

Para Shimada (2013), o processo industrial representa, assim, a nova configuração da economia açucareira, ou seja, a passagem de uma economia controlada por capitais predominantemente agrários e comerciais para capitais industriais.

Desse modo, a usina representa a consolidação do capital industrial no campo, passando a controlar sozinha todo o processo econômico – desde o cultivo da cana-de-açúcar até a distribuição comercial, que passa pela indústria. As usinas cresceram aceleradamente em detrimento dos engenhos que não conseguiam competir na produção.

Entre os períodos de 1930 a 1965, o açúcar tornou-se um produto industrial de grande importância e houve expansão no mercado interno brasileiro. No entanto, entre 1966 e 1980, após o período de altos preços do açúcar exportado, a criação do Programa de incentivo à produção de etanol, conhecido como Proálcool (1975), permitiu a ampliação do mercado interno de álcool carburante, produto existente desde a década de 1930 (RAMOS, 2007).

Após a crise mundial do petróleo, em 1970, o cenário da cana-de açúcar no Brasil mudou devido ao avanço na produção de etanol provindo dessa planta, produção decorrente da modificação dos antigos engenhos para produzirem açúcar e o etanol.

O Proálcool visava o incentivo a qualquer insumo capaz de substituir o petróleo, numa tentativa de minimizar a dependência externa aos combustíveis fósseis e o elevado preço do barril de petróleo.

A partir do programa Proálcool, a produção de etanol, proveniente da cana-de-açúcar, aumentou significativamente, passando de 600 milhões de litros, em 1975, para 3,4 bilhões de litros em 1976 (BORGES *et al*., 1988).

Em 2002, com a elevação nos preços internacionais do barril de petróleo novamente, e o consequente aumento de preço da gasolina, o consumidor brasileiro se interessou pelo carro a álcool.

As montadoras de veículos desenvolveram o motor flexível ao combustível (FFV — *Flex Fuel Vehicle*), que opera com gasolina, etanol ou qualquer mistura desses dois combustíveis, conforme afirma Leite (2007), o qual destaca ainda, que o etanol representa hoje, cerca de 40% dos combustíveis para motores leves (Ciclo Otto).

Segundo Sauer (2007), atualmente o Brasil se destaca mundialmente pela experiência no setor de biocombustíveis, devido ao seu programa de etanol implantado, em escala nacional, há mais de 30 anos, que fora impulsionado pelo Governo Federal, pela Petrobrás e pela indústria sucroalcooleira – o Proálcool, transformando assim o Brasil em um dos maiores produtores, consumidores e exportadores mundiais de etanol.

PANORAMA ENERGÉTICO MUNDIAL ATUAL E AS PERSPECTIVAS PARA O SETOR NO CONTEXTO BRASILEIRO

Independentemente se as fontes naturais utilizadas para a produção de energia forem renováveis ou não, bem como a quantidade de poluentes emitidos nesse processo forem robustas ou não, há uma forte relação entre demanda energética e meio ambiente, pois não há produção, consumo e distribuição de energia sem implicações ao meio ambiente.

As questões energéticas estão intrinsecamente ligadas com as questões ambientais. Não existe geração de energia sem a utilização de um recurso natural, portanto as implicações de sua produção, consumo e distribuição, necessariamente, causam alterações no meio ambiente, seja pela utilização de fontes não renováveis – como as fósseis, que se esgotam após o uso, conforme já mencionado, ou pela utilização das fontes renováveis – ou pelos biocombustíveis, que podem ser recompostos, como também pela emissão de poluentes na atmosfera, que ocorrerá durante o processo.

Biocombustíveis são todos os combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos, produzidos a partir de fontes biológicas e renováveis. São, portanto, derivados de matérias agrícolas como plantas oleaginosas, biomassa florestal, cana-de-açúcar e outras matérias orgânicas de biomassa renovável.

De tal maneira, os biocombustíveis são uma forte aposta na substituição parcial ou total dos combustíveis derivados de petróleo e do gás natural em motores a combustão ou em outro tipo de geração de energia. Os principais biocombustíveis são: etanol (produzido a partir da cana-de-açúcar e milho), biogás (produzido a partir da biomassa), bioetanol, bioéter, biodiesel, entre outros (MIRA, 2012).

Apesar do crescimento dos biocombustíveis, a fonte energética mais utilizada mundialmente ainda é o petróleo, combustível oriundo de fonte não renovável. No Brasil, as fontes de energia renováveis representam 83% da matriz elétrica brasileira, as mais usadas são hidrelétricas, eólicas, solar e biomassa – biocombustíveis.

De acordo com o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Reive Barros (Janeiro/2020), a participação de fontes renováveis na produção de energia é liderada pela hidrelétrica (63,8%), seguida de eólica (9,3%), biomassa e biogás (8,9%) e solar centralizada (1,4%) (mme.gov.br, Website)

As questões energéticas e seus desdobramentos ambientais devem ser observados na forma da Lei. Deste modo, o Estado impõe ao Poder Público e à coletividade a responsabilidade em preservar e defender o meio ambiente. É competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal legislar sobre a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.

Como explica a Lei n. 6.938/1981 (Direito Ambiental), tal como disposto no artigo 24, VIII, cabendo aos Municípios editar normas, suplementando as federais e estaduais, de acordo com o interesse local.

O governo federal, por meio do RenovaBio, instituiu "a Política Nacional de Biocombustíveis" instituída pela Lei nº 13.576/2017, e tem por objetivos contribuir para o cumprimento dos compromissos determinados pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris (2015) sobre mudanças do clima.

Promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de

redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis (BRASIL, 2017).

Segundo Silva Júnior (2019), a Lei nº 13.576/2017 introduziu critérios indiscutivelmente renovadores, trouxe disposições concretas e fortes sobre os biocombustíveis, revestindo-se, assim, de diversos méritos ambientais, econômicos e sociais em favor do desenvolvimento econômico do Brasil, segundo o atual modelo de desenvolvimento sustentável.

Dentre esses critérios, citam-se:

1) Induzir o aumento de eficiência na produção e no uso de biocombustíveis, bem como a substituição parcial e progressiva dos combustíveis fósseis, estimulando dessa forma a participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis, e o reconhecimento de suas vantagens ambientais;

2) Contribuir para ampliação efetiva da produção de biocombustíveis no país, com forte geração de emprego e renda, além de compatibilizar, de forma inovadora, a participação competitiva desses novos meios energéticos renováveis, na formação da matriz energética brasileira, atendendo assim, aos princípios, diretrizes, características e exigências básicas essenciais do moderno paradigma técnico-econômico do desenvolvimento sustentável.

3) Instituir governança ambiental, assegurado por mecanismo e instrumento técnico, baseado na criação de um processo de certificação voluntária dos produtores de biocombustíveis que reconhece e premia a eficiência energética e ambiental na oferta de combustíveis renováveis (SILVA, 2019).

Do exposto, nota-se que a Política Nacional dos Biocombustíveis observa os parâmetros de desenvolvimento sustentável ao passo que fomenta a utilização dos biocombustíveis e sua integralização na matriz energética brasileira e, desse modo, propicia uma alternativa eficaz para garantir o direito fundamental de um meio ambiente ecologicamente sustentável.

Segundo Ferreira e Passador (2014), as mudanças climáticas têm provocado muitas preocupações em todo o mundo, devido à dependência de combustíveis fósseis, o que têm levado muitos governos a reconhecerem a importância de promover o desenvolvimento sustentável para enfrentar essas mudanças.

A promoção do desenvolvimento sustentável ocorre, em parte, quando os governos definem suas políticas de energia ou introduzem biocombustíveis em seus sistemas nacionais de produção de energia.

Nesse contexto, desenvolveu-se em torno da questão energética um consenso que os combustíveis fósseis são um problema econômico, ambiental e de segurança, visto o alto índice de emissões de CO_2, o aumento do efeito estufa etc., bem como o alto valor econômico do barril de petróleo e, por fim, os conflitos instaurados nas principais regiões petrolíferas do mundo.

A fim de reduzir as emissões de CO_2, bem como limitar o aumento da temperatura média do planeta, a utilização de energias renováveis torna-se uma boa alternativa.

Deste modo, os biocombustíveis são vistos como uma solução viável aos problemas enumerados, por se tratar de uma fonte renovável de energia advinda da agricultura e, portanto, as culturas propícias à produção de matéria prima podem ser plantadas e exploradas na mesma região, com as tecnologias existentes e/ou em desenvolvimento.

Os dois principais biocombustíveis líquidos usados no Brasil são o etanol, obtido principalmente, a partir de cana-de-açúcar e, o biodiesel, produzido a partir de óleos vegetais ou de gorduras animais, sendo este adicionado ao diesel de petróleo em proporções variáveis.

O país se destaca pelo fato de que cerca de 45% da energia e 18% dos combustíveis, nele consumidos, já serem oriundos de fontes renováveis. No restante do mundo, 86% da energia vem de fontes energéticas não renováveis (SALLET; ALVIM, 2011).

Grande parte das usinas produtoras de açúcar tem equipamentos instalados para a produção de etanol e, praticamente, todas elas produzem energia a partir do bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar. Essa energia é usada para abastecer as usinas, autossuficientes em sua maioria, no entanto, dependendo de sua capacidade produtora, a energia pode ser vendida e entrar na rede de distribuição de energia elétrica nacional (IBGE, 2017).

A principal matéria-prima para a indústria sucroenergética brasileira é, portanto, a cana-de-açúcar, sendo atualmente o terceiro maior cultivo brasileiro em área plantada, atrás apenas das culturas de soja e de milho. Em 2016, os canaviais ocupavam 10,5 milhões de hectares, ou seja, 13,5% do total nacional de área plantada no país.

Estima-se que a cadeia produtiva da cana-de-açúcar tenha gerado, somente no terceiro trimestre de 2016 um produto de R$ 152,3 bilhões, mais de 1/5 do Produto Interno Bruto - PIB do agronegócio brasileiro, naquele período (PIB, 2017). Naquele mesmo ano, os derivados da cana-de-açúcar responderam por 5,0% das exportações brasileiras, de acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2017).

Em nove anos (2006 a 2015), houve um deslocamento na distribuição da área plantada com cana-de-açúcar entre a Mata

Atlântica e o Cerrado. A área plantada em Mata Atlântica ampliou em 41,6% (de 3,6 milhões para 5,1 milhões de hectares. Já no Cerrado, o aumento foi de 80,7% (2,6 milhões para 4,7 milhões de hectares), no mesmo período.

Com isso, o peso relativo da cana-de-açúcar, em cada bioma, também foi alterado: 50,5% na Mata Atlântica e 46,6% no Cerrado. Duzentos e oito (208) municípios do Cerrado paulista elevaram sua área plantada para 3,3 milhões de hectares, o que representa um pequeno decréscimo em peso relativo no âmbito brasileiro; ainda assim, essa região continuava abrigando cerca de um terço do total da área plantada no País, que se elevou a 10,1 milhões de hectares.

A principal mudança ocorrida, no período supracitado, foi a expansão a partir do núcleo paulista em direção Norte-noroeste e Oeste-sudoeste, incorporando, definitivamente, o Triângulo Mineiro, o Sul goiano e o Centro-Sul do Estado do Mato Grosso do Sul (NOVACANA, 2018).

Segundo o Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA - BPD (2015), o Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo e o primeiro na produção de açúcar e etanol proveniente dessa cultura. Atualmente, prevalece o regime de livre mercado, sem subsídios, com os preços de açúcar e álcool definidos conforme as oscilações de oferta e demanda.

Para gerenciar e equilibrar produção e demandas setoriais, a iniciativa privada tem procurado criar instrumentos de mercado e desenvolver novas oportunidades para o açúcar e para o álcool, por meio da queda de barreiras protecionistas.

Com o aumento da utilização de energias e de combustíveis renováveis, no Brasil, cada vez mais, torna-se importante trabalhar essa temática, sobre vários aspectos, inclusive o proposto nesta pesquisa, na qual se busca compreender impactos decorrentes da implantação de usinas sucroenergéticas no munícipio de Frutal- MG.

IMPLEMENTAÇÃO DE USINAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO BUNGE E CERRADÃO NO MUNICÍPIO DE FRUTAL-MG

Usina Frutal (Grupo Bunge)

A Usina Frutal se localiza às margens da Rodovia BR 364, Km 18,3 s/n, Fazenda São Bento da Ressaca em Frutal – MG. Segundo dados do Jornal Oficial do Estado de Minas Gerais (IOF - MG, 2011), a Usina Frutal, inicialmente do Grupo Moema Participações, de Orindiúva/SP, foi constituída em 30 de maio de 2005, e tem como atividade principal a produção e comercialização de açúcar e álcool, cogeração e comercialização de energia elétrica.

A montagem dos equipamentos industriais e a construção das instalações da empresa foram concluídas em setembro de 2007, quando foram iniciadas as operações industriais de produção de açúcar e álcool em Frutal. A planta industrial tem capacidade instalada para a moagem de, aproximadamente, 2.400.000 toneladas de cana-de-açúcar, com a produção estimada de 97.000.000 litros de álcool e 2.250.000 sacas de açúcar por safra.

Em 2010, a Usina Frutal foi adquirida pela multinacional Bunge e representa a recente convergência da internacionalização do setor sucroenergético. Essa operação foi concretizada em 5 de fevereiro de 2010, um importante passo para a consolidação de sua posição no segmento de Açúcar e Bioenergia, tornando-se controladora de 100% da Usina Moema Participações S.A., a Moema Par, como mostram os dados disponíveis em Rel-Uita (2010).

A Bunge é uma empresa transnacional bastante sólida, operando no Brasil desde 1905. Trata-se de uma das maiores

empresas de agronegócio e alimentos do país, uma subsidiária controlada pela Bunge Limited, *holding* norte-americana presente em mais de 40 países, tendo suas ações negociadas exclusivamente na bolsa de valores de Nova York.

E possui cerca de 150 unidades operacionais no país em 19 estados e no Distrito Federal, entre fábricas, moinhos, usinas, silos, centros de distribuição e portos. Seus produtos chegam a 77% dos lares brasileiros em mais de 4,6 mil municípios, cobrindo 83% das cidades do país.

Também são exportados para todos os continentes, por conta da consistente plataforma de logística à disposição das quatro áreas de negócios, conforme informações presentes no sítio da própria empresa (BUNGE, 2013).

A Usina Frutal, produtora de açúcar e etanol, conforme informações da Bunge, tem uma capacidade de moagem de cana de 2,5 milhões de toneladas por safra. Sua primeira colheita em Frutal foi em 2007, como dito anteriormente, e sua mais recente modernização foi em 2016, tal como mostram dados do sítio (JORNALCANA, 2021).

Segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA (NOVACANA, 2021), a Bunge está entre as maiores processadoras de cana-de-açúcar do Brasil e entre as líderes globais no comércio e distribuição de açúcar. E a unidade de Frutal é controlada pela Bunge Açúcar e Bioenergia.

Usina Cerradão (Grupos Queiroz de Queiroz e Pitangueiras)

A Usina Cerradão está localizada na Rodovia MG 255, Km 30, na Zona Rural de Frutal-MG, próxima ao trevo das BRs 364 e 153, importantes rodovias federais do Brasil Central que conectam a

região de Frutal a vários estados, regiões e cidades importantes do país.

Segundo Scaramuzzo (2006), o empreendimento foi construído por meio de parceria entre o grupo paulista Pitangueiras, instalado na cidade que leva o mesmo nome, com o Grupo Queiroz de Queiroz do município de Frutal. A parceria para a construção da nova unidade alia o conhecimento industrial do Grupo Pitangueiras às terras disponíveis do grupo pecuarista mineiro.

Segundo Florêncio Queiroz Neto (*apud* SCARAMUZZO, 2006), um dos diretores da nova usina, a família Queiroz já era fornecedora de cana-de açúcar para as usinas da região do Triângulo Mineiro. "Agora vamos investir na industrialização da cana", disse. Queiroz estima que a nova usina vá trabalhar com 50% de produção própria de cana e a outra metade de terceiros. Para isso, a família deverá iniciar a expansão da área agrícola, como afirma Scaramuzzo (2006).

De acordo com Castro (2009), o Grupo Queiroz de Queiroz foi criado em 1974, na cidade de Frutal-MG, o qual trabalha com a pecuária de corte, pecuária de leite, cultivo de grãos como milho, sorgo e soja, além de fornecer, incialmente, cana-de-açúcar para Usinas então instaladas na região como a Usina Frutal e Usina Itapagipe.

Quanto ao Grupo Pitangueiras, Scaramuzzo (2006), aponta que, desde 1975, o grupo trabalha na industrialização de cana-de-açúcar através da empresa Pitangueiras Açúcar e Álcool, localizada no município de Pitangueiras, estado de São Paulo, na região de Ribeirão Preto.

Dentro deste contexto, a Usina Cerradão encontra-se em pleno funcionamento na produção de álcool hidratado, álcool anidro e energia elétrica, desde a parceria firmada entre os dois grupos supracitados.

Segundo dados disponibilizados no sítio da usina Cerradão LTDA (2020), a usina teve seu início em 1° de junho de 2006, com a produção de açúcar, álcool e cogeração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Pautada em projeto modular, a Unidade Industrial foi concebida em sua primeira fase (2006-2008) para uma moagem de até 2.400.000 toneladas de cana-de-açúcar.

A operação efetiva da Usina Cerradão iniciou no ciclo 2009/2010, com a moagem de 785.627 toneladas da matéria prima. No ciclo 2016/2017 foram esmagadas 2.742.366 toneladas e no ciclo 2017/2018 aproximadamente 3.100.000 toneladas de cana-de-açúcar.

Ainda, atualmente, o Grupo Cerradão é um projeto de investimento concebido para a exploração agroindustrial sustentável da cana-de-açúcar na região de Frutal, no Triângulo Mineiro, e é composto pela Usina Cerradão Ltda., Agrícola Cerradão Ltda. e Bioenergia Cerradão Ltda.

A Agrícola Cerradão foi constituída em 1° de outubro de 2012, com o objetivo de assumir as atividades de produção de cana-de-açúcar destinadas à industrialização pela Usina Cerradão. No ciclo 2017/2018 foram produzidas 1.300.000 toneladas de cana-de-açúcar, aproximadamente, obtidas pela Agrícola Cerradão mediante contratos agrários firmados com proprietários de imóveis rurais.

E, em 28 de agosto de 2015, foi constituída a Bioenergia Cerradão, com a finalidade de operar as atividades de cogeração e exportação de energia elétrica, dados estes extraídos do sítio institucional da Usina Cerradão.

A instalação e as atividades das duas usinas supracitadas propiciaram transformações no território do munícipio, tanto na zona rural quanto na zona urbana, sendo estas tratadas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As transformações de territorialização ocorridas na cidade de Frutal-MG foram perceptivas por todos os atores sociais do município. No ano de 2010, de acordo com o último censo do IBGE, a população de Frutal era de 53.468 pessoas e, em 2020, a população estimada era de 60.012 pessoas.

O fato da implementação das duas usinas sucroenergéticas de grande porte e a grande expansão de lavouras de cana-de-açúcar, com vistas à fabricação de álcool e outros derivados, tem atraído grande número de trabalhadores de outras regiões do país, fato este que, somado ao incremento de outras empresas e indústrias na região, tem promovido mudanças significativas na cidade, ao longo dos últimos anos; as mais representativas são as duas usinas supracitadas, uma cervejaria de grande porte e uma fábrica de latas para cervejas.

Em relação à Fábrica de Cerveja, em agosto de 2005, o Grupo Aralco, donos das marcas de cervejas Fass, Bella e Bauhaus, colocou em funcionamento a Cervejaria Premium na cidade de Frutal, com capacidade para a fabricação de 35 milhões de litros/ano de cerveja da marca FASS, posteriormente, em 2013, a fábrica foi comprada pela Cervejaria Proibida.

E, em 2018 a Cervejaria foi adquirida pela Cervejaria Cidade Imperial de Petrópolis/RJ. Com a aquisição, a cerveja Império passa a ser produzida em Frutal, dentre outras marcas produzidas pela companhia. Foram investidos, nessa época, R$ 250 milhões, com a criação de 350 empregos diretos.

Quanto à fábrica de latas de alumínio para cerveja, trata-se de mais um importante empreendimento, o qual faz parte da empresa norte americana *Ball Corporation***,** maior fabricante de embalagens

de alumínio do mundo e líder mundial em embalagens sustentáveis de alumínio. Esta nova fábrica de latas, com investimento de quinhentos (500) milhões no município e com perspectiva de geração de 100 empregos diretos na área de produção, começou a operar no último trimestre de 2021.

A capacidade é de 1,5 bilhão de latas por ano e poderá produzir vários formatos da embalagem, que atendam, principalmente, ao mercado de cerveja. Não menos importante, há que se ressaltar a instalação de dois hipermercados de atacado e varejo na cidade, respectivamente em 2020 e 2021, os quais além de gerarem empregos e o fluxo de compradores de toda a região, têm consumido também parte da produção dos agricultores da cidade, entre outros produtos da região.

Em 27 de outubro de 2020, foi inaugurada a loja do *Hipermercado ABC Atacado e Varejo* em Frutal-MG. Localizada na Rua Antônio Vilela, número 500, no Bairro Santos Dumont, a loja conta com 6.548,24 m² de área construída, estacionamento para 212 veículos, 20 *checkouts* e um *mix* de produtos com mais de 9.600 itens e inúmeros postos de empregos diretos e indiretos, sem, no entanto, estar definido os números precisos de postos de trabalho em Frutal e não ter sido possível obter tal resposta em contatos.

Quanto ao segundo hipermercado, o Grupo Bahamas inaugurou, no dia 4 de outubro de 2021, sua primeira loja em Frutal. A data foi marcada para esse dia, em homenagem à comemoração do aniversário de 134 anos de emancipação do município.

A loja conta com 2 mil metros de área de vendas, 14 terminais de *checkouts* e estacionamento com 113 vagas, das quais, 38 cobertas. Outro número importante é a geração de 110 empregos diretos. A loja, com a bandeira Bahamas Mix, formato de atacarejo (vendas no atacado e no varejo) do grupo, está localizada na Avenida José de Alencar, 1.333, bairro Eldorado.

Assim, a soma de todos esses fatores, bem como o consequente impulso econômico, tem levado a um grande processo de imigração para a cidade, tanto de jovens de diferentes idades, bem como de famílias inteiras, atendendo à necessidade de mão de obra geral e especializada.

Esse processo de imigração tem provocado uma dinâmica de reconfiguração de valores e costumes, ao interagirem com os valores mais tradicionais que predominavam anteriormente na cidade e região. Até mesmo na questão da culinária presencia-se hábitos diferentes, haja vista a diversidade de alimentos de outras regiões disponibilizados nos vários mercados da cidade.

Percebe-se também uma mudança no setor de educação superior na cidade. Anteriormente, os jovens se mudavam para outros municípios para prosseguirem seus estudos e/ou viajavam para cidades universitárias vizinhas, como Barretos e São José do Rio Preto, no interior de São Paulo.

No entanto, nos últimos anos, Frutal tornou-se um importante polo universitário, abrigando, atualmente, diferentes instituições de Ensino Superior particulares, bem como uma unidade pública da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG, a qual oferece, atualmente, dois cursos de Pós-graduação *Lato sensu*: Agroecologia no Cerrado e Gestão Estratégica de Pessoas; e dois cursos *Stricto Sensu*: Mestrado Acadêmico em Ciências Ambientais e Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação.

Quanto aos cursos de Graduação presencial da UEMG são onze: Administração, Engenharia Agronômica, Jornalismo, Engenharia de Alimentos, Direito, Engenharia de Produção, Geografia, Publicidade e Propaganda, Sistemas de Informação, além de cursos tecnólogos, para alunos de Frutal e de outras regiões, que

buscam a educação superior, gratuita e de qualidade, conforme informação disponível no sítio da Universidade (2020).

Esta condição de cidade universitária, promoveu também significativas mudanças em Frutal, tanto em relação ao fluxo de imigração de jovens universitários de outras regiões para a cidade e oportunidade para os jovens frutalenses estudarem em seu local de residência, bem como influenciou em outras características econômicas e socioculturais relacionadas ao fenômeno, como uma maior movimentação do comércio local, locação imobiliária, entre outros aspectos.

Outra característica marcante da cidade, nos últimos anos, se relaciona com a expansão imobiliária. Novos bairros com casa populares surgiram para atender a alta demanda de trabalhadores, bem como a reconfiguração de bairros tradicionais, por meio de projetos arquitetônicos mais modernos e construção de casas sofisticadas para atender às necessidades de diferentes profissionais especializados que passaram a residir na cidade.

Além disso, nota-se o aumento de residências de alto padrão em condomínios fechados e apartamento para classe média. Atualmente, segundo dados disponíveis no sítio applocal.com.br (2021), são 45 bairros existentes na cidade de Frutal, MG.

Em relação ao comércio, percebe-se a ampliação, após a instalação das usinas, tanto para venda de insumos para o agronegócio, quanto para outras demandas. Instalaram-se na cidade empresas para fornecimento e manutenção de máquinas agrícolas.

Tais como: Tracan Máquinas, e Sistemas para Agricultura LTDA, Arakaki Máquinas e Implementos Agrícolas S/A, Maqnelson Agrícola. E de fornecimento de insumos e de fertilizantes agrícolas, entre as quais se destacam: Regional Agro, Shopping Rural Coopercitrus e a Coragro. Outros segmentos do comércio também mostraram expansão, haja vista a recente instalação de

grandes lojas de departamentos, de calçados, roupas, acessórios, lanchonetes, Hipermercados atacadistas de produtos alimentícios e de higiene, entre outras.

Ressalta-se que grande parte do comércio da cidade passou por processos de adequação e modernização, tanto no atendimento e reforma de suas fachadas quanto no espaço interno das lojas, os quais foram adequados às exigências dos novos consumidores, ou seja, conforto e qualidade, como se percebe visivelmente, ao se movimentar pelas ruas da cidade.

Quanto à pesquisa de campo, esta foi efetuada com amostra da população residente no município de Frutal-MG, englobando os setores de comércio (vestuário, cama, mesa e banho; eletrodomésticos; relojoaria e óticas, utilidades e âmbito alimentício) e biocombustível (postos de gasolina).

Participaram da pesquisa, no setor de Vestuário, cama, mesa e banho: Magazine Hazime; Center Magazine; Camila Modas. Setor de Eletrodomésticos, Eletrozema; Lusolar e Eletrossom. Relojoaria e óticas: Relojoaria Cristal; Ótica Suprema; Ótica Bom Preço. Utilidades domésticas: Andreia Rocha; Maria/Maria; Casa do Enxoval; Shopping da Economia (loja de preço único).

No Âmbito alimentício: Supermercado Cazzoli; Supermercado JB - Loja 8; Ravena. Postos de gasolina: Posto V8; Posto CW; Posto JB. Setor Agrícola: Espaço Agrícola; Coopercana; Regional Agro/Solo Verde; Coopercitrus/Camda.

Abordou-se ainda a percepção de funcionários públicos municipais, de proprietários e/ou gerentes de comércios voltados para as atividades agrícolas e de gestores das Usinas do agronegócio canavieiro em Frutal, a fim de uma análise da identidade demográfica, econômica, empresarial, infra estrutural e social da localidade após implementação das Usinas Sucroenergéticas, que se deu em 2005.

A percepção da população residente no município em apreço, em relação as modificações promovidas no território a partir da instalação das duas usinas sucroenergéticas no local, foi avaliada por meio da composição de uma amostra com 20 (vinte) pessoas residentes no município de Frutal, com 5 (cinco) representantes políticos e funcionários municipais.

Com 5 (cinco) proprietários e/ou gerentes de comércios voltados para as atividades agrícolas, e, 2 (dois) com funcionários/gestores das Usinas do agronegócio canavieiro em Frutal, um de cada usina, por meio das quais foi possível obter a percepção da população em geral, bem como de atores políticos e funcionários públicos a respeito de possíveis modificações que impactaram o município.

Por meio da pesquisa om os moradores locais, constatou-se que dentre os impactos sociais mais perceptíveis destacam-se: o crescimento econômico da cidade; aumento da população local; ampliação da oferta de empregos; maior demanda por serviços hospitalares aumento populacional e, consequentemente, necessidade de mais moradias na cidade.

Quanto à percepção de representantes políticos e de funcionários municipais, em relação às Usinas Sucroenergéticas da cidade de Frutal, esta foi colhida por meio da aplicação de um questionário a 5 (cinco) pessoas no total, sendo (2) duas delas representantes políticos e as outras três (3), funcionários municipais, cujas percepções mostraram que: a consolidação das Usinas Sucroenergéticas na cidade de Frutal-MG foi importante; há parcerias entre as usinas com o município; economicamente o agronegócio canavieiro é importante para o município, embora haja efeitos negativos em decorrência de impactos ambientais que, por sua vez, prejudicam os produtores de mel e de hortaliças; ocorre por vezes a interferência dos empresários do agronegócio canavieiro na

política no município; a infraestrutura do município atende às demandas do agronegócio.

A percepção de proprietários e/ou gerentes de comércios voltados às atividades agrícolas, constatou-se que: há estabelecimentos de insumos em quantidade suficiente para atender a demanda do agronegócio canavieiro; existe oferta de assistência técnica em quantidade e qualidade suficiente; existe abrangência do raio de vendas do comércio.

Uma vez que o comércio local atende os municípios de Itapagipe, Comendador Gomes, Planura, Fronteira, Pirajuba, e Conceição das Alagoas; há flexibilização nas formas de pagamentos de insumos a para os empresários rurais, as quais ocorrem por meio de cartão de débito e/ou crédito, boleto bancário, dinheiro, cheque, crediário; a presença das usinas são economicamente importantes para o município.

No que tange à percepção de funcionários das usinas do agronegócio canavieiro de Frutal, o questionário composto de 21 perguntas, voltado para gestores das Usinas do agronegócio canavieiro em Frutal, ou seja, a Cerradão (Grupo Queiroz de Queiroz e Pitangueiras) e Bunge (Usina Frutal) possibilitou verificar que: a implantação das usinas, em Frutal, ocorreu pelo potencial agrícola e logístico do município; houve incentivo fiscal ou de infraestrutura, por parte dos governos estadual e/ou municipal; houve um aumento significativo na oferta de postos de trabalhos em torno de 1300, pela Usina Cerradão e de 750 pela Usina Bunge, além de aproximadamente 400 postos temporários.

As usinas são grandes fontes geradoras de renda e arrecadação fiscal; há o oferecimento de projetos sociais à comunidade, dentre eles projetos de jovens aprendizes; projeto de educação ambiental nas escolas rurais; doações de álcool e

equipamentos para o combate da Covid-19; as usinas contribuem com o desenvolvimento social e/ou cultural da região de Frutal,

Por meio da comparação dos dados referentes ao ano de 2005, relacionados ao número de empresas, população e média salarial, notou-se uma melhoria significativa porque, até o momento da implementação das supracitadas indústrias, a população economicamente ocupada era de somente 8446 habitantes, e, após a implantação do processo de expansão urbana e econômica houve um crescimento de quase 70% da população economicamente ocupada.

Por conseguinte, um aumento da renda *per capita* da população, passando para média de 1,9 salários-mínimos para 2,2 salários-mínimos. O aumento de renda *per capita*, justifica, assim, expansão da área urbana, pois cria condições favoráveis para a possibilidade de fixação da população na cidade e, por conseguinte, promove o aumento de empreendimentos industriais do comercio, bem como o desenvolvimento imobiliário (IBGE, 2010).

Ao comparar os dados de imagens de satélites - IBGE, tem-se o resultado de praticamente 80% (oitenta por cento) de crescimento da área urbana ocupada - exatos 79,675% entre os anos de 2005 e 2020. Foi possível verificar que o município de Frutal apresentava no ano de 2005 uma mancha de 11,07km² na área urbana e, em 2020 apresentava 19,89km².

É inegável, portanto, que toda a cadeia produtiva envolvida no setor econômico sucroenergético, tais como os setores primário (agrícola – fornecimento de matérias primas e insumos), secundário (indústrias e fábricas de processamento de insumos e suprimentos) e terciário (transações comerciais e prestação de serviços – logística) repercutem em resultados de suma importância para a região de Frutal, para o Estado de Minas Gerais e, consequentemente, para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a partir dos anos de 2005, que a cidade de Frutal demonstrou maior crescimento e desenvolvimento, coincidindo com a implantação dessas duas grandes usinas sucroenergéticas, apontadas anteriormente, somadas às demais atividades industriais e comerciais que vieram concomitantemente para o munícipio, ampliando a demanda de habitação, de educação, entre outras, as quais exigem uma série de atos coordenados, com objetivos específicos, fins econômicos e produção ou circulação de bens ou serviços.

Contudo, apesar dos avanços, observou-se ser necessário atingir patamar de sustentabilidade social e econômica que, concomitantemente, garanta o equilíbrio ambiental. Para tanto, um dos possíveis caminhos pode ser aquele estabelecido no princípio 10 (dez) da Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o qual assegura que todas as pessoas tenham acesso à informação e à justiça sobre temas ambientais e, que possam participar de maneira significativa nas decisões que afetem suas vidas, contribuindo para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A necessidade de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade do agronegócio canavieiro se faz notar desde os tempos do Brasil Colônia, uma vez que o panorama histórico mostra a relação que se estabeleceu entre a expansão do território e os impactos sobre a territorialização, decorrentes da cultura de cana-de-açúcar, matéria prima utilizada, naquela época, para a produção de alimentos, com especial destaque para o açúcar, com o pleno desenvolvimento atual das agroindústrias sucroenergéticas no país.

Ao se destacar pelas duas agroindústrias de grande porte no agronegócio canavieiro e produção de biocombustível, com ampla

representação nacional e internacional, as quais empregam uma parte considerável da população residente no município, Frutal tem atraído comércio e indústrias, os quais acabam colaborando não apenas com o crescimento e transformações geográficas, mas também alterações sócios-culturais na cidade.

Deste modo, a implantação das usinas sucroenergéticas, com o passar do tempo e, em virtude de suas demandas, serviram de incentivo para fomentar o empreendedorismo na cidade. Os empreendimentos, por sua vez, favoreceram o aumento da renda *per capita* e possibilitaram a ampliação do espaço urbano, por meio da fixação de migrantes no local. Tais migrantes inseriram novos hábitos culturais, sociais e econômicos no local, os quais promoveram outras modificações no espaço urbano para atendê-los.

Comprovadamente, a localização geográfica e o meio natural privilegiado do município, somados à facilidade de mobilidade pela malha rodoviária, tem chamado a atenção para investimentos de grandes capitais do negócio sucroenergético na região.

Pelo exposto, Frutal não deve ser medida apenas pela sua extensão, mas também pela amplitude dos projetos que se tornaram realidade, muito embora junto com eles e com as transformações no espaço urbano, por eles promovida, também tenham vindo problemas sociais e ambientais que, certamente podem se tornar objeto de novos estudos.

REFERÊNCIAS

BORGES, U. *et al*. **PROALCOOL**: economia política e avaliação socioeconômica do programa brasileiro de biocombustível. Aracajú: Editora da UFS, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/09/2022.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Brasília: Planalto, 1981. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/09/2022.

BRASIL. **Lei n. 13.576, de 26 de dezembro de 2017**. Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/09/2022.

BUNGE BRASIL. "Sustentabilidade". **Bunge Brasil** [2013]. Disponível em: <www.bunge.com.br>. Acesso em: 20/01/2021.

DINARDO-MIRANDA, L. L.; VASCONCELOS, A. C. M. V.; LANDELL, M. G. A. (eds.). **Cana-de-açúcar**. Campinas: Editora do IAC, 2010.

EDUCA MAIS BRASIL. "História: ciclo da cana-de-açúcar". **Educa Mais Brasil** [2019]. Disponível em: <www.educamaisbrasil.com.br>. Acesso em: 10/12/2020.

FERNANDES, B. M. "Entrando nos territórios do território". *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, V. R. S.; PASSADOR, C. S. "O Cenário Sobre Biocombustíveis, Políticas Públicas e Sustentabilidade na Produção Científica Nacional e Internacional: a Internacionalização das Pesquisas do Brasil". **Anais do XXXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. Recife: Global Editora, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Brasil - Minas Gerais - Frutal – Panorama". **IBGE** [2010]. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/12/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Brasil - Minas Gerais - Frutal – Histórico". **IBGE** [2017]. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/12/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial oficial**. Minas Gerais: IBGE, 2021.

IOF-MG. **Imprensa Oficial de Minas Gera**is - Caderno 3, 26 de abril de 2011. Disponível em: <www.iof.mg.gov.br>. Acesso em: 10/09/2020.

JORNAL CANA. "Usina de Minas Gerais completa seis anos sem acidentes com afastamentos". **Jornal Cana** [2019]. Disponível em: <www.jornalcana.com.br>. Acesso em: 10/12/2020.

LEITE, R. C. C.; LEAL, M. R. L. V. "O Biocombustível no Brasil". **Novos Estudos**, vol. 78, 2007.

MARIN, F. R. **Eficiência de produção da cana-de-açúcar brasileira**: estado atual e cenários futuros baseados em simulações multimodelos (Tese de Doutorado em Agrometeorologia). Piracicaba: USP, 2014.

MIRA, M. M. V. P. **Produção de Biohidrogénio a Partir de Diferentes Fontes de Carbono por Fermentação Anaeróbia** (Dissertação de Mestrado em Energia e Bioenergia). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

NOVA CANA. “Setor sucroenergético”. **Nova Cana** [2018]. Disponível em: <www.novacana.com>. Acesso em: 10/12/2020.

PRIORE, M. D., **Histórias da gente brasileira - Colônia**. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, P. “Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno”. **Revista Debates Economia Aplicada**, vol. 11, n. 4, 2007.

REL-UITA. “Companhias Bunge compra Usina Moema”. **Rel-Uita** [2010]. Disponível em: <www.rel-uita.org>. Acesso em: 10/12/2020.

SACK, R. D. **Human territoriality**: Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SALLET, C. L.; ALVIM, A. M. “Biocombustíveis: uma análise da evolução do biodiesel no Brasil”. **Revista Economia e Tecnologia**, vol. 25, 2011.

SANTOS, L. “Doce e amargo açúcar: Concentração de renda e relações de trabalho na produção agroindustrial canavieira do Brasil”. **Revista Crase.edu**, vol. 1, n. 1, 2010.

SAUER, I. L. “Biocombustíveis no Brasil Comercialização e Logística”. *In*: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (Org.). **Biocombustíveis no Brasil**: realidades e perspectivas. Brasília: Editora Arte Impressora Gráfica, 2007.

SHIMADA S. O. “A produção do açúcar e a exploração do trabalho no campo brasileiro”. **Scientia Plena**, vol. 9, n. 5, 2013,

SILVA JÚNIOR, A. A. “Novo marco dos biocombustíveis: Breve comentário sobre a lei 13.576/17 - Consolidação de novos parâmetros de desenvolvimento sustentável”. **Migalhas** [2019]. Disponível em: <www.migalhas.com.br>. Acesso em: 23/09/2022.

CAPÍTULO 7

Desafios de Expansão das
Cooperativas de Crédito em Financiamentos Rurais:
Um Estudo de Caso na Microrregião de Ribeirão Preto

DESAFIOS DE EXPANSÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM FINANCIAMENTOS RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NA MICRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Jorge André Briza

Lesley Carina Do Lago Attadia Galli

Glaucia Aparecida Prates

Jeniffer Cristiane Rodrigues Sousa

É inegável a importância econômica e social do agronegócio para o crescimento brasileiro. Em 2019 o setor denotou um crescimento de 3,81%, representando 21,4% do PIB Nacional (CEPEA, 2020). Mas para conseguir operar, produtores rurais de pequeno, médio e grande porte necessita de recursos financeiros para bancar suas atividades. Ciente desta importância o Governo Federal empenhou R$ 190,25 bilhões destinados ao Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2017).

Além dos bancos tradicionais, uma das alternativas para financiar a atividade rural são as cooperativas de crédito, que podem ser conceituadas como sociedades de pessoas, constituídas com o propósito de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, e em prol do bem-estar comum (PAGNUSSATT, 2004).

São vários os serviços disponibilizados pelas cooperativas de crédito: conta corrente, prestação de serviços de cobrança, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros depósitos de longo prazo, seguros, créditos (SILVA, 2002; GONÇALVES, 2005; PINHEIRO, 2005).

Ao facilitar o acesso aos serviços financeiros para os associados, as cooperativas de crédito desempenham importante papel social, aplicando recursos privados em favor da comunidade da qual fazem parte, democratizando o acesso aos serviços financeiros e contribuindo para o desenvolvimento sustentável, através da geração de renda e empregos diretos e indiretos (PINHEIRO, 2005; SOARES; SOBRINHO, 2008; CORDEIRO *et al*., 2018).

Nesse sentido, pode-se dizer que as cooperativas de crédito visam o equilíbrio entre os aspectos sociais e econômicos, podendo ser consideradas importantes instrumentos de desenvolvimento para os países, na medida em que contribuem para o desenvolvimento local e empreendedorismo (PINHEIRO, 2005; MACEDO, 2013).

De acordo com Ribeiro e Alves (2020), as cooperativas de crédito vêm aumentando sua representatividade nos últimos anos, chegando a 2.006 (duas mil e seis) unidades em funcionamento em 2018. De acordo com os autores, as cooperativas já ocupam a 6ª posição no ranking das maiores instituições financeiras do Brasil, considerando ativos, depósitos, patrimônio líquido e operações de crédito e já possuem a maior rede de atendimento do país.

Na contramão das instituições financeiras tradicionais, as cooperativas de crédito cresceram a uma taxa de 21% ao ano no período de 2017 a 2012, contra 14% ao ano para os grandes bancos e 15% ao ano para os médios. Em termos de rentabilidade, as cooperativas vêm denotando incremento acelerado quatro pontos percentuais, chegando a 13%, em média. (RYDLEWSKI; GRISSOTTO, 2017).

Dentro do cenário otimista, a perspectiva, é de que o segmento influencie ainda mais as economias regionais nos próximos anos devido à estabilidade financeira e juros mais atrativos

para os associados, mantendo o ritmo de crescimento e expansão (FUNDO GARANTIDOR DO CRÉDITO COOPERATIVO, 2016).

Com base no exposto, verifica-se a importância de estudos que analisem os fatores de influenciadores na expansão das cooperativas de crédito, os quais podem fornecer subsídios não só para o estabelecimento de políticas e intervenções do Banco Central, mas principalmente, que possam auxiliar essas organizações a aumentarem seu nível de profissionalização e crescimento sustentado.

Assim, este trabalho tem como objetivo identificar os pontos fortes e fracos, bem como as ameaças e oportunidades enfrentadas por uma cooperativa de crédito localizada na microrregião de Ribeirão Preto, que atende produtores rurais das culturas de amendoim, cana, café e citrus. Como resultado, espera-se identificar estratégias que possam incrementar o posicionamento estratégico da organização e contribuir para seu processo de expansão.

REVISÃO TEÓRICA

Para a consecução do objetivo deste estudo foi realizada uma revisão bibliográfica, a qual está organizada em quatro tópicos: cooperativismo, cooperativismo no Brasil, cooperativas de crédito, análise de SWOT.

Cooperativismo

O cooperativismo pode ser considerado um tema de estudos recente, mas em termos práticos teve sua origem no século XIX, conforme destaca o autor:

> O cooperativismo iniciou-se com agrupamento de trabalhadores na Inglaterra, no período da Revolução Industrial. Em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, quando 28 artesãos, diante do cenário crítico que ocasionou o aumento do desemprego e os baixos salários, reuniram-se para comprar produtos de primeira necessidade, sendo assim, o ramo foi caracterizado como "consumo".
>
> Deste modo, fundou-se a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale". A vivência dos trabalhadores da Inglaterra proliferou em outros países, como na França e na Alemanha, principalmente, o ramo "crédito". Posteriormente, o cooperativismo alastrou-se pelo mundo (ALVEZ, 2019, p. 17).

Segundo Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 69), "o setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade", assim, a aplicação das cooperativas é assumir o comprometimento com seus associados, realizando a função de diminuir as perdas financeiras, buscando eficiência em sua organização.

No Brasil a cooperativa chegou "trazida da Europa pelo Padre Theodor Amstad, com o intuito de reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço de seu próprio desenvolvimento" (SCHARDONG, 2003, p. 6), o cooperativismo originou-se em 1889 na primeira cooperativa Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto/Minas Gerais, no qual apresentava o ramo de produtos agrícolas.

Em 1902 apareceu a primeira cooperativa de crédito no Brasil, município de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul que seria a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad (ALVEZ, 2019).

O art. 4º (1971) explica que as cooperativas são como uma sociedade de pessoas, natural jurídica e civil, para a não sujeita falência e com a finalidade de prestar serviços a esses associados, ou seja, esses associados buscam um objetivo comum para trazer benefícios através do desempenho deles por uma atividade.

A cooperação se apresenta desde os primórdios como auxílio a sobrevivência dos homens. A palavra "cooperativismo" provêm da palavra cooperação que tem com princípios básicos a doutrina cultural e socioeconômica, sendo apoiada por um sistema de educação constante e permanente que prevê o crescimento e liberdade do homem (OCB, 2013).

Conforme Pedon (2013), o cooperativismo é considerado uma das estratégias para auxiliar os agricultores familiares em melhorias em sua propriedade a fim de concorrer junto a sua mercadoria no mercado quando comercializada; auxiliando assim no desenvolvimento rural sustentável dos produtores (cooperados), como a região e o país.

De acordo com a OCB (2013), as cooperativas têm atuação em diversos segmentos econômicos, promovendo o Desenvolvimento Rural Sustentável junto aos produtores; assim como desenvolvendo aspectos como competitividade; estratégias; inovações; alternativas auxiliares de produtividade e geração de emprego e renda.

Para Menezes (2004), a cooperativa iniciou-se com a mesma linha de um sistema bancário com depósitos, linhas de créditos. O cooperativismo teve como fator disseminador o empenho de grandes líderes que difundiram o conceito de "Todos-Juntos". Assim, a cooperativa de crédito tem por finalidade atingir dois objetivos principais: possuir um plano de poupança de forma sistemática a fim de tornar possível atender as necessidades dos produtores junto a

linhas de créditos especiais, com um juro diferencial, com taxas menores que o mercado apresenta.

Já Bulgarelli (2000), o cooperativismo expressa o sentimento social de forma democrática, onde os associados são os dirigentes da organização; recebendo os excedentes financeiros da cooperativa de forma proporcional a suas operações ali investidas. Mantém-se a neutralidade política, religiosa, visando apenas a organização como instrumento determinador de desenvolvimento sustentável a aperfeiçoamento da classe social representativa, o agricultor.

De acordo com o Sistema OCB (2019), está presente em 1,2 milhões de cooperativas no setor do agronegócio, sendo no Brasil 1.613 cooperativas, aquecendo o número de contratação de empregados em 16% ano sendo registrado no período de 2014 a 2018.

O Sistema OCB (2019), junto às cooperativas rurais atuam em diversas operações, dentre elas: fornecimento de insumos; compra coletiva de insumos no mercado (tradings) visando um valor monetário menor; negociação de insumos agropecuários (sementes, máquinas, equipamentos); recepção, classificação, expedição e armazenagem da produção agrícola visando o processamento ou comercialização direita; assistência técnica e extensão rural fomentando novas tecnologias vinculadas aos produtores rurais cooperados (transferido para cá, onde estava dava a entender que os números são de cooperativas de crédito, no entanto são de cooperativas de produção agropecuárias).

Cooperativas de Créditos

As CC’s são associações de pessoas com objetivo de criar uma instituição financeira para prestar serviço a esses associados,

sendo regulamentadas e fiscalizadas pelo Banco Central" e proporciona serviços "como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos" (MARQUES e SANTOS, 2018, p. 1), oferecendo a maioria dos serviços e produtos encontrados nas instituições bancárias,

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais comuns através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida (ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020, p. 1).

Quadro 1 - Diferenças entre bancos e cooperativas

COOPERATIVA	BANCO
Sociedade simples, de pessoas, sem fins lucrativos	Sociedade empresarial, de capital, prioriza o lucre para os acionistas
Número ilimitado de associados	Número limitado de ações
Cada associado tem um voto	Voto proporcional as ações ordinárias
As cotas são inacessíveis a estranhos a cooperativa, ainda que por herança	As ações são livremente negociadas e/ou transferidas
Os resultados financeiros oriundos de atos cooperativos são isentos de tributos	Os resultados positivos são altamente tributados
As sobre (resultado positivo entre os ingressos e dispêndios) são devolvidos aos associados, proporcionalmente as suas operações com a cooperativa no exercício	O lucro líquido fica à disposição dos acionistas, proporcionalmente ao número de ações ou participação no capital do Banco
Desenvolve-se pela colaboração	Avança pela competição

Fonte: SEBRAE (2009, p. 8).

Segundo o (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015, p. 15) para ser associado e ter direito aos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa de crédito, o associado deve integralizar uma cota do capital da cooperativa. A diferença da cooperativa para os bancos está descrita por Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2009), para um maior entendimento foi elaborado uma tabela para apresentar as diferenças (Quadro 1).

Segundo Rosa (2017) e Sistema OCB (2011, p. 8), as cooperativas de crédito são 3% do sistema financeiro e promovem um desenvolvimento econômico, além de garantir inclusão financeira, diante disso, o cooperativo fundamenta os valores humanos e a dignidade social, no qual "busca solucionar problemas e objetiva viabilizar ao associado na prestação de serviços, desenvolvimento cultural e profissional", promovem segurança aos associados.

As características peculiares das cooperativas de crédito são os juros mais baixos que o praticado pelo mercado, estrutura enxuta, custos operacionais inferiores aos praticados no mercado financeiro, realização das operações ativas (empréstimos de dinheiro) apenas com os associados, linhas de crédito destinadas às atividades de seus cooperados, sejam elas específicas da profissão ou atividades econômicas que aglutinam (PINHO, 1996, p. 23).

As CC's trazem melhoria na qualidade de vida devido ao acréscimo de renda, por meio da colaboração dos associados, oferece serviços financeiros com taxas e tarifas menores, em comparação aos bancos. O papel da cooperativa é reafirmar as vantagens e os benefícios, aumentando a oferta de serviços financeiros " (cartões de credito, consórcios, previdência e seguros) ", tornando-se parecido com os serviços dos bancos (ROSA, 2017, p. 9; SILVA, 2010).

Segundo Ribeiro e Alves, a classificação das CC's também ocorre de acordo com os seus graus e estes graus estão diretamente

vinculados à atividade exercida. As cooperativas de 1º grau ou singulares são aquelas que prestam serviços ou atendimento diretamente aos associados, enquanto as de 2º grau também são singulares, no entanto podem ser cooperativas centrais ou federações de cooperativas e das de 3º grau são as confederações de cooperativas, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação das Cooperativas de Crédito

Grau	Tipo	Atividades
1º	Singulares	Prestar serviço direto ao associado
2º	Centrais singulares ou Federações singulares	Operacionais e supervisão complementar das filiadas ou representação política das associadas, assistência técnica, educação e fomento cooperativista
3º	Confederações	Orientar e coordenar as filiadas, quando a grandeza for acima da capacidade das federações ou centrais

Fonte: RIBEIRO; ALVES (2020).

Figura 1 - Classificação das cooperativas de crédito



Fonte: RIBEIRO; ALVES (2020).

Assim Pinho (2004), ressalta que as cooperativas de crédito desempenham um papel muito importante como propulsor de desenvolvimento econômico social devido aos fatores:

a) Proporciona ao associado um processo democrático, onde as suas decisões financeiras individuais auxiliam no processo de desenvolvimento do grupo e comunidade;

b) As decisões tomadas na cooperativa de crédito sobre o seu desenvolvimento são realizadas por representantes da própria classe social;

c) Linhas de crédito de forma humanizada, onde o associado conhece as suas responsabilidades perante a cooperativa, reduzindo assim a inadimplência;

d) Linhas de crédito concedidas com menores tacas de juros, tarifas reduzidas, prazos e garantias de acordo com a realidade do produtor;

e) Cooperativas não visam lucro, porém geram sobras quais são estabelecidas em estatuto a divisão aos associados de acordo com as operações realizadas dentro do ano.

Segundo Meinen (2003), a edição da Resolução n° 3.106/03, com o comprimento o cumprimento do Art. 5o., XVII, c/c com Art. 174, § 2o., de nossa Constituição Federal, demonstra que as cooperativas de crédito estão sofrendo constantes inovações de serviços, modelos, processos, gestão; para que possam atender as demandas do mercado (transferido para cá, onde estava confundia a descrição de cooperativas em geral).

Cooperativas de créditos no âmbito rural

De acordo com Rosa (2017), a primeira cooperativa de crédito rural surgiu em 1902, onde a movimentação do crédito rural ganhou força e se expandiu por todo o país. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), se estabeleceu em 1965 com objetivo de fornecer créditos aos produtores rurais, visando apresentar juros baixos e auxiliar nas finanças de produção.

Para Lopes, Lowery e Peroba (2016), o crédito rural é um meio de promoção na produtividade da renda, por meio de créditos aos produtores rurais com juros baixos. Sendo estabelecido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) três objetivos principais sobre os créditos rurais, sendo:

I. Acesso ao crédito com taxas de juros abaixo do mercado;

II. Parte dos depósitos são direcionados a linhas de crédito rural;

III. Incentivo ao desenvolvimento de produtores familiares junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Assim Gonçalves e May (2019), destacam que essas modalidades permitem a inclusão socioeconômica dos pequenos produtores, visando na importância do desenvolvimento nacional deste perfil e a promoção em busca da igualdade social.

Por meio do cooperativismo, os associados contribuem para o desenvolvimento da comunidade em que vive, resultando em uma economia solidária do país.

Para Souza e Meinen (2010), ressaltam que a cooperativa de crédito no âmbito rural possibilita o desenvolvimento econômico e a inclusão socioeconômica visando promover a dignidade humana, valorização do trabalho rural e manter a economia equilibrada.

Conforme Art. 2 do Decreto nº 58.380 (1996) aborda crédito rural como recursos financeiros aos produtores que se encaixam conforme o regulamento. De acordo com o Sistema Rosa (2017), para que o produtor cooperado consiga realizar os serviços da cooperativa de crédito, se faz necessário apresentar um projeto que justifique o pedido solicitado.

O crédito oferece ao produtor um incentivo quanto ao investimento rural, sendo oferecido por meio de três modalidades: corrente que consiste no suprimento de recursos sem a prestação de assessoria técnica; educativo que consiste no suprimento junto a prestação de assistência técnica durante o desenvolvimento do projeto e especial sendo destinado a produtores rurais associados a cooperativas de crédito conforme Lei 4.504 de 1964.

Dagnese (2014), destaca como vantagem do crédito rural o incentivo financeiro e assessoria técnica ao produtor, favorecendo o custeio, o armazenamento e a gestão da comercialização de seus produtos a medida em que ocorre o aumento de sua produção.

Outra vantagem da cooperativa de crédito se dá orientação e apoio quanto a aquisição e regularização das terras dos produtores, estimulando de forma crescente a renda da mão de obra familiar. Assim o crédito rural tem como objetivo auxiliar o desenvolvimento quanto ao âmbito rural e melhoria na qualidade de vida dos cooperados, sendo estes produtores agrícolas.

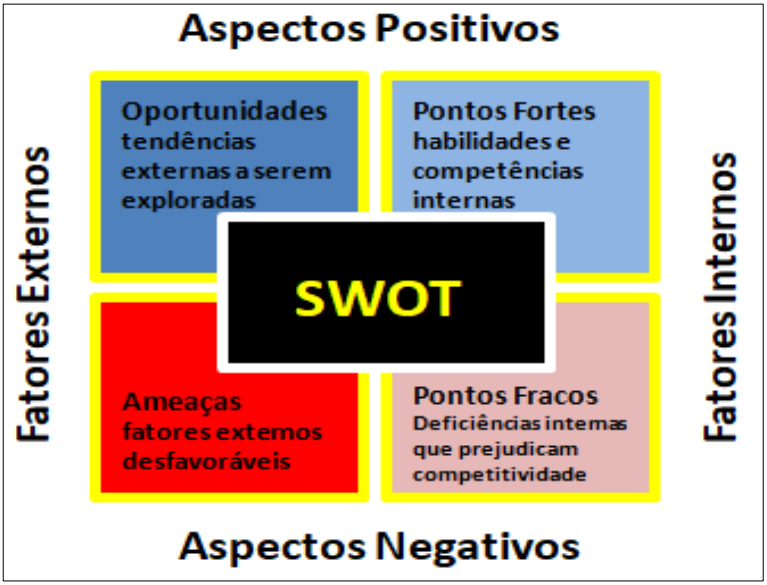
Já Wainberg (2018), acredita que o principal benefício da cooperativa de crédito se dá por oferecer serviços customizados a uma taxa de juros menor que os outros bancos. Também pela

remuneração das aplicações financeiras, visando o compartilhamento do valor entre os cooperados.

Análise de SWOT

A ferramenta SWOT, de acordo com Leite e Gasparotto (2018), é conhecida como uma aplicação estratégica, criada nos anos 60 por Albert Humphrey, sua formação é por quatro áreas, são elas: forças (Strenghts) e fraquezas (Weaknesses), ambiente interno e controlada pelos associados, oportunidades (Oportunitties) e ameaças (Threats), ambiente externo e não possibilita controle pelos associados.

Figura 2 - Elementos da análise SWOT



Fonte: Elaboração própria.

> FATORES INTERNOS
>
> Pontos Fortes: Habilidades internas que podem ajudar a empresa a atingir seus objetivos;
>
> Pontos Fracos: Limitações internas que podem afetar a capacidade da empresa de atingir seus objetivos;
>
> FATORES EXTERNOS
>
> Oportunidades: Fatores externos que a empresa pode ser capaz de explorar a seu favor;
>
> Ameaças: Tendências ou fatores externos desfavoráveis que podem apresentar desafios ao desempenho da empresa (FERNANDES; RAMALHO; ALVES, 2017, p. 181).
>
> À análise do ambiente interno é uma das mais delicadas do processo de planejamento, à medida que demanda uma avaliação crítica das políticas e procedimentos estabelecidos há muito tempo dentro da empresa (OLIVEIRA; PEREZ; SILVA, 2005, p. 3).

Seu objetivo é identificar as forças e fraquezas atuais para determinar se são relevantes e capazes para a empresa lidar com as ameaças existentes ou aproveitar as oportunidades neste ambiente (JOHNSON, *et al*., 2007).

O SWOT é uma ferramenta de destaque devido a sua integração interna e externa do ambiente, possibilitando melhoras nos planos elaboradores, visando a lucratividade, satisfação no mercado e dos clientes para os associados (ARAUJO *et al*., 2015), "um dos maiores benefícios da análise SWOT é que ela gera informações e perspectiva que podem ser compartilhadas entre as diversas áreas funcionais da empresa" (FERREL; HARTLINE, 2009, p. 4).

A análise dessa ferramenta identifica a oportunidade do objetivo perante as forças da empresa e, também as ameaças devidas as fraquezas, examinando essas forças para compensar as ameaças existentes e futuras, enquanto as oportunidades superam as fraquezas (PMBOKGUIDE, 2013, p. 53).

> À função primordial da SWOT é possibilitar a escolha de uma estratégia adequada –para que se alcancem determinados objetivos –a partir de uma avaliação crítica dos ambientes internos e externos (SERRA; TORRES; TORRES, 2004, p. 202).

O SWOT é um processo gerencial para desenvolver e manter os objetivos e recursos da empresa, as oportunidades do mercado durante sua sobrevivência, a ferramenta identificará e assim, possibilita planejar meio para que tenha lucro e crescimento (KOTLER, 1992),

Conforme Fagundes (2010), as estratégias estabelecidas são analisadas pelos resultados coletados e com a ferramenta SWOT são identificadas as principais questões, assim, revisões são feitas para uma melhor eficiência da empresa em seus objetivos.

Essa análise busca gerar mudanças nos planos de ação sobre as estratégias, possibilitando determinar "a escolha de uma estratégia adequada – para que se alcancem determinados objetivos – a partir de uma avaliação crítica dos ambientes internos e externos" (SERRA; TORRES; TORRES, 2004, p. 207).

> A Análise SWOT auxilia no levantamento de dados do processo produtivo, além de gerar resultados através do cruzamento dos fatores levantados, esclarecendo a situação atual do processo,

> consequentemente dando diretriz de aperfeiçoamento ou mudança do cenário vivenciado (TRINDADE; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 209).

A ferramenta foi utilizada nesta pesquisa para identificar os desafios encontrados pelos associados da cooperativa da microrregião de Ribeirão Preto, assim, identificar os pontos fracos e fortes da cooperativa, minimizando os impactos das ameaças e promover as oportunidades.

O SWOT é importante para as organizações como as CC's, pois, tende a reconhecer as ameaças e oportunidades da organização, promovendo um planejamento para a empresa e colaborando com as tomadas de decisões (KOTLER; KELLER, 2007).

A importância do usa do SWOT para analisar é perante a "um melhor desempenho das atividades que envolvem todo o processo produtivo das comunidades envolvidas nas iniciativas de economia solidária" (FERNANDES; RAMALHO; ALVES, 2017, p. 175).

Com essa análise permite visualizar melhorias nas cooperativas, pois, são produtores que necessitam de crédito para se desenvolverem de forma qualitativa e quantitativa, atendendo toda a satisfação da comunidade.

Portanto, a ferramenta auxilia na estratégia da organização para definir objetivos futuros, antecipando as ameaças e facilitando na identificação de novas oportunidades, assegurando o comprometimento dos associados.

O SWOT permitiu "alavancar ou melhorar os pontos fortes e as oportunidades, minimizando ou eliminando as ameaças, identificadas as fraquezas buscarem estratégias para transformá-las em forças" (FERNANDES; RAMALHO; ALVES, 2017, p. 199).

METODOLOGIA

A pesquisa tem características descritivas e uma abordagem qualitativa para o estudo de caso, o desenvolvimento do tema foi realizado uma pesquisa bibliográfica e em campo para a contribuição e elaboração do estudo.

A pesquisa bibliográfica utilizou artigos científicos e sites web (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no intuito de descrever as seguintes ideias:

1. Cooperativa de crédito;
2. Expansão do setor rural;
3. Cooperativa aplicada ao âmbito rural;
4. Desafios da cooperativa de crédito;
5. Benefícios da cooperativa;
6. Importância para o produtor.

Quadro 1 - Perguntas aos stakeholders

1. Na sua percepção, quais são os pontos fortes da cooperativa de crédito no atendimento e contratação de crédito aos produtores rurais?
2. Na sua opinião, quais são os pontos fracos dessa cooperativa?
3. Nesta perspectiva, quais são as ameaças para expansão das cooperativas no atendimento e contratação de crédito a esses produtores?
4. Em seu ponto de vista, quais são as oportunidades para a expansão das cooperativas no atendimento e contratação de crédito aos produtores rurais?

Fonte: Elaboração própria.

A segunda parte do desenvolvimento da pesquisa, originou-se por meio de uma entrevista semiestruturada de 4 questões, no qual foi aplicado com diferentes stakeholders (cooperados, funcionários e conselheiros) da cooperativa da microrregião de Ribeirão Preto.

A entrevista foi realizada com 3 pessoas (1 gerente, 1 conselheiro e 1 diretor), ligados à Cooperativas de Crédito da Microrregião de Ribeirão Preto, essas respostas coletadas por meio de gravação serão analisadas através da aplicação da ferramenta SWOT para o procedimento da análise de conteúdo.

A ferramenta utilizada foi escolhida por possibilitar a análise e identificação dos pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades, tanto no ambiente interno, quanto externo da cooperativa. Para um melhor entendimento sobre a ferramenta aplicada será apresentado uma introdução sobre suas funcionalidades e benefícios justificando sua escolha para a análise.

RESULTADOS

Para o alcance do objetivo geral, realizamos pesquisa aplicada, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, utilizando como método o estudo de caso. Como procedimento de coleta de dados adotamos pesquisa em base secundária de dados e a entrevista semiestruturada com um gerente, um conselheiro e um diretor de uma cooperativa de crédito de produtores rurais da microrregião de Ribeirão Preto, durante o mês de novembro de 2019.

Os participantes da entrevista possuem posição, cargos e funções diferentes, para que suas visões fossem complementares e os apontamentos tivessem diferentes ângulos de direcionamento. O período de realização da entrevista foi oportuno, pois compreendia o período de planejamento desta cooperativa de crédito para o ano de

2020 e os entrevistados tinham acessado estudos recentes e internos desta mesma cooperativa, para balizar a atuação no ano seguinte.

Pontos fortes

Todos os entrevistados destacaram que a possibilidade de recrutar profissionais que atuam ou atuaram em outras instituições financeiras, que atuaram especificamente no segmento de produtores rurais, normalmente aposentados ou então pessoas que possuem relacionamento com os produtores rurais, tais como contabilistas, vendedores ou consultores que trabalhavam em outras empresas da cadeia do agronegócio.

Esse foi um ponto forte citado com unanimidade pelos entrevistados, inclusive citaram casos pontuais dentro da cooperativa em que atuam e verbalizaram um comparativo com instituições financeiras tradicionais.

Indicando que estas instituições têm que preparar e reconstruir o relacionamento com os produtores a cada rotatividade que ocorre internamente, com frequente chegada de profissionais novos na praça, vindos de outras agências ou ainda promovendo profissionais sem experiência com esse segmento, que atuavam em outra área dentro da própria dependência.

Além de afirmarem que identificam a situação dentro da sua unidade de trabalho, destacaram que a afirmação pode ser comprovada em outras cooperativas de crédito que eles têm relacionamento, ainda que na condição de parceiro ou cliente.

O segundo ponto forte citado pelos entrevistados foi a forte relação que os funcionários e diretoria da cooperativa de crédito possuem com os funcionários e diretores da cooperativa de produção que atua no segmento dos clientes daquela região. Todos os

entrevistados tiveram receio de afirmar que tal relação positiva ocorra em outras cooperativas ou regiões, no entanto destacaram que dentro da região em que atuam essa relação é ponto forte considerável para a expansão da cooperativa, tanto na prospecção de clientes quanto no crescimento da carteira de crédito.

O terceiro ponto forte relatado foi a presença de agências da cooperativa em municípios onde as instituições financeiras tradicionais não possuem agências ou postos de atendimento. Os três entrevistados destacaram que a cooperativa onde eles atuam tem alguma unidade em municípios sem atuação das outras instituições.

Ainda em complemento aos pontos fortes citados anteriormente, os entrevistados redundantemente citaram o "relacionamento com o produtor rural" como ponto forte para a sua cooperativa de crédito.

Pontos fracos

Foi consenso entre os entrevistados que um ponto fraco é o "baixo funding" de recursos controlados para concessão de empréstimos e financiamentos enquadrados nas condições do Plano Safra. O funding é gerado a partir do saldo de depósitos à vista e aplicações em Letras de Crédito do Agronegócio.

Os entrevistados explicaram que os empréstimos com as taxas reduzidas são mais escassos nas cooperativas de crédito, em função desse fator. Os três entrevistados relataram que a cooperativa em que atuam tem plano para melhorar o desempenho neste item em 2020, mitigando o dano deste ponto fraco.

Outro aspecto que foi unânime entre os entrevistados foi a falta de segmentação dentro da cooperativa de crédito. Ainda que seja enxergado como benefício por parte dos clientes,

principalmente os menores, a ausência de segmentação não permite à cooperativa desenvolver os produtos para o segmento de grandes produtores rurais e as instituições financeiras tradicionais que atuam com carteira específica para esses clientes apresentam propostas customizadas.

A defasagem tecnológica em comparação com as instituições financeiras tradicionais foi o terceiro item apontado como ponto fraco pelos três entrevistados, no entanto apenas um dos entrevistados detalhou que o ponto fraco é a interface de interação com o cliente, exemplificando com o app disponibilizado pela cooperativa em comparação com o aplicativo disponibilizado por outra instituição financeira. Interagêncial

Oportunidades

Os entrevistados estavam animados com a expansão dos sistemas SICREDI, SICOOB e com os avanços tecnológicos e de capilaridade que as cooperativas apresentariam no território nacional. Indiretamente o crescimento desses sistemas também influencia ações de marketing e publicidade, aumentando o reconhecimento que os cooperados têm da marca.

Ameaças

Em oposição à revisão bibliográfica pesquisada neste estudo, que apresenta reduzidas taxas de juros como benefício aos produtores rurais que contratam empréstimos e financiamentos nas cooperativas, os entrevistados percebem como ameaça a exclusividade que algumas instituições financeiras têm na concessão

de linhas de créditos específicas, citando inclusive o empenho de alguns subsídios federais para outras instituições financeiras, bem como a parceria com o Governo do Estado de São Paulo na oferta de mais de 30 linhas de crédito exclusivas. Sem entrar em detalhes, disseram que esse tipo de parceria com outros Governos Estaduais deve ocorrer em outros Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A microrregião de Ribeirão Preto apresenta diversas cooperativas de crédito no setor rural, devido à diversidade de atividades agrícolas cultivadas, principalmente café, cana, amendoim e citrus.

A revisão bibliográfica mostrou que as cooperativas de produção são importantes para que o produtor exerça as atividades essenciais à produção, beneficiamento e comercialização dos seus produtos agrícolas, no entanto também destacou a importância do crédito para o crescimento e desenvolvimento da produtividade, da estrutura operacional, da propriedade rural e da qualidade de vida dos produtores.

A pesquisa destacou os benefícios do crédito, principalmente se obtido através da cooperativa de crédito, relatando os subsídios governamentais existentes, o retorno do spread para os próprios cooperados e o estabelecimento de critérios de concessão que permitam o ganho de valor internamente.

Durante a coleta de informações no campo, com aplicação de entrevistas, percebeu-se que a revisão bibliográfica foi insuficiente em alguns pilares de pesquisa:

1) Não detalhou as linhas de financiamento e empréstimos rurais, para evidenciar quais são as desvantagens e vantagens deste produto específico;
2) Não detalhou a participação e atuação das instituições financeiras tradicionais, que são os principais concorrentes das cooperativas de crédito;
3) O período de realização das entrevistas foi oportuno para otimizar informações que os entrevistados tinham para o planejamento do ano seguinte, no entanto o mês de novembro não permite conhecer as condições do Plano Safra que costuma ser divulgado no mês de junho;
4) Ausência de dados primários que indiquem o a produção e o faturamento previsto para as principais culturas da microrregião de Ribeirão Preto.

A análise das informações coletadas em campo, utilizando a ferramenta SWOT foi conclusiva na indicação de que as cooperativas têm mais vantagens do que desvantagens e expandirão sua atuação no curto e médio prazo.

Destaca-se que a entrevista de campo foi realizada em novembro de 2019, período que antecede à pandemia da Covid-19, ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, que impactou a atividade produtiva e o mercado interno e externo, com atuação do BACEN para amenizar a crise resultante e com um pacote de ações que interfere no resultado direto das cooperativas de crédito, das instituições financeiras e de produtores rurais.

As projeções de crescimento para todos os segmentos devem ser revisadas e os desafios de expansão das cooperativas de crédito em empréstimos podem ser avaliadas em pesquisas futuras, apurando os impactos da pandemia.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, M. B. M. **Produção científica em cooperativas de créditos**: Um estudo no periódico da CAPES (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Administração). Bananeiras: UFPB, 2019.

ARAUJO, J. C. e*t al*. "Análise de SWOT: uma ferramenta na criação de uma estratégia empresarial". **Anais do V Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano**. Araçatuba: Unisalesiano, 2015.

BACEN - Banco Central do Brasil. "Cooperativas". **Banco Central do Brasil** [2015]. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 23/09/2020.

BRASIL. **Decreto n. 58.380, de 10 de maio de 1966**. Brasília: Congresso Nacional, 1966. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31/03/2020.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. "PIB do agronegóciobrasileiro". **CEPEA** [2020]. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: 23/04/2020.

CORDEIRO, F. A. e*t al*. "Recessão econômica e o desempenho das cooperativas de créditos Brasileiras". **Anais do 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Campinas: SOBER, 2018.

DAGNESE, F. **O crédito rural na superintendência regional do sicredi em Santa Maria** (Relatório de Estágio Apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas). Santa Maria: UFSM, 2014.

FAGUNDES, R. "A 'Matriz Swot' do Brasil". **Administradores.com** [2010]. Disponível em: <www.administradores.com.br>. Acesso em: 23/04/2020.

FERNANDES, R. D.; RAMALHO, Â. M. C.; ALVES, A. C. "Empreendimento de economia solidaria e análise SWOT: perspectivas e desafios". **Qualitas Revista Eletrônica**, vol. 18, n. 2, 2017.

FGCC - Fundo Garantidor do Crédito Cooperativo. "O que é Cooperativa de Crédito". **FGCC** [2016]. Disponível em: <www.fgcoop.coop.br>. Acesso em: 29/09/2020.

GONÇALVES, C. B.; MAY, Y. O. "O direito fundamental a inclusão socioeconômica dos pequenos agricultores pelas cooperativas de credito rural". **Anais Do Seminario Internacional, Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019.

GONÇALVES, R. M. L. **Condicionantes do risco de liquidez em cooperativas de economia e crédito mútuo do estado de Minas Gerais** (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada). Viçosa: UFV, 2005.

ICA - Alianza Cooperativa Internacional. "Cooperative identity, values e principles". **ICA** [2020]. Disponível em: <www.ica.coop>. Acesso em: 31/03/2020.

JOHNSON, G.; SCHOLES, K.; WHITTINGTON, R. **Explorando a Estratégia Corporativa**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. São Paulo: Editora Pearson, 2007.

LEITE, M. S. R.; GASPAROTTO, A. M. S. "Análise swot e suas funcionalidades: o autoconhecimento da empresa e sua importância". **Revista Interface Tecnológica**, vol. 15, n. 2, 2018.

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. "Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável". **Revista do BNDES**, vol. 45, 2016.

MACEDO, J. H. S. **O cooperativismo como meio de inserção social de produtores familiares do Núcleo Rural do DF** (Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão do Agronegócio). Brasília: UnB, 2013.

MARQUES, J. H.; SANTOS, C. K. S. "Desempenho de rentabilidade em cooperativas de crédito: Um estudo em cooperativas no interior do Alto Paranaíba". **Portal Eletrônico da FUCAMP** [2018]. Disponível em: <www.fucamp.com.br> Acesso em: 31/03/2020.

MEINEN, E. *et al*. **Cooperativas de Crédito no Direito Brasileiro**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2002.

MENEZES, A. **Cooperativa de Crédito**: o que é quais seus benefícios. Brasília: Editora Stilo, 2004.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. "Governo anuncia R$ 190,25 bilhões com juros menores para financiar agricultura". **Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento** [2017]. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 30/03/2020.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR., J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria Estratégica**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

PAGNUSSATT, A. **Guia do Cooperativismo de Crédito**: organização, governança e políticas corporativas. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2004.

PEDON, J. S. **Cooperativas sustentáveis no estado de Rondônia**: estratégias para fortalecimento da agricultura familiar (Dissertação de Mestrado em Administração). Porto Velho: UNIR, 2013.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. Brasília: BCB, 2005.

PINHO, D. B. **Bases operacionais do cooperativismo**. São Paulo: CNPq, 1996.

PINHO. D. P. **O cooperativismo de crédito no Brasi**l. São Paulo: Confebrás, 2004.

PMI - Project Management Institute. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos**: Guia PMBOK. Pennsylvania: PMI, 2013.

RIBEIRO, L. C. S. J.; ALVES, R. C. "Avaliação do crescimento das cooperativas de crédito: um estudo baseado no sistema Pearls". *In*: ZORZO, A. **Produção científico-tecnológica na área de administração**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2020.

ROSA, J. S. **As contribuições do cooperativismo ao crédito rural no Brasil** (Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis). Criciúma: UNESC, 2017.

RYDLEWSKI, C.; GRISOTTO, R. “Cooperativas de crédito querem conquistar Brasil”. **Revista Época Negócios** [2017]. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com>. Acesso em: 11/12/2022.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Editora Rigel, 2003.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. “Cooperativismo”. **Portal Sebrae** [2009]. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 23/09/2020.

SERRA, F.; TORRES, M. C. S.; TORRES, A. P. **Administração Estratégica**. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2004.

SILVA FILHO, G. T. “Avaliação de desempenho em cooperativas de crédito: uma aplicação do modelo de gestão econômica – GECON”. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, vol. 1, n. 4, 2002.

SILVA, N. G. *et al*. “Cooperativa de crédito versus Bancos: uma análise comparativa de custo e investimentos em crédito rural”. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, vol. 10, n. 2, 2018.

SISTEMA OCB. “Anuário do Cooperativismo Brasileiro”. **OCB** [2019]. Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em: 31/02/2020.

SISTEMA OCB. “Ramo agropecuário”. **OCB** [2017]. Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em: 31/02/2020.

SOARES, M. M.; SOBRINHO, A. D. M. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, J. B. L.; MEINEN, E. **Cooperativas de Crédito**: Gestão Eficaz. Conceitos e Práticas para uma Administração de Sucesso. Brasília: Editora Gráfica Coronário, 2010.

TRINDADE, J. D. R.; SILVA, N. L. G.; OLIVEIRA, R. J. "Análise SWOT aplicada no planejamento e controle da manutenção autônoma". **Revista Episteme Transversalis**, vol. 9, n. 1, 2018.

WAINBERG, R. "Cooperativas de crédito descubra se vale a pena se associar a uma". **Suno Research** [2018]. Disponível em: <www.sunoresearch.com.br>. Acesso em: 31/03/2020.

CAPÍTULO 8

Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar: Promoción de la Agricultura Familiar o Agronegocio en Brasil?

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMIENTO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR: PROMOCIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR O AGRONEGOCIO EN BRASIL?

Iran Carlos Lovis Trentin

El medio rural en América Latina ha sufrido alteraciones constantes en el último siglo. Esas transformaciones continúan sucediendo con grandes diferencias, dependiendo de los lugares o regiones, de los tiempos de cada sociedad, de las políticas públicas, de los intereses de los gobernantes y de los dueños del capital en los diversos países.

Muestra de ello es lo que ocurrió con la revolución verde principalmente en Brasil, Argentina, Colombia, Chile y México, y lo que ocurrió con la agroecología y la protección de las actividades ancestrales, en especial, en los Andes y en Cuba (NICHOLLS, 2013). En Brasil, debido a que el gobierno está centralizado, las políticas públicas llegan a las diferentes comunidades de formas diversas.

Si consideramos la estructura agraria, en algunas regiones con grandes extensiones de tierras, las políticas que priorizaron la revolución verde avanzaron sin piedad, principalmente, para el aumento de la producción de etanol y de *commodities* para la exportación, lo cual tiene un costo socio-ambiental enorme (TRENTIN, 2015).

En las regiones con predominio de agricultores familiares los daños ambientales, económicos y sociales son aún mayores, por el uso de creciente de agrotóxicos nos cultivos para exportación.

Con la profundización de la crisis provocada por la revolución verde los agricultores familiares comenzaron a reorganizar movimientos sociales reivindicatorios y de contraposición al modelo de producción convencional dominante (NICHOLLS, 2013). A partir de la década del 2000 se hizo énfasis en las discusiones en torno a la generación de acciones más efectivas por parte del Estado para superar la pobreza.

Luego de ese momento fueron creados programas para hacer frente a la pobreza a través de la intervención pública, con énfasis en las políticas de seguridad alimentaria que quedaron consignadas en el programa "Hambre Cero", el cual tenía como objetivo principal "asegurar el derecho a la alimentación adecuada de las personas con dificultades para el acceso a los alimentos" (BRASIL-PROGRAMA FOME ZERO, 2001).

Aunque Rio Grande del Sur es considerado como un Estado con buenas condiciones socioeconómicas, en las zonas rurales permanecen en estas primeras décadas del siglo XXI, regiones con altas concentraciones de pobreza (FEE/RS, 2015). Muchos de estes agricultores empobrecidos resultan presos a algunas políticas públicas equivocadas para el campo brasileño.

En Rio Grande del Sur, predominantemente los agricultores, según el IBGE, 2015 (Instituto Brasileiro de Geografía e Estadística) en 2010 eran 370.000, o 84% del total, y muchos de ellos son de aproximadamente 20% del total, debido principalmente a la adopción, a partir de 1970, el modelo de producción empobrecida, degradantes, contaminantes y la revolución verde dependiente.

Esta situación ha generado muchas discusiones de los movimientos sociales y algunos investigadores, y se dio cuenta de la necesidad de estudiar la implementación de nuevos estilos de desarrollo rural y la agricultura sostenible, en particular, los

agricultores pobres que necesitaban primero para lograr la seguridad alimentaria en las zonas pequeñas y también recuperar entornos.

El tema de los estudios sobre el desarrollo de nuevas formas (la democracia, la justicia social, sostenibilidad) y nuevas perspectivas combinadas con los problemas conocidos, como el crecimiento económico y el aumento de énfasis distribución de la riqueza en Brasil desde 1990 (SCHNEIDER *et al*., 2011).

Según Schneider (2011), esta discusión se divide en tres segmentos, y el campo de análisis académico, prácticas sociales y las iniciativas y la política normativa, en donde se destaca la reducción de las desigualdades y la expansión de la democracia con el desarrollo y el reconocimiento de que las políticas neoliberales implementadas en muchos países de América Latina, no promovieron el aumento del bienestar de toda la población.

Este sistema, equivocado de concentración del ingreso no produjo la superación del hambre y la pobreza, que se considera una falta de desarrollo de Brasil, por ejemplo. Incluso, sin embargo, dice Schneider (2011), la reanudación de cuestionamiento sobre el tema no fue capaz de llevar a cabo un nuevo campo teórico y analítico necesario para el estudio del desarrollo. Existentes analíticos corrientes diferentes los siguen, incapaz de responder a lo que se puede hacer para mejorar la calidad de vida, sobre todo en las ciencias sociales.

En las últimas décadas del siglo XX, algunos autores como Jameson, 1997 defendieran la tesis de que el campo desaparecería y que el urbano sustituiría todas las actividades. Pero eso no se corresponde con la realidad brasileña, una vez que la producción agrícola de cada año y má importante para equilibrar la balanza comercial y promover el desarrollo regional. Como Veiga (2001, p 101),

> […] el llamado grado de urbanización corresponde al porcentaje de personas que viven en las sedes de los municipios y distritos, independientemente de cualquier consideración de sus características geográficas. [Por lo tanto] nada importa de densidad de población, el principal indicador de la concentración de población propias a las ciudades, lo que los distingue de los niveles de rarefacción que caracterizan el campo (VEIGA, 2001, p. 101).

En este sentido, más que la definición legal de lo que es urbano o rural,

> [...] es la búsqueda de una explicación económica de estas tendencias demográficas. Después de todo, uno de los supuestos excepcionales que gozan de consenso entre los economistas es que la distribución espacial de la población corresponde en última instancia a la reorganización de las actividades económicas (VEIGA, 2001, p. 102).

De acuerdo con Schneider *et al*. (2011), las estrategias de lucha contra la pobreza en las zonas rurales son rediscutidas a partir del diálogo entre el enfoque de las capacidades (SEN, 2000) y de la diversificación de los medios de vida, abriendo espacio para la idea de que es importante para estimular las capacidades y fortalecer los medios de que los pobres tienen disponibles para sus actividades.

Para superar la pobreza en una región determinada es importante identificar cuáles son sus principales estrategias de reproducción social, y la propuesta de políticas públicas adecuadas para cada público y local. Como estrategias de reproducción social, en este trabajo se entienden los mecanismos, las alternativas y los recursos adoptados por familias para sobrevivir en el tiempo.

También se observa que en la mayoría de los casos las instituciones que trabajan con el tema del desarrollo rural y la pobreza poco conocen las estrategias de reproducción social de las familias rurales pobres (GEHLEN, 2004).

Los estudios sobre el análisis de las políticas públicas en la agricultura brasileña son frágiles e incipientes, pues como se ha dicho Romano (2009, p 325), esta fragilidade,

> [...] se da en términos del volumen de investigaciones específicas, del desarrollo y de las reflexiones metodologías, de la formulación de una agenda de investigación y de la propia acumulación de conocimiento.

Pero todavía son incipientes los estudios referentes al tema de la reproducción social de las familias rurales pobres. En este sentido, el objetivo de este artículo es analizar, a través de un estudio de caso en el COREDE (Consejo Regional de Desarrollo) Rio da Várzea, microrregión norte del Estado del Rio Grande del Sur, también conocida como Valle del Rio Uruguay, cómo el PRONAF fue implementado y lo que ya se ha logrado con la promoción de esa política pública y en el desarrollo de las familias rurales en situación de vulnerabilidad.

Este artículo, tuve como objetivo discutir, como el PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura familiar) mientras que es una política púbica de "Fortalecimiento de la Agricultura Familiar" ha contribuido para el aumento de la producción de mercancías (commodities para exportación) en zonas predominantes de agricultores familiares.

Para analizar cómo el PRONAF ha estado promoviendo los cultivos tradicionales, a expensas de la calidad de vida y del

desarrollo en el RS, hemos dividido nuestra investigación en tres objetivos específicos, a saber:

1) identificar las principales actividades apoyadas por el PRONAF y cómo estas acciones lleguen a sus potenciales beneficiarios del programa;
2) percibir los daños social, ambiental y económico causado por la falta de comprensión de esta política pública;
3) analizar a partir de los datos de campo, posibles alternativas para el desarrollo rural y la promoción de la agroecología como un modelo de producción sostenible, especialmente en las zonas pobres de Rio Grande do Sul y Brasil.

MATERIALES Y MÉTODOS

En este trabajo, incluso teniendo información disponible en direcciones virtuales o informes y publicaciones de agencias oficiales como el Ministerio de Desarrollo Agrario, del Instituto de Investigación Económica Aplicada, de la FEE/RS (Fundación de Economía e Estatística del Rio Grande del Sur) y del IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estatistica), además de los datos disponibles en la prensa de Río Grande del Sur, se llevó a cabo una investigación de campo, un estudio de caso, en el que se entrevistó a veinte familias de agricultores, a diez técnicos y líderes comunitarios en el Vale del Rio Uruguay, con el fin de profundizar en los resultados de la política pública directamente con los beneficiarios del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar, el PRONAF.

Esta región se caracteriza por suelos ondulados que han estado en uso constante durante aproximadamente cien años. Es una región con agricultura diversificada y hasta 1980 con familias numerosas. Desde esta zona de minifundios, muchos jóvenes emigraron a otras fronteras agrícolas, como el Centro-Oeste de Brasil y para el Paraguay y también a centros urbanos como trabajadores operarios. La región del valle del río Uruguay tiene un clima agradable, con estaciones bien definidas y propicias para el desarrollo de diversos cultivos, pero que en los últimos años se ha especializado en la producción de exportación.

El valle del río Uruguay es una de las regiones con la mayor concentración de pobreza rural en el estado. Los censos de 2010 revelaron que el 20% de las familias rurales son pobres y muchas de ellas incluso en extrema pobreza. Los índices de educación y salud también son precarios en las zonas rurales.

Las técnicas utilizadas para la recolección y el análisis de datos fueron: documentos técnicos, la recolección de bibliografía o fuentes secundarias, entrevistas semi-estructuradas y conversaciones informales, observación participante, diarios de campo y finalmente, el análisis de los datos (SARANDÓN, 2002).

En este estudio, la realidad empírica o la delimitación geográfica seleccionada fue el COREDE (Consejo de Desarrollo Regional) Río de la Várzea, en el Valle del Río Uruguay, al norte del estado del Río Grande del Sur. Lo anterior, debido a que en este COREDE existe un gran número de agricultores familiares y de éstos muchos se encuentran en situación de pobreza, que, además, fueron beneficiarios de la política pública PRONAF.

En el análisis de esta política se percibieron diversos intereses, algunos opuestos entre ellos, y otros que terminaron convergiendo en la promoción de la agroecología. De esta manera, la unidad de análisis seleccionada para esta investigación fueron

veinte familias beneficiarias, diez agroecológica y diez convencionales, y los técnicos y líderes responsables de la implementación.

Para la delimitación y el sondeo del área donde se encuentran los actores sociales fueron utilizadas en la investigación las referencias bibliográficas, la información de los gestores de la política y la información recolectada en las visitas a campo. Los actores que hacen parte del área en cuestión fueron las veinte familias de agricultores pobres, los seis líderes municipales y regionales y cuatro técnicos de ATER (Asistencia Tecnica e Extension Rural).

Por lo tanto, analizamos todos los datos recopilados y discutimos en el equipo de investigación, poco después de buscar con los informantes calificados las percepciones sobre la información planteada en el campo. Además, buscamos en las cooperativas, empresas de asistencia técnica y bancos información sobre los cultivos y las granjas que los agricultores han desarrollado con mayor fuerza en las últimas décadas y qué productividad e ingresos por área están en la región.

DISCUSIÓN

Las discusiones internacionales sobre el significado del término desarrollo ganaron fuerza a partir de la década de 1960, cuando se sintió la necesidad de distinguir entre desarrollo y crecimiento económico, pues en esa época había pocos países que se vinculaban a la vía exclusiva de la industrialización (VEIGA, 2010).

A partir de ese período fueron apareciendo evidencias de que el intenso crecimiento económico ocurrido en las décadas de 1950 y 1960 en diversos países semi-industrializados, como Brasil, no se

reflejaba necesariamente en el mayor acceso de las poblaciones pobres a los bienes materiales y culturales, entre ellos, el acceso a la salud, a la educación y al ocio, como ocurría en los países desarrollados.

En las décadas de 1940 y 1950 al interior de la CEPAL se inician algunas discusiones en relación con la noción de desarrollo para América Latina. Dentro de esos investigadores sociales, se destaca el argentino Raúl Prebisch (1955) y el brasilero Celso Furtado (1961), que poseían experiencias en la administración pública y para atribuir al Estado el papel central de coordinar el desarrollo (CAZELLA, 2002).

Para responder a qué es el desarrollo, Veiga (2010) presenta tres tipos básicos. Las dos primeras respuestas eran más simples y la tercera era conocida como "camino del medio", pues se niega a las dos salidas más simples y trata de explicar que el desarrollo no puede ser reducido al crecimiento económico, y no tiene nada de ilusorio.

La primera respuesta es la más utilizada al referirse simplemente al crecimiento económico. Lo que se sabe es que después de dos siglos de investigaciones históricas, teóricas y empíricas sobre el crecimiento económico, las dudas sobre noción disminuirían, más aún, aumentarían los cuestionamientos sobre su eficacia. En esa concepción el desarrollo es medido teniendo en consideración la evolución de indicadores tradicionales como son el Producto Interno Bruto (PIB) per cápita de determinada población de una región (VEIGA 2010).

De acuerdo con Sachs (2008) el crecimiento económico es necesario para el desarrollo, de alguna manera éste es suficiente para que las personas tengan calidad de vida. Este autor afirma que "[...] el crecimiento, igualmente acelerado, no es sinónimo de desarrollo si no se amplía el empleo, sino se reduce la pobreza y si no se atenúan las desigualdades" (p. 14). En el crecimiento económico, la

transformación es cuantitativa, mientras que, en el desarrollo, ésta es cualitativa.

Buscando evitar simplemente el uso de la riqueza económica como criterio de estimación del grado de desarrollo, la ONU (Organización de Naciones Unidas) propone el IDH (Índice de Desarrollo Humano).

Este índice fue creado en la década de 1990 por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), por los economistas, el pakistaní Mahbub ul Haq y el indio Amartya Sen, buscando ofrecer un contrapunto al PIB per cápita, este indicador hasta entonces utilizado, para evaluar el desarrollo de determinada región o población.

El PIB per cápita es un indicador de desempeño económico, pues muestra solamente las capacidades de generación de producción y de renta en una determinada economía en un tiempo y en un espacio (VEIGA, 2010).

A partir de la organización del IDH, fue difícil continuar afirmando que el desarrollo era solamente crecimiento económico. De la misma forma que para algunos analistas el crecimiento económico sería el elemento de un proceso medio, ya que sus resultados simplemente no se transfieren de manera automática en beneficio para las poblaciones que se encuentran en condición de pobreza (VEIGA, 2010).

En este sentido el IDH continúo siendo insuficiente para abarcar todos los aspectos del desarrollo y, por ejemplo, no media el grado de "felicidad" de las personas, y menos aún indica el mejor lugar en el mundo para vivir.

Este índice, además, no contribuyó para la ciudadanía, pues no incluía la capacidad de las personas para participar de las decisiones que afectan sus vidas y de disfrutar del respeto de los

otros en la comunidad, además no contempla cuestiones ambientales (VEIGA, 2010). Es por ser un indicador universal que el IDH considera los patrones mínimos de la calidad de vida, no respeta los hábitos de consumo o el grado de satisfacción de las diferentes regiones.

En la segunda respuesta, el afirma que el desarrollo no deja de ser una mera ilusión, creencia, mito o manipulación ideológica, sin considerar, por ejemplo, el desarrollo sustentable. Esa vertiente fue divulgada principalmente en el Brasil, por Giovanni Arrighi (2002), que clasificó los países de acuerdo con el PIB.

Pero la confusión entre crecimiento económico y desarrollo persistió, cuando el mantenimiento de conceptos como países centrales, "periféricos" como son los países más pobres y, "semiperiféricos", compuestos por los países emergentes. Con esto él concluiría que difícilmente un país ascendería en la economía capitalista mundial. Veiga (2010) llega a la conclusión de que esas dos corrientes, la del crecimiento y la de la ilusión, adhieren a la expresión "desarrollo económico" en lugar de "desarrollo", pues consideran que son sinónimos.

En la tercera respuesta percibimos una transformación fundamental en la forma de concebir el desarrollo. Esa concepción es inspirada en las formulaciones de tres autores principales: Ignacy Sachs, Celso Furtado y Amartya Sen. Para Sachs (2008), un hecho importante en el proceso de la construcción del "camino del medio" fue la introducción de los bienes del ambiente en los debates sobre el desarrollo. Esto favoreció la reconceptualización de esa noción, inicialmente, desde las formulaciones sobre el desarrollo y, actualmente, sobre el desarrollo sustentable (VEIGA, 2010).

La noción de desarrollo sustentable, según Sachs (2008, p.36), "obedece a dupla del imperativo ético de la solidaridad con las generaciones presentes y futuras, y exige el explicitación de los

criterios de sustentabilidad social, ambiental y de la viabilidad económica". Veiga (2010) establece como pilares del desarrollo sustentable las esferas social, ambiental, territorial, económica y política.

Otra cuestión que merece ser destacada cuando se aborda el mundo rural, es que, en las últimas décadas, muchos investigadores se han interesado por el mantenimiento, por la permanencia, por la capacidad de transformación y del cambio del mundo "tradicional", de lo rural.

Sistemáticamente ha venido anunciándose el fin de lo rural, pues se ven en él varios atributos, económicos, sociales y culturales, al margen de la lógica capitalista, como si fueran rezagos de un "viejo orden" (WANDERLEY, 1999).

De acuerdo con Buarque (2008, p. 9), el "desarrollo local es un proceso endógeno registrado en pequeñas unidades territoriales y grupos humanos capaces de promover el dinamismo económico y la mejoría de la calidad de vida de población". Así, debe promover una transformación en las bases económicas y en la organización social a nivel local, resultante de la movilización de las energías de la sociedad, explorando sus capacidades y potencialidades específicas.

El mismo autor afirma que para ser un proceso consistente y sustentable, el desarrollo debe evaluar las oportunidades sociales, la viabilidad y la competitividad de la economía local, aumentando la ganancia y las formas de riqueza, al mismo tiempo en que se asegura la conservación de los recursos naturales.

En las últimas décadas del siglo XX, la mayoría de las políticas públicas para lo rural, en la gran mayoría de los países, fueron orientadas para que hubiese un aumento en la producción y en la productividad, inclusive en áreas con agricultura rudimentaria y pobre, dependiente de insumos externos, o con aptitudes limitadas

en cuanto al relevo generacional, por ejemplo. Se implantó el mismo modelo de la "revolución verde" en casi todas las áreas agrícolas.

No se respetaron las características físicas y menos las sociales de cada localidad. Todas esas acciones generaron y continúan provocando una serie de procesos que son diferentes a partir del territorio en que se encuentren.

Como ejemplos, en algunos territorios puede continuar fomentándose el éxodo rural por la mecanización y en otros pueden generarse rentas extra a través del empleo rural y actividades más especializadas o pluriactivas Altieri (2000), Gliessman (2000), Nicholls (2013), Caporal (2002), Dufumier (*et al.,* 1996).

En ese contexto, en el que por un lado la constante publicidad de los dueños del capital y de muchos gobiernos que promueven el modelo agroexportador, y defienden que la forma de siembra con agroquímicos representa la de los agricultores familiares, muchos de ellos produciendo en pequeñas áreas y con producción para el autoconsumo, con suelos contaminados y empobrecidos, como su única solución económica de crecimiento.

Por otro lado, las experiencias de producción basadas en el respeto del hombre y de la naturaleza como la agroecología, que genera calidad de vida y recupera las ambientes, es que nos proponemos a reflexionar sobre las políticas públicas y la agroecología en el desarrollo de la agricultura familiar en el Estado del Río Grande del Sur. Es por eso que necesitamos comprender algunos conceptos importantes relacionados con políticas públicas- agroecología- desarrollo rural (ALTIERI; NICHOLLS, *et al*., 2000).

La agroecología como ciencia es contestaria ante ese modelo degradante y a través de su enfoque holístico, genera un abordaje sistémico y multidisciplinar teniendo en cuenta las relaciones indisociables entre sociedad- individuo- naturales- economía-

cultura- político Altieri (2000), Gliessman (2000), Nicholls (2013), Caporal (2002).

En este sentido Henri Lefebvre (*In*: MARTINS, 1986, p.164) resalta que los estudios sobre lo rural solamente se tornan relevantes en el ámbito científico, a partir del momento en que presentan problemas prácticos a las sociedades.

Los procedimientos y resultados de muchos de esos estudios fueron criticados por el autor, cuando en la década de 1950 llamo la atención de los sociólogos diciendo que los problemas del mundo rural son mucho más diversos y múltiples de lo que parece.

Por esa razón consideraba que la sociología tenía una deuda con la ruralidad, toda vez que los estudios sociológicos "pasaron del estudio de los pueblos 'primitivos' al estudio de los medio urbanos e industriales, pasando por encima, por así decir, de esa realidad tan basta en el tiempo y en el espacio".

Para Sevilla Guzmán (2000),

> Cuando el desarrollo no se refiere al conjunto de una sociedad, pero se concentra en áreas, rurales o urbanas, en las cuales se pretende mejorar el nivel de vida de su población, por medio de procesos de participación local mediante la valorización de sus propios recursos, eso se define como desarrollo rural o urbano.

Y para Buarque (2008), el:

> […] desarrollo local es un proceso endógeno registrado en pequeñas unidades territoriales y grupos humanos capaces de promover el dinamismo

económico y la mejoría de la calidad de vida de la población.

Así, debe promover una transformación en las bases económicas y en la organización social a nivel local, resultante de la movilización de las energías de la sociedad explorando sus capacidades y potencialidades específicas.

De acuerdo con HARVEY (2006, p. 82-85) las desigualdades regionales no son solamente desigualdades económicas entre espacios geográficos en general, pero producidas por el capitalismo vigente. Esa "geografía del desarrollo desigual capitalista comenzó por la diferenciación del espacio geográfico resultante de los procesos sociales cotidianos".

Dado que los mercados y los procesos no están fuera del espacio. Esa "competencia territorial detrás de las relaciones cotidianas tiene una importancia en común en el proceso de acumulación del capital y en el desarrollo geográfico desigual". Tanto el proceso de acumulación del capital como el desarrollo geográfico desigual, están condicionados por los cambios tecnológicos continuos.

El caso más emblemático es el de las innovaciones en los medios de comunicación y de transporte (HARVEY, 2006). De acuerdo con OLIVEIRA (1987) la particularidad del desarrollo brasilero consistía en introducir características modernas, de la industria capitalista, en lo arcaico, en lo rural precapitalista e introducir características arcaicas en lo moderno.

En este sentido, en el momento de analizar la funcionalidad del campo precapitalista para la industria capitalista, el autor sugiere tener cuidado con la creación de periferias (inclusive, geográficas) para el capital como forma de alimentar el desarrollo específicamente capitalista en el país. Es por el motivo anterior que

en las regiones brasileras ricas o en las latinoamericanas, encontramos áreas con pobreza significativa.

En este sentido, las reflexiones sobre el mundo rural en la actualidad exigen el reconocimiento de lo rural, tanto en sus relaciones con lo urbano a través del abastecimiento de alimentos y la preservación ambiental, por ejemplo, como en las relaciones internas y específicas.

La posibilidad de estudiar nuevas ruralidades supone, por tanto, la comprensión de los contornos, de las especificidades y de las representaciones de ese espacio rural, entendido, al mismo tiempo, como espacio físico (en referencia la ocupación del territorio y sus símbolos), el lugar donde se vive (particularidades del modo de vida y la referencia identitaria) y el lugar desde donde se ve y se vive el mundo (la ciudadanía del hombre rural y su inserción en esferas más amplias de la sociedad) (WANDERLEY 2000, p. 2; CAMPESINA, 2015).

Después de varias investigaciones comprobaron la gravedad de la situación de la degradación ambiental y el aumento de la pobreza rural en la forma de los nuevos modelos de desarrollo. Es en este campo donde la agroecología como modelo de producción sustentable (GLIESSMAN, 1980; ALTIERI, 2000; HOLT GIMÉNEZ, 2013; NICHOLLS, 2013; GUZMAN, 2002), puede colaborar con el desarrollo rural en una época marcada por muchas alteraciones negativas.

En especial provocadas por la revolución verde, presentes en los ecosistemas tanto de los países ricos como de los pobres. Para la mejoría de la calidad de vida de esas poblaciones un modelo de producción agropecuaria sustentable tanto en tiempo como en el espacio llegó a ser necesario.

En la agroecología interactúan las relaciones de vecindad, la organización del sistema productivo, los modos de vida, la sucesión

familiar, en fin, es una ciencia compleja y sistémica. Así, más que discutir las políticas públicas para el sector rural brasilero, nuestro interés en esta investigación es aprehender en qué medida la agroecología puede contribuir para que la agricultura familiar en las comunidades rurales empobrecidas pueda con la mayor rapidez posible, alcanzar niveles de calidad de vida satisfactorios.

La agroecología, en las últimas décadas viene siendo incentivada en el sur de Brasil, por algunas políticas públicas de desarrollo rural. Muchas de esas con algunos componentes o metas para la recuperación de suelos, la seguridad alimentaria, el fomento productivo o hasta mejorías en las viviendas, entre otras.

En los últimos años ganó énfasis a nivel nacional con la implementación en la ley de PLANAPO (Programa Nacional de Agroecología y Producción Orgánica) por el gobierno Federal que busca, entre otras cosas, la promoción de la agroecología, como asistencia técnica específica y financiamiento con ingresos subsidiados para los agricultores familiares.

Además de eso, en el Río Grande del Sur, predominan agricultores familiares que se empobrecieron debido a la adopción de técnicas equivocadas a través de la implementación de la revolución verde.

Esos agricultores pobres que en algunos municipios representan el 20% del total de los agricultores familiares necesitan de políticas públicas completas, o sea, concebidas con su participación, que contemplen varias actividades y con el acompañamiento de técnicos con formación compatible con los conceptos agroecológicos.

Como se reitera, el desarrollo para muchos autores puede ser confundido con crecimiento económico, lo que puede no ser real, si ese crecimiento no se revela en calidad de vida para toda la población y las diferentes regiones. Pues muchos países crecen

económicamente, pero una parcela muy pequeña de la población concentra esa riqueza general en alguna región, en detrimento de millones de personas que permanecen pobres en varios rincones.

Pobreza en el Medio Rural

De acuerdo con Veiga (2000), la pobreza rural está vinculada con la manera en que fue abolida la esclavitud y por la importación de inmigrantes europeos para trabajar en los sembrados, especialmente en el café. La forma como esto fue realizado dificultó el acceso a la tierra a una parte significativa de los trabajadores en actividades agropecuarias.

Otra causa de la pobreza rural de los pueblos latinoamericanos es la inestabilidad de los marcos políticos (FIDA, 2000). Esto se revela a través de las guerras civiles, los golpes de Estado y las administraciones hechas por los Gobiernos Militares.

No obstante, a partir de la década de 1980 esa realidad comenzó a cambiar debido a que la mayoría de esos países pasó a elegir democráticamente sus gobiernos, los cuales organizaron formas más participativas y programas sociales que demandan la reducción de la exclusión social y de la pobreza (FIDA, 2000).

En América Latina la mayoría de los Gobiernos adoptó modelos macroeconómicos y de políticas de desarrollo que acentuaron los actuales índices de pobreza rural. Desde la mitad de los años 60’s, el modelo económico para el medio rural fue orientado a la modernización de la agricultura a través de la promoción de cultivos para la exportación con alta utilización de insumos externos y de créditos subsidiados por las multinacionales.

Según Mattei y Maluf (2011), la pobreza rural brasilera también está vinculada al proceso de industrialización y de

urbanización que ocurrió a partir de los años 50's. Con la instalación de las industrias de base se buscaba la sustitución de las exportaciones.

Todo esto provocó, por un lado, la expansión de la producción económica y por otro, el aumento de los índices de pobreza rural por la concentración de la tierra, el uso de tecnologías "modernas" (que generan pocos empleos rurales), las relaciones precarias de trabajo, la acelerada urbanización que provoca el éxodo rural, el endeudamiento, la contaminación ambiental, etc. (MATTEI, 2012).

Uno de los más graves factores que aumentaron la situación de pobreza en el medio rural fue la dificultad en el acceso a la tierra. El empobrecimiento del medio rural de América Latina posee una estrecha relación con la pérdida gradual de tierras productivas, que incluye prácticamente a toda la población rural pobre (FIDA, 2000).

En Brasil, la elevada concentración de la tierra y las políticas de apoyo al avance del agro-negocio influencian la manutención de la pobreza rural, pues, a pesar de la predominancia de unidades productivas familiares, la mayor parte de los recursos públicos son destinados a la agricultura patronal (VEIGA, 2000).

La crisis económica de los años 80's derivó en una reducción sistemática de las inversiones públicas en la infraestructura para el medio rural latinoamericano, lo que fue determinante para la ampliación de la pobreza (FIDA, 2000).

En el Brasil hasta la década del 2000 esas inversiones continuaban siendo deficientes, en especial en lo que tenía que ver con vivienda, producción sustentable, saneamiento básico, transporte, ocio, cultura y en algunos servicios de educación y salud (MATTEI; MALUF, 2011).

La pobreza rural posee relación directa con las cuestiones étnicas y de género (FIDA, 2000). Muchas tentativas de reducción de la pobreza fracasaron por no incluir en sus lineamientos el papel de la función cultural y socioeconómica, como es el caso de la mujer y de los jóvenes en las unidades de producción familiar en las comunidades rurales.

Como ya he reiterado, la concentración de la pobreza es proporcionalmente mayor en las áreas rurales de Brasil y en especial en el Río Grande del Sur. Además, siendo un Estado considerado "desarrollado" presenta varias regiones deprimidas económicamente.

Para minimizar y resolver esta situación es necesaria la unión de fuerzas entre los gobiernos y la sociedad civil, con la implementación de políticas públicas específicas que prioricen las regiones y las familias en vulnerabilidad socioeconómica (TRENTIN, 2006).

Según el IBGE en el 2012, el Río Grande del Sur es el veinticuatroavo Estado en la línea nacional de pobreza extrema, con un 2,87% de su población en esa condición. Ese porcentaje equivale a 306.651 personas pobres, de las cuales el 13,7% son analfabetas. En términos étnicos, la población gaucha es 66,5% blanca, 19,9% parda, 9,9% negra y 3% indígena.

A diferencia de que muchos autores argumentan, la pobreza no tiene una solo dirección, estos datos revelan que la localización de las familias pobres está en las más diversas regiones. De acuerdo con estos mismos datos, el 34,8% de ese conjunto de gauchos pobres habita en el medio rural, mientras que el 65,2% está en áreas urbanas. Además, hay más personas identificadas como extremadamente pobres en el medio rural que en las áreas urbanas. Ese modelo se respeta en casi todas las regiones del país.

Aun siendo un Estado con calidad de vida satisfactoria los datos del censo revelan un gran número de familias agricultoras por debajo de la línea de pobreza. Con los resultados del censo realizado en el 2010 por el IBGE se perciben claramente dos núcleos de municipios con índices bajos en RS, un conjunto de municipios pobres más al centro y otro al norte del estado, lugar donde se realizaron las investigaciones de campo.

Es difícil medir la pobreza, ya que como hemos visto es un fenómeno social complejo. Se puede considerar de forma unidimensional, cuando la medida es la línea de la pobreza, a partir de un solo indicador monetario: el ingreso per cápita. O con un enfoque multidimensional, que considere la posibilidad de otras dimensiones más allá de los ingresos a través de la línea de pobreza.

De este modo, si el objetivo de la investigación busca identificar el número de pobres, el enfoque de línea de la pobreza es la adecuada. Pero si el objetivo es identificar a los pobres y comprobar cuáles son sus mayores privaciones, el cálculo de una medida multidimensional es la más apropiada.

En el análisis de la pobreza rural de Brasil, tenemos que tener en cuenta varios aspectos específicos (MATTEI; MALUF, 2011). Por ejemplo, el costo de vida, que no es homogéneo en todo el país debido a la profunda diversidad social, económica, cultural y regional existente. Por lo tanto, familias con los mismos ingresos de dinero pueden comprar diferentes canastas de bienes, debido a que los precios de los bienes y los hábitos alimentarios difieren entre regiones (MATTEI, 2012).

Además, se debe considerar la producción para el autoconsumo existente en las zonas rurales, que también es muy diversa (MATTEI; MALUF 2011; SCHNEIDER, 2006). Esta producción no es valorada monetariamente, enmascarando la definición de ingreso per cápita, que no incluye los bienes

producidos y destinados a la familia para el autoconsumo o el intercambio con los vecinos.

Igualmente, estos autores exponen factores que interfieren con la extensión de la pobreza rural como lo es la relación vivienda-trabajo, que, en las zonas rurales, se caracteriza por que la familia no necesita de los gastos de transporte para viajar a los lugares de trabajo o con alquiler por que vive cerca del trabajo.

Por lo tanto, el ahorro generado por los hogares en las zonas rurales con el alquiler, el transporte y el autoconsumo es un factor importante cuando se habla de la pobreza sólo a partir de los ingresos, ella queda subestimada. Para calcular el número de pobres en una región determinada, la herramienta principal en la primera fase es la definición de una línea de pobreza, que puede ser absoluta o relativa.

La línea de pobreza, según el Banco Mundial es un patrón de división entre los pobres y los "no pobres" en términos de comparaciones internacionales de bienes y servicios de consumo en un lugar específico. Así, según este concepto, se define como pobres a aquellos que poseen menos de US$ 1.00 por día, o también en algunos ajustes con el límite máximo de US$ 1.25 o cerca de R$ 4,00 por día en agosto de 2015.

Por lo tanto, la proporción de la población que se encuentra por debajo del umbral de la pobreza se considera el número de pobres en una región; y la línea de la pobreza se convierte en un divisor poblacional donde: todos los que tienen un menor ingreso y están abajo de cierta línea se consideran pobres.

Esta clasificación de "línea de pobreza" no tiene en cuenta el grado exacto en el cual se determina cuántas personas pueden estar por debajo de la línea de pobreza, es decir, la distribución del ingreso entre los pobres. Lo cual hace que entre los mismos pobres haya una

gran parte de población que se encuentra en extrema vulnerabilidad socioeconómica.

Nuevos Modelos de Desarrollo

En las últimas décadas del siglo XX, los nuevos modelos de desarrollo sostenible hicieron parte de las agendas de discusiones de las universidades, los gobiernos y la sociedad civil. Entre ellas, se destaca en el medio rural la discusión de modelos de producción sostenible que mitiguen y eviten la degradación y la contaminación causada por la revolución verde.

Con la contribución de varios estudios ecológicos y también, un nuevo modelo agropecuario comienza a surgir y posicionarse la Agroecología como una "nueva ciencia". Este modelo trabaja sobre las interacciones en los agroecosistemas, diferente de cómo fue en la "revolución verde" que modifica, transforma, contamina y destruye.

A finales de 1970 y principios de 1980, algunos investigadores, entre ellos Gliessman (1980), Altieri (1980, 1994, etc.), Eric Holt Giménez (2013), Nicholls (1990; 2013), Sevilla Guzman (2002), entre otros, comenzaron a pensar lo que hoy conocemos por Agroecología, que se entiende como una:

> […] ciencia que reúne a los principios ecológicos básicos para estudiar, diseñar, gestionar y evaluar los agroecosistemas desde un punto de vista integral, incorporando dimensiones culturales, socioeconómicas, biofísicas y técnicas (ALTIERI, 1992).

Así, en este tiempo los cambios negativos, causados especialmente por la revolución verde, comenzaron a percibirse en los ecosistemas de los países ricos y pobres. Por lo cual, pensar un modelo de producción agropecuario sostenible en el tiempo y el espacio se convirtió en una necesidad.

Según Altieri (1999),

> el crédito de gran parte del desarrollo inicial de la agricultura ecológica en las ciencias formales le pertenece a Klages (1928), quien sugirió que debería tenerse, […] en cuenta los factores fisiológicos y agronómicos que influían en la distribución y adaptación de especies específicas de cultivos, para comprender la compleja relación existente entre una planta de cultivo y su medio ambiente.

Más tarde Klages (1942), mejoro su definición,

> […] e incluyó en ella factores históricos, tecnológicos y socioeconómicos que determinaban que cultivos podían producirse en una región dada y en qué cantidad". Lo anterior, fue referendado por Papadakis (1938) que "recalcó que el manejo de cultivos debería basarse en la respuesta del cultivo al medio ambiente (ALTIERI, 1995).

Miguel Altieri (1999) también señala que las obras Azzi (1956), Wilsie (1962), Tischler (1965), Chang (1968) y Loucks (1977) representan un cambio de enfoque gradual hacia un enfoque ecosistémico de la agricultura.

De tal manera que "varios ecólogos han comenzado a dirigir su atención a las dinámicas ecológicas de los sistemas agrícolas tradicionales como Gliessmann (1982a, 1982b), Altieri y Farrell (1984), Anderson *et al,* (1985), Marten (1986) y Richards (1984; 1986).

Otra publicación de referencia, en este período es del investigador Stephen R. Gliessman de la Universidad de California en EE.UU., que escribe en 1996, *El Concepto de los agroecosistemas*, quien desarrolla una serie de conceptos para comprender e interpretar de manera sistémica los agroecosistemas.

Por lo tanto, la agroecología va más allá de proponer técnicas de manejo y cultivo de agroecosistemas, es la forma de vida que puede producir alimentos sostenibles, garantizar la soberanía y la seguridad alimentaria y mitigar los efectos del cambio climático.

Otro grupo de experiencias en el desarrollo de alternativas al modelo de producción hegemonico, ha sido la noción del *bien vivir* del poscolonialismo en América Latina, concentrado en especial en los países andinos. Estas experiencias comprenden principalmente a comunidades multiétnicas de forma amplia, con sus características y diferentes formas de vida (MAMAN, 2010; QUIJANO, 2011).

El desarrollismo clásico entendido como un modelo económico y político basado en la idea de progreso, la visión lineal del tiempo y la concepción de la naturaleza como recurso y como mercancía, se originó en el llamado "primer mundo" y exige la transformación total de culturas y personas de otras regiones del mundo de acuerdo con las formulaciones y convicciones de las élites europeas y estadounidenses, aumentando así la dicotomía Norte-Sur (NOGUEIRA, 2012).

En el momento en el que se debilita el concepto de "desarrollo", académicos empiezan a idear y crear otros nombres que lo distingan, no obstante, continúan en el camino del desarrollo:

desarrollo económico, desarrollo social, desarrollo local, desarrollo rural, desarrollo sostenible, ecodesarrollo, desarrollo humano, desarrollo endógeno, el desarrollo con equidad de género, codesarrollo, desarrollo, etc. Por lo tanto, el término "desarrollo", no ha desaparecido, sino simplemente se ha redefinido con el tiempo (ACOSTA, 2012).

Así, dentro del proceso que usan los países del sur para parecerse a los del norte, los primeros aceptan realizar cualquier sacrificio, como la devastación ambiental y social a cambio de lograr el "crecimiento económico". Gran parte de los gobiernos del mundo niegan las raíces históricas y culturales para la soñada modernización, imitando a los países avanzados, es decir, modernos.

Esto tal como fue el proceso de promoción incontrolada por parte de instituciones y gobiernos nacionales, de las tecnologías de la Revolución Verde y de los transgénicos, buscando un modelo de producción "moderno". Así, en la mayoría de los casos fueron postergados o archivados nuestros sueños y nuestras propuestas que podrían ser de modernización propia promotora del desarrollo sostenible.

Lo que vemos en los países latinoamericanos es que si se acepta esta estructura dicotómica de dominación: desarrollado-subdesarrollado, primitivo - civilizado, avanzado-retrasado, pobres-ricos, centro-periferia, entre los del sur e los del norte. Y con esta visión binaria el mundo se organiza para lograr la propuesta "desde arriba" del "desarrollo" (ACOSTA, 2012).

Las oligarquías Latinoamericanas siempre trataron de perpetuar la dominación en sus países, incluso si eso significaba el empobrecimiento de su gente y una mayor dependencia de los países del norte. Dado que el proceso de dominación se inició en el siglo XVI, con la conquista, el saqueo de las riquezas transferidas nunca fue controlado por los países colonizados.

RESULTADOS

El Río Grande del Sur y en especial su porción norte está poblado por agricultores familiares que desarrollan varias actividades agropecuarias. En este territorio los agricultores a partir del año 1970, pasaron de una agricultura de policultivos para la subsistencia y la venta de excedentes, hacia un modelo de producción en monocultivo, dependiente y degradante, implantado por la "revolución verde". Ese proceso además de la degradación ambiental provocó, entre otras cosas el éxodo rural y principalmente el empobrecimiento de casi la totalidad de los agricultores familiares. En este sentido, a partir de los años 1980 la sociedad comienza a organizarse en este territorio y surge el MST (Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra) y otros grupos que empiezan a reivindicar la tierra, el crédito, la vivienda, las políticas públicas para la agricultura familiar y una agricultura sustentable, entre otras cosas. Esos grupos pasan a ser llamados "Movimientos Sociales del Campo" (FERNANDES, 2015).

Es este territorio los agricultores a partir de 1970, pasaron de una agricultura de policultivos para la subsistencia y venta de excedentes, hacia un modelo de producción de monocultivos dependiente y degradante, implantado por la "revolución verde". Ese proceso además de la degradación ambiental provocó, entre otras cosas, el éxodo rural y principalmente el empobrecimiento de casi la totalidad de los agricultores familiares. En este sentido, a partir de 1980, la sociedad comienza a organizarse y en este territorio surge el MST (Movimiento de los Trabajadores sin Tierra) y otros grupos pasaron a reivindicar la importancia de la tierra, el crédito, la vivienda, las políticas públicas para la agricultura familiar y la agricultura sustentable, entre otras cosas. Esos grupos pasaron de ser llamados los "movimientos sociales del campo" (FERNANDES, 2015).

A partir de 1990, con mucha presión, los gobiernos nacional y estatal comenzaron a organizar políticas públicas específicas para el medio rural. Esas políticas se basaban en la recuperación de suelos, en la creación de créditos con intereses bajos, en el reordenamiento agrario, en la agro industrialización, pero también, siguieron priorizando e incentivando la producción de *commodities* para la exportación, con agroquímicos. Datos del banco Central de Brasil (2010) informa que del 2009 al 2013, más del 80% de los recursos disponibles vía créditos para los agricultores familiares fueron para cultivos de exportación como la soya, el maíz, y la compra de máquinas y equipamientos.

Esos datos revelan que la mayoría de los agricultores familiares continúan buscando crédito para reproducir el paquete de la revolución verde, y continúan agotando los recursos naturales de su tierra, además de eso, sus deudas aumentan cada año.

Entre los procesos sociales que están teniendo lugar en el Río Grande del Sur, en estas últimas décadas, debe destacarse la fuerte actuación de las políticas públicas en especial PRONAF. En los años de 1980 y más intensivamente en la década de los 90, los movimientos comenzaron a discutir nuevas alternativas para la "producción sustentable" en el tiempo y en el espacio. Con la ampliación de las luchas por la tierra en el Brasil el MST se fortaleció y comenzaron a organizarse congresos, simposios y reuniones con el apoyo, principalmente, de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) de la iglesia Católica.

Con ese impulso dado por el Gobierno Gaucho, fueron creándose otras instituciones como la Articulación Nacional de Agroecología en 2004, y hubo congresos estatales y nacionales fomentando el "diálogo de saberes" entre agricultores, técnicos e investigadores (TRENTIN, 2015).

Segundo el IBGE, en el Censo Nacional Agropecuario de 2006 se identificó 4.367.902 establecimientos de agricultores familiares, lo que representa el 84,4 % de las unidades rurales de Brasil. Estos agricultores familiares ocuparon una superficie de 80,25 millones de hectáreas, lo que corresponde al 24,3 % de la superficie total. Estos datos revelan una estructura agraria concentrada en el país: los locales no familiares o empresariales representan el 15,6 % del total de establecimientos, pero ocupan el 75,7 % de la superficie. El tamaño medio de las explotaciones familiares de ese año fue 18,37 ha, y el empresarial de 309,18 ha.

En 2006, en Río Grande del Sur, había 441.447 establecimientos dedicados a la agricultura. De ellos, 378.546 fueron clasificados por la Ley Nº 11.326 (que establece los lineamientos para la formulación de la Política Nacional de la Agricultura Familiar, es decir PRONAF) como perteneciente a la agricultura familiar, con una superficie de más de seis millones de hectáreas. En estas unidades, en general, 120.427 tenían cultivos permanentes, 312.768 dedicadas a cultivos temporales, 236.807 habían pastizales en su área, 86.256 establecimientos destinaban una parte de sus tierras para la conservación de los bosques y 4.609 propiedades informaron que tiene una parte sus tierras degradadas, todo eso por inadecuado manejo de la tierra, la desertificación, la salinización, etc. (IBGE, 2015).

Como mencionado anteriormente, los datos de los censos agropecuarios de 2006 muestran que la agricultura familiar brasileña fue responsable por el 87% de la producción de yuca, el 70% de los fríjoles, 46% de maíz, 38% del café, 34% de arroz, 58% de los lácteos, 60% de carne de cerdo, 50% de las aves, 30% del ganado, 21% de trigo y 16% de soja, entre otros productos.

Estos datos demuestran la importancia de la agricultura familiar aún más en Río Grande del Sur, un estado con predominio de esta categoría social. En los últimos años se dio un mayor apoyo

a la producción de algunos productos orientados a la exportación, al contrario de lo que ocurrió con los alimentos.

Teniendo en cuenta la situación de los agricultores en 2006, había 317.963 granjas donde el agricultor era el propietario; ocupantes sin titulación definitivas tenían 6.557 áreas; en 21.477 establecimientos donde los agricultores eran arrendatarios; 8.408 en el que el agricultor tenía condición de socio; 17.885 como ocupantes; y 6.256 como apenas residentes rurales sin la agricultura. (IBGE, 2015)

Según Beroldt (2010) es a partir de la década de los 90, con el surgimiento del debate sobre el desarrollo sustentable, que comenzaron a discutirse y a incorporarse en el discurso y en la formulación de las políticas públicas, las nociones de sustentabilidad para el área rural. Se cita, por ejemplo, la creación del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar, organizado después de muchas luchas y presiones por parte de los movimientos sociales rurales que vienen incorporando objetivos y líneas más próximas a un desarrollo más "sustentable".

El PRONAF durante todos esos años y en especial en los últimos doce años, alteró en teoría, sustancialmente sus líneas de actuación agregando nuevas líneas además de las tradicionales "inversiones y costos" como la Línea de Crédito e Inversión para la Agroecología (Pronaf Agroecología), y la Línea de Crédito para la Inversión en Energías renovables y la Sustentabilidad Ambiental (Pronaf Eco) y la Línea de Crédito de Inversión en Silvicultura y Sistemas Agroforestales (Pronaf Floresta). Recientemente agregó el Pronaf Mujer, Pronaf Jóvenes, Más Alimento, entre otras (BEROLDT, 2010).

En el medio rural, muchas políticas demandadas por los movimientos sociales son gestadas por los burócratas, que muchas veces comprenden de manera equivocada lo que es el desarrollo.

Dentro de las dificultades que existen está la forma como estas políticas se direccionan hacia públicos que no siempre están conscientes de la importancia de la preservación y la recuperación de los ambientes, resultando catastróficas porque pueden llegar a degradar aún más el medio ambiente. Un ejemplo de esto en Brasil está en que casi la totalidad de los recursos del PRONAF, reproducen el modelo de la Revolución Verde. Aún más, favorecen el gran capital financiero y las industrias de máquinas agrícolas que desarrollan equipamientos, que son contaminantes, que segregan mano de obra y que son extremadamente caros. Éstos han mantenido a muchos agricultores empobrecidos o con altos índices de endeudamiento.

En general, se observó que las acciones del PRONAF en las regiones de agricultores familiares están orientadas principalmente a la promoción de los cultivos de maíz y soja, que reciben los mayores volúmenes de financiamiento y que necesitan cada año la adquisición de nueva maquinaria y equipo para la producción tecnificada. Y con eso casi nada de los créditos es utilizado para la elaboración o fabricación de productos de origen animal o vegetal en las regiones productoras, promoviendo solamente el modelo de la Revolución Verde.

Otra cultura expresiva muy presente en regiones con predominio de la agricultura familiar es el maíz. Se trata de un cultivo que su producción se utiliza en parte para la alimentación animal, pero ha ganado importancia en los últimos años como ganancias excedentes en las propiedades y como técnica para la rotación de cultivos.

El cultivo de maíz es otro punto a destacar en los créditos del PRONAF, y que tiene avanzando mucho en las áreas de la agricultura familiar, especialmente en el norte de Río Grande do Sul. El maíz se cultivaba originalmente para la alimentación de las

familias y los animales; ahora se producen para el comercio o para la exportación.

Según la FAO-FIDA (2014), el continente americano representa alrededor del 52% de todo el maíz producido en el mundo - uno de los principales productos agropecuarios comercializados en los mercados internacionales en la última década. Entre los países, Brasil es el tercer mayor productor de maíz, con la producción de aproximadamente 6,5% del total mundial. Es superado por los Estados Unidos produce alrededor del 37%, con énfasis en la producción de etanol y China, que produce el 21% de la producción total mundial.

El Río Grande do Sul es actualmente el cuarto mayor productor de maíz en grano de Brasil, después de los estados de Paraná, Mato Grosso y Minas Gerais. Según la Encuesta Agrícola Municipal del IBGE, el RS en 2011 alcanzó una producción de 5.772.422 toneladas. Teniendo en cuenta la última década, el estado presentó un modesto aumento en la cantidad producida, de una producción de 4.657.193 toneladas en el período 2000-2002 a una producción de 5.197.732 para el período 2009-2011. Cabe señalar, sin embargo, que la superficie sembrada con este cultivo mostró fluctuaciones a lo largo del período de 2000 a 2011. En la última década, en general, la tendencia era la diminución de la superficie plantada, aunque no fuerte, contrastando con el aumento de la cantidad producida. Hubo un aumento de la productividad, especialmente cuando se utilizan grandes cantidades de fertilizantes, herbicidas y semillas genéticamente modificadas, entre otras técnicas (TRENTIN, 2021).

Grandes áreas productivas en el mundo están destinadas a la producción de etanol, especialmente en los Estados Unidos, donde las multinacionales también controlan los precios de los principales productos agrícolas. Ya en el RS la reducción de la superficie sembrada con maíz es más significativa en las grandes propiedades,

lo cual está directamente relacionado con los bajos precios internacionales del petróleo. A pesar de que el maíz en algunas partes del Estado, se puede cosechar dos veces en el mismo año, no es atractivo. Asimismo, es un producto que se utiliza cada año menos en la alimentación animal en las unidades familiares. Y, sin embargo, su cultivo está muy relacionado con la cadena de producción de la agroindustria de la leche, las aves y carne de cerdo, y que por miedo a la inflación y para aumentar las exportaciones los precios internos deben permanecer bajos.

Por lo tanto, los recursos del PRONAF, que deberían promover la agricultura familiar están financiando la exportación de commodities en las áreas que podrían estar produciendo alimentos. Y con eso promueve la aceleración del proceso de contaminación, degradación de los ecosistemas y la exclusión de las familias que cada día están más pobres y más endeudados.

En la década de 1990, en Brasil los movimientos sociales rurales organizados comenzaron a exigir políticas públicas específicas que promuevan la recuperación ambiental y la calidad de vida. La lucha por la reforma agraria se acentúa, y a partir de mucha presión se crea el PRONAF como una política pública para el fomento de la agricultura familiar.

Este programa poco a poco se fue dividido en varias líneas de acción e financiación, como el Pronaf costeo, la inversión, el crédito de la tierra, la silvicultura, el eco, mujer, jóvenes, etc. En los últimos años se organizó Pronaf Más Alimentos, destinado a la financiación de maquinaria y equipo agrícola para la modernización de la flota de la agricultura familiar y promover los cultivos de exportación.

Esta línea de Pronaf hizo con que la gran mayoría de los recursos agrícolas puestos a disposición por el sistema bancario nacional, con los subsidios a los intereses se dirigen a la producción

de commodities. Los grandes monocultivos fueran se estableciendo en las áreas de la agricultura familiar. Estos monocultivos todos basados en el uso intensivo de maquinaria, insumos externos, pesticidas y semillas genéticamente modificadas y por lo tanto degradan más las áreas con agricultura más tradicional. Estas políticas públicas equivocadas como en este caso algunas acciones del PRONAF promoverán lo agronegócio generaran más dependencia, contaminación y pobreza rural.

En contrapunto a esto los movimientos sociales rurales están discutiendo y apretando los gobiernos para nuevas políticas sean hechas y las correcciones necesarias a los programas existentes se llevan a cabo brevemente.

Los movimientos sociales rurales elegirán la agroecología como un modelo de producción sostenible y la presión social hizo que el gobierno nacional crease, con la participación popular la PLONAPO (Plan Nacional de Agroecología y Agricultura Orgánica), para que esta política de forma institucionalizada promueva la agroecología para garantizar la seguridad y la soberanía alimentaria.

En los países de América Latina también los movimientos sociales están presionando por políticas y programas que promuevan el desarrollo sostenible y el respeto de la composición étnica y los ambientes como el buen vivir en los países andinos.

Lo que es notable es que sólo con la organización de los movimientos sociales rurales, la contribución de los investigadores y una gran presión popular es que los diferentes gobiernos pueden proveer e implementar programas y políticas para recuperar y preservar el medio ambiente como la agroecología y el buen vivir.

EL COREDE RÍO DE LA VÁRZEA

Como se señaló anteriormente los agricultores pobres se concentran en algunas regiones de Río Grande do Sul que llamamos COREDES (Consejos de Desarrollo Regional). Entre estos, el COREDE Río de La Várzea que pertenece a la región Valle del Río Uruguay en el Norte del estado, siendo una de las más pobres.

En el territorio del COREDE Río de la Várzea, se encuentran 10 municipios con IDH (Índice de Desarrollo Humano de la ONU) muy bajo, cuenta con una población total de 130,752 habitantes (2012), una superficie de 4922.9 kilómetros cuadrados, una densidad poblacional de 26,5 habitantes/km², una tasa de analfabetismo de personas de 15 años o más de 8,40%, un coeficiente de mortalidad infantil de 9,12 por cada mil nacidos vivos y un Producto Interno Bruto per cápita (2010) de R$ 17.864 o alrededor de US$ 5,000.

Este COREDE fue una de las últimas fronteras agrícolas del RS, que recibió a partir de la década de 1930 un gran número de hijos de agricultores familiares que emigraron de la región de las Sierras Centrales en busca de tierras agrícolas para producir. A través de los años se ha producido un fuerte fraccionamiento de estas áreas y la proliferaron los minifundios.

En el Valle del Río Uruguay predominan agricultores familiares que se empobrecieron en las últimas décadas debido a la adopción de modelos de producción altamente dependientes de insumos externos. En la mayoría de los municipios predomina la población como agricultores familiares (más del 50%) y de éstos un 30% están en la pobreza. Por lo tanto, las políticas públicas que promuevan el desarrollo rural deben desempeñar un papel importante en esta región. Además, estos agricultores tienen poca tierra o trabajan esporádicamente para otros agricultores, necesitando de la agroecología para la seguridad alimentaria y

mejorar su calidad de vida. La evaluación de las políticas públicas de participación social puede proporcionar algunos resultados para percibir si las estadísticas de estos municipios pobres están mejorando y generando ciudadanía.

Además de este proceso de rápida urbanización y el descenso de la natalidad, el censo de 2010 indica un predominio femenino en la composición por sexo, tanto de la población brasileña como gaucha. Y eso es más evidente en las zonas rurales, por que las mujeres y sobre todo las más jóvenes emigran más que los hombres, causando envejecimiento y masculinización de la población rural (SCHNEIDER, 2000)

O estado del Rio Grande del Sur presenta un marco de desarrollo socioeconómico relativamente bueno, pero aún cuenta con enclaves de pobreza en las distintas regiones. Esta pobreza se concentra en las grandes ciudades, especialmente en el área metropolitana y no en las áreas rurales, donde se concentra en unos pocos COREDEs gauchos.

En Brasil, se estimaba que, en 2009, había casi 40 millones (21,42% de la población) de brasileños en la pobreza extrema. Y en la división por regiones, el Nordeste tenía el mayor número de pobres, que ascendía en este período, a más de 20 millones (39,61 % de la población regional), por otro lado, el Sur considerado desarrollado, habían menos pobres, con poco más de 3,1 millones de personas (11,57%) (IBGE, 2015).

Como comentado anteriormente, a partir de 1960, el RS ha experimentado profundos cambios en los modelos de producción agrícola. Con el paquete tecnológico conocido como la *Revolución Verde*, altamente dependiente de insumos externos, el rural *gaucho* fue cambiando. Las transformaciones fueron en todos los sentidos, pero se destaca principalmente el éxodo rural, causado principalmente por la mecanización de la producción, la

mercantilización de las familias rurales, el abandono de la producción para la alimentación de la familia, la dependencia de insumos y precios multinacionales, y la contaminación por pesticidas y productos derivados del petróleo en las comunidades rurales (TRENTIN, 2020).

Todo esto significo que algunas regiones del Estado, con mejores suelos y una mayor integración en la cadena de producción, lograron un mayor crecimiento económico, al contrario de otras ocupadas por agricultores con pequeñas parcelas de tierra con pendiente y suelos menos fértiles de difícil tecnificación de la producción, que se fueron empobreciendo a cada año.

CONCLUSIONES

A partir de 1960, el Rio Grande do Sul ha experimentado profundos cambios en los modelos de producción agrícola. Con el paquete tecnológico conocido como la Revolución Verde, altamente dependiente de insumos externos, el rural *gaucho* fue cambiando.

Las transformaciones fueron en todos los sentidos, pero se destaca principalmente el éxodo rural, causado principalmente por la mecanización de la producción, la mercantilización de las familias rurales, el abandono de la producción para la alimentación de la familia, la dependencia de insumos y precios multinacionales, y la contaminación por pesticidas y productos derivados del petróleo en las comunidades rurales.

Esta investigación realizada observó que, en algunas regiones del Estado, con mejores suelos y una mayor integración en la cadena de producción, lograron un mayor crecimiento económico, al contrario de otras ocupadas por agricultores con pequeñas parcelas

de tierra con pendiente y suelos menos fértiles de difícil tecnificación de la producción, que se fueron empobreciendo a cada año.

El Río Grande del Sur (y en especial su parte norte) está poblado por agricultores que desarrollan la actividad agropecuaria y en los últimos años con una fuerte presencia de las actividades de financiación del PRONAF, muchos desos para cultivos de exportación.

En este territorio, los agricultores en la década de 1970, pasaron de una agricultura tradicional con policultivos de subsistencia y venta de excedentes, para los monocultivos del modelo producción dependiente y degradante aplicada por la "revolución verde" y por lo tanto cada día más pobres. En esta región del Estado *gaucho* están los municipios con más de la mitad de la población que vive en las zonas rurales y en muchos casos más del 20% de estas personas con ingresos muy bajos per cápita.

Otra conclusión fue que as acciones del PRONAF en el norte *gaucho* apuntan en general a la: recuperación de suelos; al crédito para el financiamiento con tasas de interés relativamente bajas; la reorganización agraria que infla el mercado de tierras; a la agro-industrialización que enfrenta problemas en la legalización y la falta de mano de obra; para la adquisición de maquinaria y equipos muy caros.

Y también siguen enfáticamente priorizando y fomentando la producción de materias primas para la exportación con agroquímicos externos. De este modo, los agricultores siguen buscando crédito para reproducir el paquete de la Revolución Verde, y la mayoría de los agricultores todavía agotan los recursos naturales de su tierra y, por otra parte, sus deudas aumentando a cada año.

La asistencia técnica desarrollada por las empresas privadas y el crédito del Pronaf "facilitado" por los bancos se dirigen a la producción de productos para la exportación y dependiente de

insumos caros de las multinacionales. Los agricultores están a merced de estos técnicos y sin el apoyo y los incentivos a través de una política pública específica para fomentar la seguridad alimentaria con una asistencia técnica buena, no los deja desarrollar actividades sostenibles en el tiempo y el espacio.

En los municipios analizados con predominio de agricultura familiar, persisten los problemas de masculinización (mujeres jóvenes emigran más a los centros urbanos), y el envejecimiento, es decir, los jóvenes en general emigran más, ya sea para estudiar o trabajar. Cuando van a estudiar a las escuelas, casi en su totalidad se reproduce una visión equivocada de que la ciudad es moderna y lo urbano es mejor para vivir.

Además, todavía hay problemas de estructura agraria, donde muchas familias, especialmente los más pobres de las zonas rurales, no tienen su propia tierra y cuando la tienen, la superficie es demasiada pequeña. Las políticas públicas de adquisición de tierras como el banco de la tierra, por parte de la familia resultaron equivocadas, porque generaron grandes deudas para las familias e infraccionarán el mercado de tierras en las comunidades rurales.

Así, este modelo de producción con el apoyo de PRONAF provoco fuertes desequilibrios regionales, ya que se concentrarán los ingresos en algunas familias/empresas y regiones y degradan la mayoría de las otras regiones agrícolas con otras habilidades agropecuarias que son utilizadas para la producción de commodities.

En Brasil y en Rio Grande del Sur se perciben islas de prosperidad del agronegocio, pero dentro de estas islas se encuentran sitios degradados que son unidades muy empobrecidas. Por lo tanto, incluso en una región donde las tasas de ingresos promedio parecen altas, los “gauchos” y brasileños en promedio son muy pobres, ya que estos ingresos se concentran en pocas empresas y/o familias.

Estos datos nos he permitido realizar varias observaciones con respecto a la financiación del PRONAF. Del total, se destinó en la región el 1,12% para el cultivo de fríjol, uno de los principales productos de nuestra dieta alimentaria, y casi el 35% para el maíz y del 40% para la soya, ambos productos destinados, en particular este último, a la exportación. Así, se hace evidente que los agricultores familiares priorizan cada año los cultivos de exportación en perjuicio de los alimentos, y con el apoyo de políticas públicas.

Otros datos del Banco Central (2010) muestran que la financiación de la producción agrícola por PRONAF en RS, en 2009 fuera para la compra de: animales de servicio 0.27%, para formación de cultivos perennes 2,55%, maquinaria y equipos de 79.05%, entre otros.

En otras palabras, estamos mecanizando más, esto por supuesto con las fuertes inversiones del Programa Más Alimentos, lo que favorece que, entre otras cosas, la ampliación de los beneficios de los propietarios de las industrias de máquinas y equipos y el endeudamiento de los agricultores familiares.

En general, se observó que las acciones del PRONAF en las regiones de agricultores familiares están orientadas principalmente a la promoción de los cultivos de maíz y soja, que reciben los mayores volúmenes de financiamiento y que necesitan cada año la adquisición de nueva maquinaria y equipo para la producción tecnificada.

Y con eso casi nada de los créditos es utilizado para la elaboración o fabricación de productos de origen animal o vegetal en las regiones productoras, promoviendo solamente el modelo de la *Revolución Verde*.

Otros datos de campo demuestran que la financiación agrícola del PRONAF promueve los cultivos de maíz, pues absorbe alrededor del 35% de estos recursos en RS. Esto significa que en las

áreas de la agricultura familiar se ha mantenido o aumentado su cultivo y que la reducción de manera general en la superficie sembrada en el Estado ocurre en propiedades de cultivos empresariales.

Por lo tanto, los recursos del PRONAF, que deberían promover la agricultura familiar están financiando la exportación de commodities en las áreas que podrían estar produciendo alimentos. Y con eso promueve la aceleración del proceso de contaminación, degradación de los ecosistemas y la exclusión de las familias que cada día están más pobres y más endeudados.

Las reflexiones sobre el mundo rural hoy requieren el reconocimiento del rural, tanto en sus relaciones con el urbano cuanto con sus relaciones internas y específicas. La posibilidad de estudiar nuevas ruralidades supone, por lo tanto, la comprensión de los contornos, de las características específicas y las representaciones de este espacio comprendido.

Al mismo tiempo como espacio físico (referencia a la ocupación del territorio y sus símbolos), el lugar donde se vive (particularidad de modo de vida y la referencia de identidad) y lugar donde se mira y se vive el mundo (la ciudadanía del hombre rural y su lugar en las esferas más amplias de la sociedad) (WANDERLEY, 2000).

Además de los nuevos estudios sobre las zonas rurales, también se dio cuenta de la necesidad de nuevos paradigmas de producción sostenibles. El planeta está en el límite de uso de los recursos naturales y grandes cambios climáticos, por ejemplo, comienzan a ser percibido en muchos lugares. Otro tema que merece ser destacado es que, mismo con el aumento de la productividad agrícola el hambre persiste en varios lugares y en especial en las zonas rurales.

Con la contribución de varios estudios ecológicos un "nuevo" modelo agrícola comienza a ser llamado de Agroecología. Modelo esta que respeta las interacciones en los ecosistemas agrícolas, diferentes de la "revolución verde" que modifica, transforma, contamina y destruye.

Asi una nueva Agricultura és necesaria. Pero, para respetar estos principios, "esta agricultura debe cumplir con los requisitos sociales, considerar los aspectos culturales, preservar los recursos ambientales, apoyar la participación política y el empoderamiento de los actores, y permitir la obtención de resultados económicos favorables para el conjunto de la sociedad, con una perspectiva temporal de largo plazo, es decir, una agricultura sostenible".

La agricultura sostenible, bajo el punto de vista agroecológico, es aquella que, con base en una comprensión holística de los agroecosistemas, pueda cumplir, de manera integrada, los siguientes criterios:

a) baja dependencia de insumos comerciales;

b) el uso de los recursos renovables disponibles localmente;

c) el uso de los impactos buenos o beneficiosos del medio ambiente local;

d) la aceptación y/o tolerancia de las condiciones locales antes de que la dependencia de la intensa alteración o intento de control sobre el medio ambiente;

e) mantener a largo plazo la capacidad productiva;

f) la conservación de la diversidad biológica y cultural;

g) el uso del conocimiento y la cultura de la población local;

h) la producción de bienes para el consumo interno y para la exportación (GLIESSMAN *et al*., 1990).

Así, el Pronaf en la mayoría dos casos e en estos últimos anos ten financiado con recursos públicos el agronegocio en el sur de Brasil y renovado los objetivos de la revolución verde de producir más sien respecto a las personas y ni a los ecosistemas.

REFERENCIAS

BACEN - Banco Central do Brasil. **Anuário estatístico do crédito rural 1999-2010**. Brasília: BACEN, 2010. Disponible en: <www.bcb.gov.br>. Consulta en: 30/06/2022.

BEROLDT, L. **Políticas públicas para a agricultura e dinâmica institucional**: as transformações capitalistas na agricultura do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. "Perfil Socioeconômico". **Portal Eletrônico FEE** [2015]. Disponible en: <www.fee.gov.br>. Consulta en: 30/06/2022.

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. **Relatórios sobre pobreza e desenvolvimento**. Brasília: ONU, 2014.

FERNANDES, B. M. "Movimento social como categoria geográfica". **Terra Livre**, vol. 15, 2015.

GEHLEN, I. “Políticas públicas e desenvolvimento social rural”. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n. 2, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Censo Agropecuário”. **IBGE** [2015]. Disponible en: <www.ibge.gov.br>. Consulta en: 30/06/2022.

JAMESON, F. **As sementes do tempo**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

NICHOLLS, C. “Agroecología y resiliencia al cambio climático: principios y consideraciones metodológicas”. **Agroecología**, vol. 8, n. 1, 2013.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Lei da Agricultura Familiar**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponible en: <www.mda.gov.br>. Consulta en: 27/09/2022.

ROMANO, J. O. **Política nas políticas**: um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2009.

SARANDÓN, S. J. “El desarrollo y uso de indicadores para evaluar la sustentabilidad de los agroecosistemas”. En: SARANDÓN, S. J. (ed.). **Agroecología**: El camino hacia una agricultura sustentable. La Plata: Ediciones Científicas Americanas, 2002.

SCHNEIDER, S. “Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul”. **Teoria e Evidência Econômica**, vol. 8, n. 15, 2000.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. “Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. *In*: SCHNEIDER, S.;

SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.; WAQUIL, P. "Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar". **Ensaios FEE**, vol. 31, n.1, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

TRENTIN, I. C. L.; WESZ JUNIOR, V. J.; FILIPPI, E. E. "The effects of the family agro-industries for the development of the rural localities in the south of Brazil". **Cuadernos de Desarrollo Rural**, vol. 6, n. 63, 2009.

TRENTIN, I. C. L.; NICHOLLS, C.; FONTE, M. "Agroecologia e as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul-Brasil". **Anais do V Congreso Latinoamericano de Agroecología**. La Plata: SOCLA, 2015.

TRENTIN, I. C. L. "Desenvolvimento Regional e Agroecologia no Rio Grande do Sul/Brasil". **Investigaciones Geográficas**, n. 49, 2015.

TRENTIN, I. C. L. "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Promoção da Agricultura Familiar ou do Agronegócio no Brasil? ". **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, vol. 14, 2019.

TRENTIN, I. C. L. "Cambiamenti climatici e agroecologia nello sviluppo del Rio Grande do Sul-Brasile". **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, vol. 12, 2021.

VEIGA, J. E. “O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento”. **Revista Estudos Avançados**, vol. 15 n. 43, 2001.

CAPÍTULO 9

Reflexões Sobre o Agronegócio e a Exposição à Pandemia da Covid-19 nas Terras Indígenas Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul

REFLEXÕES SOBRE O AGRONEGÓCIO E A EXPOSIÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19 NAS TERRAS INDÍGENAS GUARANI KAIOWÁ EM MATO GROSSO DO SUL

Cecilia Rios

Antonio Hilário Aguilera Urquiza

José Henrique Prado

> Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra (KOPENAWA, 2011, p. 21).

Ao ser compreendido como um sério problema de saúde pública da atuali- dade, a pandemia do novo vírus, a covid-19 chegou a partir de um contexto crítico para a saúde indígena no Brasil, tornando o etnocídio uma realidade cada vez mais presente na medida em que ele se generaliza.

Acerca desse conceito destacamos o estudo do antropólogo e etnógrafo Pierre Clastres (2004) que discorre de forma lúcida sobre a distinção dos seguintes termos; enquanto o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio, se trata da destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa des- truição. Em suma, o etnocídio os mata em seu espírito.

Os povos tradicionais, desde a colonização, sofrem com a vulnerabilidade e a exposição às doenças infecciosas. Na atualidade, não é diferente, e à medida que se torna evidente, Sônia Guajajara (QUADRO; ANJOS, 2020), coordenadora executiva da Articulação

dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) afirma: “Temos um histórico muito perverso de doenças contagiosas, que dizimaram etnias inteiras no passado. Todos estão assustados”.

O que torna essa doença tão assustadora é o fato dela atingir de forma mais letal os mais velhos, colocando em risco parte importante dos valores culturais das 305 etnias do país. Os anciãos são os guardiões e condutores da his- tória desses povos. Em uma entrevista ao Correio Braziliense (CARDIM; LEITE; CALCAGNO, 2020), Angela Kaxuyana declara:

> Estamos ficando órfãos. Está indo com eles a sabedoria, nossa história, memória e resistência. Também perdemos lideranças que tiveram papel impor- tante na luta da resistência do movimento indígena. Uma parte do movimento também se vai com a perda dos anciãos. É uma perda irreparável para um povo.

Das aldeias às favelas, os traços da desigualdade se acrescentam ao desafio sobre a prevenção e controle da covid-19 e demandam a implementação de várias estratégias e políticas públicas intersetoriais adaptadas a diferentes contextos. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas em situação de rua, refugiados, ciganos, moradores da periferia, trabalhadores informais, aqueles que vivem com HIV/Aids, e outros grupos têm algo em comum: a marginalização na sociedade.

São obrigados a lidar com as desigualdades no acesso aos direitos constitucio- nais básicos, tornando-os ainda mais vulneráveis diante da pandemia. Sabemos que não é possível generalizar um único olhar para todas essas populações, mas também sabemos que esses grupos que foram citados carregam consigo o

peso de um processo colonialista que sempre os colou à margem de direitos sociais que deveriam ser universalizados.

Precariamente assistidas pelo governo e pressionadas pelo aumento das invasões em seus territórios ou, no caso dos Kaiowa, os seus *tekoha*, as comu- nidades indígenas enfrentam, quase que de forma solitária, essa guerra contra o vírus e sua disseminação nas aldeias, contando basicamente com o trabalho de suas lideranças comunitárias, das entidades indigenistas e os poucos profissionais de saúde.

Mais do que nunca, reforçam a luta histórica dos povos indígenas para permanecer nos territórios uma medida de sobrevivência. É preciso ponderar o fato que o enfrentamento da manutenção dos territórios indígenas não é o único nem exclusivo problema dessas populações.

Há também àquelas pelo fato desses territórios abrigarem nascentes de rios, espécies em extinção, biomas inteiros e ecossistemas essenciais para o equilíbrio meteorológico de todo o continente. Assim, esse contexto, deve se tornar uma preocupação para a população em geral.

Ao tornar-se mercadoria da produção agrícola em grande escala pelo ló- gica do agronegócio, como mão-de-obra barata, essa exploração agressiva do agronegócio fez com que os Guarani Kaiowa assistissem, em hipótese alguma de forma passiva, à transformação de seus territórios tradicionais, com a instalação de frigoríficos, fazendas com grandes pastagens e plantações de monoculturas e de cidades.

Em consequência de tais processos econômicos e inversões de valores, muitos vivem hoje em áreas degradadas, em acampamentos às margens de rodovias, ou áreas retomadas, sem as mínimas condições ambientais, sem saneamento básico,

infraestrutura e terra para subsistência e em pequenos espaços denominados de reservas.

O território de ocupação tradicional dos Guarani Kaiowa no Brasil é hoje representado por todo o cone sul do estado de Mato Grosso do Sul, sendo o estado com a segunda maior população indígena do país, concentrando a maior parte dos Guarani, na mesma medida em que se tem a quarta maior concentração de bovinos.

Nessa região ocorre conflitos agrários, aumento desenfreado dos casos de Covid-19 e a constante pressão do agronegócio, situação que nos faz lembrar a frase do atual Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que sugeriu em uma reunião ministerial realizada em 22 de abril de 2020 em que o excelentíssimo ministro afirma que seria um bom momento para aproveitar enquanto a imprensa só se preocupava com a Covid-19 e "passar a boiada", mudando as regras que protegem meio ambiente e as terras indígenas.

Essa política que vem se mostrando insistentemente genocida em relação aos povos indígenas, a flexibilização de regras ambientais, não demarcação das terras indígenas, se soma à pandemia que agrava a situação dos Kaiowa e dos Guarani em Mato Grosso do Sul.

Foi o agronegócio o principal responsável pela entrada do vírus em diversas aldeias do Mato Grosso do Sul. Na Reserva Indígena de Dourados – onde a pri- meira morte foi registrada dia 18 de junho –, a doença entrou por meio de uma funcionária indígena de um frigorífico da JBS.

Já em Caarapó, os dois primeiros infectados na aldeia Teý'ikue eram trabalhadores da cana-de-açúcar, conforme apurou as jornalistas e antropólogas do Repórter Brasil Foscaches e Klein (2020). Segundo Rodrigues, Colman e Aguilera Urquiza (2019, p. 44):

> Os Kaiowá possuíam uma vasta extensão territorial e em decorrência da construção dos Estados nacionais sul americanos, não houve o devido respeito aos direitos dos povos indígenas de se manter em seus territórios, dificultando suas práticas culturais. Além da perda de seus territórios nos últimos cinquenta anos devido à captação de recursos naturais por grandes empresas tanto do Brasil como do Paraguai, vários projetos de infraestru- tura foram idealizados sem levar em conta as especificidades do tema em questão, infelizmente incentivados e financiados pelos Estados nacionais.

Isto posto, as empresas do agronegócio, como os frigoríficos, se tornaram determinantes transmissores da doença no Mato Grosso do Sul, dado que as comunidades Guarani Kaiowá em consequência desses processos de perdas territoriais, possuem muitas aldeias próximas a centros urbanos ou a plantações e a frigoríficos. A respeito dessa afirmação, Del Popolo e Ribota (2011, p. 121) destacam:

> Durante las últimas dos décadas del siglo XX, a partir de la consolidación de las economías de mercado y las profundas transformaciones estructurales de los estados, las tierras indígenas son afectadas por el creciente avance de proyectos de desarrollo, como represas, autopistas, puentes, extracción minera, explotación maderera a gran escala, exploración y extracción de petróleo, entre otros, que han producido invasiones y despojos.

As fazendas também estão dentro das terras indígenas, seja pelas estradas que as cortam levando sua produção e provocando toda espécie de incômodos e riscos, ou pela influência do sistema de

plantio monocultural, como o do milho, da soja ou cana-de-açúcar. Em suma, a perda dos territórios tradicionais vem provocando uma série de consequências desastrosas sobre a organização social dos Guarani Kaiowá, em que se destacam os impactos sobre a segurança, saúde, alimentação, economia e rituais culturais e religiosos, como bem atentou Pereira (2010, p. 118):

> Tal situação comprometeu e segue comprometendo a reprodução física e cultural da população Kaiowá e Guarani, criando sérios impasses para a convivência da população aglomerada nas reservas, o que se expressa no agravamento de problemas sociais como a violência, conflitos internos, desnutrição infantil e mesmo em frequentes surtos epidêmicos de suicídios.

A intenção, portanto, desse texto ensaístico, é de realizar uma análise de caráter crítico e reflexivo sobre os impactos que da pandemia de covid. Nesse artigo, serão abordados, conforme a literatura, conceitos de territorialidade para situar o leitor sobre quais são os problemas enfrentados pelo povo Guarani Kaiowá ao longo dos últimos séculos em virtude da perda de seus territórios.

Direcionado para a colocação de duas visões bastante distintas: a percepção que os Guarani Kaiowá têm sobre a terra – sua relação e formas de representação de mundo, com base nas suas formas simbólicas e culturais, e a relação que nós, não guarani, temos com a terra.

A partir da apresentação das duas visões de mundo ambíguas e conflitantes, buscaremos elucidar algumas questões de caráter histórico, dis- pondo críticas a estudos de alguns autores que se debruçaram sobre a temática, além de tentar desvendar as possibilidades de compreensão sobre as origens e fundamentos desses conflitos, contribuindo para compreensão do contexto cul-

tural que os povos indígenas estão inseridos e mesmo que ainda em longo prazo, essas pessoas alcancem uma condição de vida menos precária no que se refere à moradia, segurança, alimentação, educação, saúde, comunicação, entre outras...

O TERRITÓRIO: CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO

A questão essencial a ser compreendida neste trabalho está relacionada à territorialidade, a qual está ligada à apropriação simbólica do território. Assim como a identidade, manifesta- se em seu caráter simbólico-cultural de perten- cimento dos sujeitos sociais ao território, também, como um modo de vida, nas diversas formas como os povos se relacionam com a natureza e dela tiram seu sustento.

A trajetória de vida dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul tem sido marcada por um longo processo de luta pelo direito ao território e à preservação da tradição de sua cultura. Para compreender a relação entre território e modo de viver tradicional, é preciso ressignificar esses conceitos no aprofundamento da cultura Guarani Kaiowá, buscando oferecer elementos que tornem fácil a tarefa de compreensão sobre o impacto que o processo colonial trouxe para os reser- vamentos sobre a "cultura tradicional".

Conforme cita Melià (1990, p. 34) a vida guarani nunca se liberta, nem se abstrai da questão da terra. Assim, surge a noção de *tekoha*, uma categoria nativa da língua guarani que se aplica na denominação dos lugares que ocupam, caracterizando, deste modo, um lugar entendido não simplesmente como espaço físico, mas como uma das principais expressões de luta e resistência dos Guarani Kaiowá que vivem no estado de Mato Grosso do Sul. Rodrigues,

Colman e Aguilera Urquiza (2019, p. 41) oferecem uma descrição de aspectos que caracterizam o território:

> [...] podemos afirmar que para a comunidade Kaiowá, território é o local de moradia, contendo uma área onde esse povo pode lavrar suas plantações, caçar e pescar, cultivar plantas medicinais, praticar o Oguata (caminhada) entre as parentelas e suas alianças enfim, viver de acordo com suas tradições culturais. Também podemos afirmar que o fator histórico e a memória coletiva fazem com que o grupo mantenha uma relação com seu território tradi- cional, mantendo vínculos com o espaço onde seus antepassados viveram.

Na perspectiva representada no trecho acima, entende-se que os territórios tradicionais dos Guarani Kaiowá são construídos com bases simbólicas, culturais e sociais, impregnada em sua totalidade na experiência religiosa.

Ou seja, definição de *Tekoha* esta fundamentada no fato de que ele é resultado de relações, entre elas a parental, *te'yi*, é o espaço territorial onde são estabelecidas relações de caráter comunitário, comensalidade, troca e da divisão de trabalho, construído a partir de relações de parentesco perpetuadas ao longo do tempo e de alianças políticas, na qual esses laços solidários e de ajuda mútua revelam um conjunto de regras estabelecidas sobre uma base física considerada essencial e inalienável e desempenham um grande fator da mobilidade praticada pelo kaiowá.

A relação dos Guarani Kaiowá com o território, sua disposição em aldeias e dinâmicas so- ciais fundadas nos laços de parentesco, se baseia em uma mobilidade própria da cultura viva das

mobilidades migratórias. Acerca da caracterização dessa definição de espaço. Ladeira descreve que:

> […] o conceito de território supera os limites físi- cos das aldeias e trilhas, e está associado a uma noção de mundo que envolve a redefinição constante das relações multiétnicas, o compartilhar e dividir espaços (LADEIRA, 2000, p. 785).

Portanto, os Guarani Kaiowa possuem seu modo de vida tradicional dire- tamente ligado ao território ocupado, ou melhor, com seu *tekoha*. A partir desse entendimento, consideramos que ao longo dos anos e ainda atualmente, essa relação é devidamente ressignificada e atualizada a partir das redes de troca que estabelecem em suas relações sociais e atribuições espirituais que possibilitam a realização do *ñande reko* (nosso modo de ser).

O *ñande reko* é uma expressão que pode ser observada em diversas etnogra- fias (BRAND, 1997; MELIÀ; GRÜNBERG; GRÜNBERG, 2008) e também em diversos momentos foi possível observar o uso do termo *nãnde reko* como relacionado a um modo de vida "mais tradicional" tanto entre grupos Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva de Mato Grosso do Sul como entre um grupo Guarani Mbya de São Paulo (aldeia Tenondé Porã).

> O conceito de ñande reko (nosso modo de ser) para a cultura Guarani só é, obviamente, possível em uma situação dada no seio de seu contexto cultu- ral, mais especificamente é um "nós" inclusivo de todo o grupo que possui características e dinâmicas culturais bem específicas, em que se incluem implicitamente a esse modo de ser uma socialização e uma historicidade que possibilitam essa alteridade sentida e ressaltada

> principalmente nos momentos de contato e de conflito com outros grupos (AGUILERA URQUIZA; PRADO, 2015, p. 56).

Ainda é possível afirmar que a territorialidade atua como fator de identifi- cação, defesa e força, pois sempre esteve ameaçada pela falta de equilíbrio, entre a abundância e a carência. Sendo assim, não é um equívoco afirmar que, a saúde dos povos indígenas começa em seus territórios. Conforme Carneiro (2005, p. 71):

> Comer não é um ato solitário ou autônomo do ser humano, ao contrário, é a origem da socialização, pois, nas formas coletivas de se obter a comida, a espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos, talvez até mesmo a própria linguagem. O uso do fogo há pelo menos meio milhão de anos trouxe um novo elemento constituidor da produção social do alimento. A comensalidade é a prática de comer junto, partilhando (mesmo que desigualmente) a comida, sua origem é tão antiga quanto a espécie humana, pois até mesmo espécies animais a praticam.

A partir dessas considerações apresentadas por Carneiro, acerca desses as- pectos podemos afirmar que os hábitos de convivência coletiva em seu território fortalecem suas relações econômicas, cosmológicas, ambientais e de sociabilidade, mas se tornaram mais uma preocupação no enfrentamento da covid-19, devido ao compartilhamento de objetos e utensílios e a própria forma de alimentação, exigindo das lideranças a busca de outras estratégias dentro das aldeias. Conforme Rodrigues, Colman e Aguilera Urquiza (2019, p. 43):

> Pode-se citar, primeiramente, que o processo mais intenso da perda de territórios tradicionais enfrentado pelos Kaiowá, iniciou-se com o fim da Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, dando início à ocupação por frentes de colonos e criadores de gado no Estado de Mato Grosso do Sul, ocorrendo o mesmo processo do lado paraguaio. Essa expansão atingiu todo o território indígena em ambos os lados das fronteiras.

A colonização portuguesa em solo brasileiro pode ser considerada como uma expansão capitalista do início da Idade Moderna, sendo que as atividades econômicas desta fase são de caráter único exploratório, da mineração à produção da cana-de-açúcar, marcada pela formação de um sistema mercantilista e que ganharam gradativamente nas regiões periféricas, a consideração e importância.

Lembrando que, o estado de Mato Grosso do Sul, em sua configuração nacional do espaço capitalista de mercado, está na posição de um Estado periférico. Nesse contexto Prado Junior (1961, p. 166) relata:

> A indústria mineradora do Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira de mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. E é esta causa principal porque, apesar da riqueza relativa- mente avultada que produziu, drenadas aliás toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores, e que ainda hoje fere a vista do observador [...].

Em diversas leituras feitas a respeito da realidade vivenciada pelos povos indígenas no Brasil, especialmente dos Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul, foi possível constatar que constantemente a violência, exposição e a exclusão social atingem de forma significativa o grupo, principalmente desde a segunda metade do século XX. A formação da sociedade brasileira registra sucessivas tentativas de exploração, dominação e até mesmo diversas tentativas de extermínio dos povos indígenas.

Sendo assim, pode-se dizer que a pecuária no Brasil tem suas origens vincu- ladas à colonização portuguesa. A criação de gado para a subsistência se reduzia apenas a produção de leite e carne para o sustento dos colonos e atividades pastoris como relata Ferreira (2014).

A respeito da importância do gado na alimentação no período colonial, Prado Junior (1961, p. 186) descreve: "A carne tem importante papel na alimentação da colônia". O gado também era utilizado juntamente com trabalho de mãos escra- vizadas, como força motriz nos engenhos açucareiros e nos transportes pesados.

A criação bovina que se inicia desempenhando papel secundário na economia cresce conforme a expansão da economia açucareira, devastando ainda mais as florestas brasileiras já habitadas por povos indígenas, em terras cuja aptidão das produções agrícolas de roçado permitia de forma satisfatória a produtividade de alimentos. E assim nos descreve Meliá (1990, p. 33-34):

> As evidências arqueológicas mostram que os Guarani chegaram a ocupar as melhores terras da bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, e do sapé da Cordilheira. São terras especialmente aptas para o cultivo do milho, da mandioca, de vários tipos de feijão, abóbora, batata e amendoim.

Observando que os Povos Indígenas são provenientes de outra matriz cultural, que não a Ocidental, e que por suas especificidades socioculturais so- freram e ainda sofrem sérios impactos com a colonização e pós-colonização (ou do colonialismo interno.

Como bem redefiniu Pablo González Casanova (2002) e diante de inúmeras atividades predatórias efetivadas nas invasões de seus territórios, deixaram de explorar, tanto quanto possível, as potencialidades que lhes ofereciam os amplos espaços geográficos por eles conhecidos em que antes eram utilizados somente para produção do necessário para sua sobrevivência.

Mélia (1990) nos oferece uma melhor descrição sobre o caráter da agricultura para o Guarani Kaiowá, e nisto coincidem tanto a arqueologia e a história como observação etnográfica contemporânea: a terra não é nunca um simples meio de produção econômico.

Corroborando o conceito de território ao se referir aos Guarani Kaiowá, Pimentel (2006, p. 33) afirma que "a terra não é um objeto a ser possuído ou utilizado de forma intensiva: significa uma possibilidade de se colocar no espaço de forma adequada ao viver humano". Vale registrar a importância do diálogo com o antropólogo Fabio Mura (2011) dado que essa oposição Homem/ Natureza é por especificidade parte da tradição ocidental, e que para os Guarani Kaiowá, não há vida sem território.

Por outro lado, na visão ocidentalista e etnocêntrica, a terra ganha outro valor, agora, como instrumento fundamental para os grupos dominantes, sendo vista como mecanismo de dominação, de reprodução de seus valores obsoletos e de poder, e que, colonialmente, se vai mostrando incapaz de sustentar com a expansão seus novos povoadores (MELIÁ, 1990).

Um dos principais elementos para se entender o movimento crescente de violências é precisamente a falta de terras, afinal, a colonização tardia e agressiva neste estado expropriou a maior parte dos territórios tradicionais dos povos indígenas, acompanhada de elimina- ções e violências.

Uma vez que o boi é visto como *commodity* da agroindústria, os criadores e produtores de gado investiram ainda mais nesse mercado, através do aumen- to de áreas pastoris de suas fazendas e realizando melhorias para atender as exigências impostas pelos países compradores de carne.

Neste processo de luta pela posse da terra em que o colonizador na maioria das vezes sai vitorioso, os povos indígenas de diferentes etnias se viram compulsoriamente obrigados a migrarem. Assim a terra se assume como fonte de poder econômico e político de um lado, e expulsão e espoliação por outro.

Desde o início da colonização, diversas etnias indígenas foram submetidas as mais variadas formas de exploração, relegados à condição de vítimas dos proces- sos de conquista e colonização. Ao prosseguir na busca de melhor entender esse cenário.

Clastres (2004), relata que ao longo dos últimos anos, desde a invasão das sociedades ocidentais na América em 1492, pôs-se em funcionamento uma máquina de destruição, ou seja, de etnocídio dos povos índigenas, esses, mas- sacres têm sido denunciados não só no Brasil, mas também são vistos e relatados de forma sistemática na quase totalidade dos países do continente americano.

Em face do processo sistemático colonialista, ao qual os Guarani Kaiowa foram intensamente submetidos após o término da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), sofreram inestimáveis perdas, em decorrência de processo intenso de colonização com incentivos do Estado. Nesse nível formal em que nos situamos atualmente, constata-se que a prática etnocida e a

máquina estatal funcionam da mesma maneira e produzem os mesmos efeitos (CLASTRES, 2004, p. 60).

Atualmente estima-se que a população Guarani Kaiowa que vive em áreas de reservas indígenas, terras indígenas e acampamentos em Mato Grosso do Sul seja de 51.801 indivíduos, desses 2.630 vivem em acampamentos, 38.525 em reservas indígenas criadas pelo SPI e 10.646 em terras indígenas demarcadas após 1980 (CAVALCANTE, 2013).

Assim, a perda do território e o processo de territorialização, ou confinamen- to em reservas, promovido por dois pilares, o Estado nacional juntamente com a propriedade privada, no intuito de se apropriar dessas terras e utilizar a força de trabalho indígena, a política de concentração de contingentes em aldeamentos vai se intensificando na lógica do agronegócio, a partir da segunda metade do século XIX.

Desse modo, fragmentados politicamente, culturalmente e ainda fisica- mente, diversas parentelas, são acometidas, por consequência, a uma série de problemas no interior das comunidades confinadas nas reservas.

Exemplo disso é que, com a perda de seus territórios, os Guarani Kaiowá se viram forçados a sair em busca de sustento para suas famílias, em trabalhos temporários nas usinas de álcool passando a ser a mão de obra barata e, portanto, preferida para os trabalhos de plantio e colheita da cana nas usinas de álcool que passaram a ser instaladas na região.

Esse tipo de trabalho fora das comunidades tornou-se praticamente o único meio de sobrevivência dos grupos Guarani Kaiowá, principalmente em Mato Grosso do Sul. Objetivamente, o reservamento foi uma alternativa imposta aos indígenas em busca da manutenção da sua sobrevivência, diante do apelo interessado a um sistema contínuo de exploração da mão de obra desses povos.

Detalhado pelos pesquisadores Aguilera Urquiza e Prado (2015, p. 61): “O processo histórico de ‘aldeamento indígena’ estava intrinsecamente relacionado às ações e interesses das frentes de expansão agropecuárias”.

Visto que o crescimento econômico e o fortalecimento político dos grandes proprietários de terras rurais, dado a sua estreita relação entre os produtores e os investidores interessados no mercado agropecuário, faz prevalecer esse projeto em detrimento da existência dos Guarani Kaiowá e do respeito às suas diferenças socioculturais.

Esse argumento ainda é reforçado pelo líder indígena e antropólogo Tonico Benites (2009, p. 28):

> Em virtude das regras rigorosas e autoritárias das aldeias administradas pelos SPI muitas famílias se recusavam-se a mudar definitivamente para as reservas.
>
> Houve aquelas que permaneceram em seus tekoha, terras tradi- cionais, negociando a sua mão de obra com os capatazes dos fazendeiros, assim garantindo a sua permanência na área de atuação.

A omissão do Serviço de Proteção aos Índios, ao demarcar essas reservas iniciais sinaliza e oficializa o processo de delimitação dos direitos desses povos.

Desta forma, a partir da perspectiva de territorialização acima apresentada, o confinamento e o comprometimento de suas relações acerca da terra, das matas e da água, a agricultura se torna cada vez mais difícil, e para sobreviver, a alternativa que lhes resta é a do trabalho assalariado, que só seria possível com o enfraquecimento da identidade indígena.

> O confinamento exerce caráter duplo de funcionamento, "espacial e princi- palmente cultural", como fator desestabilizante do sistema social Kaiowa e gerador de diversos impasses entre lideranças consideradas como "jovens" e as lideranças "tradicionais" (como xamã; chefes de parentela; lideranças políticas (*mburuvicha*); anciãos da sociedade e etc.) (PRADO, 2011, p. 6).

E no mercado de trabalho existe uma grande carga de preconceito e discri- minação em relação aos povos indígenas. Muitas vezes, seus direitos trabalhistas são desrespeitados. Esse processo histórico, embasado em ações coloniais, coloca as comunidades Guarani Kaiowá em um contexto de negação de seus direitos.

Essas reservas são desde sua criação arbitrária, ainda constantemente reduzidas; das oito reservas no sul de MS criadas pelo SPI entre 1915 a 1928, apenas uma não teve sua área reduzida no processo de demarcação.

Ou seja, essas unidades administrativas não levaram em consideração a organização social dos Guarani Kaiowá, pois são espaços administrativamente estabelecidos através de um processo de remoção, ou seja, são espaços que, em geral, não coincidem com os territórios tradicionais dessas comunidades.

Obrigando–os a se estabelecer compulsoriamente em outros locais, por con- sequência, surgem políticas de aproximação para criar vínculos com comerciantes, fazendeiros e seus intermediários no intuito de obter favores e itens não produzidos por eles, podendo até mesmo ser visto como uma maneira desses povos não se afastarem de seus locais de origem.

ENTRE RESERVAS E RETOMADAS: MOBILIDADES E REORGANIZAÇÃO EM DEFESA DA SAÚDE

As fases de colonização do Mato Grosso do Sul, o domínio de interesse pela "terra que muito produz" e a imposição das reservas atingiram os Guarani Kaiowá e promoveram alterações nas suas formas de vida. Entendemos aqui, sua formação social ao mesmo tempo como um fato histórico e, em contínua transfor- mação e adaptação às condições do contexto territorial onde desenvolvem suas atividades.

Se por um lado a reserva se encontra como uma tentativa de limitar os processos de mobilidade espacial, ao impor um padrão de territorialidade, atuando no sentido único e lógico da economia - produção e comercialização, por outro, ela também possibilitou a articulação de modelos de mobilidade e de organização política.

Entre os Guarani Kaiowá, na tentativa de romper a imobilidade espacial imposta nas Reservas, buscaram novas alternativas e encontram em seu novo formato, como tem sido visto, os acampamentos e as retomadas. Nesse sentido, as áreas de retomadas figuram mais como uma alternativa à territorialidade e mobilidade desses povos nas inúmeras tentativas de sanar o problema da pouca terra e da densidade demográfica nas reservas.

Esse movimento externa tanto a insatisfação com a vida na reserva e seus problemas: falta de terra, densida- de populacional, desarticulação das parentelas e dificuldade de realização de cerimônias e de rituais.

Como expressam o anseio das parentelas e dos líderes religiosos de retornarem aos seus antigos tekoha, pois somente desta forma possibilitará o resgate dos modos tradicionais, garantindo o futuro da natureza e dos Guarani Kaiowá ao revitalizarem a fauna e

a flora. Mas principalmente, como destaca Eliel Benites: “as áreas de retomada, consideradas como tekoha, são uma parte do meio pelo qual recomeça a grande viagem da existência [...]” (BENITES, 2020, p. 35).

A cosmologia e possibilidade de revigorar os valores tradicionais formam mais um componente fundamental na intenção de retornar para os antigos territórios.

Como descreve Colman (2015), Os Guarani Kaiowá vivem a experiência da mobilidade espacial de duas formas: o processo histórico de deslocamento forçado, que é tratado como o conceito de *ñemosarambipa* (esparramo), e que também pode ser entendido como uma mobilidade de resistência, sem desconsiderar toda a violência e sofrimento desencadeado por ele, além do desejo das famílias de poderem viver juntas novamente, e no sentido cultural de *oguata* ou *ojeguata* que significa “caminhar”, porém em um sentido que dá sentido à vida de um kaiowa, que liga a mobilidade como parte integrante da vida.

Com isso, não devemos pensar as reservas somente como espaços que limitam os processos de mobilidade espacial – diante da implantação e imposição de fronteiras e um padrão de territorial – mas também como propulsora de uma circulação que viabiliza a organização de coletivos, de reivindicações políticas e a emergência de novas formas de vida, como nas áreas de retomadas. “Um fato importante é que, mesmo nas cidades, os indígenas, principalmente os Kaiowá e Guarani, mantêm as redes de conexão com suas comunidades de origem” (COLMAN, 2015, p. 29).

Em relação ao modo de ser e viver específico, isto é, aspectos culturais das famílias Guarani Kaiowá contemporâneas, verifica-se, de fato, a formação de grupos macro familiares. Pereira (1999), ao descrever a organização social dos Kaiowá no sistema de parentesco, onde a expressão é de um grupo não linear em torno de um líder, que

reúne em torno de si seus parentes mais próximos e aliados, formando assim a parentela.

Embora more longe um do outro, o que une fisicamente estes grupos familiares entre si é uma rede de trilhas (*tape po'i*) através das quais os indígenas se comunicam seguindo a lógica do *oguata*, que determina a extensão das relações de parentela e da comunidade, mantendo as- sim a movimentação e circulação de pessoas nesses espaços.

O aspecto religioso, em virtude de seu papel central na manutenção das relações sociais, ambientais, econômicas e cosmológicas é fundamental. Portanto, as retomadas também se somam a preocupação com a deterioração das terras ocupadas pelos grandes la- tifundiários na defesa e proteção desse espaço que se deteriora com a espoliação sofrida desde o passado e que vem sofrendo com a monocultura.

O município de Dourados-MS possui a reserva indígena com maior densidade populacional do estado do Mato Grosso do Sul. Com 3.539 hectares demarcados, abrigando uma população de cerca de 20 mil pessoas pertencentes aos povos Guarani Kaiowá, Guarani Ñandeva (família linguística Tupi-Guarani) e Terena (famí- lia linguística Aruak). Formada pelas Aldeias Bororó e Jaguapirú, localiza-se a norte da cidade.

A Reserva Indígena de Dourados foi à segunda área de terras reservada por meio de decreto para os indígenas da região, e não fugiu a todas essas ten- dências políticas de interesse em "confinar" os indígenas em local determinado para redistribuir as terras restantes a terceiros e criar reserva de mão-de-obra. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja e cana-de-açúcar são respectivamente dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul.

Vale destacar nesse sentido ainda o fato de Dourados ser a cidade com o maior número de retomadas indígenas. Mesmo em meio a tantas dificuldades e problemas socioeconômicos, incluindo a falta de políticas públicas que resolvam os problemas do confinamento, invasões e depredações das casas de reza, da falta de água, saneamento básico, a crescente violência, o consumo de drogas, alcoolismo e a falta de segurança pública que no final do mês de maio de 2020 a contaminação pelo coronavírus chegou às aldeias Guarani de Mato Grosso do Sul.

Inúmeras aldeias no Sul do país tiveram seus primeiros surtos de contaminação do vírus, através de trabalhadores indígenas atuantes em empresas que seguiram funcionando, mesmo durante a quarentena, como é o caso dos frigoríficos, fazendo com que os trabalhadores indígenas retornassem contami- nados para suas aldeias.

O artesanato, característico da cultura indígena, é uma alternativa de pou- cas famílias, o que revela a mudança brusca dos princípios tradicionais além da dificuldade de produzir alimento, por isso é comum encontrarmos várias famílias "mendigando" e perambulando pelas cidades onde há reservas, de porta em porta, por comida, vítimas ainda, de preconceito e discriminação.

Percebendo que não há pouco interesse do poder público em resguardar a saúde dos povos indígenas em meio a pandemia do covid-19 a atuação e articulação diante do combate fica a encargo dos indígenas e a colaboração coletiva e de luta, que diante desse mo- mento se mostram como fundamentais.

Muitas lideranças se lançam na missão de reorganizar suas comunidades, são eles que hoje lutam pela recuperação da terra tradicional e atuam no combate à pandemia dentro das reservas, de acordo com o cacique Gaudêncio Benites, da etnia Guarani e líder da aldeia Bororó na Reserva Indígena de Dourados.

É nesse contexto de expropriação territorial e exploração econômica e dis- criminação social, que os Guarani Kaiowá estão sendo impactados pela pandemia. Em uma fala para Balduino (2020), a liderança relata que os dez primeiros casos de contaminação por coronavírus na Reserva Indígena de Dourados (MS) vieram e foram testados na JBS, o frigorífico da região.

Não havendo máscaras e equipa- mentos de proteção individual suficiente para toda a população, nem mesmo para equipe de saúde, o aumento do número de casos se torna uma preocupação dos próprios indígenas que criaram barreiras sanitárias em quatro das seis entradas da aldeia Bororó no dia 13 de maio. A entrada e saída de indígenas desde então, ficou restrita, apenas em casos de urgência e necessidade, e está vetado o acesso de vendedores ambulantes, entregadores e prestadores de serviços.

Mas, barrar a saída dos trabalhadores indígenas, que não têm alternativa a não ser deixar a comunidade para trabalhar nas plantações ou em terceirizadas do agronegócio, não é uma tarefa fácil e depende de uma relação fora da aldeia, em relação ao local de trabalho desses indígenas e de órgãos públicos para tomar as devidas instâncias.

As barreiras ainda enfrentam dificuldades para funcionar efetivamente, o primeiro ponto de entrave é a falta de apoio do governo brasileiro através do órgão indigenista oficial (Funai) que se vê paulatinamente tendo seus recursos reduzidos e suas ações sendo burocratizadas, a ponto de, no ano de 2020, os servidores necessitarem fazer pedidos de autorização de viagem diretamente para o órgão em Brasília e não mais a sua chefia imediata na CTL (coordenadoria técnica local).

Ou na CR (coordenadoria regional); somado a essa inoperância da Funai os Guarani Kaiowa enfrentam a dificuldade em manter as pessoas da comunidade que se revezam nas barreiras, pois

os moradores das aldeias que se dispõe a fazer tal trabalho acabam não podendo outra atividade produtiva durante o tempo em que estão nas barreiras, tornando assim mais complicado o sustento do seu núcleo familiar.

Seja pelo plantio e manutenção das roças ou pela empreitada de trabalhos em fazendas ou empresas do agronegócio da região; Por conseguinte ainda é possível mensurar como um fator problemático à manu- tenção das barreiras nas áreas, o constante assédio de pessoas que vem de fora para comercializar produtos de toda ordem ou então que aparecem com alguma discurso de missão religiosa, os autores desse trabalho em muitos momentos da pandemia mantiveram contatos com pessoas que residem em áreas de ocupação Kaiowa e realmente.

No contexto diádico, esses parecem ser os maiores problemas para a manutenção dessa iniciativa das comunidades em realizar o controle de fluxo dentro da terra; um problema contemporâneo da sociedade não indígena também se estende para as aldeias guarani kaiowa, a disseminação de notícias falsas (*fake news*) agrava mais ainda a situação, durante o período de reflexão e de elaboração deste texto.

Ao acompanhar as notícias e ao dialogar com lideranças e outras pessoas que residem nas aldeias da região do cone sul de Mato Grosso do Sul, foi muito recorrente as afirmações que a divulgação de notícias falsas referentes aos cuidados de biossegurança, ou sobre remédios sem comprovação de eficácia e até mesmo contra a vacina imunizante do coronavírus pelos grupos de *whatsapp* ou por outras redes sociais que no momento contemporâneo são parte integrante em quase todas as famílias kaiowá.

Somado a isso, as companhias que contratam esses trabalhadores demo- raram a atuar ou tomaram medidas de biossegurança pouco efetivas, segundo especialistas e lideranças

indígenas ouvidos pela Repórter Brasil. Em contrapar- tida, o isolamento, o risco de insegurança alimentar na aldeia se soma a essas preocupações.

Outra linha de atuação tem sido a conscientização e informação das comunidades sobre a gravidade da doença e os cuidados necessários para combatê-la. Foram produzidas cartilha, folder em Guarani para abranger a todos a compreensão das orientações passadas.

Através do apoio de agências de coope- ração nacionais e internacionais, foram doadas 120 caixas d'água para amenizar o problema de saneamento, kits de higiene e estrutura para o bom funcionamento das barreiras sanitárias, adotadas pelos próprios indígenas no início da pandemia para barrar a entrada do vírus nas aldeias.

A Rede de Solidariedade tem auxiliado várias campanhas que os povos têm realizado no Estado. Entre elas, o fechamento das igrejas pentecostais das aldeias, identificadas pelas lideranças como fonte de contaminação. A Rede também moveu ações para que os frigoríficos e a usina de cana-de-açúcar fossem notificados e os trabalhadores indígenas tivessem seus direitos trabalhistas garantidos.

Em suma, as ações de enfrentamento ao novo co- ronavírus nas aldeias vão desde a informação a doação de alimentos (CIMI, 2020). A situação da Reserva Indígena de Dourados, onde ficam as aldeias de Jaguapirú e Bororó, é relatada pelo MC Kelvin Peixoto, 29 anos, membro do primeiro grupo de rap indígena do Brasil, o Brô Mcs, em uma entrevista com o colunista Fred Di Giacomo (2020) afirma que:

> Aqui perto de casa, na divisa com a aldeia, tem uma fazenda que o pessoal [indígenas] retomou. Lá está

> tendo muita disputa de terra. Todo dia é ataque, é queimada de casa de nossos irmãos, muita ação desses fazendeiros que estão tocando o terror mesmo. Atirando, passando com trator em cima dos barracos, queimando. Já foi queimada umas duas vezes uma oca lá, uma casa de reza.

Esse é mais um episódio de violência na ofensiva intermitente sofrida pelas comunidades Guarani Kaiowá do estado de Mato Grosso do Sul. Além da pande- mia da covid-19, ainda enfrentam outro perigo, que são as tentativas por parte de alguns políticos de anular o que lhes é garantido por direito: um território suficientemente amplo capaz de assegurar a continuidade de seu sábio modo de ser e de viver, e mesmo com a luta e o confronto, não conseguiram conter a invasão.

Quanto a essa realidade, surge, então, uma reflexão sobre o "confina- mento", condição experimentada por séculos pelos povos indígenas e posposta no atual momento devido à exigência do distanciamento social para conter o avanço da Covid-19. Torna-se indiscutível a forma que os povos indígenas são expostos à vulnerabilidade, e é justamente essa marginalização enfrentada que os caracterizam como grupo de risco da Covid-19.

Assim, se torna uma urgência tomar medidas que amenizem a contaminação nessas comunidades, sendo necessário dizer que esse texto (especificamente) tem um teor de validade do momento em que foi escrito entre maio e julho de 2020.

É preciso fazer o que ainda não foi feito: através da adoção de medidas de isolamento social nas aldeias, apoiadas pelo governo federal (e das instancias estaduais e municipais), com a formação de barreiras sanitárias, juntamente com a participação dos profissionais de saúde, funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e com participação de lideranças indígenas e do controle social, in-

clusive com a presença de órgãos de segurança federais e estaduais, para impedir as visitas clandestinas e indesejadas de invasores das terras indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reservamento do povo Guarani Kaiowá guiado por elemen- tos de cunho colonial e pelo capitalista caracteriza-se, em primeiro lugar, pela destruição e tentativa de desordem das comunidades dos povos indígenas que, em consequência desses processos desastrosos e ideais racionalistas tem suas identidades e memórias constantemente ameaçadas pelas mudanças e a persistência das classes dominantes de modernização agrícola em territórios dos povos originários sem considerar os seus direitos.

Historicamente, tiveram suas terras esbulhadas, foram "confinados" e submetidos à vida assalariada como uma solu- ção para subsistir, agregando as populações indígenas como mão de obra barata e como pequenos produtores, desarticulando e enfraquecendo, o seu "modo de ser", principalmente pelo elemento central da vida kaiowa, o território.

O agronegócio exerce profunda influência sobre várias esferas dos poderes do Estado e registram sucessivas tentativas de exploração, dominação e até mesmo várias tentativas de extermínio dos povos indígenas, revelando que os problemas que o povo Guarani Kaiowa enfrenta diariamente são muito parecidos com os do período da colonização, além disso, não podemos visualizá-los como vítimas passivas desse processo.

De modo geral, é possível identificar que a grande luta desses povos, no presente, é ainda pelo reconhecimento de seus direitos enquanto sociedade culturalmente diferenciada, sendo seu maior

desafio, o reconhecimento do território onde se corporializam suas expressões sociais e culturais – terras que são usurpadas e desapropriadas desde o processo de colonização da América do Sul, mais recentemente, a partir do final da década de 1910 no Mato Grosso do Sul – e sua demarcação pelo Estado brasileiro em parceria com o capital privado tem o objetivo de legitimar o confisco e incorporar a exploração.

Esse processo histórico, embasado em ações coloniais, coloca as comunidades Guarani Kaiowá em um contexto de negação e camuflagem de seus direitos e os problemas religiosos, sociais, culturais, introduzindo ações que na maioria das vezes são impostas.

Mesmo com a existência de uma ordem constitucional pautada pela de- mocracia, pelo multiculturalismo e pelo direito aos usos, costumes e tradições dos povos indígenas, é constante o desrespeito aos direitos humanos e o uso da violência por parte desse Estado e por grupos econômicos detentores de poder e do capital. O território dessas populações é condição indispensável e essencial para execução do direito à vida, e, por conseguinte, a prática dos direitos culturais, político, econômico e social.

Essa ausência de sensibilidade política para tanto, somada à prevalência dos interesses econômicos de uma elite agrária sobre a exploração exaustiva dos recursos naturais e da terra resultou na contaminação da covid-19 nos territórios indígenas enfatizando a normalização e a relativização do genocídio dessas populações que, ainda nos dias de hoje mesmo após séculos de lutas e manifestações buscam incansavelmente o direito de permanecer nas suas terras.

Ainda que diante de séculos de colonização com seus ciclos econômicos de- vastadores, as terras indígenas Guarani Kaiowá conservam respostas que contribuem para a proteção da de todo o planeta, trazendo consigo a dimensão do respeito aos ciclos de vida e de recuperação da natureza, da reverência, do pertencimento e da

ligação com a terra e com os demais seres que nela habitam e representam o que poderia ter sido e o que ainda pode ser: a sabedoria para um estilo de vida melhor.

A resiliência do povo Guarani Kaiowa demonstra não só a força, mas tam- bém a esperança contra a racionalidade anacrônica de um sistema econômico que condena o planeta e ignora as pessoas em seus inúmeros processos de destruição da natureza. Devido aos ciclos de "desenvolvimento" regional, as quais não foram capazes de extinguir os saberes sobre a terra e estas, juntamente, com os povos indígenas resistem na sua diversidade histórica e cultural, muitas vezes "ilhados" diante de paisagens e mentalidades monoculturais e ocupações agropecuárias.

REFERÊNCIAS

AGUILERA URQUIZA, A. H.; PRADO, J. H. "O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul do Mato Grosso do Sul". **Tellus**, n. 29, 2015.

BALDUINO, L. "Contaminação em aldeia em Dourados (MS) começou na fábrica da JBS, diz cacique". **De Olho nos Ruralistas** [2020]. Disponível em: <www.deolhonosruralistas.com.br>. Acesso em: 24/08/2020.

BENITES, E. "Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta". **Revista NERA**, vol. 23, n. 52, 2020.

BENITES, T. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá**: impactos e interpretações indígenas (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da Palavra (Tese de Doutorado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 1997.

CARDIM, M. E. C.; LEITE, H.; CALCAGNO, L. "Covid-19: Pandemia expõe vulnerabilidade dos povos indígenas do Brasil". **Correio Braziliense** [22/08/2020]. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 24/08/2020.

CARNEIRO, H. "Comida E Sociedade: Significados Sociais Na História Da Alimentação". **História: Questões e Debates**, vol. 42, n. 1, 2005.

CASANOVA, P. G. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul (Tese de Doutorado em História). São Paulo: UNESP, 2013.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Editora Cosac e Naify, 2004.

COLMAN, S. R. **Guarani retã e mobilidade espacial guarani**: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani (Tese de Doutorado em Demografia). Campinas: UNICAMP, 2015.

FERREIRA, M. E. L. **A implantação do frigorífico Bertin no município de Mozarlândia-GO**: uma análise da nova realidade socioeconômica e ambiental local (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia). Brasília: UnB, 2014.

FOSCACHES, N.; KLEIN, T. “Dos frigoríficos às plantações de cana: como o agronegócio expôs indígenas à covid-19”. **Reporter Brasil** [2020]. Disponivel em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 24/08/2020.

GIACOMO, F. D. “Onde passa a boiada: aldeias de Dourados resistem à pandemia e agronegócio”. **Ecoa UOL: por um mundo melhor** [28/06/2020]. Disponivel em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 24/08/2020.

KOPENAWA, D. “Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra”. *In*: RICARDO, B.; RICARDO, F. (orgs.). **Povos indígenas no Brasil**: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

LADEIRA, M. I. **As demarcações Guarani, a caminho da terra sem mal**: Povos Indígenas do Brasil. Brasília: Centro de Trabalho Indigenista, 2000.

MELIÀ, B. “A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia”. **Revista de Antropologia**, vol. 33, 1990.

MELIÀ, B.; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. **Paï–Tavyterã**: etnografia guarani del paraguay contemporâneo. Asunción: CEADUC, 2008.

MURA, F. “De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia”. **Horizontes Antropológicos**, vol. 17, n. 36, 2011.

PEREIRA, L. M. “Demarcação de terras kaiowá e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial”. **Tellus**, n. 18, 2010.

PEREIRA, L. M. **Parentesco e organização social Kaiowá** (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Campinas: UNICAMP, 1999.

PIMENTEL, S. K. **Sansões e Guaxos – Suicídio Guarani e Kaiowá, uma proposta de síntese** (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2006.

POPOLO, F. D. *et al*. (orgs.). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina**: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes. Rio de Janeiro: ALAP, 2011.

PRADO JUNIOR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1961.

PRADO, J. H. “Confinamento, Tutela e os Kaiowa e Guarani de Mato Grosso do Sul”. **Anais do VIII Seminário Internacional De Direitos Humanos**. Campo Grande: UCDB, 2011.

QUADRO, V.; ANJOS, A. B. “Coronavírus de um lado, invasores de outro: a situação dos indígenas no Brasil”. **Agência Pública** [22/04/2020]. Disponível em: <www.apublica.org>. Acesso em: 24/08/2020.

RODRIGUES, A. L. C.; COLMAN, R. S.; AGUILERA URQUIZA, A. H. “Caminhar, lutar e bem viver: o significado do Oguata Guasu para o povo Guarani-Kaiowá”. **Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações**, vol. 3, n. 1, 2019.

SPEZIA, A. **No MS, povos indígenas enfrentam pandemia com solidariedade e produção de alimentos**. Brasília: Conselho Indiginista Missionário, 2020. Disponível em: <www.cimi.org.br>. Acesso em: 24/08/2020.

VIETTA, K. "Histórias territoriais: a privatização das terras kaiowá como estratégia para a guarnição da fronteira brasileira e outras histórias". **Espaço Ameríndio**, vol. 7, n. 2, 2013.

CAPÍTULO 10

As Estratégias das Parcerias na Educação e Consenso/Conflito Ambiental no Campo do Agronegócio

AS ESTRATÉGIAS DAS PARCERIAS NA EDUCAÇÃO E CONSENSO/CONFLITO AMBIENTAL NO CAMPO DO AGRONEGÓCIO

Enaide Tereza Rempel

Aloisio Ruscheinsky

As condições específicas de construção de hegemonia integram o rol das temáticas de interesse especial no campo das ciências humanas. Mudanças recentes no âmbito da educação se reportam à inauguração de uma abordagem da sustentabilidade ambiental como um requisito do bem-estar social, bem como ao advento de parcerias público-privadas.

Este capítulo versa sobre o processo de construção de hegemonia num contexto peculiar do agronegócio e resulta de pesquisa empírica com abordagem da relação entre parcerias com empresas para uma suposta melhoria na área da educação. Pretendemos apontar alguns elementos que se engendram nas relações sociais e que são entendidos como indutores do movimento de composição do consenso por meio de práticas cotidianas junto a escolas públicas.

As formas de organização do território e modernização da agricultura e também de algum modo uma forma de ser o agronegócio encontra-se em importantes discussões contemporâneas no campo político, bem como nas ciências ou na academia.

O tema do presente trabalho refere-se a uma abordagem sobre a atuação de protagonistas dentro da política pública de educação num momento de discussão quanto ao grau de adesão e materializado da concepção de democracia, da liberdade quanto aos

direitos, bem como um contexto do direito à educação. A temática das interfaces entre a organização do sistema educacional e as pretensões de empresas do agronegócio parece permanentemente um momento contraditório e conflituoso, de tensão e consenso potencial.

Os argumentos apresentados resultam de uma pesquisa acadêmica em cujo percurso se coletaram dados díspares para engendrar uma análise sobre as conexões entre diversas territorialidades, a burocracia estatal, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e as práticas de educação ambiental.

Esta última, enquanto política pública no cenário local e nacional, é impactada pelos movimentos do capital, cujos propósitos consistem na fecundação das relações sociais de produção, circulação e consumo sob uma deliberada perspectiva da racionalidade política, cultural e econômica.

A responsabilidade social empresarial tornou-se o principal elemento de narrativa que materializa uma agenda social e ambiental assumida por empresas e organizações da sociedade civil no sentido de atuar na formulação e prestação de serviços. No espaço social da pesquisa realizada este fenômeno comparece como reordenamento das percepções do nexo sociedade-natureza.

O objetivo do texto consiste em desvendar em que medida as parcerias se consolidam como mecanismos para engendrar consensos adequados para a conformação de hegemonia no contexto histórico em questão. Ainda mais, abordaremos um fenômeno em curso no seio do qual se pretende destacar os aspectos relevantes quanto ao funcionamento das instituições e das práticas sociais: onde, quando, de que forma e como por meio das parcerias se instaura ou conforma um imaginário social, reconhecido como consenso.

Para alertar o leitor quanto as divergências na literatura, para uma vertente o consenso social resulta de mecanismos de adaptação

e acomodação dos indivíduos a determinado entendimento da ordem das coisas; para outra compreensão o consenso pode ser alcançado exatamente quando os constrangimentos sociais nas relações entre atores sociais são suspensos (MIGUEL, 2014).

O percurso investigativo consistiu em apreender as estratégias de obtenção de consensos e de hegemonia a partir dos ideários de responsabilidade social e das ações sob a retórica socioambiental presentes nos projetos educativos, propostos em parceria com a empresa multinacional Monsanto, em municípios considerados polos importantes do agronegócio.

Reforçando, o texto tem como intuito apresentar e analisar os elementos empíricos compreendidos como mediações da relação empresa-escola, a partir de parcerias estratégicas, que se apresentam enquanto discursos e práticas dos sujeitos, no âmbito da formulação de projetos de educação ambiental, sendo desenvolvidos em escolas sob os auspícios de uma corporação do mercado.

Dentro desse quadro as mencionadas parcerias representam uma forma diferenciada de contratação no âmbito da administração pública em face de um Estado destituído de poder ou capacidade de gestão. Esta parceria é compreendida como instrumento estratégico para a implementação de políticas públicas, assumindo parte do papel atribuído legalmente ao Estado.

Os programas e projetos educativos patrocinados pela Monsanto, nos municípios do Estado de Mato Grosso, entre os anos de 2009 e 2018, constituem a gênese da pesquisa e guiam a delimitação do campo empírico.

O critério para seleção dos municípios foi a posição de destaque no âmbito da produção agrícola dentre os maiores produtores de commodities do estado, tendo sido observado que, nesses municípios, há uma cobertura maior da empresa na proposição de projetos educacionais.

As ações empreendidas apresentam-se enquanto arranjos e mediações que as definem como projeto hegemônico, tendo como suporte uma visão empresarial de educação, em cujo bojo se subordina também uma lógica para a educação ambiental.

Os estudos que analisam a temática por um viés crítico apontam que as parcerias estratégicas se constituem um aparato político-ideológico importante do projeto de desenvolvimento nacional, responsável em promover na prática a mercantilização e instrumentalização da educação como parte de um projeto amplo do capitalismo contemporâneo envolto com o (des)conhecimento da crise ambiental.

Os autores não se detiveram numa seção destinada à descrição do delineamento metodológico do estudo realizado, uma vez que consideraram que isto não chegaria a comprometer a compreensão do texto ou um conjunto de indicadores que desembocaram nos resultados. A partir de um levantamento preliminar foram selecionados três municípios do Estado do MT: Lucas do Rio Verde, Sorriso e Campo Verde.

A metodologia consistiu em apreender, pelo acesso à documentação, as estratégias de obtenção do consenso e de hegemonia a partir das ideias de responsabilidade social e sustentabilidade, presentes nos projetos escolares, propostos pela empresa multinacional Monsanto, em região que engloba municípios considerados polos importantes do agronegócio brasileiro. Analisamos o material pedagógico e colhemos depoimentos a propósito da execução.

A coleta de dados institucionais foi realizada junto às secretarias municipais de educação e às escolas da pesquisa com projetos de patrocínio da Monsanto. A partir da documentação, em especial a partir dos Relatórios Monsanto de Ações Socioambientais dos anos de 2014, 2015 e 2016, resultou um quadro geral dos

projetos de parcerias desenvolvidos pela empresa em 9 municípios, contabilizando-se 15 diferentes projetos, os seus objetivos especificados e as diferentes formas de financiamento.

O espaço do artigo não permite um detalhamento de cada projeto e de seus objetivos. Ainda os dados de entrevistas semiestruturadas como docentes por sua vez foram cotejadas com a respectiva análise documental.

A primeira seção apresenta a dinâmica das parcerias como um todo planejado e estruturado, do qual resulta a construção de um projeto de educação que se torna sustentáculo da lógica do mercado e com um viés reformista voltado para a reprodução das relações sociais.

A segunda seção destina-se a expor a forma de condução dos projetos educativos e comunitários sob o manto da responsabilidade social, como uma ideologia articulada para legitimar a política de parcerias junto à sociedade civil e com o intuito de reconfigurar as políticas educacionais numa região de influência.

Na terceira seção se aduz a relação empresa-escola e a metodologia dos projetos como mecanismos da difusão dos interesses e da imagem do agronegócio, numa nova conformação do desenvolvimento tecnológico, com ênfase na competitividade privilegiando fatores de eficiência e rentabilidade econômicos.

AS PARCERIAS COMO ESTRATÉGIAS PARA AS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO

As parcerias em tela configuram um sistema controvertido de cooperação entre governos federal, estadual, municipal e iniciativa privada, na disposição de ações em consonância de políticas

públicas, dentre as quais, se encontram as inserções no campo da educação básica.

Nesse sentido, compõem um fenômeno social compreendido como parte integrante do momento histórico e político, como um todo planejado e estruturado, do qual resulta a construção de um projeto de educação que se torna sustentáculo da lógica do mercado e com um viés reformista voltado para a reprodução das relações sociais.

Em momento precedente, cabe lembrar, antes do Estado ampliado ou de bem-estar social, os serviços que hoje são considerados atribuição do ente público, eram ofertados de forma diferenciada, seja por associações filantrópicas, pelo Estado, pelo mercado.

A fronteira de expansão do agronegócio na produção de commodities no Estado do Mato Grosso se traduz numa pujança econômica e que também se expressa como força política. A expansão do agronegócio no Mato Grosso e fundamentalmente sua ambição de legitimação constitui um peculiar capítulo, cuja relevância se estende ao âmbito mundial dos embates ecológicos (IORIS, 2018).

Neste processo de expansão ampliada quanto à circulação intensiva de mercadorias se interconectam e transformam os mecanismos locais e até os transnacionais no que diz respeito aos impactos socioambientais.

A Monsanto é porta voz da classe dos grandes produtores e aos quais se associa e trabalha no sentido de produzir legitimidade e hegemonia. E o faz pela disputa dos conceitos de educação e educação ambiental, objetivando novas formas de sociabilidade que corroboram para a naturalização do processo de exploração e devastação dos biomas e da desestabilização das formas de reprodução material e cultural dos demais grupos sociais.

Cabe destacar a distância entre a retórica e os fatos históricos no que diz respeito a esta função social do Estado brasileiro, ou seja, a denominada metamorfoses do Estado. A publicização e a descentralização recorrem ao setor público não-estatal na execução de serviços, ainda que subsidiados pelo Estado, como educação, saúde, cultura entre outros. Sendo assim, transfere-se serviços para o setor público não-estatal, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e mercado e/ou sociedade.

Para a construção de uma definição do termo, a concessão e permissão de serviços públicos investida de nova roupagem, que em seu sentido ideológico, representa uma reorganização na forma de conceber o Estado e a administração pública. Faz parte do processo de inovação da gestão pública como movimento que redefiniu a distribuição de recursos públicos.

A instrumentalização reside em promover a eficiência de serviços prestados ao cidadão e em reduzir os gastos governamentais ou otimização, bem como permite o Estado e iniciativa privada dividirem os custos com a implantação de infraestrutura e serviços. Com status público as PPPs podem ser enquadras nas políticas ambientais de tipo indutoras, como estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais com a finalidade de atingir cuidar dos bens naturais.

A Lei nº 11.079/04 regulamenta a cooperação, com diretrizes de aplicação na infraestrutura e estendido a outros setores e à educação. Nesse sentido, a parceria "é invocada como um mecanismo apto à soma de esforços de Estado e iniciativa privada na consecução de objetivos públicos" (ARAGÃO, 2005, p. 108). Esta lei criou os instrumentos de Implementação de Políticas Públicas com caráter de legalidade à relação entre o privado e o Estado, sem retirar o caráter público dos serviços sociais, visando alcançar seus objetivos e metas de eficiência.

O nexo entre o Estado e a iniciativa privada altera a dinâmica de ação pois remodela os objetivos sociais do setor público. Por isso, que se trata de estratégias, uma vez que as parcerias possuem o sentido de introduzir capital privado e captar recurso do fundo público para a execução de projetos oriundos de políticas públicas, ao mesmo tempo, atendendo a interesses do agente privado. Desta maneira, como endossa Nogueira (2003, p. 190) se inibe a dicotomia entre público-privado, destacando diferenças e apontado interfaces e paradoxos.

O protagonismo das parcerias estratégicas em sua origem como governança da educação (ROBERTSON; VERGER, 2012), são organizadas a partir da sociedade civil, mas conquistam espaço nas políticas de Estado. As iniciativas de promoção da educação, por entidades da sociedade civil, vicejam com a atuação do movimento TPE (Todos pela Educação) criado em 2005, proclamando a educação como um direito de todos. O projeto educativo do setor empresarial passa a monitorar o ensino por meio de institutos, organizações e fundações.

Com o foco na questão social, se projetaram empresas cidadãs e que conquistaram influência nas políticas sociais, trazendo inovações na área de políticas educacionais e desenvolvendo estratégias de ação direta no ensino, dentre elas, a educação ambiental. Do ponto de vista das questões ambientais, é a loucura da razão econômica (HARVEY, 2018).

As iniciativas empresariais nesta área se ampliaram e se diversificaram, demonstrando a força política, cujo interesse é manter sob controle os processos de formação da força de trabalho para as exigências do capital. O campo de atuação das parcerias atinge os serviços entendidos como não exclusiva atribuição do Estado, em cuja ótica são delegados a entidades de direito privado.

Assim, se reserva o quinhão de celebrar contratos de gestão com o poder executivo, adquirindo neste ínterim a regalia à dotação orçamentária, ou seja, a captação de recurso público para suas ações. Em suma, um regime de colaboração no contorno da educação brasileira que se sintetiza na histórica construção em um campo de disputa política e conceitual (LAGARES; CAVALCANTE; ROCHA, 2018).

A retórica é que o processo educativo priorize métodos que possam direcionar o educando à sociedade do conhecimento, com competências e com a obtenção de metas de eficiência na produtividade, como preconiza a teoria do capital humano. Mészáros (2008), esclarece que os processos educacionais circunscritos aos processos sociais e à sua reprodução se limitam a corrigir por meio de reformas, alguns defeitos da ordem estabelecida, mantendo intactas as estruturas fundamentais do modo de reprodução social. Diversas associações se especializam em organizar e dar visibilidade às iniciativas empresariais na área social, e, como aponta Mészáros (2008), atuado no sentido de conformar interesses particulares conflitantes na reprodução da sociedade.

Sob a ótica de uma educação para o consenso, se inscrevem outras tantas entidades, com o objetivo de definição e controle de um projeto hegemônico da educação visando tornar as classes subalternas funcionais à manutenção das relações de produção.

A Associação dos Investidores Sociais do Brasil congrega as empresas e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos como investidores sociais. As suas ações contam com recursos privados, mas em cooperação com o Estado se utilizam também de recursos públicos, que podem ser repassados sob os auspícios da produção do bem público.

Outros exemplos são o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), que tem como objetivo sensibilizar o setor privado para

programas comunitários, com prioridade para educação e formação profissional. A Fundação Lemann, em parceria com o MEC, lançou o portal integrado de recursos digitais e conta com uma estrutura de apoio a estados e municípios.

O P*rograma Formar*, implantado em quatro estados e 13 municípios de todas as regiões do Brasil, com mais de 600 mil alunos impactados, oferece apoio em políticas educacionais, formações continuadas (FUNDAÇÃO LEMANN, 2017). Os serviços oferecidos incluem a qualificação de técnicos das secretarias municipais das áreas administrativa, pedagógica, financeira; formação de gestores escolares, docentes e coordenadores pedagógicos.

Nesta estratégia ganha protagonismo o setor público não-estatal, a partir da descentralização da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas subsidiados pelo Estado. Este reduz a sua ação como executor direto de prestação de serviços público, como é o caso dos serviços de infraestrutura, educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Processo que inaugura um novo caráter da coisa pública, o público não-estatal (CÉSAR,2008).

Inserido no modelo de administração gerencial (NOGUEIRA, 2003), as reformas na educação têm a finalidade de submeter os processos educacionais a um rigoroso método de regulação e controle, na perspectiva de uma racionalidade técnica na perspectiva do neotecnicismo (FREITAS, 2012). O fundamental são os resultados, o desempenho e a performance de estudantes e docentes, sendo comparado ao processo de produção da empresa privada.

Nesse contexto, é importante destacar que, a atuação crescente das empresas na oferta da educação básica se deu por conta da descentralização, no qual foi designado aos municípios a gestão

dos recursos bem como a articulação com a sociedade civil para o provimento da educação. A inserção do público não estatal como forma de realizar a política, passa a ser fomentada e regulada, como indutores de formas de colaboração entre os atores da sociedade civil e do Estado (SADER,2019).

Algumas mudanças ajustam a educação aos interesses corporativistas, onde o Estado promove alterações na função social do processo escolar, verificado na flexibilização curricular que prioriza conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais, artísticos e histórico-sociais por competências. A realidade histórica em que se inserem as atividades educacionais em consideração tende a ser compreendida como uma construção social, como espaço de negociação entre atores, com significados objetivos e subjetivos, como no caso dos projetos de educação ambiental nas escolas.

Assim, as parcerias em sua concretude devem ser entendidas como formações materiais da realidade objetiva, cujo conteúdo é constituído de um conjunto de arranjos e narrativas que atuam no sentido de reformular a direção político-ideológica, em específico a classe empresarial, tomando as rédeas do Estado e alterando a configuração para o fortalecimento da sua base hegemônica.

O conhecimento nesta prática educativa configura um dos elementos capturados e cooptados pelo capital (LAYRARGUES, 2018), sobre o qual serão projetadas as transformações dentro dos parâmetros desse projeto de poder. Sob o manto da cooperação se processa a redefinição do todo, ou seja, da organização e legitimação da ordem capitalista com a persistência da expropriação, acumulação e reprodução.

Assim permanecem em aberto os desafios da convivência sem fronteiras com o outro, uma vez que o ambiente possui profundas interfaces entre o sistema social e o natural (RUSCHEINSKY; SILVA, 2020). Em contraponto a abordagem

neste capítulo se concentra na ofensiva do capital, menos para qualificar a educação pública, mas uma ingerência para legitimar as suas pretensões políticas.

OS PROJETOS DE PARCERIA, AS TERRITORIALIDADES E A MONSANTO

A empresa ao desenvolver as atividades de responsabilidade social em projetos educativos e comunitários tem como pano de fundo o discurso de combate à fome, à pobreza e à desnutrição entre outros. Os projetos de cunho educativo possuem o intuito da qualificação do ensino público, capacitação profissional (primeiro emprego e líderes do agronegócio).

A atuação do capital privado em forma de Parcerias Público-privadas na educação, tem se estendido a várias frentes, desde os meios pelos quais o processo educativo é desenvolvido, a gestão; até os fins, o processo pedagógico em suas diferentes áreas do conhecimento e modalidades de ensino. De acordo com Dore (2006) cabe a "ideia de que a escola é "aparelho 'privado' de hegemonia". Como já enfatizado, as empresas ao protagonizarem suas ações em prol do compromisso com o social, onde se revelam aparelhos privados de hegemonia, visam moldar visões de mundo, criando consensos em torno dos princípios da privatização, meritocracia e responsabilização. Neste sentido, Grün (2003), Robertson e Verger (2012) abordam os atores e as ações na construção de um modelo de governança corporativa, considerando um processo de articulação dos intelectuais orgânicos das elites dominantes.

Esta produção de legitimidade dentro de um território de conflitos somente pode se viabilizar com o silenciamento de parte de atores em curso no cenário.

A ideia de um consenso de base em relação aos valores ético-políticos é inconcebível, caso a realidade da dominação seja levada em conta – a não ser que se imagine que os interesses sejam deixados de lado na busca desse consenso, isto é, que se mergulhe uma vez mais no idealismo e na negação da política. O consenso quanto aos valores básicos está sujeito às mesmas formas de manipulação e de produção de preferências adaptativas, comuns às interações entre desiguais, que afetam outras modalidades de consenso (MIGUEL, 2014, p. 33).

Nesse cenário, observa-se o constante movimento do capital, cujo propósito, é alienar os sujeitos quanto aos efeitos deletérios produzidos pelas ações corporativas da Monsanto e desta forma capturar os espaços definidores das políticas públicas ambientais. Significa acobertar o conflito ambiental e apresentar como alternativa a ideologia do desenvolvimento sustentável como discurso hegemônico na academia e nas práticas escolares. Efetivamente, "a dinâmica social afeta a maneira como os discursos são enunciados, modificados e negociados e, finalmente, implementados. A dimensão política das controvérsias influencia as diferentes opções dos atores envolvidos, no contexto de regimes e conflitos" (PARKER, 2018, p. 16). Sob esta lógica, compreende-se que o processo educacional é perpassado por elementos estruturais do contexto social, cujos atores encontram dificuldades em direcionar suas práticas na perspectiva da contestação e do enfrentamento a tais posicionamentos e intencionalidades.

Nesse sentido, concebe-se a responsabilidade social no âmbito da educação como uma ideologia articulada para legitimar a política de parcerias junto à sociedade civil e com o intuito de reconfigurar as políticas educacionais numa região sob sua influência. Tal narrativa se enquadra na perspectiva de somar esforços para consolidar um consenso em uma visão de mundo hegemônica, onde a empresa assume o papel no desenvolvimento

social. Tal ênfase no discurso lhe pretende conferir uma faceta humanista, porquanto tenta encobrir ou mascarar o caráter destrutivo dos empreendimentos do agronegócio sob o ímpeto de reprodução do capital. A abordagem da empresa nos projetos entende que ao utilizar os equipamentos recomentados nas questões relativas à utilização ou aplicação de agrotóxicos os manipuladores não sofrem prejuízos nem à sua saúde, nem ao meio ambiente.

Na contradição em destaque, verifica-se propositadamente uma apropriação da noção de sustentabilidade pelo capital, na medida em que este, aposta em estratégias tecnológicas, gerenciais e em processos educacionais alavancando uma visão reificada de meio ambiente. O campo da educação ambiental, por sua vez, encontra-se contaminado pela disputa por hegemonia, revelando seu lado contraditório, conflitivo, diversificado e antagônico. E assim, intimida a capacidade de crítica de enfrentamento do capitalismo e seus imperativos destrutivos, bem como de sua necropolítica (MBEMBE, 2018).

O desafio consiste em nutrificar enquanto prática social capaz de disputar narrativas que vislumbrem a luta política na construção de uma nova visão de mundo, de integração e de pertencimento do homem à natureza, transpondo o conceito de racionalidade ambiental ao campo educacional. Leff atribui ao processo educativo uma nova forma de aprendizado contínuo e orientado por princípios geradores de sustentabilidade. “A transição para a sustentabilidade, fundada numa racionalidade ambiental, implica pensar a complexidade no processo de produção” (LEFF, 2009, p. 248). O que implica na adoção da interdisciplinaridade como aglutinadora das diferentes áreas do conhecimento para a compreensão dos sistemas socioambientais em sua complexidade e interatividade, de onde é possível apreender os saberes ambientais.

Como delineia Telles (2015), tal processo instaura um campo de disputa entre os saberes e práticas, em

particular isto deriva do reconhecimento social de quem está autorizado a participar como sujeito do processo social. Frente a estas questões, cabe a reflexão sobre a expansão da educação ambiental no contexto das ações políticas, explicitando possibilidades e dificuldades, bem como, problematizar o retrato deste quadro no espaço escolar e societal.

Dentre as escolas investigadas e que desenvolveram os projetos em destaque, encontram-se instituições de áreas urbanas periféricas e de áreas rurais, situadas em comunidades e distritos. As escolas rurais estão situadas e delimitadas em meio às grandes plantações de soja, milho e algodão, atendendo predominantemente filhos de agricultores. Na dinâmica das interações e mediações, os atores sociais tomam decisões com base em informações e interesses, em expectativas, imaginário e projetos desenhados. O lugar social do discurso sobre as questões ambientais desenha-se fundamental para a compreensão das práticas sociais e institucionais. Portanto, o lugar social dos discursos e as estratégias adotadas para legitimar as práticas sociais são elementos cruciais para a compreensão da governança ambiental (RUSCHEINSKY; REINEHR, 2019). A visão dos problemas ambientais é uma construção mediada em processos de codificação e decodificação discursiva (PARKER, 2018).

A RELAÇÃO EMPRESA-ESCOLA E A METODOLOGIA DOS PROJETOS: ABORDAGENS E IMAGINÁRIO SOCIAL

Nos projetos de educação ambiental identificamos que a temática ambiental é o fio condutor das ações da Monsanto, associada à sua política de responsabilidade social. A propósito os entrevistados apontaram os aspectos positivos dos projetos, revelando uma aceitação nas Secretarias Municipais de Educação e

nas escolas. Quando se indagou qual o nível de envolvimento dos docentes nos projetos, as respostas de diretores e coordenadores foram unânimes em confirmar uma adesão às atividades dos projetos da empresa. Quando as perguntas foram direcionadas aos docentes constatou-se que, de modo geral, viam bons resultados, mas também questionamentos e resistências.

As falas dos gestores indicaram a preocupação em disputar os investimentos e mobilizar os recursos que as empresas colocam à disposição. Os agentes escolares veem a empresa como parceira estratégica com quem se divide responsabilidades, que pode vir sob a forma de projetos, materiais pedagógicos, infraestrutura, bibliotecas, laboratório de informática e reformas. Os depoimentos revelaram também certa dependência das escolas com relação às parceiras, evidenciando o aprimoramento das condições do ensino, com implicações positivas na aprendizagem e consequente elevação de indicadores. As visitas às instalações da empresa na visão dos docentes incidem na aprendizagem e abrem horizontes. De outro lado, estas práticas sociais soam como um exercício articulado para moldar as mentes e os corpos envolvendo os poderes biopolítico, disciplinar e necropolítico (MBEMBE, 2018).

As críticas à ação da empresa na escola têm nexos com a sobrecarga de trabalho imposta pela empresa aos docentes, com a interrupção no planejamento e com o baixo nexo com o Projeto Político Pedagógico. Em alguns aspectos, os docentes reproduzem o discurso dos gestores sobre a validação das parcerias. Neste aspecto se pode considerar uma pressão exercida pelas instâncias superiores (secretarias de educação) para que se acatem os projetos. Em havendo uma coerção nesse sentido, tal procedimento administrativo se impõe por força da gestão municipal sobre as escolas. Observa-se nesse fenômeno, a não mediação das formas organizativas de um planejamento intersetorial, e sim, a interferência na natureza do trabalho docente, que não se restringe ao uso de modelos

operacionais externos, e sim, pelo atravessamento do projeto do pedagógico.

As regras do jogo nos acordos que conduzem à consecução das parcerias são também conformação de instrumentos de poder. Ao longo do exame da realidade na pesquisa empírica se pode concluir, com o auxílio das reflexões de Telles (2015) pela existência de um campo de disputa que parece se estruturar justamente em torno da delimitação da função social da educação e da legitimidade de ocupação de espaço sociocultural. Interessa à empresa que se aborde o papel do agronegócio como a via possível para o desenvolvimento adequado para o estado de Mato Grosso, ao mesmo tempo ofuscando por sua vez o entendimento dos impactos socioambientais resultantes da lógica acima destacada.

Rossetto *et al*. (2021) expõe como recomendações para uma agenda de investigação relativa à questão ambiental,

> [...] participação dos envolvidos com o aumento do número de pesquisas sobre os desafios da gestão ambiental; [...] perspectiva sistêmica e integrativa da educação ambiental para diferentes atores sociais: pesquisadores, tomadores de decisão política e a população.

Os projetos pautados pela parceria empresa-escola possuem uma dimensão política não explicitada nas atividades ordinárias junto aos escolares, bem como as dimensões do conflito implícito. Neste sentido assevera Miguel (2014, p. 26) "a canalização do conflito e a busca da produção do consenso social mínimo são tarefas das instituições da política, mas elas não anulam a vigência do político".

Quando os docentes foram indagados sobre como veem as parcerias de um ente público com a iniciativa privada no sentido dos objetivos e finalidades, se evidenciou que o educador tem a compreensão de que a empresa tem seus interesses, todavia salientam aspectos que podem ser benéficos às suas atividades. Desvela-se uma preocupação com mecanismos para incorporar os projetos da empresa ao projeto escolar.

A crítica surge a partir da visão do tempo exíguo para discutir os projetos com a comunidade escolar. Nesse aspecto confirmou-se que os projetos, em sua maioria, "caem de paraquedas" na escola, e acabam por atropelar as atividades curriculares e consequentemente a segmentação do processo ensino-aprendizagem. As implicações são um atravessamento na condução da ação docente e a destituição das garantias de autonomia.

Os agentes locais parecem fragilizados para submeter o pacote à avaliação da comunidade escolar, no sentido fazer as adequações devidas à proposta didático-pedagógica. Ainda mais que pode parecer equivocada a pretensão de incorporar ao projeto político pedagógico.

Com a categoria "metodologia dos projetos" foi possível conhecer a proposta pedagógica da empresa, cujo foco é a elevação dos níveis de aprendizagem, com a oferta de outras condições materiais atrativas, bem como, incentivar os docentes a buscar novos métodos de ensino e aprendizagem.

O material disponibilizado às escolas incluiu materiais didáticos para os alunos, o livro do professor com planos de aula, direcionando a prática pedagógica a fim de alcançar objetivos determinados pela proposta, indicando passos a seguir na abordagem temática. De modo geral seguem dinâmica: os docentes trabalhavam nas atividades propostas, em seguida os alunos sistematizam o que

se dá na forma de texto ou desenho como momento de culminância; podem suceder-se concursos e premiações aos trabalhos.

A investigação realizada atentou de modo especial para as construções ideológicas da legitimação corporativa visando a proposição de projetos de educação ambiental. As tensões são ofuscadas pela lógica discursiva e, em certo sentido, pelas fragilidades ou omissões dos gestores estatais.

A visível ambição consiste em traduzir as muitas características inovadoras do agronegócio (IORIS, 2018) sob o aspecto produtivo também replicável para a área da educação, mesmo que sob os auspícios de um viés autoritário e manipulação cultural e política. Aparentemente existem processos de participação, mas as atividades possuem um cálculo estratégico ou de segurança.

Outro aspecto a ser pontuado a partir do conjunto de depoimentos, é com referência à intervenção pedagógica dos profissionais que representam a empresa, quando o projeto prevê que estes auxiliem diretamente nas ações. Isso demonstrou que a empresa, em alguns dos projetos analisados, não se limitou a propor, planejar e ofertar os materiais pedagógicos, mas se propôs tomar o espaço do docente.

Esse fato aponta o grau de ingerência da empresa sobre a atividade pedagógica com implicações que não somente ferem a autonomia docente, mas sobretudo possuem implicações na produção de consensos ou consentimentos. Ou seja, na acepção de Gramsci (2014) esta presença relaciona-se aos mecanismos práticas e ideológicos para a produção social do consentimento, porém como não é algo automático, soa associado à coerção.

Isso significa igualmente que existe um vínculo com a metodologia para a produção de conhecimento consensual, com a respectiva persuasão e conformação, que no caso não procede

diretamente da força política do Estado. O consentimento, como base para a configuração da hegemonia do agronegócio, tem na figura destes técnicos ou intelectuais um importante mecanismo.

Ainda com relação a metodologia adotada nos projetos de parceria da empresa com a escola, a investigação pode apurar, limitações e o grau de produtividade com relação a abrangência e envolvimento da escola. Fator ligado ao reduzido número de alunos e docentes envolvidos em que fora previsto a participação de uma turma, o que demonstrou um caráter restrito e seletivo.

Por outro lado, se notou a atuação docente de forma periférica, uma vez que as etapas do projeto foram conduzidas pelos profissionais da empresa que ficaram responsáveis em apresentar o conteúdo, as técnicas e a execução das saídas de campo.

Os projetos apresentam conotação de associação da questão ambiental à perspectiva da agricultura considerada sustentável pelo agronegócio, bandeira primordial da Monsanto. Porém, essa tendência é mesclada com os mais diversos temas como conservação da água, as mudanças climáticas, matrizes energéticas, biotecnologia, horticultura, práticas agrícolas, reciclagem e segurança alimentar.

Tanto a abordagem interdisciplinar aparece como sugestão para a ampliação da discussão na exploração dos temas, quanto a ótica ou matriz sustentabilidade tenta esverdear os componentes do marketing empresarial. A narrativa tem como pilares os princípios: p*roduzir mais* (por meio da inovação agrícola); *preservar mais* (preservando a biodiversidade e diminuindo a pegada operacional) e *melhorar vidas* (eficiências nos métodos para elevar a renda de pequenos proprietários e a difusão de boas práticas socioambientais) (MONSANTO, 2015). Tais princípios orientam as práticas de educação ambiental levadas às escolas por meio de projetos e os agentes locais são condicionados à adesão.

As alterações geradas pelo avanço do desenvolvimento industrial sobre a forma de produção no campo agrícola, também denominado de modernização, quimificação, biotecnologia, entre outros, fez uma revolução na produção de alimentos. O uso intensivo de agrotóxicos expande a área cultivada, a mecanização e a rentabilidade.

Todavia, dispensa mão-de-obra num sentido e requer qualificação dos trabalhadores. Por outro mecanismo se expande riscos de poluição, de degradação, de declínio da biodiversidade, com possível advento de outros riscos à saúde humana, entre outras surpresas. Estes riscos à saúde e à educação democrática podem não ser alcançados de forma imediata, pois os efeitos deletérios podem chegar a longo prazo.

Suspeitam existiam faz certo tempo, todavia pesquisas atestam uma incidência sobre a gestação de futuras gerações.

> Os dados mostram a existência de um padrão espacial na distribuição do indicador de saúde e ambiente, evidenciando que nas regiões com maior consumo de agrotóxicos e área plantada maiores são as taxas de internação por abortos espontâneos (SOARES *et al*., 2021, p. 240).

Os métodos de produção do agronegócio sob a lógica orientada pela ampliação do capital substituem os valores ecológicos, os bens naturais pelas mercadorias. Este modelo produtivo de alguma forma projeta agentes patogênicos e em cujas incertezas pode-se evoluir para quadros virulentos e infecciosos.

Desta forma, os projetos desempenham papel fundamental na difusão dos interesses e da imagem do agronegócio nessa nova conformação do desenvolvimento tecnológico e capitalista

(LAYRARGUES, 2018). De acordo com Parker (2018), a existência da ênfase na competitividade revela que se privilegiam fatores de eficiência e rentabilidade, técnicos e econômicos.

Nesta lógica instrumental o interesse na lucratividade parece o objetivo primordial em face das considerações de sustentabilidade corporativa, compatível com a construção da retórica sustentável, como bandeira do marketing empresarial. Neste sentido, procede a crítica de Charlot (2020, p. 18) que aponta que,

> [...] a inovação como projeto antropo-pedagógico e ecolo-pedagógico [...]. Fazer a opção de continuar sob novas formas a aventura humana implica apostar na solidariedade como valor central: solidariedade com o planeta, com outras espécies, com outros seres humanos.

O interesse apontado quanto ao exame das tecnologias em voga nas atividades produtivas desvia-se de uma abordagem dos possíveis ou indesejáveis desastres tecnológicos engendrados no campo do agronegócio (RUSCHEINSKY, 2021).

A envergadura das consequências está no horizonte do imprevisível e das incertezas, pode gerar impactos que a própria inovação tecnológica será incapaz de contornar, bem como um leque diversificado de ações na Justiça, sempre com um imprevisível desfecho. O desenvolvimento dos projetos, todavia alude às ações e perspectivas de diferentes atores do cenário, demandas e reações coletivas colocando em evidência práticas sociais e mecanismos de intervenção do Estado.

Ainda no conjunto dos depoimentos, verificou-se que a abordagem dos temas ambientais ficou restrita à visão dos técnicos da empresa, resumindo-se em informações sobre o cultivo agrícola

e os sutis cuidados no sentido de preservar recursos naturais seletivos que são de interesse e sofrem a degradação na prática do agronegócio. Nesse sentido, a "conscientização" sobre os cuidados consiste em repassar aos alunos uma visão única da relação homem/natureza, a visão da empresa, que se resume em observar a legislação estabelecida em torno da atividade do agronegócio, no sentido de mitigar os impactos.

Na conformação das parcerias se afirma um prisma cujo campo de forças se processa claramente, mesmo que não explicitado aos agentes, como "uma disputa pelos sentidos de ordem e seu inverso, bem como dos critérios de legitimidade dos ordenamentos sociais que vêm se engendrando nas fronteiras incertas–em disputa–do legal e ilegal (TELLES, 2015, p. 67).

Isso parece mais importante para conferir a dinâmica dos conflitos, disputas e tensões, extraindo algumas consequências e conclusões. A consecução dos projetos pela Monsanto desarma pontos de fricção no jogo oscilante de práticas sociais que transitam entre formas de negociação, coerção, dispositivos de controle e colaboração.

A disputa por hegemonia, nesses espaços da pesquisa realizada, se dá entre as frações dos produtores rurais, dos grupos sociais ligados à agricultura familiar e de grupos diversos de povos tradicionais. Este é o território social sobre o qual a Monsanto se movimenta, no sentido de cooptar gestores e docentes nos espaços escolares, para inserir o seu projeto político-pedagógico.

As funções da educação escolar transformam-se em espaço de disputa da ideologia do agronegócio, onde os projetos desempenham o papel de educar, no sentido de seduzir e mobilizar para a defesa dos interesses de classe, de quem detém os meios de produção. As visitas à sede da empresa para conhecimentos sobre o funcionamento da cadeia de produção, também se constitui

ferramenta importante nesse processo de engendramento da visão de valorização do agronegócio.

Neste sentido, nestas circunstâncias se aplica a ótica exposta por Nogueira (2003, p. 188).

> [...] transformou, portanto, o modo mesmo como se produz consenso, como se formam culturas e orientações de sentido, como se constroem hegemonias. Com a força adquirida pelo projeto neoliberal e o aprisionamento dos Estados nacionais (e de seus governos) na jaula da globalização, o modo predominante de produção de consenso acabou por travar a formação e o desenvolvimento de formas mais politizadas de consciência, em benefício de formas econômico-corporativas e da expansão de atitudes mentais consumistas, individualistas, medíocres, indiferentes à vida comum.

Ao promover ações a empresa está preocupada também em se enquadrar na ótica da legislação. A retórica da sustentabilidade da empresa encontra-se endossada e assimilada pelos agentes das secretarias de educação e das escolas, porquanto justificada e associada às boas práticas ambientais do agronegócio e, também, na promoção de valores como cidadania, cooperativismo, solidariedade e empreendedorismo.

Estes valores auspiciosos, no entanto, atrelam-se às demarcações de classe e condicionamentos do modo de produção capitalista, onde valores cristalizam o individualismo, a concorrência e a consciência de viés burguês. É preciso lembrar, que tais princípios e valores correspondem ao discurso hegemônico empresarial sobre sustentabilidade nos moldes do capitalismo verde e da economia verde (LOUREIRO; LIMA, 2012; LAYRARGUES,

2018), num processo em que a educação ambiental tende a reproduzir o pensamento contido no conceito de "desenvolvimento sustentável".

Diante da crise social e ecológica, esse movimento expressa a mistificação em torno da tentativa de reconexão da economia e do mercado com a natureza. Esta suposta reconexão que significou apenas um ajuste ou conciliação entre economia e ecologia. Razão pela qual, as ações das parcerias não ensejam uma dimensão ético-política de promoção da justiça socioambiental que os setores subalternos e educadores ambientais desejam alcançar por meio da educação emancipatória.

As parcerias público-privadas compõem um fenômeno de intervenção sócio-política, onde a sociedade civil assume um protagonismo, representando a recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia (NEVES, 2005).

Organizações não estatais passam a desempenhar um papel ativo também no campo político e cultural, disputando o sentido da sociabilidade. Com isto se tenta imprimir um novo papel à educação, o de apresentar como um dos canais de soluções das mazelas sociais geradas pelo capitalismo, ao mesmo tempo, mantenha a reprodução da estrutura de valores e visão de mundo inerentes à dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa concluiu que o projeto político-pedagógico da empresa viabilizou práticas associadas à homogeneização de condições diferenciadas de vida e reverbera as formas de invisibilizar tensões e conflitos.

Assim, as ações tendem ao conformismo frente aos problemas ambientais, atribuindo-lhe o papel estratégico de

reprodução dos interesses do capital e da lógica do mercado por grupos representativos do agronegócio. Neste texto, em decorrência do cenário delineado, não nos propomos ponderações quanto à percepção de risco das comunidades do entorno às escolas públicas em face da utilização de agrotóxicos, que com frequência também são denominados de defensivos agrícolas, mas em hipótese alguma defende a sua saúde.

Com as parcerias se destaca o sentido de conquistar a legitimidade social por meio da obtenção de consentimento dos demais grupos de interesse. A Monsanto forja essa unidade disseminando a sua política ambiental junto aos produtores, aos seus funcionários e se apresenta à sociedade como produtora de tecnologia de produção de alimentos e também intervindo no espaço escolar. A obtenção de consenso em torno do projeto educacional empresarial é materializada no fato de que as PPPs, enquanto instrumentos políticos, imprimem um caráter de legalidade à relação entre o público e o privado.

Sem obliterar o caráter público pleiteia-se um processo de inovação da gestão pública rumo à eficiência e qualidade dos serviços, porém com silenciamentos ou abolição de atribuições da educação para a cidadania.

Neste sentido, os agentes das empresas privadas do agronegócio requerem ou possuem como implícito nos projetos um significativo impulso para a perpetuação dos padrões de exploração dos trabalhadores e da terra, de marginalização docente e de distribuição desigual dos resultados da atividade laboral.

Assim, aquilo que se propõe como cooperação social implica o uso de violência permanente visando legitimar a negação de direitos. Esta negação de direitos e dos conflitos comparece com uma forma tão completa e nebulosa que se parece como tal.

A atuação corporativa no espaço escolar pode ser considerada uma ousada estratégia de cooptação dos sujeitos pelo capital, voltada para a construção de consenso em torno de valores universais como cooperação, solidariedade e cidadania. Isto se deve ao fato de que, para conquistar hegemonia, a burguesia representada pelo Estado precisa incorporar as classes e suas demandas, uma vez que a legitimidade da ordem burguesa requer concessões de direitos.

A cooptação é prática sob a qual ocorre a combinação entre coerção e consenso. A pesquisa concluiu que o projeto político-pedagógico da empresa Monsanto viabilizou práticas de educação ambiental associadas à desqualificação de condições diferenciadas de vida e a formas de invisibilizar tensões e conflitos. Ante um possível conformismo frente aos problemas ambientais, atribui-se papel estratégico à reprodução da lógica do mercado por grupos dominantes representativos do agronegócio.

A partir da ideologia da responsabilidade social, a captura de recursos públicos aplicados a interesses privados (público não-estatal) se apresenta mascarada e coloca as empresas como promotoras de valores como ética, cidadania, colaboração e harmonia nas relações sociais.

Apropriando-se tanto dos recursos de fundo público quanto dos espaços institucionais, a Monsanto introduz suas propostas pedagógicas nos municípios brasileiros em nome do bem-estar social. Os dados da pesquisa demonstraram que os agentes escolares, por sua vez, têm dado crédito aos projetos da empresa, posicionando-se a favoráveis e afirmando a contribuição na promoção da qualidade da educação.

Este fato demonstra que as parcerias se encontram consolidadas e hegemonizadas, de tal forma na educação pública, que a comunidade escolar passa a percebê-las integradas ao cotidiano das práticas escolares.

Por meio das parcerias a Monsanto contribui para a construção das bases de novo padrão de sociabilidade, tendo em vista a formação do homem coletivo, ao cooptar a escola transformando-a em arena de difusão da ideologia do agronegócio. Uma visão empresarial alinhada às diretrizes da agenda global voltada para a universalização da educação básica, a superação do analfabetismo e combate à pobreza e à desigualdade.

Nos casos analisados encontra-se anulada a possibilidade de práticas de educação ambiental como instrumento pedagógico numa perspectiva emancipadora. Os docentes acuados ao desenvolverem os projetos da empresa, sem um destaque ao seu lugar social e ao seu papel de prática social inovadora, se eximem da tarefa de mediadores, no sentido de identificar e explicitar os interesses que se encontram ocultos em tais propostas.

Isso demonstra que o campo da ética (valores e comportamentos que promovem a socialização e interfaces com a natureza) e o campo da política (disputa ideológica e interesses) é capturada pela ideologia do agronegócio e ótica hegemônica.

O efetivo impacto socioambiental decorrente do uso de produtos químicos ou da biotecnologia não chega a ser objeto de ponderações nos projetos. Uma dimensão decorrente possui menções, como o caso de tratar do destino de acordo com a legislação dos utensílios ou vasilhames destes produtos.

Assim permanecem em aberto os desafios da convivência sem fronteiras com o outro, uma vez que o ambiente possui profundas interfaces entre o sistema social e o natural. Neste contexto fica evidenciado que entre os fundamentos dos projetos de educação ambiental encontra-se a conformação de um pacto sociais amplamente favorável ao agronegócio, porquanto um pacto implica em interações ou negociações, acordos entre agentes sociais, direitos e o Estado democrático.

A Monsanto patrocina os projetos com a finalidade de promover os seus produtos e o ramo do agronegócio, beneficiando fazendeiros como consumidores diretos, possibilitando expansão de suas propriedades e onde ambos obtêm lucros e constroem fortunas.

Desta forma, o processo educativo se torna fundamental na reprodução de saberes, entre os quais está, o de projetar uma imagem invertida do agronegócio, ocultando o seu caráter destrutivo. Ao apresentá-lo como a fórmula de sucesso responsável pelo progresso e desenvolvimento local e regional, se sobrepõe às demais formas de organização e produção material naqueles espaços e territórios.

À identidade e ao ato educativo sobra um caráter conformista. O caráter político-ideológico dos projetos tem como objetivo a *anulação do dissenso* e a busca do *consenso imposto* (GRAMSCI, 2014), submetendo o processo educativo à racionalidade do mercado.

A investigação evidenciou que a educação ambiental, no Estado de Mato Grosso, tem por desafio instrumentalizar práticas de educação ambiental que visem a proteção e a preservação destes territórios e seus biomas em face do projeto de desenvolvimento predatório promovido pelo agronegócio.

Entendemos que uma abordagem enfatizando o aspecto político-ideológico da questão ambiental, numa perspectiva de mudança social, deve encorajar a comunidade escolar a se posicionar frente aos problemas locais, bem como direcionar o debate sobre alternativas. Resta, ainda que, dentro dos projetos da empresa levados à escola, a alternativa à problematização e historicização da constituição das relações sociais oriundas da apropriação e exploração desses territórios.

No campo do imprevisível desastre tecnológico e de consequências irreversíveis em decorrência das inovações tecnológicas de alto risco parece existir um confronto entre o que

poderíamos chamar de vozes que brotam junto aos atores sociais e o intuito de produzir respostas para múltiplas demandas em face da voracidade de lucros empresariais ou por uma burocracia de laços atados aos "empreendedores".

Enfim, a realidade encontrada no cenário parece a legítima sociedade de risco, pois a possibilidade de desastres é um fenômeno que exacerba a desestabilização das bases existenciais materiais e simbólicas.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C.; CUNILL-GRAU, N. (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CESAR, M. J. **"Empresa-cidadã"**: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CHARLOT, B. "A educação ambiental na sociedade contemporânea: bricolagem pedagógica ou projeto antropológico?" **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 15, n. 1, 2020.

DORE, R. "Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil". **Cadernos Cedes**, vol. 26, n. 70, 2006.

FREITAS, L. C. "Os reformadores empresariais da educação: da desmobilização do magistério à destruição do sistema público de educação". **Revista Educação e Sociedade**, vol. 33, n. 119, 2012.

FUNDAÇÃO LEMANN. "Relatório anual, 2017". **Fundação Lemann** [2017]. Disponível em: <www.fundacaolemann.org.br>. Acesso em: 23/09/2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

GRÜN, R. "Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 52, 2003.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o Capital no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

IORIS, A. A. R. "O significado político e as consequências a longo prazo da hegemonia do agronegócio no Brasil". *In*: MACHADO, C. R. S *et al*. (orgs.). **Conflitos ambientais e urbanos**: Pesquisas e Resistências no Brasil e Uruguai. Rio Grande: Editora FURG, 2018.

LAGARES, R ; CAVALCANTE, J. G. B.; ROCHA, D. "Regime de colaboração na educação – uma história em construção em um campo de disputa política e conceitual". **Research, Society and Development**, vol. 7, n. 4, 2018.

LAYRARGUES, P. P. "Subserviência ao capital: educação ambiental sob o signo do antiecologismo". **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 13, n. 1, 2018.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. "A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital". **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, 2012.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MIGUEL, L. F. "Consenso e conflito na teoria democrática: para além do 'agonismo'". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 92, 2014.

MONSANTO. "Relatório Monsanto de Ações Socioambientais 2014/2015". **DocPlayer** [2015]. Disponível em: <www.docplayer.com.br>. Acesso em: 23/09/2022.

NEVES, L. M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Editora Xamã, 2005.

NOGUEIRA, M. A. "Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 52, 2003.

PARKER, C. "Energy transition in South America: Elite's views in the mining sector, four cases under study". **Revista Ambiente e Sociedade**, vol. 21, 2018.

PORTAL MATO GROSSO. "Bioma Cerrado". **Portal Mato Grosso** [2008]. Disponível em; <www.portalmatogrosso.com.br>. Acesso em: 23/09/2022.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. "A origem das parcerias público-privada na governança global da educação". **Revista Educação e Sociedade**, vol. 33, n. 121, 2012.

ROSSETTO, O. C. *et al*. "Impactos socioambientais da inserção do agronegócio no pantanal brasileiro: trilhando caminhos". *In*: PIGNATI, W. A. (orgs.). **Desastres sócio-sanitário-ambientais**

do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2021.

RUSCHEINSKY, A. "O desastre tecnológico, a institucionalização da reparação e os atores em conflitos". **Revista Entropia**, vol. 5, n. 9, 2021.

RUSCHEINSKY, A.; REINEHR, R. **Governança, riscos socioambientais e educação das águas**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

RUSCHEINSKY, A.; SILVA, F. F. **O impacto socioambiental da mineração e os desafios da convivência sem fronteiras com o outro**: O Meio Ambiente e a Interface dos Sistemas Social e Natural. Ponta Grossa: Editora Atena, 2020.

SADER, E. "Público versus mercantil. Tendências/Debate". **Folha de São Paulo** [19/06/2003]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23/09/2022.

SCHENBERG, A. C. G. "Biotecnologia e desenvolvimento sustentável". **Revista Estudos Avançados**, vol. 24, n. 70, 2010.

SOARES, M. R. "Abortos espontâneos em munícipios de uso agrícola de agrotóxicos no Mato Grosso". PIGNATI, W. A. (orgs.). **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2021.

TELLES, V. "Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa". *In*: BIRMAN, P. *et al*. (orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências, Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Walmott Borges é professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail para contato: walmott@gmail.com

Aloisio Ruscheinsky é professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Ciências Sociais. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: aloisioruscheinsky@gmail.com

Antonio Hilário Aguilera Urquiza é professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca. E-mail para contato: hilarioaguilera@gmail.com

Augusto Hauber Gameiro é professor da Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Ciências Contábeis. Mestre e doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: gameiro@usp.br

Catherine Aubertin é diretora de pesquisa no Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (UMR Paloc – IRD/MNHN). Doutora em Economia pela Université de Paris-Dauphine. E-mail para contato: catherine.aubertin@ird.fr

SOBRE OS AUTORES

Cecília Mitie Ifuki Mendes é especialista em Gestão da Produção e Qualidade. Mestranda em Gestão e Inovação na Indústria Animal pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: cecilia.mendes@usp.br

Cecilia Rios é graduada em Ciências Sociais. Mestre e doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Área de interesse de pesquisa: Etnologia. E-mail para contato: ciar1884@gmail.com

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Enaide Tereza Rempel é docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: enaidebecker@gmail.com

Glaucia Aparecida Prates é professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail para contato: g.prates@unesp.br

SOBRE OS AUTORES

Iran Carlos Lovis Trentin é professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Mestre em Desenvolvimento Rural. Doutor em Agroecologia pela Universidad de Antioquia. E-mail para contato: iran-trentin@uergs.edu.br

Jeniffer Cristiane Rodrigues Sousa é oficial em administração da Prefeitura Municipal de Itapeva. Graduado em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia Capão Bonito (FATEC-CB). E-mail para contato: jenifferjcr@gmail.com

Jorge André Briza é bacharel em Administração. Assessor de unidade tática do Banco do Brasil. Mestre em Administração pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: jorginhobriza@gmail.com

José Henrique Prado é graduado em Ciências Sociais. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Área de interesse de pesquisa: Etnologia. E-mail para contato: prado.jhenrique@gmail.com

Lesley Carina do Lago Attadia Galli é professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: lesley.attadia@unesp.br

SOBRE OS AUTORES

Livia Maria Kalil de Jesus é graduada em Sociologia pela Universidade Sorbonne Paris IV. Mestre em Estudos Internacionais pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL). E-mail para contato: liviamaria.kalil@gmail.com

Márcia da Silva Pedreira é professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. E-mail para contato: mspedreira@yahoo.com.br

Natália Belmonte Demétrio é coordenadora adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo. Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: ndemetri@unicamp.br

Osania Emerenciano Ferreira é professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutora em Microbiologia Agropecuária pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: osania.ferreira@uemg.br

Ricardo Barboza Alves é pesquisador da Universidade de São Paulo. Graduado em História. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail para contato: lincolm3@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

Roberto de Souza Santos é professor da Universidade Federal de Tocantins. Mestre em Planejamento Urbano. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: robertosantos@uft.edu.br

Rosana Baeninger é professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninge@unicamp.br

Rozaine Aparecida Fontes Tomaz é professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutora em Biocombustíveis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail para contato: rozaine.tomaz@uemg.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022